



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DENISE DE MENEZES DANTAS

**POLÍTICA, NATUREZA E IMPRENSA: A NARRATIVA DOS
LIBERAIS CRATENSES NO JORNAL *O ARARIPE* (1855-1864).**

RECIFE

2018

DENISE DE MENEZES DANTAS

**POLÍTICA, NATUREZA E IMPRENSA: A NARRATIVA DOS LIBERAIS
CRATENSES NO JORNAL *O ARARIPE* (1855-1864).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Sociedade e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.

RECIFE

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

D192p Dantas, Denise de Menezes.
Política, natureza e imprensa : a narrativa dos liberais cratenses no
Jornal O Araripe (1855-1864) / Denise de Menezes Dantas. – 2018.
167 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.
Inclui referências e apêndices.

1. História. 2. Política e imprensa. 3. Liberalismo. 4. Jornalismo –
Aspectos políticos. 5. Projetos políticos. 6. Natureza. 7. Cariri cearense. I.
Christillino, Cristiano Luís (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-227)

DENISE DE MENEZES DANTAS

**POLÍTICA, NATUREZA E IMPRENSA: A NARRATIVA DOS LIBERAIS
CRATENSES NO JORNAL *O ARARIPE* (1855-1864).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 02/ 08/ 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Cristiano Luís Christillino (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Suzana Cavani Rosas (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis (Examinador Externo)
Universidade Regional do Cariri

Aos meus pais, José Irismar e Maria Albenisa.

Ao eterno amigo, Raimundo Pereira da Silva

(in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Durante esses anos tive a honra de poder contar com pessoas incríveis, que contribuíram de forma grandiosa para a concretização desse ciclo. Estendo-lhes agora os meus singelos agradecimentos.

Primeiramente agradeço a Deus, por todas as bênçãos!

Aos meus pais, José Irismar e Maria Albenisa, que não mediram esforços para me ajudar e sempre acreditaram em mim. As minhas irmãs Debora e Daisy, por todo carinho.

Ao meu querido orientador, Cristiano Luís Christillino, pela confiança desde o princípio, estímulo e apoio. Por todas as considerações feitas a este trabalho, que contribuíram de forma grandiosa. Agradeço pela gentileza e disponibilidade de sempre.

À professora Ana Isabel Cortez, minha orientadora na graduação, pelo incentivo, auxílio e orientações. Agradeço por ter continuado a me acompanhar e ter aceitado participar da banca de qualificação e defesa, trazendo importantes contribuições à pesquisa.

Aos meus colegas e professores do curso de História e de especialização da Universidade Regional do Cariri – Crato, CE, agradeço pelo incentivo e carinho de sempre.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, especialmente à professora Suzana Cavani Rosas por ter participado da banca de qualificação e defesa, assim como pelas ótimas sugestões ao trabalho, e à professora Christine Dabat, pelas dicas e orientações durante a disciplina.

Ao professor Carlos Miranda, da UFPE, e à professora Juliana Andrade, da UFRPE, por aceitarem participar da banca de defesa como suplentes.

Às secretárias Sandra e Patrícia, pelo acolhimento e auxílio sempre que precisei.

Aos meus colegas de mestrado, Jonathan, Jônatas, Mateus, Camila, pelo apoio e momentos compartilhados. Agradeço especialmente a Bruna, por ter me ajudado em vários momentos, sendo uma verdadeira amiga, e a Leandro e Luís, pela amizade, estímulo e conversas sempre divertidas.

Às demais amigadas construídas pela UFPE, especialmente a Mara Lígia, Gabriella Chalegre e Grasiela Moraes, pelo incentivo.

A Juciello Alexandre, meu professor durante a graduação na URCA, pelo apoio, por esclarecer minhas dúvidas e fornecer materiais. Agradeço também a Patrícia Alcântara, que me auxiliou durante a seleção, e a Amanda Menezes pela ajuda prestada.

Agradeço às amigas de apartamento em Recife, Eduarda, Jadde e Andréa, pelo acolhimento e amizade. Especialmente a Thaize, pelo carinho e por ter me auxiliado em vários momentos.

A Rutanny Souza, que se tornou uma amiga, agradeço pelo apoio e pela recepção em João Pessoa.

As minhas irmãs Filhas de Jó do Ceará, em especial ao Bethel 05 de Crato, pela compreensão e incentivo em todos os momentos, por acreditarem em mim e pelas valiosas lições.

Às Filhas de Jó pernambucanas, especialmente Fernanda Silva, Gabriela Mendes e Amanda Bastos, que me receberam de uma forma tão carinhosa e acolhedora em Recife. Obrigada pelo apoio, por toda assistência e, principalmente, pela amizade.

A todos os meus familiares pelo auxílio, torcida e apoio.

Aos meus amigos, especialmente Lucas, Renan, Adriana, Leopoldina, Jessianny e Andréia, por sempre estarem comigo, pela força e vibrações positivas.

Ao CPNq pela concessão da bolsa, fundamental para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Na segunda metade do século XIX, os políticos do Partido Liberal do Crato e elites regionais responsáveis pelo jornal *O Araripe* (1855-1864) construíram, em suas narrativas, a ideia de um Cariri peculiar, diferente, um “oásis” em meio ao sertão, enaltecendo e particularizando esse espaço por conta das singularidades naturais que ele apresentava. Tais ideias refletem os interesses políticos desses grupos, tendo em vista que estavam atreladas aos projetos que defendiam, como, por exemplo, a proposta de criação da Província do Cariri. Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar as ideologias, as demandas e projetos dos membros do Partido Liberal cratense e elites vinculados ao periódico *O Araripe*, na segunda metade do século XIX, destacando as disputas existentes, suas reivindicações e o modo como atuavam na imprensa, meio pelo qual estabeleciam suas relações na busca de apoio para concretização de seus planos e fortalecimento político. Elementos esses que possibilitam demonstrar como a idealização do Cariri, a partir de sua natureza, estava ligada aos objetivos e intenções desses grupos. Além desse jornal, outras fontes, como a Revista do Instituto do Ceará, os Anais do Senado do Império e Relatórios de Presidente de Província foram utilizadas para construção da pesquisa.

Palavras-chave: Projetos Políticos. Natureza. O Araripe. Cariri Cearense.

ABSTRACT

In the second half of the XIX century, the politicians of the Liberal Party of Crato and regional elites in charge of the newspaper O Araripe (1855-1864) developed, in their narratives, the idea of a peculiar, different Cariri, an “oasis” in the middle of the outback, extolling and particularizing this space because of the natural singularities that it presented. These ideas reflect the political interests of these groups, since they were connected to the projects they defended, such as the proposal to create the Cariri Province. Thus, this work aims to analyze the ideologies, demands and projects of members of the Liberal Party in Crato, as well as of the elites linked to the periodical O Araripe, in the second half of the 19th century. It highlights the existing disputes, their claims and the way they acted in the media, through which they established their relations in the search of support for the accomplishment of their plans and political strengthening. These elements make it possible to demonstrate how the idealization of Cariri, from its nature, was attached to the goals and intentions of these groups. Besides this newspaper, other sources, such as the Journal of the Institute of Ceará, the Annals of the Senate of the Empire and Reports of the President of the Province were used to construct the research.

Keywords: Political Projects. Nature. The Araripe. Cariri Cearense.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Número de habitantes no Crato na segunda metade do século XIX.....	28
Mapa 1 -	Território da Província do Cariri.....	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PROJETOS POLÍTICOS E IDEOLOGIAS LIBERAIS NO CARIRI CEARENSE	23
2.1	O CRATO NOS QUADROS DO LIBERALISMO	23
2.2	A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS LIBERAIS CRATENSES ATRAVÉS DA IMPRENSA	40
2.3	“TEMOS CONCILIAÇÃO?”: A PERCEPÇÃO DOS LIBERAIS CRATENSES SOBRE A POLÍTICA DO GABINETE PARANÁ	56
3	O PROJETO DE CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DO CARIRI	70
3.1	DAS CÂMARAS MUNICIPAIS AO SENADO: AS SOLICITAÇÕES REALIZADAS EM DEFESA DA PROVÍNCIA DO CARIRI	70
3.2	A CONTINUAÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO: O DEBATE NO JORNAL O ARARIPE EM TORNO DA NOVA PROVÍNCIA	94
4	UM SERTÃO VERDE: AS PERCEPÇÕES DOS LIBERAIS CRATENSES EM TORNO DA NATUREZA DO CARIRI	115
4.1	A IDEALIZAÇÃO DA PAISAGEM DO CARIRI CEARENSE	115
4.2	O CARIRI AGRÍCOLA	132
5	CONCLUSÃO	159
	REFERÊNCIAS	162
	APÊNDICE A – FONTES	166

1 INTRODUÇÃO

Sua topographica posição, sua espantosa fertilidade, e mais que tudo essas agoas nativas e perenes, que a providencia creou para abrigo dos certões por occasião das secas, dão-lhe uma emportancia e influencia sempre crescente sobre os descriptos centraes das províncias confinantes com esta parte do Ceará e sobre os da Bahia à margem do Saõ Francisco. De feito é um oásis no meio do grande deserto [...] Aqui uma constante verdura, uma perpetua faz rir o coração ao emigrante, que foge aos abrasados lares.¹

Com essas palavras, os editores do semanário cratense *O Araripe*, em 1855, apresentaram o Cariri cearense,² chamando atenção para suas peculiaridades naturais e enaltecendo a região a partir de sua natureza. Nessa narrativa, inúmeras definições foram atribuídas ao vale do Cariri devido às características naturais que ali se encontravam, utilizando-as como elementos que particularizam e conferem um caráter singular a este espaço, localizado no Sul do Ceará.

O jornal *O Araripe* foi, na segunda metade do século XIX, o principal veículo de produção e circulação dessas ideias enaltecedoras em torno da região. Tratava-se de um periódico de cunho político, editado pelos membros do Partido Liberal do Crato, o primeiro a ser editado no Cariri que circulou entre os anos de 1855 e 1864, no qual divulgava-se através de suas matérias, as ideologias liberais que estavam presentes em todo o país desde o início do século e os projetos do partido e elites locais para a região. Nos seus artigos, foi possível mapear aspectos da vida caririense nesse período, assim como perceber o tipo de sociedade que visavam construir, no intuito de atender demandas sociais, sobretudo políticas, que muito interessavam a tais sujeitos.

Ao divulgarem suas ideologias³ e projetos, os Liberais cratenses construíram essa visão de um Cariri peculiar, de terrenos vastos e abundantes, que se diferenciava das regiões circunvizinhas devido a sua natureza, apresentando-o como um celeiro, um local de salvação

¹ Jornal *O Araripe*, nº 2, 1855, p.2. Os trechos do jornal *O Araripe*, assim como das demais fontes utilizadas nessa pesquisa, foram transcritos da forma que se encontram no documento, inclusive as terminações em “aõ” com o acento na vogal ‘O’, recorrentes no periódico.

² Esta região localiza-se no Sul do Ceará, na Bacia Sedimentar do Araripe. A mesorregião Sul Cearense, que faz divisa com os Estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí, é formada por 25 cidades que estão divididas em 05 Microrregiões, que são: Chapada do Araripe, formada pelas cidades de Assaré, Campos Sales, Potengi, Salitre e Araripe; Caririaguçu, composta por Farias Brito, Altaneira, Granjeiro e Caririaguçu; Barro, que abrange as cidades de Aurora, Barro e Mauriti; Cariri, formada por Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Porteiras, Jardim, Nova Olinda e Santana do Cariri; e Brejo Santo, que engloba Milagres, Abaiara, Brejo Santo, Jati e Penaforte (FONTE: Mapa – Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Acesso em: 06/02/2015).

³ O termo ideologia foi utilizado como sinônimo de “ideia”. Quando empregado no texto, remete-se a um conjunto de ideias, valores e visões desse grupo político, ou seja, os liberais cratenses, que estão na base de seus projetos e de sua compreensão da sociedade.

para os habitantes que procuravam abrigo nas suas terras. Desse modo, tais ideias tiveram sua formulação na segunda metade do século XIX⁴, período em que os políticos e elites da região desejavam transformar o Cariri e, particularmente, a cidade do Crato, considerada a principal localidade da região na época, em um espaço desenvolvido, de progresso e também “civilizado”, tendo como preocupação modificar hábitos e costumes presentes nessa sociedade que não eram condizentes com o projeto de civilização que esses grupos almejavam.

Foi nesse período que se buscou demonstrar a importância da região, seja através de sua proeminência econômica, política ou ressaltando as suas peculiaridades naturais, elementos que conduziram o Cariri ao crescimento e a um futuro próspero. Nessa tarefa, um conjunto de expressões foi elaborado pelas elites e políticos para apresentar a região do Cariri cearense, tais como “jardim terreal”, “paraíso terrestre”, “verdejante”, “celeiro de salvação” e, a mais comum de todas, “oásis em meio ao sertão”. Estas expressões, acima de tudo, evidenciavam a região e a existência de uma suposta superioridade da mesma com relação aos territórios situados no seu entorno.

Muitas dessas definições e ideias se propagaram até o século XX compondo um dos elementos formadores da “identidade regional” que se buscou construir nesse período. Ao se deparar com a produção historiográfica da região, produzida pelos membros do Instituto Cultural do Cariri (ICC)⁵, expressões como essas são bastante encontradas. Na maioria dos casos, os aspectos ligados à natureza, às condições climáticas e geográficas da região, são os primeiros pontos ressaltados, de modo que a ideia de uma natureza exuberante no Cariri foi sendo reforçada. Na concepção de Irineu Pinheiro e Figueiredo Filho,

Todo e qualquer viajante que penetrar, por via férrea, na zona caririense, fora do período das chuvas, notará logo a sensível diferença entre os sertões ressequidos do percurso e a exuberância e verdura da vegetação destes rincões privilegiados. [...] Enfim, qualquer espírito sentir-se-á bem ao

⁴ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960) Dissertação (Mestrado em História Social – UFRJ). Rio de Janeiro, 2000; REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. Senhores e trabalhadores no cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XX. 2014. [302 p.] Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Ceará.

⁵ O Instituto Cultural do Cariri (ICC) foi fundado em 1953 como parte das comemorações do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, tinha como objetivo preservar a história e memória local, construindo uma identidade para a região. A revista Itaytera, publicação anual do instituto, produzida entre os anos de 1955 e 2000, estava destinada a “defesa intransigente” da região. Conforme Italo Viana, ela representou um esforço para garantir o levantamento “moral, intelectual e material” do Cariri. Entre os nomes vinculados ao ICC, os chamados intelectuais, estavam Irineu Pinheiro, José de Figueiredo Filho e Antonio Gomes de Araújo (Ver mais em: VIANA, José Italo Bezerra. O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade. 2011. 183 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará – UFC).

contacto com o ambiente vivificador, verdadeiro oásis no meio da natureza calcinada do Nordeste⁶.

Nessas circunstâncias, considerando o jornal como um importante disseminador dessas ideias e diante da sua vertente (por estar vinculado a um grupo político) verificou-se que a idealização da natureza propagada em suas matérias estava intimamente ligada aos interesses políticos que movimentavam a elite da região e os correligionários do Partido Liberal do Crato. Além disso, compreende-se ainda que tais ideias em torno dos aspectos naturais do Cariri não são neutras, levando em consideração que o homem projeta na natureza seus pensamentos, sentimentos e ideias a partir de seus próprios interesses. Nessa perspectiva, a descrição da paisagem, a forma como ela é lida, carrega objetivos particulares do sujeito que a descreveu⁷. São esses elementos que influenciam na forma de apresentar e definir a paisagem que se observa. Desse modo, a narrativa que construiu a visão de uma região edênica no interior cearense, está repleto de intenções e propósitos.

Como apontou Darlan Reis Junior, a ideia do Cariri como um espaço privilegiado “foi um importante instrumento político, utilizado pelas classes senhoriais, na consolidação de seu domínio sobre o território”⁸. Compartilhando do viés apresentado por este autor, a idealização construída em torno da natureza nas páginas do jornal *O Araripe* é aqui entendida como uma estratégia dos políticos do Partido Liberal e elites locais para concretização de seus projetos. Essa ideia enaltecida da região visava atender determinados fins, perpassando por interesses econômicos e políticos. Nesse sentido, com o objetivo de alcançar propósitos diversos, a natureza esteve em pauta nas discussões dos liberais cratenses.

Compreender as questões políticas em torno desse grupo tornou-se fundamental para o entendimento das ideias projetadas na natureza, tendo em vista que a ênfase dada aos aspectos naturais da região figurava como justificativa daquilo que eles propunham. Desse modo, partindo dessas constatações, foi que esta pesquisa buscou analisar as ideologias, as demandas e projetos dos membros do Partido Liberal Cratense e elites locais responsáveis pelo jornal *O Araripe* na segunda metade do século XIX, destacando as disputas que moviam esse grupo, suas reivindicações, os embates com as autoridades provinciais e municipais, assim como as relações por eles estabelecidas na busca de apoio para concretização de seus projetos e fortalecimento político. Tendo em vista que isto foi algo que procuraram constantemente,

⁶ FIGUEIREDO FILHO, José de; PINHEIRO, Irineu. Cidade do Crato. Coedições Secult/Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 63.

⁷ WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. In: Cultura e Materialismo. São Paulo: UNESP, 2011; ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

⁸ REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p. 26.

esses elementos possibilitam demonstrar como a idealização do Cariri a partir de sua natureza estava ligada aos objetivos e intenções desse grupo.

As análises realizadas procuraram ressaltar como os liberais cratenses atuaram nesta sociedade através da imprensa, pontuando a importância desse veículo de comunicação na promoção de suas ideias, tendo em vista que a maioria dos cargos da Câmara Municipal e demais funções no município se encontravam nas mãos da oposição. Os jornais tiveram um papel primordial, não só no Cariri e na província cearense, mas em todo o Império, por terem sido um dos principais instrumentos na disseminação das ideologias liberais e, posteriormente, por constituírem um dos espaços de atuação política quando os dois grandes partidos, Liberal e Conservador, foram constituídos⁹.

Como produto do contexto social em que estava inserido, a própria fundação do jornal *O Araripe* reflete elementos da conjuntura dessa época, por ter ocorrido no período em que o jornalismo no Ceará se estabilizava e, com a formação dos partidos políticos, passava por um grande crescimento em toda a província¹⁰. Nessa mesma perspectiva estavam algumas de suas matérias, articuladas ao debate que vigorou na segunda metade do século, possibilitando conhecer quais discussões políticas repercutiram na região e qual o posicionamento e compreensão dos liberais cratenses sobre elas.

Mas quem eram os sujeitos da elite regional vinculados ao periódico e ao Partido Liberal do Crato, adeptos de suas ideologias? Quais os seus projetos? Sobre que assuntos trabalhavam e discutiam no jornal? O primeiro questionamento é essencial na análise dos artigos divulgados no periódico, considerando que as funções que exerciam seus membros, suas ocupações, poder econômico e político, constituem elementos que influenciam na forma de perceber a sociedade, nas propostas de mudança que formulavam e nos assuntos que davam prioridade para serem debatidos nos editoriais.

Nesse ponto, as reflexões de René Remond tiveram importante contribuição ao apresentarem que o historiador cujo estudo envolve os partidos políticos deve dar atenção e considerar nas suas análises todos os domínios que estão envolvidos nas relações do político. Segundo ele, essa forma de abordagem seria um dos elementos que o campo da História Política teria extraído do contato com outras disciplinas. Sobre tais domínios, Rémond argumentou que,

⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

¹⁰ NOBRE, Geraldo. *Introdução a história do jornalismo cearense*. Edição fac-similar/ Fortaleza: NUDOC/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

[...] se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social¹¹.

Pensando em torno dos indivíduos, dos sujeitos que publicavam no jornal, a partir dessas considerações, nota-se a importância de atentar para o fato de que esses políticos e demais membros da elite vinculados ao periódico estabeleciam suas ligações e estavam inseridos em um contexto, seja ele social, econômico ou político, que influenciava diretamente no conteúdo por eles produzido.

Como pontuou Juciello Alexandre, o jornal *O Araripe*, representava os interesses dos comerciantes e profissionais liberais da cidade do Crato¹². Apesar da dificuldade para realizar um mapeamento desses homens ligados ao partido e ao periódico, assim como suas vivências e ocupações, foi possível notar que os textos publicados no jornal *O Araripe* eram escritos por médicos, professores, jornalistas, advogados, donos de engenho, padres, comerciantes e grandes proprietários envolvidos com a produção agrícola e com a criação de gado. Além dessas funções, alguns deles ainda seguiam carreiras políticas, como é o exemplo de João Brígido dos Santos, redator do jornal e professor, que também ocupou o cargo de deputado.

Desse modo, esses homens não exerciam apenas uma função na sociedade em que estavam inseridos, perpassando assim por vários campos de atuação, algo que parecia ser a realidade de muitos membros da elite durante o Império. José Murilo de Carvalho ao mapear as funções e atividades dos que compunham a “elite imperial”, demonstrou os vários setores em que ela atuava e que a maioria de seus membros possuíam diversas ocupações¹³. Suas análises em torno da elite política brasileira trouxeram importantes contribuições para o entendimento sobre a formação, ocupações e o perfil daqueles que formavam esse segmento.

Portanto, eram os sujeitos vinculados às atividades e ocupações acima citadas que pertenciam ao Partido Liberal da região ou mesmo eram assinantes do jornal e, por este motivo, publicavam em suas páginas, compartilhavam de seus projetos e ideologias liberais. Os projetos que formularam e defendiam dão indícios do modelo de sociedade que desejavam para o Cariri, além de apontar quais as suas prioridades e objetivos.

¹¹ REMOND, René. Uma história presente. In.: REMOND, René (org.). Por uma história política. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 35.

¹² ALEXANDRE, Juciello Ferreira. Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense *O Araripe* (1855-1864). 2010. 245 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

¹³ CARVALHO, Op. Cit., 2017, p. 95.

De modo geral, as reivindicações realizadas tinham como propósito o crescimento e desenvolvimento regional. Os políticos do partido solicitavam a construção de escolas na região; melhoramentos na estrutura de alguns prédios, como o da cadeia pública da cidade; pediam maior atenção para as estradas que ligavam localidades de províncias vizinhas ao Cariri, assim como daquelas que davam acesso à capital, Fortaleza; além de chamarem atenção do Governo Provincial para a existência de crimes como roubos e mortes que ocorriam por este território.

Seus argumentos, por um lado, giravam em torno de conseguir recursos e melhorias para a região, do qual seriam diretamente beneficiados nas atividades que desenvolviam. Era a imprensa o principal espaço de atuação desse grupo, entendida por eles como um instrumento de “adiantamento intelectual”¹⁴. O jornal representava para os liberais uma forma de introduzir na população novos hábitos, tendo em vista que os mesmos estavam embasados pela ideia de civilização, buscando, assim, tornar o Cariri uma localidade civilizada.

O desejo de crescimento e progresso através dos diversos melhoramentos é aqui entendido como uma forma que os liberais e elites da região encontraram para diminuir as diferenças existentes entre o sertão e o litoral, buscando conferir a este território a mesma importância e proeminência de outros pontos que eles julgavam ser adiantados. Além de interesses econômicos, estes grupos buscavam o poder, tinham como objetivo uma maior representatividade e participação política.

Nas definições de René Remond, “a política é uma atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder”¹⁵. Refletindo em torno dos projetos traçados por este grupo, a ideia de criação de uma província no Sul do Ceará, que se chamaria Cariri Novo, apresenta-se como uma das principais propostas dos liberais cratenses para conquista desse poder.

Garantir a autonomia da região, com a criação de uma nova província, foi algo que despertou o interesse de muitas autoridades e representantes políticos desde o início do século XIX. A Província do Cariri seria formada por territórios das províncias do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí, tendo como capital o Crato, considerada a localidade mais desenvolvida na época, com maior índice demográfico e particularmente por possuir uma

¹⁴ Jornal O Araripe, nº 01, 1855, p.1.

¹⁵ REMOND, René. Do Político. In.: REMOND, René (org.). Por uma história política. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 444.

localização acessível a todas as povoações circunvizinhas que integrariam a nova província. Este seria o lugar mais indicado para sede do governo provincial, no intuito de possibilitar uma atuação mais efetiva nessas regiões. Apesar de justificarem a escolha do Crato para capital com esses argumentos, vale ressaltar que tal indicação para sede perpassa também por questões políticas e disputas que marcaram a história da região.

Os Liberais cratenses atribuíam a existências de problemas no Cariri relacionados à segurança, educação, à precariedade de alguns espaços, à ausência de administração governamental. Criticavam o governo da província e denominavam sua ação de frouxa nesses pontos mais longínquos¹⁶. Diante disso, enxergavam que a autonomia política da região seria o meio para solucionar todos os problemas existentes.

Desde o início do século XIX, várias instâncias procuraram demonstrar a necessidade e utilidade da criação de uma nova província, com a promessa de que ela traria “mais vida para os sertões”. Várias solicitações de Câmaras municipais foram enviadas aos “representantes da nação” e, em 1839, o projeto foi apresentado e discutido no Senado. Na década de 1850, quando o jornal *O Araripe* foi fundado, houve então a continuação dessa ideia. Mesmo tantos anos depois das primeiras solicitações realizadas, a bandeira da autonomia política foi constantemente levantada nas páginas do periódico cratense.

As argumentações em defesa desse projeto abrangiam diversos elementos que iam desde questões políticas, até aquelas que perpassavam pelos aspectos naturais da região do Cariri cearense. Inclusive, parte dos argumentos para demonstrar a viabilidade de instituição da nova província muito se assemelha com aqueles que eram usados pelos liberais ao defenderem o fortalecimento do poder dos governos provinciais. Nesse sentido, a obra produzida por Miriam Dolhnikoff, *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*, apresentou-se como relevante na medida em que trouxe uma análise sobre as principais propostas dos liberais com a formulação do Ato Adicional. Foi possível notar que a ideia de autonomia que movimentou os liberais cratenses, assim como todos aqueles que na primeira metade do século advogaram em prol da província do Cariri, era uma ideia defendida também entre os liberais federalistas durante o Brasil Império¹⁷, embora neste segundo caso os debates estivessem relacionados apenas à ideia de conferir autonomia às províncias.

¹⁶ Jornal O ARARIPE, nº 01, 1855, p. 3.

¹⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. – São Paulo: Globo, 2005, p. 15.

Esta obra contribuiu ainda para o entendimento de como funcionava o governo provincial nessa época, quais os cargos, suas atribuições, algo que permitiu uma reflexão em torno do projeto de autonomia política da região e das mudanças que seriam ocasionadas caso fosse criada a província do Cariri, reforçando a ideia de que tais grupos tinham por objetivo a busca do poder e a concretização de seus projetos ligados à melhoria do município, funções que cabiam a Assembleia Provincial.

Eram essas as intenções e objetivos que eram buscados pelos políticos do Partido Liberal do Crato e elites da região vinculadas ao projeto. Além das argumentações já apresentadas, que visavam mostrar a conveniência de criação da nova província, eles procuraram ainda defendê-la com a apresentação das riquezas e crescimento econômico que ela poderia gerar, tornando-se uma das mais adiantadas do Império. De um lado, isso seria possível com a cobrança regular de impostos por todas as partes que iriam compor o Cariri Novo e, de outro lado, acreditavam que sua prosperidade era algo inevitável, tendo em vista a natureza prodigiosa do Cariri cearense.

O espaço que a “providência” criou para abrigo dos sertões, com solos férteis e regadios, clima aprazível, abundância em água, era visto como aquele que iria impulsionar o desenvolvimento da Província do Cariri, particularmente através da produção agrícola, por encontrar nessas terras as condições propícias para tal atividade, de modo que, em seus textos, chegaram a designá-la como a principal indústria da região.

Nesse sentido, procurei demonstrar o quanto que os produtores do jornal através de seus debates políticos construíram a ideia de um Cariri “oásis”, de uma região diferente, que se destacava do seu entorno devido as peculiaridades naturais, com o intuito de justificar seus projetos, demonstrar a importância dessa região e a viabilidade dos planos que haviam traçado, como a ideia de autonomia política, por exemplo. Desse modo, ressaltei que “valores humanos são projetados na natureza”¹⁸, sendo ela aqui entendida em sua historicidade, como produto de uma prolongada atividade humana¹⁹. Vale pontuar que essa ideia de oásis, de uma região fértil, embora tenha aparecido em produções de outras épocas, como mencionado anteriormente, tem no século XIX um período delimitado. A definição do Cariri como um espaço verde vigorou até o ano 1877, momento em que as narrativas sobre a seca passaram a ser constantes.

¹⁸ DRUMOND, José Augusto. A história Ambiental: temas fontes e linhas de pesquisa. In.: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n° 8, 1991, p. 190.

¹⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.) Domínios da História. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p 193-206.

Posto isso, considera-se que o jornal *O Araripe* é uma fonte privilegiada para o estudo de tais questões acerca do Cariri cearense na segunda metade do século XIX, tendo em vista que ele constituiu um importante espaço para atuação dos membros do Partido Liberal e elites locais, sendo o veículo difusor de suas ideologias e projetos, o meio pelo qual eles faziam suas críticas, reivindicações e debatiam assuntos referentes à região e circunvizinhanças. Grande parte das notícias estavam articuladas ao contexto social e político do Brasil Império.

O diálogo com a historiografia do período foi primordial para identificar essas relações. Além dos autores já mencionados, a produção de Ilmar Mattos, *Tempo Saquarema*, ao abordar o processo de construção do Estado Imperial e de constituição da Classe senhorial, contribuiu para o conhecimento de alguns aspectos que marcaram o Brasil Império. Essa obra foi essencial na compreensão e contextualização das matérias do semanário cratense, como a ideia de civilização e ordem, a ênfase na agricultura, a dicotomia apontada entre sertão e litoral, além das discussões em torno dos Luzias e Saquaremas, que ajudam a entender a visão de ambos em torno da política e da sociedade, além do fato de que entre tais grupos, pertencentes ao mundo do Governo, existiam diferenças, semelhanças e também relações de hierarquia²⁰.

Destaco ainda a obra de Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República*, que teve grande relevância ao apresentar a efervescência de ideias advindas de outros países, o meio de difusão das ideologias liberais, o caráter que elas assumiram no Brasil e alguns fatores que levaram à constituição dos partidos políticos²¹. Para tanto, este último ponto foi aprofundado a partir das discussões propostas por José Murilo de Carvalho, que, ao realizar um estudo sobre a composição e ideologia dos dois grandes partidos do Império, Liberal e Conservador, auxiliou no entendimento de suas demandas, no perfil de seus membros, ocupação e representatividade²². Tais elementos foram essenciais também no contato com a narrativa dos liberais cratenses no jornal e o lugar a eles reservado na política local.

Portanto, diante do teor das matérias do periódico analisado, sua circularidade, temas abordados e do papel social exercido, o semanário cratense *O Araripe* constitui a fonte principal para construção dessa pesquisa, de modo que o recorte temporal estabelecido, de 1855 à 1864, corresponde ao período de produção e circulação do jornal na região, assim como foi a época em que o Cariri vivenciou algumas mudanças relacionadas ao aumento da

²⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. 2ª ed. Editora Huccitec: São Paulo, 1990.

²¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 9º Ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

²² CARVALHO, Op. Cit., 2014, p. 201.

população, à presença de novos comerciantes e à circulação de mercadorias, dentre outros aspectos. Desse modo, mesmo tratando-se de um espaço com características e atividades ligadas ao mundo rural, compreendo que tais mudanças contribuíram para impulsionar mais ainda os liberais cratenses na formulação e na defesa de seus projetos.

Além desse periódico, outras fontes apresentaram-se como importantes para análise das questões que foram aqui abordadas, como os Anais do Senado do Império do Brasil, que trazem a discussão ocorrida em torno do projeto de criação da Província do Cariri, assim como edições da Revista do Instituto do Ceará. Ambas as fontes mencionadas, tal qual o semanário *O Araripe*, apresentam justificativas diversas para demonstrar o quanto seria útil essa realização e se utilizam das peculiaridades naturais do Cariri na justificativa de suas propostas. Esse recuo no tempo foi necessário para um melhor entendimento do projeto que tinha os liberais cratenses como continuadores. Foram consultados ainda os relatórios de presidente de província do Ceará, aqueles correspondentes ao período da pesquisa.

Estas análises sobre o Partido Liberal do Crato, sua articulação com a imprensa, projetos, ideologias e sua contribuição para a construção de uma visão enaltecida em torno da região devido às peculiaridades naturais desse espaço, foram estruturadas em três capítulos. Em *Projetos políticos e ideologias liberais no Cariri cearense*, realizei uma abordagem sobre a efervescência de ideias que marcaram o Brasil no século XIX, a vinculação com a imprensa e a formação dos partidos políticos, buscando inserir a região e, particularmente, a cidade do Crato, nesse quadro de discussões, tendo em vista que esse processo foi aqui vivenciado. Pontuei a presença das ideologias liberais no Cariri, o papel exercido pela imprensa periódica e o contexto de sua fundação na região.

Em seguida, procurei analisar o periódico cratense *O Araripe*, porta-voz das ideologias liberais no Cariri, destacando aspectos sobre sua materialidade e também seus elementos discursivos, tais como os temas trabalhados, as propostas do partido, suas disputas, as críticas tecidas à oposição. O objetivo foi apresentar a atuação desse grupo através da imprensa e pontuar, dentre os diversos assuntos tratados, elementos sobre a sociedade caririense na época e sobre os debates a nível nacional que repercutiram na região por intermédio de *O Araripe*, no intuito de retratar como esse período foi entendido e vivenciado por esses grupos na região. Nessa perspectiva, a análise recaiu em torno do Gabinete da Conciliação, pontuando a partir dos artigos do jornal a percepção dos políticos liberais cratenses sobre esta proposta, que apesar de conciliatória, não conseguiu amenizar as disputas e contendas entre os partidos na província cearense.

O capítulo intitulado *O Projeto de criação da Província do Cariri*, tem como foco de análise o principal projeto defendido pelos liberais cratenses na segunda metade do século XIX, aquele que era visto como primordial para a concretização dos demais planos traçados. Inicialmente procurei realizar um mapeamento das solicitações em defesa da autonomia política do Cariri com a criação de uma nova província, antes mesmo da fundação do jornal, analisando as justificativas empregadas pelos políticos que desejavam demonstrar a necessidade dessa criação e o quanto ela seria útil aos habitantes dos sertões que, no entendimento das autoridades, viviam distantes da ação do governo e por isso estavam sujeitos a diversos tipos de problemas.

Feito isso, as análises recaíram em torno dos debates que tomaram as páginas do jornal *O Araripe* em defesa da autonomia política da região, apresentando os possíveis fatores e as mudanças ocorridas no Cariri a partir da década de 1850, que contribuíram para que os liberais ainda acreditassem na possibilidade de criação da província. Destaquei as narrativas publicadas no jornal, pontuando as articulações do partido na busca por apoio, assim como as suas justificativas que perpassavam pelo âmbito político, econômico e também natural. Eles visavam demonstrar a importância desse projeto, aquele que seria fundamental para o alcance da representatividade e poder tão almejado por essas classes, construindo também a ideia de um Cariri diferente, de natureza exuberante, a fim de evidenciar a região.

Com base nisso, no capítulo intitulado *Um sertão verde: as percepções dos liberais cratenses em torno da natureza do Cariri*, analisei as ideias e valores humanos projetados na natureza da região, destacando como o Cariri foi apresentado a partir de suas peculiaridades naturais construindo a ideia de um verdadeiro oásis no sertão, uma região incomum, que se distingue dos locais ao seu entorno. Procurei demonstrar como essa ideia propagada pelos liberais cratenses estava associada às suas demandas políticas e que a natureza foi um dos importantes argumentos utilizados na defesa de seus projetos.

Nessas circunstâncias, tais percepções estavam bastante atreladas à ideia de progresso, considerando que em várias edições do jornal houve um incentivo para o uso e extração dos recursos naturais. As potencialidades do solo fértil, regadio, as condições climáticas da região, apresentavam-se como o meio que impulsionaria o Cariri para o crescimento e desenvolvimento através do trabalho agrícola. Desse modo, destaquei ainda a ênfase dada pelos produtores do jornal à agricultura, ao pontuarem com frequência que esta era a principal indústria da região e, por conseguinte, aquela que necessitava de atenção e exclusividade, chegando a atacar a criação de gado que também ocorria nos terrenos do Vale

do Cariri. O objetivo é, então, apresentar que a descrição enaltecadora da região a partir de seus aspectos naturais carrega diversos interesses, sobretudo políticos e econômicos.

2 PROJETOS POLÍTICOS E IDEOLOGIAS LIBERAIS NO CARIRI CEARENSE.

[...] Quando este seculo surdio, assim no velho, como no novo mundo foi embalado pelas Sereias da Liberdade, cujos cantos inspirarão essa doçura nos corações de uma geração entusiasta, e cheia de esperanças. Mal de nós que imitadores devemos ser de tão famosos actores, se os nossos heroes não tivessem mostrado o sublime proscenio nas memoraveis epochas de 1817, 1822 e 1824. Temos em muito elevarmo-nos considerando os sublimes brasileiros de tão famosas lides, cujo maior padrão de gloria é o terem sellado com seo precioso sangue a nossa Independencia. [...] saudamos aos Caririenses, e lhes enviamos nossas fellicitações por terem em si o primeiro e mais forte paladium das Liberdades, a Imprensa. Nós a reverenciamos como alma de progresso encarnada, e viva²³.

Por ocasião da fundação do jornal *O Araripe*, João Brígido dos Santos deu publicidade a uma carta endereçada pelos amigos e correligionários João Batista Vieira, Ignácio Bastos e João Bastos, comerciantes da cidade de Saboeiro, na qual felicitavam os caririenses pela aquisição da imprensa nesse “encantador terreno”, palco de “lutas gloriosas”. Referiam-se aos movimentos revolucionários e às ideologias liberais que permearam a região no início do século XIX, classificando tais épocas como memoráveis e nomeando de heróis aqueles que aderiram aos princípios de liberdade. Na carta, eles demonstraram enxergar o jornal como uma forma de dar continuidade às lutas políticas ocorridas no passado, assim como à defesa dos princípios liberais que tiveram as elites da região como adeptos, algo que evidencia a presença no Cariri das ideologias que se propagaram em diversas partes do território, em meados do século, e continuaram a ser defendidas, na década de 1850, através do jornal *O Araripe*.

Partindo de tais colocações, é possível pontuar que a região, sobretudo a cidade do Crato, foi permeada por tais ideologias, pela circularidade de ideias, pela presença da imprensa periódica e, posteriormente, sua vinculação com os partidos políticos, constituindo um importante espaço de atuação e disputas pelo poder. Nesse sentido, ao longo deste capítulo, busquei articular o contexto do Cariri cearense, as ideias e projetos políticos dos liberais aos elementos que caracterizam a sociedade Imperial.

2.1 O CRATO NOS QUADROS DO LIBERALISMO.

Falar sobre o século XIX é se remeter a um período marcado por intensas transformações, permeado de novas ideias, de debates políticos e sociais que integraram o

²³ Jornal *O Araripe*, nº 4, 1855, p. 3.

processo de formação da nação. Durante o Império, aqueles que desejavam conduzir os rumos da sociedade estavam embasados pela ideia de civilização e, utilizando-se de conceitos formados em países distantes, buscaram mecanismos que lhes possibilitassem serem semelhantes às nações mais “civilizadas”²⁴, enxergando-as como padrão a ser seguido. Nessa busca por elementos civilizatórios, nota-se a criação de uma dicotomia entre litoral e sertão, o primeiro como sinal de progresso, de civilização, enquanto o segundo era associado à barbárie²⁵.

A sociedade Imperial foi ainda marcada, conforme Ilmar Mattos, pela existência de “três mundos” que não deveriam se confundir: governo, trabalho e desordem. Ou seja, o povo, os escravos e a plebe, respectivamente. Mundos divididos por fronteiras, hierarquizados e, desse modo, marcados pela desigualdade entre os que pertenciam ao país. Isso expressava, segundo o mesmo autor, “um fundo histórico forjado pela colonização, que as forças predominantes na condução do processo de emancipação política não objetivavam alterar: o caráter colonial e escravista dessa sociedade”²⁶.

Nas discussões realizadas por Ilmar Mattos, a existência de três mundos era uma distinção entre coisa e pessoa, de modo que “o povo e a plebe eram pessoas, distinguiam-se dos escravos por serem livres. Todavia, povo e plebe não eram iguais, nem entre si nem no interior de cada um de seus mundos”²⁷. Nesse sentido, nota-se que embora essa época tenha sido de recorrentes transformações, muitos elementos marcadamente característicos do período colonial permaneceram.

Nos debates em torno da organização do país após a independência, a questão do trabalho escravo permeava as discussões encontrando aqueles que defendiam o fim da escravidão e aqueles que apresentavam mecanismos para que tal instituição fosse mantida. Mesmo com todas as pressões sofridas para abolir o tráfico e o receio de uma revolta escrava no país, o negro continuou a ser escravizado, pondo em questão também o exercício da cidadania que, durante do Império, apresentava seus limites²⁸.

O século XIX, por sua vez, constituiu-se também como um período marcado por revoltas, embates políticos e de grande efervescência de conceitos e ideias advindas da Europa que adentraram no país através do contato com livros de pensadores como Rousseau e Montesquieu. A disseminação do pensamento revolucionário ocorreu ainda por intermédio

²⁴ MATTOS, Op. Cit., 1990, p. 1.

²⁵ Ibidem, p. 34.

²⁶ Ibidem, p. 114.

²⁷ Ibidem, p. 125.

²⁸ Ibidem, p. 116.

dos contatos pessoais, no qual os estudantes que se deslocavam para outros países, como Portugal e França, ao retornarem imbuídos de novas ideias, propagavam as mesmas em diversos locais, tornando-as então conhecidas por muitas pessoas²⁹.

Este pensamento revolucionário, os conceitos e ideias advindos da Europa, embora nem sempre divulgados de forma muito precisa e assumindo significados restritos, tornaram-se referência para compreensão dos acontecimentos ocorridos no país. Ao serem incutidas em parte da sociedade, especialmente entre a elite letrada (já que a maioria da população pouco tomava conhecimento dessas ideias), estiveram presentes e impulsionaram os diversos movimentos revolucionários que eclodiram por todo o território durante essa época.

A efervescência de ideias, os debates em torno da construção do Estado Nacional, as disputas pelo poder e os embates entre os partidos políticos são alguns dos elementos que estiveram presentes em diversas partes do país. Com suas peculiaridades, tais elementos que marcaram o cenário social e político da época são características possíveis de identificar na Província cearense que, conforme Almir Leal, teve importante participação nas discussões em torno do processo de construção do Estado Nacional devido à inserção de representantes da mesma na política nacional³⁰.

A afirmação feita sobre a participação de políticos regionais nesse processo é interessante para demonstrar a atuação dessa elite na construção dos direcionamentos da nação que se formava. Isso permite compreender que a representatividade nas discussões políticas não se restringia apenas àquelas Províncias mais desenvolvidas, com um poder político e econômico maior, embora estas províncias possuíssem tais características e dispusessem de uma bancada maior de deputados, tendo uma atuação mais efetiva. Dessa forma, ao contrário do que sugere Ilmar Mattos, ao analisar a dinâmica do Império a partir do Rio de Janeiro e definir a “direção saquarema” como aquela apta a dirigir o estado, verifica-se que as elites provinciais tiveram peso nas decisões da política nacional. Elas não estavam apenas ligadas aos interesses localistas, como se acreditava.

No entendimento de Miriam Dolhnikoff, a participação da elite regional na política nacional só se tornou possível devido ao projeto federalista, por garantir maior autonomia às províncias. Segundo ela, “as elites regionais constituíram-se também em elite política, cujo desejo de autonomia não era sinônimo de uma suposta miopia localista e estava acoplado a

²⁹ COSTA, Op. Cit., 2010, p.29.

³⁰ OLIVEIRA, Almir Leal de. A construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do século XIX: Autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais. In.: OLIVEIRA, Almir Leal de.; BARBOSA, Ivone Cordeiro (org.). Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilações de Leis Provinciais do Ceará. – ed. – Fac. similada. Fortaleza: INESP, 2009, p.18.

um projeto político que acomodava as reivindicações regionais em um arranjo nacional”³¹. Então as elites regionais atuaram não só nas questões que se apresentavam na Província, mas também buscaram se inserir nesse debate mais amplo que dizia respeito a todo o território, fator que torna imprescindível o conhecimento dessa dinâmica regional, assim como a relação da mesma com as instâncias locais.

A Província cearense não só sentiu as transformações e mudanças ocorridas no período, como também se mostrou atuante nesse processo. Celeste Cordeiro, ao falar sobre o Ceará na segunda metade do século XIX, destacou que,

Nosso Estado, ao seu jeito, viveu intensamente todo esse processo: políticos e partidos, tribuna, imprensa, crescente circulação de ideias, agrupamentos intelectuais, preocupação com a educação... Todo o burburinho transformador não só ecoou aqui, como teve daqui uma contribuição importante, a qual pode ser avaliada por uma série de variáveis: a quantidade de jornais circulando em Fortaleza e no Ceará como um todo, bastante representativos das diversas tendências ideológicas (liberais, católicos, maçons, republicanos, etc.), políticos de estrutura nacional como o senador Martiniano de Alencar e o senador Pompeu; [...]³².

E essa circulação de ideias, a presença da imprensa e os embates políticos, que ocorreram com maior frequência na segunda metade do século, também marcaram o interior da Província, como se pode observar na região do Cariri cearense, particularmente na cidade do Crato. Localizada no Sul do Ceará, na Bacia Sedimentar do Araripe, essa região foi palco de revoltas e lutas políticas desde o início do século XIX, que conferiram certa projeção para esse lugar.

Remeto-me a uma região que desde o processo de colonização e povoamento, ocorrido a partir do século XVIII, apresentou-se como um espaço propício para a criação de gado e também para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Por estar situada ao sopé da Chapada do Araripe, os territórios mais próximos a ela possuíam clima aprazível, solos férteis e regadios, por conta das fontes de água que brotavam da Chapada. Tais peculiaridades naturais distinguiam o Cariri do seu entorno e foram utilizados também na construção de uma ideia enaltecida da região, apresentando-a como diferente e como um espaço que se destacava frente às regiões circunvizinhas.

Este território foi se desenvolvendo e, conforme apontou Ana Sara Cortez, “na segunda metade do século XIX, o Cariri cearense era uma região populosa, com atividades

³¹ DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org.). Brasil: Formação do Estado e da Nação. – São Paulo: Hucitec; ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 432.

³² CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In.: SOUSA, Simone de. [et al]. Uma nova história do Ceará. 4ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 135.

econômicas bastante desenvolvidas e bem definida quanto a organização administrativa”³³. Segundo esta autora, a região dividia-se em duas comarcas, Crato e Jardim. Enquanto nesta última predominava-se a criação de gado vacum, na comarca do Crato o trabalho agrícola se apresentava de forma mais intensa com a cultura canavieira³⁴.

Antes chamada de Missão do Miranda, o Crato foi uma das primeiras povoações do Cariri. Tornou-se vila em 1764 e cabeça de comarca em 1816, que incluía além deste município, o de Barbalha e Missão Velha³⁵, sendo elevado à categoria de cidade em 1853, por intermédio da lei nº 628 sancionada por Joaquim Vilela de Castro Tavares, na época presidente da Província do Ceará. Cronologicamente, o Crato era a quinta cidade da província cearense³⁶. Na descrição de Thomaz Pompeu de Souza Brasil,

A comarca do Crato fica no Valle formado pela serra do Araripe, que se chama Carirys, nome derivado da tribo indígena que n’ella habitava. O terreno é baixo, entrecortado de ribeiros e oiteiros, como todo o sopé da serra, circumdado pelo Araripe, de cujas fraldas emanam rios abundantes d’agua, que em vários córregos banham fartamente aquele solo fertilíssimo e rico de produção. A cana, os legumes, mandioca, algodão, e nas fraldas da serra o café, dão como em parte alguma. A agricultura é a indústria principal do paiz, e para alli correm não só a prover-se de mantimentos, como a refrigerar-se das seccas os habitantes dos sertões vizinhos da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Parahyba e Piauhy³⁷.

Ao descrever os aspectos físicos e naturais da comarca do Crato, Thomaz Pompeu enfatizou as peculiaridades desse espaço, fatores que constantemente foram associados à instituição dos primeiros núcleos populacionais. Apresentou também os itens produzidos nesse território, base da economia caririense, e a busca por essas terras pelos habitantes advindos dos sertões circundantes. As condições mais favoráveis que possuía a região atraíram pessoas durante os períodos de seca, de modo que a maior parte de sua população era formada, além dos escravos, por homens livres pobres, sendo todos eles empregados na lavoura canavieira, nos engenhos e demais atividades desenvolvidas na região³⁸. Em suas estatísticas, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil afirmou o “espantoso crescimento populacional” do município do Crato, afirmando que vários núcleos foram se formando todos os dias. A tabela a seguir, apresenta alguns números referentes ao índice demográfico da

³³ CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos. A família escrava no Cariri cearense (1850-1884). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará – UFC. p.25.

³⁴ Ibidem, p. 25.

³⁵ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil. Ensaio Estatístico da Província do Ceará. Tomo II, 1864, p. 101.

³⁶ As demais cidades eram: Fortaleza (1823), Sobral (1841), Icó e Aracati (1842). FIGUEIREDO FILHO, José de; PINHEIRO, Irineu. Op. Cit., p. 9-10.

³⁷ BRASIL, Op. Cit., 1864, p.101.

³⁸ CORTEZ, Op. Cit., 2008, p. 25.

cidade que se encontrava, na década de 1860, com uma população geral formada por 19.425 habitantes.

QUADRO 1 - Número de habitantes no Crato na segunda metade do século XIX.

POPULAÇÃO DO CRATO NO ANO DE 1860			
Livre		Escrava	
Homem	8.412	Homem	726
Mulher	9.772	Mulher	665
TOTAL	18.184	TOTAL	1.391

Fonte: Dados extraídos do “Ensaio Estatístico da Província do Ceará” de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil.

Dentre as freguesias que formavam a região do Cariri cearense, era o Crato a que possuía o maior número de habitantes e, por esse e outros fatores, era considerada a localidade mais desenvolvida da região. No que concerne ao seu índice populacional, houve uma pequena diminuição nos anos subsequentes relacionada às divisões territoriais ocorridas. Entretanto, o fluxo migratório para esta terra se manteve e, conforme destacou Ana Sara Cortez, “durante todo o século XIX, o espaço do Cariri permaneceu requisitado pelos trabalhadores de áreas limítrofes, em vista das incontáveis possibilidades que a localidade proporcionava”³⁹. No entanto, vale ressaltar que embora muitos trabalhadores fossem em busca de melhores condições de vida, nem todos conseguiam a oportunidade de desfrutar das potencialidades existentes nesse espaço. Conforme Jucieldo Alexandre, junto ao crescimento demográfico, não ocorreram melhorias nas condições de vida daqueles que residiam na cidade, existindo assim a pobreza e muitas pessoas na mendicância pelas ruas⁴⁰.

No vale do Cariri, além de existir a prática de criação de gado, o trabalho agrícola foi notável. A principal atividade econômica era a lavoura da cana de açúcar e desde o século XVIII os engenhos foram se multiplicando nos terrenos ao sopé da Serra do Araripe. A rapadura, por sua vez, constituiu-se como um importante produto na exportação. A escolha e investimento na fabricação desse item ocorreu pelo fato dele poder ser utilizado na substituição do açúcar, que era produzido no litoral e, dessa maneira, não se encontrava

³⁹ CORTEZ, Op. Cit., 2008, p. 43.

⁴⁰ ALEXANDRE, Op. Cit., 2010, p. 80.

acessível à população do interior por conta da distância, fatores que dificultavam seu transporte e gerava grandes custos⁴¹.

Além das produções dos senhores de engenho, a cana de açúcar também era cultivada nas pequenas propriedades, chamadas de sítios, nos quais se produzia ainda outros itens essenciais para subsistência e para o abastecimento do mercado interno ou externo. Dentre eles estava o arroz, milho, feijão e a mandioca, da qual se produzia a farinha que, ao lado da rapadura, era um importante alimento da população sertaneja⁴². Nessa região houve também a produção do café, em pequena escala, mais voltado para o consumo interno, e do algodão, que se desenvolveu particularmente em 1860 devido à Guerra de Secessão⁴³. Visando uma considerável obtenção de lucros e aumento na economia regional, diversas vezes o semanário cratense *O Araripe* incentivou a produção de algodão no Cariri.

Existiam no Cariri, além do trabalho agrícola e da prática de criação de animais, atividades ligadas ao comércio local, que não deixavam de perpassar o mundo agrário, e ao artesanato, ambas de considerável importância. Conforme apontou Darlan Reis Junior, a economia era bem dinâmica. Na apresentação desse autor:

Agricultores, pequenos produtores, fazendeiros, oleiros, carpinteiros, ferreiros, mercadores, tropeiros, homens e mulheres livres e também escravos circulavam pelos caminhos do Cariri, em seus povoados, vilas e na cidade do Crato, trabalhando, comercializando, trazendo notícias, visitando familiares e amigos. Em meados do século XIX, o predomínio das atividades ligadas ao mundo rural era combinado com as exercidas nos núcleos urbanos das vilas e da cidade do Crato⁴⁴.

O Crato era considerado um importante centro da região e foi a produção e comercialização de seus produtos, como a rapadura, por exemplo, que era exportada para regiões das províncias vizinhas, tais como Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, que contribuiu para fortalecer laços econômicos e, sobretudo, políticos. Desse modo, sua projeção política está relacionada ao desenvolvimento das atividades ligadas à agricultura e ao comércio⁴⁵.

Além desses fatores, conforme apontou Jucieldo Alexandre, o espaço que o Crato ganhou na política caririense e provincial pode ser observado através do papel que as famílias abastadas, as elites locais, desempenharam nos movimentos revolucionários ocorridos em

⁴¹ ALEXANDRE, Op. Cit., 2010, p. 71.

⁴² PINHEIRO, Op. Cit., 2010, p. 47.

⁴³ CORTEZ, Op. Cit., 2008, p. 54-55.

⁴⁴ REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p. 85.

⁴⁵ ALVES, Maria Daniele. Desejos de civilização: representações liberais no jornal *O Araripe* (1855-1864). 2010. 148 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Ceará – UECE, p. 35.

Pernambuco⁴⁶. Foram os negociantes e donos de engenho, segundo Irineu Pinheiro, que compunham a classe aristocrática do Crato e que também eram os envolvidos na política local, os responsáveis pelo comando dos exércitos nas lutas da Independência e da Confederação do Equador⁴⁷.

Desse modo, desde meados do oitocentos, o Crato esteve inserido nos movimentos de cunho liberal, através de uma das suas principais lideranças que era a família Alencar, cuja influência e participações continuaram a ser lembradas ao longo do século, momento em que as ideologias e projetos liberais se fizeram ainda presentes nessa sociedade sendo vinculadas pela imprensa. Nesse sentido, os editoriais do jornal *O Araripe*, órgão do Partido Liberal cratense, que circulou entre os anos de 1855 e 1864, permitem uma problematização da efervescência de ideias que marcaram a época, assim como possibilitam identificar como a região e a cidade do Crato, em particular, vivenciaram os processos políticos e transformações ocorridas durante o Império. Esse periódico constitui uma importante fonte na compreensão das discussões que repercutiram na região, algumas delas aliadas ao debate político nacional, e na percepção de como a elite local se organizava, quais projetos formulavam e com que intenções. Demonstravam assim o ideal de sociedade que buscavam construir e a articulação desses projetos com a construção da ideia de um Cariri diferente a partir da idealização de sua natureza. É possível notar ainda como a elite e os produtores do jornal percebiam, a partir de suas próprias demandas, as ideias liberais então vigentes no cotidiano social.

O liberalismo europeu foi a principal fonte de inspiração das classes dominantes que estiveram no poder depois de proclamada a independência. Conforme destacou Emília Viotti da Costa, “as ideias liberais foram utilizadas por grupos com propósitos diversos e em momentos distintos no decorrer do século XIX”⁴⁸. As ideologias liberais que adentraram no país foram adaptadas à necessidade desses grupos dominantes passando a assumir outras conotações. O liberalismo tão divulgado no Brasil teve os seus limites, sendo o principal deles a escravidão. Desse modo, durante o século XIX, foi frequente a dicotomia entre as teorias liberais e a sua prática.

Essas ideologias estiveram presentes nas disputas pelo controle do poder, momento em que o conflito entre as elites e o imperador era constante. Nesses embates, a dicotomia de ideias predominava até mesmo entre os grupos dominantes envolvidos na formação e direção da nação. Dessa forma, por uma série de questões, acabou existindo uma cisão dentro da

⁴⁶ ALEXANDRE, Op. Cit., 2010, p. 72.

⁴⁷ PINHEIRO e FIGUEIREDO FILHO, Op. Cit., 2010, p. 33.

⁴⁸ COSTA, Op. Cit., 2010, p. 135.

própria elite que, ao apresentar interesses e projetos divergentes, dividiu-se em dois grupos com visões e opiniões distintas, um assumindo posturas liberais e outro com uma vertente conservadora. Esses grupos foram tomando forma e passaram a constituir, posteriormente, os dois grandes partidos políticos do Império: os Liberais e Conservadores⁴⁹.

No Ceará, por volta da década de 1830, três grupos orientavam a vida pública na província: os imperialistas, regressistas e chimangos⁵⁰. Almir Leal chama atenção para o fato de que tais grupos tinham uma coesão interna frágil e suas ideologias moldavam-se a partir dos interesses locais e dos rumos da política nacional. Os imperialistas, a partir da descrição do mesmo autor, apoiavam as tendências absolutistas de Dom Pedro I e defendiam o seu retorno ao Brasil. Tal grupo era identificado com o partido português por se associarem aos seus interesses.

Os regressistas opunham-se à autonomia das províncias e defendiam o regresso, defendiam o estado monárquico e centralizador, se diferenciando daqueles que eram a favor da autonomia provincial com base no federalismo. Este grupo, também conhecido como Caranguejo, tornou-se após 1840 o Partido Conservador. O outro grupo, os chimangos, tinha um programa de cunho liberal e declarava-se também como partido da revolução. Ao contrário dos regressistas, eles defendiam a autonomia provincial. Reuniu alguns nomes que participaram dos movimentos de 1817 e 1824 como José Martiniano de Alencar e Manuel do Nascimento Castro e Silva. Como observa Almir Leal, ambos se encontravam representando o grupo chimango quando o Ato Adicional em 1834 foi aprovado, participando assim das discussões vigentes. Após 1840 tal grupo passou a ser identificado como o Partido Liberal⁵¹.

José Martiniano de Alencar esteve na direção do Partido Liberal no Ceará até 1860, ano de sua morte. Ele formou-se em teologia pelo seminário de Olinda e, assim como outros membros de sua família, aderiu aos movimentos revolucionários que se desencadearam na província de Pernambuco, estando a família Alencar envolvida ainda no confronto, que ficou conhecido como “Revolta de Pinto Madeira”, ocorrido entre Crato e Jardim⁵². Ocupou o cargo de senador em 1832, no qual esteve como representante da província cearense atuando nos debates políticos. O senador Alencar, como era chamado, assumiu ainda a função, em 1834, de Presidente da província do Ceará. Ele é o responsável pelo projeto de criação da Província do Cariri, que visava à emancipação política da região cuja capital seria a cidade do Crato, projeto esse que foi amplamente defendido, anos depois, nos editoriais do semanário cratense

⁴⁹ COSTA, Op. Cit., 2010, p. 147.

⁵⁰ OLIVEIRA, Op. Cit., 2009, p. 23.

⁵¹ OLIVEIRA, Op. Cit., 2009, p.25.

⁵² PINHEIRO e FIGUEIREDO FILHO, Op. Cit., p. 129-130; PINHEIRO, Irineu. Op. Cit., 335-373.

O Araripe. Conforme apontou Abelardo Montenegro em seu estudo sobre os partidos políticos no Ceará, com a troca de regentes em 1837, no qual Feijó perdeu o seu posto, deixou também José Martiniano de Alencar a função de presidente na referida província⁵³. Do mesmo modo que os demais membros do Partido Liberal foram destituídos dos principais cargos que ocupavam na Província cearense, enquanto os Conservadores assumiram o poder nacionalmente⁵⁴.

Nota-se que entre aqueles envolvidos com os debates políticos da época em torno dos rumos do país existiam as divergências ideológicas e estratégicas na execução dos projetos que idealizavam. Esse fator contribuiu para uma divisão de grupos, cujos desdobramentos acabaram por propiciar a consolidação dos mesmos e com isso a formação dos partidos políticos imperiais, pois, como argumenta José Murilo de Carvalho, não é possível falar em partidos políticos no Brasil até o ano de 1837, visto que as organizações existentes antes da independência eram do tipo sociedades secretas. Após a abdicação, algumas sociedades se constituíram, mas com o Ato Adicional elas foram extintas. José Murilo apontou que “as consequências da descentralização produzida pelo código do processo criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da regência”⁵⁵, são alguns dos fatores que contribuíram para a formação dos dois grandes partidos que, segundo ele, dominaram a vida política durante o Império.

Conservadores e Liberais foram caracterizados, em algumas produções historiográficas, como partidos que, na prática, não apresentavam divergências tão profundas. Emília Viotti, por exemplo, defende que “era comum encontrar liberais apoiando causas conservadoras e vice-versa”⁵⁶. Essa ideia de uma íntima semelhança entre os dois partidos faz recordar um “provérbio imperial” que afirmava não existir “nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder”. No entender de Ilmar Mattos, esse provérbio muito utilizado por “políticos, homens de Estado, historiadores e demais cientistas sociais” é uma forma de caracterizar sob uma perspectiva negativa os partidos imperiais⁵⁷. Tal autor apresentou a existência de diferenças entre os mesmos. Entretanto, pontuou também elementos que os tornavam semelhantes, mas sem perceber esse fato de forma negativa.

José Murilo de Carvalho, em sua análise sobre a composição social e ideológica dos partidos políticos, apontou que há os que afirmam não existir diferença entre os partidos, há

⁵³ MONTENEGRO, Abelardo F. Os partidos políticos no Ceará. Fortaleza. Edições Universidade Federal do Ceará, 1980, p.21.

⁵⁴ CORDEIRO, Op. Cit., 2007, p. 144.

⁵⁵ CARVALHO, Op. Cit., 2014, p.204.

⁵⁶ COSTA, Op. Cit., 2010, p.161.

⁵⁷ MATTOS, Op. Cit.,1990, p. 103.

também aqueles que os distinguem em termos de classe social e pela origem regional. No seu mapeamento, entre aqueles autores que negam a existência de diferenças estão Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Nestor Duarte, dentre outros. De forma geral, argumentaram que as disputas entre eles estavam relacionadas aos grupos dos quais pertenciam, no interior dos partidos suas correntes se misturavam, representavam os mesmos interesses e os conflitos não tinham uma vinculação com problemas concretos⁵⁸.

Nessa definição e caracterização dos partidos, há ainda aqueles autores que pontuaram as distinções entre Liberais e Conservadores fundamentada na oposição entre descentralização e centralização. José Murilo de Carvalho, por exemplo, defendeu que,

Até a publicação do programa do Partido Progressista em 1864, as divergências entre liberais e conservadores se prendiam quase que totalmente aos conflitos regenciais entre as tendências de centralização e descentralização do poder, corporificadas nas leis descentralizadoras de 1832 e 1834 e nas leis do Regresso de 1840 e 1841. Os liberais eram por maior autonomia provincial, pela justiça eletiva, pela separação da política e da justiça, pela redução das atribuições do poder moderador. Os conservadores defendiam o fortalecimento do poder central, o controle centralizado da magistratura e da polícia, o fortalecimento do poder moderador⁵⁹.

Tal autor apresentou que as divergências entre os dois partidos prendiam-se aos debates de descentralização e centralização, sendo os Liberais defensores da autonomia provincial e assim favorável à distribuição de poderes entre o governo central e provincial, enquanto os conservadores eram favoráveis e defendiam a centralidade do poder nas mãos do Governo Central, ou seja, do Imperador. Nessa mesma perspectiva, Ilmar Mattos também defendeu a existência de dicotomias entre os partidos políticos imperiais apontando que, entre os liberais, o interesse era de “conduzir a política de modo a assegurar o predomínio de cada grupo em tal âmbito provincial” algo que poderia realizar-se com o equilíbrio do aparelho de Estado pelo território⁶⁰. Do outro lado, contra essa ideia, “a força vencedora” propugnava uma distribuição desigual do aparelho de estado⁶¹.

Essa divisão entre liberais e conservadores baseada, respectivamente, na defesa de descentralização e centralização, como apresentada pelos autores acima destacados, é uma vertente que a autora Miriam Dolhnikoff procura se distanciar em suas análises, ao defender que a distribuição equilibrada do aparelho de Estado era de interesse de ambos os partidos⁶². Ela demonstrou que esse debate permeou a construção do Estado Brasileiro no qual

⁵⁸ CARVALHO, Op. Cit., 2014, p. 202.

⁵⁹ Ibidem, p. 206.

⁶⁰ MATTOS, Op. Cit., 1990, p. 105.

⁶¹ Ibidem, p. 106.

⁶² DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 83.

confrontavam-se dois projetos, um em defesa da monarquia constitucional e a centralidade do poder, e outro projeto que visava reunir unidade e autonomia baseado no princípio federalista. Os liberais propunham um arranjo institucional em que convivessem duas esferas formadas pelo governo central e provincial.

Seu projeto federalista visava uma distribuição de poderes de Estado entre as duas instâncias, garantindo certa autonomia às províncias, algo que seria sinônimo de “eficácia administrativa”. Diante de um território tão extenso, com as dificuldades que se tinha em relação a transporte e comunicação, a autonomia provincial daria uma maior organização ao aparato administrativo além da possibilidade desses governos servirem com “braço do Estado na região”⁶³.

As atribuições que caberiam ao governo central e ao governo provincial ficariam constitucionalmente bem definidas a partir de 1834, com o intuito de que a garantia de determinados poderes às províncias não chegasse a comprometer a unidade nacional. Essa foi a principal preocupação, especialmente entre aqueles que eram contra o princípio federativo, para quem a tarefa de civilizar a população só seria possível com um “Estado forte e centralizado nas mãos da elite”⁶⁴. Nesses termos, o projeto liberal que reunia autonomia provincial e unidade do território sofria também a oposição da classe que não abria mão da monarquia constitucional em favor do princípio federativo que tal projeto visava inserir.

Entretanto, Miriam Dolhnikoff defende que o arranjo implementado com as reformas liberais a partir da década de 30, particularmente aqueles presentes no Ato Adicional de 1834, permaneceram mesmo depois da revisão conservadora. Segundo ela, as mudanças ocorridas não modificaram tão profundamente a proposta liberal. Um exemplo disso é o fato da permanência do federalismo, considerado pela autora o ponto crucial de todo o projeto dos liberais. Foi com a defesa de tais fatores que ela procurou se distinguir das vertentes que pontuam as dicotomias entre liberais e conservadores pelo princípio de descentralização e centralização, por acreditar que a distribuição equilibrada do aparelho de Estado pelo território era um projeto “não apenas dos liberais mas também dos conservadores, pois o que os dividia eram divergências pontuais em torno das dificuldades para sua implementação”⁶⁵. Por esse motivo Dolhnikoff, ao examinar as propostas do Ato Adicional e a Revisão Conservadora, procurou pontuar a todo momento que a revisão não alterava de forma drástica as propostas vigentes. Além disso, salientou que os pontos revisados tratavam-se de

⁶³ DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 64.

⁶⁴ Ibidem, p. 52.

⁶⁵ Ibidem, p. 83.

elementos que os próprios liberais em outro momento já haviam colocado em pauta para modificação por apresentarem determinados problemas de implementação.

Diante das discussões apresentadas, nota-se que as perspectivas e análises em torno dos partidos políticos imperiais são diversas e divergentes ao apresentarem interpretações variadas sobre tais grupos. O fato de os partidos defenderem ideias e realizarem projetos do partido oposto não chegaria a ser suficiente para afirmar que não havia diferença alguma entre eles. A forma de governar, os projetos concretizados e as escolhas sem dúvida são permeados por estratégias que visavam a manutenção do poder. Aderir a demandas que pertencem a outro partido poderia ser um reflexo de algo articulado estrategicamente.

Existiam semelhanças, mas também diferenças entre o perfil dos dois partidos políticos, sejam elas ligadas à classe social, à ideologia ou mesmo referente aos debates em torno da centralização e descentralização, tema que integrou a agenda política e constituiu um dos pontos divergentes entre o que cada partido propunha para a organização política e administrativa do país, mesmo que elas estivessem relacionadas apenas à forma de implementação dos projetos. Desse modo, no que concerne aos partidos imperiais, a vertente de interpretação aqui adotada se aproxima de autores como José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos, que pontuam a existência de diferenças entre Liberais e Conservadores e que afirmam ainda a presença de traços semelhantes entre eles. Traços estes geralmente demarcados pelo fato de um grupo executar propostas do adversário, condutas que são aqui percebidas como recursos estratégicos e não como característica para apresentar a inexistência de diferenças entre eles.

As ofensas, acusações e embates entre os partidos na busca pelo poder, que demonstram a existência de diferenças ideológicas, era algo recorrente no Cariri e marcou expressivamente a imprensa periódica na época. Embora nos anos 1850 se pregasse a política de conciliação, veremos que na cidade do Crato, como é possível identificar no jornal *O Araripe*, e também em outras partes da província cearense como apresentado pela historiografia⁶⁶, esse período continuou particularmente marcado pela intensificação de embates e críticas entre os partidos políticos (liberais e conservadores) que dominaram o cenário com suas ideias. Nesta cidade, as matérias publicadas no periódico *O Araripe*, indicavam que os resultados dessa política não eram bem vistos pelos liberais, que continuavam de fora das funções na Câmara Municipal, por exemplo, levando-os a se

⁶⁶ Obras da historiografia cearense tem apresentado que os embates, acusações e disputas entre o Partido Liberal e Conservador nesta província permaneceram mesmo no período em que vivenciava-se a política de conciliação proposta em 1850 pelo Marquês de Paraná. Destaco a obra de Abelardo F. Montenegro “Os Partidos Políticos no Ceará” e o artigo da autora Celeste Cordeiro “O Ceará na segunda metade no século XIX”.

referirem a tal cenário com certa indignação e desconfiança sobre as intenções do gabinete. Assim, não pouparam palavras ao se referirem à oposição e suas realizações.

Os periódicos revelam muitas dessas disputas, demonstrando a divergência entre os partidos na região e a presença dos embates políticos na imprensa, algo tão característico desse período da história brasileira, por constituir, nas palavras de José Murilo de Carvalho, a época em que a imprensa foi mais livre e esteve com frequência articulada a partidos ou a políticos⁶⁷. Ela possuía grande importância, principalmente para o partido que não tinha tanta representação na política, utilizando-se dos periódicos como um mecanismo para promoção de suas ideias e projetos.

Os jornais eram um espaço de debates e disputas. Além disso, não deixavam de cumprir sua função genuína, ou seja, a função de tornar as ideias conhecidas pela sociedade, de disseminá-las na população. No entanto, não se deve esquecer que o jornal não é neutro, imparcial e nem apenas um mero veículo de transmissão de informações⁶⁸. Suas matérias possuem diversos interesses que estão intimamente relacionados aos objetivos dos produtores do jornal. Nota-se nessa época a influência que eles exerciam em sociedade e a contribuição dada na circularidade das ideias, fazendo com que estas chegassem a diversos lugares em todo o Império.

Conforme apontado por Maria Daniele Alves, ao destacar alguns aspectos da história do jornalismo cearense, as ideologias liberais que encontraram vários adeptos em diversas partes do país foram introduzidas no Ceará por intermédio dos jornais pernambucanos. Tais periódicos contavam com leitores no litoral e no sertão cearense, encontrando espaço entre os habitantes da região do Cariri⁶⁹. A presença de filhos da elite cratense em Recife e Olinda, que se dirigiam a estas cidades para continuar seus estudos, foi apresentada também como um fator que contribuiu para a disseminação de tais ideologias no Sul do Ceará. Como pontuou Ralph Della Cava “a cidade-porto era o foco de fermentação de movimentos nacionalistas e separatistas cujas ideologias e cujos programas políticos foram introduzidos no Vale do Cariri por muitos cratenses ilustres”⁷⁰.

A circulação desses sujeitos, assim como a vinculação dos mesmos à imprensa, foi um elemento importante em toda a província cearense para que essas ideias se propagassem, algo pontuado por Geraldo Nobre ao afirmar que

⁶⁷ CARVALHO, Op. Cit., 2014, p. 54.

⁶⁸ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos impressos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p.118.

⁶⁹ ALVES, Op. Cit., 2010, p.15.

⁷⁰ CAVA, Ralph Della. Milagre em Joazeiro. Tradução Maria Yeda Linhares. – 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 59.

Faz parte da história do jornalismo cearense a atividade que desenvolviam na imprensa de Pernambuco alguns alunos da Academia de Olinda naturais do Ceará, que faziam o papel de correspondentes, de Recife enviando informações para os órgãos de Fortaleza, de acordo com suas convicções políticas e, por outro lado, redigiam para as folhas pernambucanas informações sobre fatos da Província natal⁷¹.

Na primeira metade do século XIX, a circulação de jornais, geralmente ligados ao governo, já marcava presença em Fortaleza. Esses eram eminentemente políticos. No entanto, foi na segunda metade do século que a imprensa cearense apresentou um grande desenvolvimento, momento em que o debate político se intensificou com a criação dos partidos, apresentando-se como espaço propício para a fundação de jornais não só na capital da Província, mas em outras regiões e localidades no Ceará. Nesse contexto, ocorreu a criação do referido jornal *O Araripe*, porta-voz das ideologias liberais no Cariri.

Com a fundação do periódico cratense, em julho de 1855, constituiu-se assim a imprensa partidária na região. *O Araripe* era um jornal de cunho político, editado pelos membros do partido Liberal do Crato do qual faziam parte, basicamente, os negociantes e profissionais liberais. Foi o primeiro periódico a circular na região e aquele que manteve por mais tempo suas folhas em circulação no século XIX. Seus produtores, assim como em outras partes do Império, estavam imbuídos do ideal de civilização e progresso. Maria Daniele Alves pontuou que

O desenvolvimento da imprensa local representado pelo *O Araripe*, promoveu mudanças para a cidade e para a sua população através da introdução de discursos liberais e progressistas, posturas e disciplinas que procuraram induzir os habitantes cratenses a construir uma sociedade civilizada, alinhada conforme os moldes das principais cidades brasileiras, servindo estas como “modelo” de lugares civilizados⁷².

Civilizar a região através da imprensa era um dos propósitos que motivavam os liberais cratenses e os setores locais responsáveis por este jornal. Eles buscavam introduzir na sociedade cratense novas ideias e costumes, a fim de torná-la símbolo do progresso e de hábitos civilizados. Irineu Pinheiro, ao falar sobre o jornalismo no Crato, destacou que a fundação dos jornais⁷³ que ocorreu nesta cidade, mesmo que grande maioria deles fosse

⁷¹ NOBRE, Op. Cit., 2006, p. 91.

⁷² ALVES, Op. Cit., 2010, p.18.

⁷³ Além do Jornal *O Araripe* (1855-1864), órgão do Partido Liberal, outros periódicos foram fundados na cidade do Crato durante a segunda metade do século XIX, tais como: *Gazeta do Cariri* (1860) pertencente ao Partido Conservador, tinha como redator o coronel Miguel Xavier Henrique; *A Caipora* (1860); *A Cântona* (1862); *Cratense* (1859); *O Tamborim* (1863); *A Voz da Religião no Cariri* (1868), dentre outros periódicos (PINHIRO, Irineu. *O Cariri. Coedições Secult/Edições URCA*. – Fortaleza: UFC, 2010, p. 178-186).

marcada por uma vida efêmera, demonstra a existência de “uma elite que amou as letras e se esforçou por educar e civilizar a terra em que agiu”⁷⁴.

No entanto, percebo que o objetivo por traz do jornal vai muito além dessa missão que os produtores faziam questão de registrar em seus editoriais e da visão idealizada presente na historiografia tradicional⁷⁵. O periódico *O Araripe* é nesta pesquisa entendido como um mecanismo importante na busca de ampliação do poder dessa elite, assim como uma forma de divulgação dos projetos que defendiam, tendo em vista que, como sugere muitas de suas matérias, trata-se de um grupo que não tinha significativa representatividade e participação nos cargos políticos locais, pelo fato de as autoridades ou os cargos da Câmara Municipal estarem nas mãos de políticos do partido saquarema.

Desse modo, considera-se que além do ideal de civilização que os membros tanto defendiam, a imprensa apresenta-se como um espaço em que lutavam por poder, reconhecimento e participação na política local. A fundação da imprensa partidária do Cariri representa também uma das peculiaridades desse período, considerando que nas diversas províncias do Império os partidos e políticos fundavam jornais. Tal veículo constituía o modo pelo qual eles divulgavam suas ideologias.

A partir de alguns pontos já ressaltados, é possível identificar que a adesão às ideias liberais então vigentes, assim como o sentimento revolucionário presente na região, permeou essa sociedade antes mesmo da fundação do referido jornal. Isto se deu por conta da participação dos cratenses em movimentos revolucionários que eclodiram em Pernambuco, como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824. Tal fator fazia com que os idealizadores e responsáveis pelo periódico cratense se imaginassem como continuadores de um projeto e defensores de ideais que seus antepassados haviam defendido. Desse modo, como afirmou Jucieldo Alexandre,

Para os segmentos das elites locais responsáveis pelo *O Araripe*, órgão do Partido Liberal, a participação dos cratenses em tais movimentos era apresentada como *prova* de que os princípios políticos que afirmavam defender já caracterizavam há muito a localidade. Nestes termos, asseveravam representar a continuidade de um projeto liberal que expunham como um caminho para a *civilização*, projeto esse iniciado por *heróis* do passado⁷⁶.

⁷⁴ PINHEIRO, Irineu. O Cariri. Coedições Secult/Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 174.

⁷⁵ Quando mencionado, o termo “historiografia tradicional do Cariri”, refere-se à produção de autores como Irineu Pinheiro, José de Figueiredo Filho e Padre Antonio Gomes de Araújo, que escreveram diversos livros sobre a história do Cariri, destacando os “grandes fatos” e enaltecendo a região.

⁷⁶ ALEXANDRE, Op. Cit., 2010, p. 74.

Conforme a historiografia do Cariri, a adesão a esses movimentos demonstrava uma proximidade maior da região com Recife em detrimento da própria capital da província do Ceará, Fortaleza. É importante mencionar que ainda quando capitania o Ceará era anexo à capitania de Pernambuco e sua organização era constituída por unidades descentralizadas, chamadas de Ribeiras, algo que impossibilitou a existência de uma coesão forte em torno de Fortaleza. Almir Leal explicou que “toda a ribeira do Jaguaribe, incluindo o Cariri, encontrava-se muito mais voltada para os interesses da praça comercial do Recife de Pernambuco que da própria sede da capitania, depois capital da província”⁷⁷.

Essa organização marcada pela descentralização teria se estendido até a segunda metade do século XIX. A mudança, ou seja, a superação das autonomias locais, só foi possível com a construção de uma hegemonia centrada em Fortaleza. Dentre os fatores que contribuíram nesse processo, Almir Leal destacou:

O fortalecimento dos partidos políticos, que ocorreu em nível nacional e provincial, a constituição de um poder legislativo na província, a organização judicial centralizada em Fortaleza, o estabelecimento da Guarda Nacional nos distritos do interior da província, a constituição de um sistema de ensino secundário público em Fortaleza, e, principalmente, a superação econômica do porto de Aracati, o grande entreposto entre o Recife e o sertão, pelo porto de Fortaleza. Reforçando essa centralização, a construção das ferrovias, que redirecionaram os fluxos da economia colonial dos postos do sertão para o porto de Fortaleza, também foi um elemento importante na segunda metade do século XIX⁷⁸.

Como mencionado anteriormente, foi nessa época também que a imprensa periódica apresentou grande desenvolvimento na província, fator que está intimamente relacionado ao fortalecimento dos partidos políticos, um dos elementos que possibilitou a construção de uma hegemonia em torno de Fortaleza. Dentre os principais periódicos editados na capital durante esse período, é possível destacar o “Cearense” (1846-1891), órgão do partido Liberal, e o “Pedro II” (1840-1889), pertencente ao partido Conservador. Embora fossem publicados em Fortaleza, suas edições circulavam também pelo interior, no qual através do sistema de correios os leitores do Cariri adquiriam tais publicações.

A partir da década de 1850, com a fundação do Jornal *O Araripe*, diversas notícias da capital passaram a ser divulgadas no Cariri por intermédio das edições desse periódico. Com frequência se encontram matérias n’*O Araripe* extraídas dos jornais publicados em Fortaleza ou mesmo eram mencionadas informações importantes que os periódicos noticiavam. O repasse dessas notícias aos leitores do semanário cratense geralmente vinha acompanhado de

⁷⁷ OLIVEIRA, Op. Cit., 2009, p. 18.

⁷⁸ Ibidem, p. 19.

críticas ao precário sistema de comunicação estabelecido na província cearense. Essa era uma das marcas do periódico, que tecia diversas críticas e clamava por melhorias e pelo progresso regional.

Conforme destacado, as ideologias liberais estiveram presentes no cotidiano da sociedade cratense, seja por intermédio dos jornais editados em Pernambuco e, posteriormente, em Fortaleza, seja pelo envolvimento da região com movimentos revolucionários. Tais ideias ganharam espaço entre a elite cratense e se desenvolveram de uma forma que resultou na fundação de um periódico que se dizia defensor desse pensamento liberal. As suas páginas refletem e dão indícios do contexto social, econômico e político em que ele foi produzido.

Partindo disso, veremos agora como os liberais cratenses atuavam através da imprensa e qual a ideia propagada por eles no jornal *O Araripe*, destacando os projetos que defendiam, suas ideologias e estratégias que contribuem para problematizar e entender que tipo de sociedade visavam construir e como buscavam espaço na política, objetivando maior representatividade. Os textos que circularam na imprensa permitem também mapear, além das questões regionais e locais, os debates a nível nacional que repercutiram na região e estiveram entre as preocupações dos liberais cratenses, algo que possibilita conhecer como este debate chegava e era recebido por essa elite local no Cariri cearense.

2.2 A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS LIBERAIS CRATENSES ATRAVÉS DA IMPRENSA.

Depois de destacar alguns traços desse período da história brasileira é possível notar o respaldo que eles tiveram na Província do Ceará e na região do Cariri cearense. A cidade do Crato, através de representantes da elite local, buscou participar das discussões políticas vigentes na época através da adesão aos movimentos revolucionários, da articulação em organizações, partidos políticos e na imprensa, utilizando-se da mesma para promoção de projetos e ideologias.

Foi na segunda metade do século XIX, na década de 1850, com o fortalecimento dos partidos políticos e com o desenvolvimento da imprensa, que ocorreu a fundação do jornal *O Araripe*, periódico que seria o porta-voz das ideologias liberais no Cariri. Compreender esse contexto político em que ocorreu a criação do jornal é fundamental para o entendimento das ideias liberais que circularam na região. Grande parte delas refletia preocupações presentes em todo o país, assim como alguns problemas e acontecimentos ocorridos na região tinham

suas relações com a própria estrutura do Império. Esse periódico possibilita conhecer as ideias e debates que circularam no Cariri através de suas matérias e como a sociedade cratense, os políticos e a elite regional vivenciaram todo esse processo, elementos que serão abordados nesta seção.

A criação do semanário cratense foi vista por aqueles responsáveis pelo jornal como um símbolo de “adiantamento intelectual”. Sua fundação demonstrava, para os produtores e elites locais, que a região estaria caminhando em direção ao desenvolvimento e progresso, tendo em vista que a imprensa era percebida como um “agente poderoso”. Possuía, então, a capacidade de dissipar a barbárie, de diminuir os crimes, se apresentando então como um meio disseminador de novos hábitos e costumes⁷⁹.

Na primeira edição do semanário, em 05 de julho de 1855, seus produtores davam as felicitações aos araripenses pela bela aquisição, convencidos dos benefícios que a imprensa poderia trazer aquela sociedade. Segundo eles, *O Araripe*, primeiro jornal a circular no Cariri que era impresso na cidade do Crato, seria “destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da lei e interesses locais”⁸⁰. Afirmavam ainda que este veículo seria “o mais escrupuloso expositor dos fatos” e que propagaria sempre pela causa do seu torrão.

Desse modo, seus produtores tinham como objetivo transformar costumes e hábitos através das ideias divulgadas pela imprensa local, inculcando na população outros comportamentos com o intuito de tornar a região semelhante aos pontos mais adiantados e civilizados do Império. Mesmo imbuídos com esse ideal de civilização por eles propalado e embora afirmassem ter como objetivo sustentar a causa justa e defender os interesses do povo, suas matérias possuíam diferentes propósitos que vão muito além dessas preocupações. Ao afirmarem defender sempre os interesses locais, os produtores buscavam persuadir o leitor e convencê-los de que as causas defendidas eram de fato importantes e urgentes para o melhoramento da região. Em grande medida, elas estavam relacionadas a mudanças nas estruturas dos prédios públicos, melhorias de estradas, dentre outros, o que demonstra uma busca por apoio político, principalmente para adesão de seus projetos, algo que considero ser uma estratégia que visava o fortalecimento político desse grupo através da obtenção de poder.

Quando *O Araripe*, em julho de 1856, completou um ano de circulação, seus produtores afirmaram ter consciência de que os seus deveres com o trabalho na imprensa

⁷⁹ Jornal *O Araripe*, nº 1, 1855, p.1.

⁸⁰ Tal colocação fazia parte da descrição/apresentação do jornal. Ela aparecia no cabeçalho do mesmo em cada edição, no qual constava ainda que “A redação so é responsável pelos seus artigos; todos os mais, para serem publicados, deverão vir legalizados”.

foram perfeitamente respeitados. Além disso, pontuaram que o fato de terem se lançado na carreira de escritores públicos tinha relação com “um pensamento grande e por sem dúvida digno das altas ilustrações do paiz”, que era a criação de uma nova Província composta de territórios dessa comarca e de outros que estão ao seu entorno⁸¹. Dentre os diversos projetos e reivindicações realizadas pelo semanário, a principal delas era a criação da Província do Cariri, proposta que discutirei no próximo capítulo, algo que demonstra a intencionalidade do jornal, órgão de um partido, utilizado para propagar as ideologias do mesmo, lutar por seus interesses partidários e não apenas disseminar novos hábitos na sociedade.

A imprensa na época tinha esse caráter político e, como destacado anteriormente, a fundação de tipografias estava geralmente ligada a partidos ou a políticos, que utilizavam os periódicos como uma ferramenta na disseminação de suas ideologias e também nos embates travados com a oposição. No Ceará, quando a imprensa cearense conseguiu sua estabilidade no decênio de 1840-1849, momento em que a situação política do império se normalizou com a maioria de D. Pedro II⁸², a tribuna parlamentar e a imprensa passaram a ser os principais meios de atuação dos partidos políticos.

O que caracterizava a atividade da imprensa do Ceará, como de todo o império, praticamente sem exceção, era o compromisso partidário, em vista do qual a matéria de redação, se não limitava ao debate de assuntos políticos e à troca de insultos entre pessoas integradas em facções opostas, refletiam sempre os interesses restritos de um grupo, que as vezes se identificava com uma família⁸³.

Interesses partidários, a presença de assuntos políticos, assim como a troca de insultos entre partidos opostos e suas lideranças, como ocorria normalmente ao líder político Miguel Chavier Henrique de Oliveira, do Partido Conservador, são alguns dos elementos que marcaram as páginas do jornal *O Araripe* durante todo o seu período de circulação. Nele, é possível encontrar críticas ao governo provincial e municipal, geralmente aliados à busca de melhorias para a região. Mas antes de tratar sobre isso convém apresentar algumas características desse semanário cratense, ou seja, destacar alguns dos membros ligados ao jornal, responsáveis pelas publicações, e refletir sobre a materialidade de *O Araripe* destacando além de seu conteúdo, sua estrutura, valores, organização e circularidade.

O periódico que divulgava os projetos das elites e dos membros do Partido Liberal do Cariri era publicado semanalmente, aos sábados, havendo algumas interrupções nessa publicação durante a década de 1860 que, segundo Juciêdo Alexandre, estava relacionada ao

⁸¹ Jornal *O Araripe*, n° 51, 1856, p. 1.

⁸² NOBRE. Op. Cit., 2006, p. 81.

⁸³ *Ibidem*, p. 73.

surto de cólera que atingiu a cidade do Crato. A impressão do jornal era feita na *Typographia do Monte & Comp.*, situada na rua da Matriz, propriedade de José do Monte Furtado, membro do Partido Liberal e dono de engenho na região.

O jornal tinha como editor o político e jornalista João Brígido dos Santos, que atuou em diversos jornais de Fortaleza, capital da Província, e foi autor de diversas obras sobre a história do Cariri e do Ceará. Destaca-se entre as suas produções a obra “Apontamentos para a História do Cariri”, que em 1859 foi publicado nas páginas do Jornal *O Araripe* e, em anos posteriores, também teve divulgação no *Diário de Pernambuco*, sendo intitulada de “Esboço histórico sobre a província do Ceará”.

Conforme Renato de Mesquita Dias, “O jornal Araripe foi o principal veiculador de seus textos na região sul do Ceará. Durante a década de 1850, era a partir deste que Brígido se articulava, defendia seus interesses e atacava seus desafetos”⁸⁴. João Brígido permaneceu durante quinze anos no Cariri cearense, período em que atuou como professor e advogado além de dirigir o semanário cratense, no qual defendeu os interesses do Partido Liberal, ao qual pertencia⁸⁵.

Trabalharam como impressores do semanário durante o período de circulação, sucessivamente: Domingos P. C. Araripe, Jesuíno Brisenio da Silva, Francisco Gonçalves Dias Sobreira, Manoel Brígido dos Santos, Manuel Brígido dos Santos Sobrinho e Franklim Benjamim de Carvalho⁸⁶, dois deles parentes do redator. Além dos nomes já mencionados, foi possível realizar um mapeamento das obras sobre história do Cariri e, no próprio jornal, dos sujeitos vinculados ao periódico cratense. No entanto, as fontes nem sempre possibilitaram apontar quais deles de fato eram políticos liberais ou, mesmo estando nesta condição, se eram membros do Partido Liberal nesta cidade. O fato de produzirem artigos para o jornal, publicarem nele correspondências e anúncios não foi utilizado para afirmar a filiação partidária desses homens, nos casos em que as fontes consultadas não traziam esta informação. Por outro lado, tais elementos foram importantes para identificar a elite regional vinculada ao periódico, podendo ela ser dividida em grupos, um deles composto pelos políticos liberais do Partido do Crato e outro formado pela elite adepta dos projetos e ideologias defendidas no jornal. Por isso eram seus leitores, assinantes e correspondentes, pertencendo assim ao ciclo de amigos, correligionários e eleitores do partido.

⁸⁴ RIOS, Renato de Mesquita. João Brígido e a escrita de uma história para o Ceará: Narrativa, identidade e estilo (1859-1919). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Mestrado acadêmico em História e Culturas. Fortaleza, 2013, p. 37.

⁸⁵ PINHEIRO, Irineu. Efemérides do Cariri. Coedições Secult/Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 151.

⁸⁶ Ibidem, p. 178.

Os sujeitos ligados ao jornal e que nele contribuíram com a produção de artigos, correspondências e anúncios, exerciam diversas funções nessa sociedade. Inclusive, a carreira política era uma realidade da maioria deles. Desse modo, constatou-se que a elite cariense vinculada ao semanário *O Araripe* e adeptos das ideologias liberais eram médicos, professores, jornalistas, padres, advogados, comerciantes, donos de engenho, grandes proprietários ligados à atividade agrícola e à pecuária.

Como pontuou Irineu Pinheiro, “no velho hebdomadário, além dos seus redatores e correspondentes, colaboravam amigos e correligionários políticos”⁸⁷. Além de João Brígido, alguns artigos que abriam as edições do jornal eram escritos também por Fenelon Bomilcar da Cunha, cratense, formado em Direito pela faculdade do Recife. Ele militou pelo partido liberal no Império, foi advogado e deputado provincial, escreveu no periódico *O Araripe* e ainda fundou o jornal *A Liberdade* na cidade do Crato. Fenelon Bomilcar foi ainda redator de jornais na capital da província cearense, como a *Gazeta do Norte*, juntamente com Thomaz Pompeu, João Lopes e João Brígido⁸⁸.

O político liberal Leandro Chaves de Melo Ratisbona também deixou suas contribuições no periódico cratense. Nascido nesta cidade, Leandro Chaves foi deputado provincial quando se encontrava ainda na academia. Ocupou o cargo de deputado geral e foi também professor do Liceu do Ceará. Destacou-se pelos serviços prestados como advogado no Rio de Janeiro, cidade onde faleceu⁸⁹. Bacharelou-se em Direito na província de Pernambuco, retornando ao Ceará no final do ano de 1853. No jornal *O Araripe*, escreveu artigos sobre as propostas do Gabinete do Marques de Paraná, apresentando a ideia de conciliação política entre os partidos. Segundo ele, como registrou no próprio jornal, tais artigos “sustentavam os seus princípios de moderação e tolerância”⁹⁰. Na edição 112, de 03 de outubro de 1857, uma matéria do jornal sobre discussões políticas tecia-lhe alguns elogios, pontuando que “o Sr. Dr. Ratisbona foi o verdadeiro interprete do partido liberal da província; manifestou na tribuna seos verdadeiros sentimentos: deo mais um titulo a gratidão do partido, e mais uma prova de seo talento”⁹¹.

Assim como o senhor Ratisbona, Marcos Antonio de Macedo e Manoel Marrocos Teles estavam entre aquelas pessoas advindas de famílias ricas do Crato, que moraram em

⁸⁷ PINHEIRO, Op. Cit., p. 139.

⁸⁸ PINHEIRO, Op. Cit., p.120; PINHEIRO e FIGUEIREDO FILHO, Op. Cit., p.121.

⁸⁹ PINHEIRO e FIGUEIREDO FILHO, Op. Cit., p. 124.

⁹⁰ Jornal O Araripe, n° 65, 1856, p. 1.

⁹¹ Jornal O Araripe, n° 112, 1857, p. 2.

capitais brasileiras e foram constantemente enaltecidas no jornal⁹². Manoel Marrocos, por exemplo, era médico e fez parte da comissão sanitária montada na década de 1860 que prestava serviços às vítimas de cólera nesta cidade. Ele e outros membros da comissão escreviam textos para o jornal sobre assuntos referentes a esta doença⁹³. Na lista de amigos e correligionários enaltecidos no jornal é possível mencionar ainda o coronel Joaquim Secundo Chaves, farmacêutico que deu assistência médica na região do Cariri no período do surto de cólera. O mesmo era dono de uma Botica⁹⁴ no Crato, local onde os membros do Partido Liberal costumavam se reunir⁹⁵.

Dentre os membros da elite adeptos dos projetos liberais e vinculados ao jornal, estavam também o Padre Joaquim Ferreira Miguel Lima-verde e Vicente Amancio de Lima. O padre foi autor de algumas matérias que abordavam questões sobre a criação de gado e a agricultura, enfatizando a importância desta última para a região. Uma delas encontrava-se assinada por ambos e por José do Monte do Furtado, um dos abastados senhores de engenho da região e membro do Partido Liberal do Crato. O nome dos três apareceu, inclusive, dentre aqueles considerados dignos para ocuparem os cargos de vereadores nessa cidade, em uma lista publicada no jornal, que abordava algumas questões sobre as eleições que se aproximavam no ano de 1856.

Por fim, menciono ainda o coronel Antonio Luís Alves Pequeno, da cidade de Icó, que se estabeleceu no Crato na década de 1850, tornando-se na região um dos importantes chefes políticos. Antonio Luís era comerciante, proprietário de terras e político liberal que ocupou cargos como o de presidente da Câmara e Juiz municipal⁹⁶. Com relação ao periódico cratense, encontram-se algumas publicações suas referentes a assuntos administrativos da cidade e também anúncios dos produtos que comercializava. No que concerne ao Partido, Antonio Luís Alves Pequeno esteve como presidente da Comissão gerente provisória criada no Crato em 1857, responsável pela “organização do Partido Liberal em sociedade sob a denominação de regeneradora”⁹⁷. Além do coronel Alves Pequeno, eram membros da

⁹² ALEXANDRE, Op. Cit., 2010, p. 113.

⁹³ Ibidem, p. 132.

⁹⁴ As boticas foram por muito tempo um “notável centro social do Crato”, em que ocorriam animadas partidas de *gamão*. Enquanto as pessoas jogavam, “o boticário conversava, atendia fregueses, despachava receitas” (PINHEIRO e FIGUEIREDO FILHO, Op. Cit., p. 17).

⁹⁵ PINHEIRO, Op. Cit., p. 172; PINHEIRO e FIGUEIREDO FILHO, Op. Cit., p. 15.

⁹⁶ ALEXANDRE, Op. Cit., 2010, p. 86.

⁹⁷ Tratava-se de uma sociedade política, denominada de Regeneradora, que seria criada nas 06 freguesias da comarca do Crato. Em cada uma delas se formaria uma comissão ou conselho gerente, composta de cinco membros que estavam responsáveis por dirigir o Partido Liberal em cada freguesia. Tal sociedade tinha como objetivo promover os interesses do partido, derrotar influências exclusivistas, combater a corrupção dos agentes

comissão Leandro Chaves e Melo Ratisbona, como vice-presidente, Antonio Raimundo Brígido dos Santos e Joaquim Correia Lima de Macedo, como primeiro e segundo secretário, respectivamente, Antonio José de Carvalho na função de tesoureiro⁹⁸. Desse modo, pela indicação da fonte consultada, tais sujeitos membros da referida comissão, alguns deles já mencionados anteriormente, compunham o quadro de membros do Partido, além da vinculação com o jornal.

Era esse o perfil de alguns sujeitos da elite vinculados ao jornal. A maioria dos nomes aqui destacados seguia carreira política e ligava-se também ao Partido Liberal, seja neste município ou, em alguns casos, na província. De modo geral, eram eles que contribuía com matérias para os editoriais do jornal. No entanto, tais matérias dificilmente vinham assinadas, algo que dificulta apontar a autoria das mesmas, pois embora João Brígido fosse o responsável pela redação do jornal e, por conseguinte, o autor da grande maioria das matérias dessa seção, outras pessoas também contribuía. Mas, apesar disso, percebo que o sujeito que escrevia falava em nome do grupo, ou seja, as ideias que abordavam, as reivindicações, críticas, posicionamentos eram compartilhadas por seus membros que estavam sendo ali representados nas publicações no semanário cratense.

Trata-se de um grupo que, embora se intitulasse de liberais, defensores da lei e da causa justa, não deixaram de retratar nas suas condutas, inclusive nas páginas do seu jornal, as contradições e ambiguidades que caracterizavam o liberalismo brasileiro, sobretudo no que se refere à escravidão. Nas edições do jornal “liberal” *O Araripe* era constante a presença de anúncios de escravos relacionados a fugas, assim como à compra e venda de cativos, estando envolvidos em tais negociações alguns dos nomes acima citados, políticos liberais, membros do partido. Essa constatação leva a refletir sobre como esses homens entendiam o liberalismo e também o que significava ser liberal no Cariri.

Conforme apontou Maria Daniele, “para os caririenses, ser um entusiasta da liberdade, conforme pregava o jornal, não significava ser um abolicionista, um democrático [...], mas ser um defensor de liberdades comerciais e administrativas [...]”⁹⁹. Ainda de acordo com as análises dessa autora, se colocar como liberal e escravocrata não era algo controverso para os políticos liberais da região, isso porque “os interesses ligados aos lucros pessoais e ao desenvolvimento das lavouras estava relacionado à posse dos cativos”¹⁰⁰.

do poder, introduzir na população princípios como liberdade, ordem, justiça e dirigir os negócios públicos da comarca (Jornal O Araripe, n° 94, 1857, p.2).

⁹⁸ Jornal O Araripe, n° 96, 1857, p.2.

⁹⁹ ALVES, Op. Cit., 2010, p. 106.

¹⁰⁰ ALVES, Op. Cit., 2010, p. 109.

Nesses termos, a escravidão constituía um dos contrastes marcantes do liberalismo que diziam representar tais sujeitos, algo que demonstra sua vertente conservadora. A partir dessas constatações da análise do jornal e dos sujeitos vinculados a ele é possível notar que os ideais liberais desse grupo se ligavam, acima de tudo, aos seus objetivos, propósitos e projetos traçados. Refletiam, portanto, aquilo que eles julgavam como importante para a sociedade, como a civilização, novos hábitos, o progresso regional e seu desenvolvimento econômico, elementos que perpassavam diretamente pela manutenção do trabalho escravo. Diante disso, ser liberal no Cariri significava defender primeiramente seus interesses, formulando projetos nos quais seriam beneficiados. Significava conviver com essa dicotomia de ideias.

Depois de tais considerações, retomo a reflexão em torno da materialidade do jornal, cuja assinatura custava, por ano, 4\$000 (quatro mil réis) e, durante seis meses, o preço cobrado era de 3\$000. Aqueles que eram assinantes do jornal tinham direito a publicar, gratuitamente, oito linhas por mês. Ultrapassando essa quantidade, eles deveriam pagar 60 réis por cada linha da publicação. Na edição de setembro de 1861 verifica-se o aumento de preço da assinatura anual, passando a custar 5\$000. O valor cobrado pelo período de seis meses permaneceu o mesmo.

Vale ressaltar que embora os assinantes tivessem espaço no jornal, o mesmo privilégio não era dado aos conservadores. Conforme Jucieldo Alexandre, “*O Araripe* não concedia direito de resposta a adversários em suas páginas”¹⁰¹. Além das autoridades municipais saquaremas, que com frequência divulgavam leis, convocações e avisos à população, os adeptos desse partido publicariam neste hebdomadário só mediante o uso de pseudônimos.

O semanário cratense possuía quatro páginas, cada uma delas organizada em duas colunas. Algumas edições excepcionais eram compostas por seis ou oito páginas, quando publicava-se o “Suplemento”, geralmente utilizado para publicação de editais, convocações, ou mesmo quando o número usual de páginas não comportava a quantidade de informações programadas para aquela edição.

Suas matérias versavam sobre diversos temas, desde questões sociais, econômicas e políticas do Cariri e regiões circunvizinhas, até mesmo publicações pessoais e desafetos políticos enviados pelos leitores, que na maioria das vezes não podem ser identificados por usarem pseudônimos, prevenindo-se assim de perseguições. Frequentemente, tais publicações se organizavam em algumas seções de acordo com seus temas. A seção “*O Araripe*”, trazia a principal matéria da edição, conseqüentemente estampada na primeira página do jornal. Na

¹⁰¹ ALEXANDRE, Op. Cit., 2010, p. 166.

seção “correio da capital” divulgava-se informações importantes extraídas de outros jornais da capital e de outras províncias. Em “notícias locais”, os principais acontecimentos da região eram destacados. A seção “publicações a pedido” publicava-se textos enviados para a redação do jornal, assim como em “Variedades”, no qual traziam uma diversidade de textos como poemas, crônicas, etc. Em “Transcrições” eram publicados artigos, geralmente de cunho político, extraídos de outros jornais. O número de óbitos, casamentos, batismos, a quantidade de casas e engenhos na cidade do Crato e em outras localidades, eram registradas na seção “Estatísticas”. Em “Correspondências”, encontram-se os textos enviados pelos leitores e assinantes do periódico. Esta última é uma das seções que diz muito sobre a circularidade do jornal, assim como a seção de “Anúncios”, na qual constavam divulgações de comércio, novos estabelecimentos comerciais, venda de casas, fazendas e, os mais frequentes, anúncios sobre fuga, compra e venda de escravos.

O Araripe era um jornal eminentemente político em que seus produtores tratavam sobre temas relacionados a partidos, eleições, cargos políticos, defendiam seus projetos, teciam críticas às autoridades municipais e ao governo provincial. No entanto, suas matérias abrangiam também outros temas mais relacionados ao cotidiano da região, como educação, obras públicas, eventos locais, surto de doenças, como o cólera, por exemplo, que atingiu a população caririense, levando o jornal a noticiar a presença dessa doença, assim como fornecer orientações à população sobre ela. Como destacarei ainda, a natureza e as peculiaridades ambientais que compõem a paisagem do Cariri tiveram notável presença nas matérias dos liberais cratenses, que descreveram este espaço, idealizaram-no, a partir de seus interesses.

Possivelmente, apenas as pessoas mais ricas da região tivessem condições de fazer as assinaturas e adquirir o jornal, assim como o acesso para realizar publicações no periódico poderia estar mais acessível para este mesmo grupo. É notável que a maioria das correspondências e, particularmente, dos anúncios era realizada por comerciantes, proprietários de terra, médicos, advogados, donos de escravos (que eram também figuras políticas atuantes). Considera-se que tal veículo estivesse mais acessível a essa classe, primeiro porque nem toda a população possuía condições financeiras para obter o jornal. Até mesmo entre os que se comprometiam com as assinaturas, havia aqueles que não realizavam de forma regular o pagamento, algo perceptível pelas cobranças que frequentemente apareciam nas publicações. Na edição de número 178, de 26 de fevereiro de 1859, consta o seguinte comunicado:

AOS NOSSOS ASSIGNANTES. Rogamos a nossos assignantes, que estão em atraso queirão mandar satisfazer suas assignaturas. Os novos melhoramentos, q' temos feito na empresa deste jornal, tem demandado avultadas despesas, q' nos obrigão a dirigir este pedido aos senhores assignantes. Esperamos que os mesmos se dignem atender-nos¹⁰².

Melhoramentos foram realizados na impressão, o que demonstra que os responsáveis pelo periódico, mesmo não sendo fácil mantê-lo em circulação no período, investiam nesse veículo de comunicação. O fato de ter sido *O Araripe* o jornal de maior longevidade no século XIX também pode ser explicado por tal investimento. Os jornais da capital, Fortaleza, possuíam assinantes na região e eles também eram cobrados para quitarem com os débitos referentes às assinaturas.

Além da questão financeira, outro elemento que restringia o acesso direto da maioria da população ao semanário era o pequeno número de pessoas alfabetizadas na região. Tal característica é uma realidade em todo o Império, no qual constata-se a existência de um abismo entre a elite, altamente letrada (elemento que, segundo José Murilo de Carvalho, foi um dos fatores poderosos para a existência de uma unificação ideológica) e o grosso da população. Esse cenário foi definido por ele como “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”¹⁰³.

Entretanto, as publicações d'*O Araripe* tornavam-se conhecidas através das rodas de conversa pelas calçadas e ruas da cidade, nas quais o público comentava as notícias trazidas em cada edição que iam se espalhando entre os moradores. A existência de meios como esse possibilitava que a população tivesse acesso às matérias do jornal, mesmo estando a maioria afetada pela questão financeira ou de instrução. Um exemplo é a correspondência de Sipião, que lamentava-se pela falta de dinheiro e por conta disso não podia se tornar assinante do jornal, algo que o levava “a todos os sabbados andar por essas ruas o mais das vezes com o irmão Ambrosio Lamella, escutando por todas as rodas e calçadas, a leitura d'*O Araripe*, para saber que novidades tras”¹⁰⁴.

Essa interação fazia com que suas matérias se tornassem conhecidas por um grande público, embora só aqueles de maior poder aquisitivo possuíssem condições de comprar o periódico. Mas não era apenas na cidade do Crato que as pessoas tinham acesso ao *Araripe*. Acredito que as ideologias e projetos dos liberais cratenses tiveram grande alcance, estendendo-se na região do Cariri e nas regiões circunvizinhas do Ceará e de outras Províncias. As correspondências enviadas por leitores do jornal, mesmo não tendo sua

¹⁰² Jornal O Araripe, n° 178, 1859, p. 4.

¹⁰³ CARVALHO, Op. Cit., 2014, p. 65.

¹⁰⁴ Jornal O Araripe, n° 57, 1856, p. 1.

identificação, devido o uso de pseudônimos, fornecem tais indícios pela variedade de cidades de onde vinham tais textos, pertencentes a diferentes Províncias.

Esse fator pode demonstrar a existência de relações políticas e comerciais mantidas entre a cidade do Crato, na região do Cariri, e demais localidades do Ceará e de províncias vizinhas, como as de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Alguns anúncios do semanário permitem também a colocação dessa hipótese, nos quais é notável a quantidade de estabelecimentos comerciais que chegavam até o Cariri advindos de diversas cidades, tendo em vista que os proprietários desses estabelecimentos buscavam divulgar através do jornal todo o “variado sortimento” que os fregueses poderiam encontrar à venda em seus comércios. Essa circularidade de ideias através d’*O Araripe*, assim como a movimentação de pessoas na região contribuiu para que a mesma fosse se desenvolvendo e se estruturando.

Portanto, era nesse jornal que os liberais cratenses divulgavam suas ideologias e projetos para a região, tendo em sua maioria o objetivo de obtenção do crescimento e desenvolvimento regional. Seus projetos buscavam tornar o Cariri uma região de progresso, sobretudo a cidade do Crato, que havia sido elevada a tal categoria dois anos antes da fundação do periódico. Os planos da elite local com relação a mais nova cidade era o de construir mecanismos que propiciassem seu crescimento, tornando-a também símbolo da “civilização”. Era então deste espaço que partia todo esse projeto desenvolvimentista, que, por sua vez, pode ser compreendido como a construção de um alicerce para conquistas bem maiores que poderiam vir acompanhadas também de maior poder e prestígio político.

A atuação dos membros do Partido Liberal e das elites locais vinculadas a este grupo ocorria de modo muito intenso, no qual investiram bastante nesse veículo de comunicação que era o periódico *O Araripe*. Os redatores faziam de suas publicações a principal arma na conquista do que desejavam, pela divulgação de seus projetos, e também a principal forma de atuação, através da qual combatiam e criticavam o governo, fazendo desse espaço uma arena de disputas.

Os liberais, a partir de seus próprios interesses, divulgavam os problemas pelos quais passava a região e reivindicavam melhorias para ela. Embora se percebam mudanças nesse período, verifica-se, a partir dos textos do jornal e solicitações propostas nele, que existiam alguns obstáculos nessa sociedade, comprometendo a sua organização. No entanto, é necessário atentar para a função que desempenha um jornal e não se esquecer do tom apelativo de suas matérias. Muitas delas, se não a grande maioria, tratavam-se de estratégias políticas de um grupo que mostravam um Cariri com diversas pendências e utilizavam isso para combater as autoridades e obter recursos. Todavia, também apresentavam-no como um

lugar próspero, fértil, de muita abundância, quando se tratava de demonstrar viabilidade aos seus projetos e de impulsionar a economia local. Com esse propósito, os produtores incentivaram em diversas matérias a produção de gêneros que possibilitassem novos ramos industriais, estimulando os agricultores e grandes produtores a investirem em novas atividades que movimentassem a economia regional.

Dentre as benfeitorias que desejavam para a região e os investimentos que o governo provincial deveria realizar, afirmavam a urgente necessidade de se investir em estabelecimentos de ensino, força policial, estradas e pontes. O partido reivindicava melhores estradas para que fosse possível manter uma comunicação mais eficiente entre a região litorânea e o sertão da Província cearense. Segundo pontuavam em seus textos, a má qualidade das mesmas e o difícil acesso deixava os pontos mais distantes da província praticamente isolados e o acesso às informações bastante demorado. Como mencionado, *O Araripe* apresentava aos seus leitores as principais notícias ocorridas na Província cearense e em outros pontos do Império que chegavam até a região por intermédio dos jornais que lhes eram enviados pelo correio. Por vezes eles reclamaram o atraso com que chegavam tais materiais na região e teciam críticas à precariedade desse sistema. No entanto, a solicitação de melhores vias no sul da Província cearense estava relacionada também a outras demandas.

A preocupação com as estradas e o transporte era algo muito presente em diversas províncias, sendo que parte das despesas adquiridas estava relacionada com investimentos realizados nesse setor de obras públicas. Na época, a dificuldade de transporte e de boas estradas era muito grande e, desse modo, investir em seu melhoramento significava uma “estratégia de crescimento econômico”¹⁰⁵. Considero que essa seria uma das preocupações dos produtores do jornal, além da dificuldade com o acesso às informações, ao apresentarem a construção de estradas como uma das urgentes necessidades para a região, tendo em vista que tais aquisições contribuiriam com o desenvolvimento que tanto almejavam.

Todavia, interessava a esses sujeitos a melhoria ou construção de vias que beneficiassem o Cariri, que garantissem a circulação de pessoas e o acesso à região de novos comerciantes, algo fundamental para o seu crescimento econômico. Tais intenções podem ser percebidas com relação a estrada que ligava Crato ao Icó. A redação do jornal afirmou que “É tal a importancia das transações commerciais, que ligaõ esta cidade a de Icó, que, com nosco, pensão todos, não deve o governo poupar sacrificios para realisar uma via de facil e commodo transporte entre os dous pontos”¹⁰⁶.

¹⁰⁵ DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 112.

¹⁰⁶ Jornal O Araripe, n° 82, 1857, p. 1.

Conforme Ana Isabel Cortez, algumas polêmicas existiram em torno da abertura dessa via que “consistiam numa disputa entre partidários dessa estrada, identificada pela “linha reta”, e da antiga estrada que ligava as duas cidades pela ribeira do rio Salgado”¹⁰⁷. Dentre as análises, ela chamou atenção para o posicionamento de João Brígido, representante dos liberais, quanto ao traçado da estrada, destacando que interessava ao mesmo o trajeto que interligasse as principais vilas e cidades do Cariri cearense. Ele se opunha então ao projeto de uma estrada mais curta, em linha reta, “temendo provavelmente o enfraquecimento do Cariri enquanto região”¹⁰⁸. Desse modo, nota-se que a reivindicação desses políticos por estradas, perpassava diretamente pelos seus próprios interesses, com a finalidade de que elas pudessem beneficiar seus negócios.

Continuando o mapeamento das reivindicações que apareciam nos editoriais do jornal *O Araripe*, destaco os pedidos em prol do melhoramento da cadeia pública. Na edição de 17 de julho de 1855, a primeira matéria trouxe uma descrição das condições em que se encontrava a cadeia nessa cidade, apresentando a sua pequena estrutura para a quantidade de detentos e a situação de precariedade do ambiente. Dirigindo suas palavras ao governo da Província, que nesse ano tinha como presidente Francisco Xavier Paes Barreto, eles advertiram:

O nosso governo provincial, justiça lhe seja feita, não tem sido surdo aos clamores do povo desta comarca; mas infelizmente parece ou não ter bem compreendido, o que urge melhorar no edificio, ou não ter querido destrar dinheiro sufficiente para levar o ao estado de servir de prisão. Seja como for, a cadeia do Crato continua a victimar nosso semelhante no seio da sociedade! Cincoenta presos, termo mínimo, occupão uma pequena aia, respirão um ar asfixiante e abafadiço e pisão um terreno, ensopado de saliva, tal é a extensão da prisão!¹⁰⁹.

Em 1858, novos apelos com relação à cadeia aparecem nas páginas do semanário, no qual argumentavam que “os presos da cadeia dessa cidade, recrutas, criminosos e sentenciados estão a morrer d’ fome, e alguns até nós!”¹¹⁰, além de estarem sendo sustentados por esmolas. São apresentadas assim tais características no intuito de chamar atenção do governo provincial para a obtenção de recursos que promovam reparos na estrutura da cadeia pública. O clamor ao governo acontecia frequentemente, muitas vezes acompanhado de críticas à administração, que devido a sua distância, não tomava conhecimento sobre os

¹⁰⁷ REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. O espaço a serviço do tempo: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará. Tese (Doutorado) – 2015. Universidade Federal do Ceará – UFC, p. 71.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 74.

¹⁰⁹ Jornal O Araripe, n° 3, 1855, p. 1.

¹¹⁰ Jornal O Araripe, n° 142, 1858, p. 1.

problemas locais e pouco interferia na solução dos mesmos, tendo uma atuação “frouxa”, na opinião dos liberais, com relação aos pontos mais longínquos.

Os liberais cratenses investiram também na solicitação de construção de escolas, sendo essa uma das causas mais urgentes e que só iria trazer benefícios para a região. Segundo eles, a “instrução pública” era um fator essencial naquela sociedade e argumentavam que,

A primeira necessidade, a mais urgente, a que, sem duvida, trará mais gloria a quem se encumbir de faze-la desaparecer, é , para nós, a da instrução. Colocado a grande distancia do Lyceo cearense, e dos estabelecimentos de educação publica, o Crato e bem assim os municípios do sul da província não teem participado dessas vantagens, que está no nosso systema de governo, aliás barateadas aos habitantes do litoral. Seria pois da maior justiça e conveniência, que a nossa representação provincial cuidasse quanto antes de dotarnos com um similhante estabelecimento, que a imitação de outros do interior da província do Rio-de janeiro e Pará fosse diffundido as luses nesta terra e facilitando a cultura das sciencias a uma mocidade immensa, que vive desaproveitada, e sem os recursos precisos para ir tão longe, em terra estranha, animar-se do fogo sagrado¹¹¹.

Devido à distância existente entre o Cariri, outras regiões do Sul do Ceará e a capital, os editores cobraram a criação de um estabelecimento de ensino na região, visto que os habitantes da cidade do Crato e circunvizinhanças estavam impossibilitados de usufruir do sistema de ensino oferecido na capital da Província. Esse projeto sem dúvida é reflexo do desejo civilizatório que tanto propagavam nas matérias do jornal, de modo que a instrução pública garantiria a difusão de novas culturas e ideias entre aquela população. Estando a Assembleia Provincial com o “desejo de encaminhar o país nas vias do progresso”¹¹², acreditava-se que a realização de tal obra não seria algo muito difícil.

Segundo os produtores do semanário, criar um estabelecimento nos moldes do que existia em Fortaleza seria um exemplo de “justiça” por garantir o acesso à educação de pessoas de outros locais e não apenas da capital. Conforme Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho, em 1853 na cidade do Crato eram poucas as escolas públicas e particulares, sendo que uma mudança no quadro educacional da região teria ocorrido anos depois¹¹³. Enquanto isso, aqueles que possuíam condições financeiras na região, se dirigiam para outras localidades, particularmente Recife e Olinda, para completarem seus estudos.

A oposição entre sertão e litoral, que aparece constantemente em outras reivindicações, sendo a base para a solicitação de conquistas para a região, é um ponto marcante no trecho apresentado. Nele se criticava o fato de as escolas se concentrarem na

¹¹¹ Jornal O Araripe, n° 45, 1856, p.1.

¹¹² Jornal O Araripe, n° 45, 1856, p. 1.

¹¹³ PINHEIRO e FIGUEIREDO FILHO, Op. Cit., p.18.

capital e não serem acessíveis aos habitantes do interior, local que também sofre, segundo os liberais, pela ausência de uma ação governamental mais efetiva. Como demonstrei, essa ideia de retardamento associado ao sertão, enquanto o litoral é visto como símbolo de progresso, de civilização, que se desenvolve de modo mais profícuo, fatores causados pela existência de uma administração mais presente, foi um dos principais argumentos utilizados entre aqueles que defendiam a autonomia política da região do Cariri cearense.

Era desse modo que através de reivindicações na imprensa os liberais cratenses atuavam na região, expondo características que marcavam o Cariri, assim como sua estrutura e organização, formulando projetos com base nas necessidades locais e que, acima de tudo, atendessem às demandas de seu partido. A atuação dos mesmos se dava em várias frentes, pois eles levantaram a bandeira da educação, da melhoria de estradas e transporte, melhorias na estrutura da cadeia pública, cobravam maior atenção das autoridades provinciais com a região, além das preocupações em torno da economia regional. Todos esses pontos integram um projeto político e as formas estratégicas dessa elite regional.

Desse modo, o jornal *O Araripe* se apresentava como uma ferramenta primordial na atuação do partido. Era o meio pelo qual sua voz, seus projetos, ideologias, chegavam às pessoas, tanto aquelas que compartilhavam das mesmas ideias e aderiam a elas, mas, principalmente, para os que formavam a oposição. Por esse motivo, diante das diversas funções que ele exerceu, o próprio jornal é uma estratégia política, pois, como argumentou Serge Bersteins, um partido após o seu nascimento constrói mecanismos que permitam a ele certa durabilidade e um desses mecanismos é a imprensa. Ele explica que os partidos dispõem de uma imprensa e ela permite ao mesmo “introduzir aos poucos na opinião pública as ideias que defendiam e que, para determinada parcela da opinião, se tornam, se não duradouras, verdades estabelecidas”¹¹⁴.

É dessa forma que a imprensa partidária, com a criação do jornal *O Araripe* no Cariri cearense, é aqui entendida, como um meio de “fazer durar” a existência de uma classe e de suas ideias e projetos. Tais elementos demonstram o ideal de sociedade que os correligionários do Partido Liberal cratense visavam construir, uma sociedade de desenvolvimento econômico, símbolo do progresso e civilização, conferindo destaque à região e garantindo assim o fortalecimento político regional. Com isso desejavam conquistar representatividade e benefícios para os grupos locais.

¹¹⁴ BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: REMOND, René. Por uma história política. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 69.

Nessa empreitada, não ficaram de fora as ofensas e acusações ao partido saquarema da região, que era liderado por Miguel Chavier Henrique de Oliveira, assim como os ataques às autoridades municipais que em grande maioria pertenciam também ao partido de oposição. Estes, por sua vez, resolveram fundar também um jornal na região que representasse os interesses do partido Conservador. Antes mesmo da fundação do jornal, *O Araripe* transcreveu uma publicação do periódico Pedro II, órgão do partido conservador na capital, que comentava sobre a futura imprensa que teria o Cariri, na qual iriam rebater os “excessos do Araripe”¹¹⁵.

Em 1860, quando a *Gazeta do Cariri*, do partido saquarema dessa região foi fundado, o semanário dos Liberais não deixou passar em branco tal realização, tecendo seus comentários sobre esta folha.

Depois de um longo periodo de elaboração sahio finalmente á luz a promettida – Gaseta do Cariri. – Saudariamos desde ja o novo lidador da imprensa si, por ventura as palavras anachronicas, as phrases de odio de que vem saturadas as suas paginas, ao estreitar sua carreira, não produzissem em nosso espirito uma desillusão amarga, de que o jornal que enceta hoje a sua vida no Crato, em vez de ser um elemento de progresso, um novo órgão de idéas sans e moderadas, será pelo contrario o écho repetido de mesquinhas paixões, o poste constantemente levantado ao talento e ao merito.¹¹⁶

Nessa matéria, seus produtores destacaram ainda ser a *Gazeta* “obsecada de ódios”. Eles afirmavam que as suas comunicações, obtinham disfarces para fazer calúnias e injúrias aos membros do Partido Liberal. Tais comentários sobre o periódico do partido saquarema dão alguns indícios do clima que se encontrava entre os partidos políticos na região, marcado por tensões, por ofensas, disputas e críticas que protagonizaram diversas matérias em anos anteriores, nos quais muito se comentou sobre a política de conciliação proposta em todo o país. Vale ressaltar que nos anos seguintes, ou seja, durante a década de 1860, as críticas à *Gazeta* e os comentários em torno de suas matérias foram recorrentes no jornal *O Araripe*.

Embora os Liberais cratenses tenham afirmado a inexistência de divergências tão profundas entre ambos os partidos, deixando aparecer alianças entre membros de partidos opostos, as lutas e perseguições não cessaram no Cariri, assim como em toda a Província cearense. Durante o ano de 1856 uma série de matérias sobre partidos políticos foram publicadas n’*O Araripe*, no qual questionavam constantemente a suposta conciliação que deveria existir naquela época. Os ânimos se alteraram ainda mais durante o processo eleitoral naquele mesmo ano, numa eleição marcada por muitas fraudes e irregularidades, consagrando

¹¹⁵ Jornal *O Araripe*, n° 87, 1857, p. 2.

¹¹⁶ Jornal *O Araripe*, n° 237, 1860, p. 1.

mais uma vez o partido do governo no poder, algo que pôs mais dúvida com relação às tentativas conciliatórias que buscavam colocar em prática com o gabinete presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão, conhecido como Marquês de Paraná. São essas questões que abordarei a seguir, devido à relevância das mesmas para caracterizar esse período na região e o pensamento dos liberais cratenses, por demonstrar a relação desses políticos com o Ministério, como o programa proposto foi entendido na região e, ainda, por ser esse um dos temas de âmbito nacional que repercutiram no periódico *O Araripe*.

2.3 “TEMOS CONCILIAÇÃO?”: A PERCEPÇÃO DOS LIBERAIS CRATENSES SOBRE A POLÍTICA DO GABINETE PARANÁ.

Na região do Cariri cearense, a década de 1850 foi marcada por muitos embates, críticas e ofensas entre os partidos políticos. O semanário cratense, *O Araripe*, através dos seus editoriais, fornece alguns indícios que permitem avaliar aspectos desse período na região, momento em que foi instaurado o 12º gabinete do Segundo Reinado, que ficou conhecido como o Gabinete da Conciliação. As reformas nele propostas, particularmente a ideia de conciliação política entre os partidos, foi constantemente discutida no jornal. Por intermédio dele é possível conhecer as percepções dos Liberais cratenses com relação a este programa, assim como tomar conhecimento sobre os embates que permaneceram na região com a oposição, as perseguições existentes e o desenrolar do processo eleitoral nessa década.

O debate político presente n’*O Araripe*, além de tratar sobre questões regionais, trazia também discussões aliadas à política nacional e provincial. No que diz respeito aos partidos políticos e ao Gabinete do Marquês de Paraná, a situação não foi diferente, tendo o semanário publicado alguns artigos, parte deles escritos pelo político e advogado Leandro de Chaves e Melo Ratisbona, demonstrando as suas percepções sobre a época e sobre a execução do novo programa. Por esse motivo, tais questões serão aqui abordadas, por corroborarem com a afirmação de que assuntos referentes ao debate político mais amplo eram também recorrentes no periódico cratense. Desse modo, a proposta de conciliação é um bom exemplo e ela apresenta-se como um tema importante no debate sobre os partidos imperiais que, por sua vez, pode ser contemplado com o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa. Dentre outros fatores, falar sobre a percepção dos liberais em torno do programa desse Gabinete torna-se relevante na medida em que tais discursos divulgados no jornal fornecem

características sobre esse grupo, suas ideologias e proporciona o entendimento da conjuntura entre os partidos políticos no Cariri.

Em outubro de 1855, saíram alguns artigos no jornal sobre as grandes agitações entre os partidos políticos no Brasil movidos por paixões e interesses. Entretanto ressaltavam que eram chegados os tempos de calma, em que “os partidos discutem com prudência, conhecem-se reciprocamente, e visam de longe o mesmo fim”¹¹⁷. Com a queda do ministério Martins, eles destacavam a chegada de outras ideias, as quais seriam acompanhadas para avaliar os resultados obtidos da composição de um novo ministério, confiado pela coroa ao Sr. Paraná, que foi definido como

Estadista hábil, espirito cheio de penetração de experiencia, homem de acção, o Sr. Paraná compreendeu a epocha, e o papel importante que lhe estava destinado. Não há mais lusias nem saquaremas. O ministério é conservador progressista; disse elle ao annunciar o programa do novo gabinete. Pois bem; acompanhemos agora o desenvolvimento dessa idea, e vejamos os resultados que se tem obtido¹¹⁸.

O 12º gabinete, que perdurou entre os anos 1853 e 1857, teve no início como presidente Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, que após sua morte foi sucedido por Luiz Alves de Lima. Ao analisar a política desse gabinete, Paula Ribeiro considerou que “a Conciliação não foi nem a consequência natural da maturidade política do Império e dos partidos, nem a obra “maquiavélica” de uma parcela dos estadistas, interessados em enganar seus adversários”¹¹⁹. Ela ressaltou que a conciliação, que se tornou o programa do Gabinete presidido por Paraná, já havia sido cobrada desde a década de 1840¹²⁰, apresentando-se de modo mais urgente em 1848, com o fim do predomínio liberal e a ascensão do Partido Conservador, momento em que ocorreram no país revoltas, conflitos e disputas partidárias.

A análise feita por esta autora, como ela mesma pontua, se afasta de algumas obras historiográficas que apresentam um entendimento diferente sobre este gabinete e a política de conciliação, tais como as reflexões de José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos. No entendimento de Paula Ribeiro, esses autores veem esta política como uma estratégia construída pelos membros do Partido Conservador para obterem o poder e consolidá-lo. A conciliação seria para eles a vitória de um grupo em detrimento de outro¹²¹. Para Ilmar

¹¹⁷ Jornal O Araripe, nº 17, 1855, p.1.

¹¹⁸ Jornal O Araripe, nº 17, 1855, p.2.

¹¹⁹ FERRAZ, Paula Ribeiro. O Gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857). Dissertação (Mestrado em História), 2013. Universidade Federal de Juiz de Fora, p. 24.

¹²⁰ Ibidem, p. 63.

¹²¹ FERRAZ, Op. Cit., 2013, p. 24.

Mattos, o Gabinete do Marquês de Paraná, o Ministério da Conciliação, veio completar a consolidação da direção saquarema¹²². Porém, diante dos textos publicados no jornal *O Araripe* sobre essa temática, as análises aqui realizadas estão mais próximas das concepções de Carvalho e Mattos.

Embora o espírito da época fosse de conciliação, as divergências entre os partidos e os conflitos não deixaram de existir, de modo que essa ideia não garantiu a existência de tempos tranquilos no Império. Na província cearense, por exemplo, os conflitos e perseguições entre os partidos permaneceram, algo que ressaltou Celeste Cordeiro ao afirmar que mesmo sendo uma época em que o país vivenciava a política de conciliação, o cenário no Ceará não havia mudado¹²³. Eram esses fatores, além do predomínio conservador na política, que acarretaram descontentamento e desconfiança com relação ao que transmitia o gabinete do Marquês de Paraná, sentimentos que podem ser notados na narrativa dos liberais cratenses.

Em 1856, entre os meses de janeiro e abril, a relação entre os partidos e o programa do ministério da época foi tema de discussões no jornal *O Araripe*. Uma reflexão em torno dos partidos políticos, assinada pelo pseudônimo de JUNIOS, foi publicada por partes em algumas edições. De início, esse período foi ressaltado como tempos em que as ideias estavam sendo repensadas e se encaminhando para uniformidade de crenças políticas, embora argumentassem também que “a ideia de partido segundo a nossa forma de pensar, pressupõe uma scisaõ profunda nas crenças, e nas opiniões, e até uma impossibilidade de chegarem a um acordo”¹²⁴.

O autor dessa matéria, não identificado, pontuou que as lutas entre lusias e saquaremas “pela marcha natural das coisas”, havia perdido sua intensidade, de modo que os partidos teriam deixado de convergir para o mesmo fim¹²⁵. Nessa perspectiva,

Estava porem reservado ao tempo o poder de aproximar os dous partidos e para que se desse esse grande resultado, era preciso que cessassem as lutas materiaes que assignalavam a subida de cada partido ao poder; essas lutas cessaram, e de 50 para cá começamos agosar de uma profunda paz, cuyos beneficos effeitos se fizeram logo sentir por toda a parte. Em breve os nossos esforços encaminham-se para os melhoramentos materiaes; as nossas rendas augmentaram, e esse progresso animou-nos a em pregarmos alguns capitaes em empresas uteis, e a levar nos as margens do Prata, onde grandes interesses reclamavam o auxilio de nosso exercito, e o ascendente de nossa diplomacia. Grande e sublime licção para nós, que depois de quasi 30 annos de lutas estereis, veio provar nos ainda uma vez a verdade, de que a paz é um elemento da grandesa dos povos! Por certo a experiencia foi edificante, e os

¹²² MATTOS, Op. Cit., 1990 p. 171.

¹²³ CORDEIRO, Op. Cit., 2007, p. 145.

¹²⁴ Jornal O Araripe, n° 31, 1856, p. 1.

¹²⁵ Jornal O Araripe, n° 32, 1856, p. 1.

efeitos desse período de paz que gozamos, comparados com os das grandes lutas porque passamos, oferecem um contraste digno de assinalar-se¹²⁶.

O texto, em tom conciliatório, procurava expressar que o sentimento proposto naquela época havia sido compreendido por todos e que algumas mudanças haviam acontecido, amenizando um pouco as disputas, se comparado a episódios que antecederam essa época. No entanto, os liberais esperavam mudanças mais significativas, como demonstra outra parte do texto no qual o autor pontou que “a fusão foi completa, e só uma coisa faltou para que fosse perfeita, era que a oposição liberal estivesse no mesmo pé de igualdade nas co-camaras; mas é que as cousas não são como nós queremos, e sim como ellas devem ser”¹²⁷.

Não estar em pé de igualdade com os membros do Partido Conservador constituía para os liberais cratenses o limite da Conciliação e esse desequilíbrio, assim como ocorria em “epochas excepcionaes e de luta”, representava, no entendimento deles, um anacronismo, por ser “a actualidade um período de verdadeira transformação”¹²⁸. Tais fatores demonstram claramente como a imprensa liberal na região estava desacreditada com algumas promessas do gabinete da Conciliação. Contudo, esse sentimento não se restringia apenas ao Cariri, pois em Pernambuco a imprensa ligada ao Partido Liberal demonstrava o pouco entusiasmo desse grupo com a ideia de Conciliação¹²⁹.

Como apresentou Suzana Cavani Rosas, a partir da análise dos editoriais da imprensa de tendência liberal, não havia grandes esperanças de que o gabinete realizasse as propostas de reforma que anunciava, seja pela sua composição conservadora, seja pela resistência do parlamento que também era formado por uma maioria conservadora¹³⁰. Com relação ao presidente do gabinete, a autora constatou que a imprensa não viu com bons olhos essa escolha, de modo que uma representação foi construída em torno de Honório Hermeto Carneiro Leão: a de que “ele tinha boas intenções, mas não força política para se impor sobre o reacionarismo de seus pares”¹³¹.

No Cariri cearense, com base nas matérias assinadas por JUNIOS, é possível compreender que embora concordassem que se tratava de um período oportuno para mudanças, determinadas ações acabavam por gerar algumas dúvidas e questionamentos sobre o ministério da época.

¹²⁶ Jornal O Araripe, n° 32, 1856, p. 1.

¹²⁷ Jornal O Araripe, n° 32, 1856, p. 2.

¹²⁸ Jornal O Araripe, n° 35, 1856, p. 1.

¹²⁹ ROSAS, Suzana Cavani. Da “constituente soberana” a “conciliação política sobre as bases das reformas”: o partido liberal em Pernambuco e o Gabinete Paraná de 1853. *Rev. Hist. (São Paulo)*, n. 170, p. 291-316, jan-jun., 2014, p. 307.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 307.

¹³¹ *Ibidem*, p. 310.

Deveremos porem entender esta proposição em um sentido absoluto? O ministério pode mesmo dispensar o apoio dos partidos? Quando disemos que os partidos se transformam, não queremos jámais enunciar o pensamento de que os partidos se aniquilam, mas sim que se decompõem, e que marcham para uma nova reorganização [...]. Qual tem sido a marcha do actual gabinete? Até agora terá elle sido coherente com suas palavras e promessas? [...] Com effeito até agora não nos tem sido possível descortinar perfeitamente a politica do actual gabinete! Hora elle parece querer desprender-se dos conservadores e lançar-se nos braços dos moderados de ambas as opiniões politicas que tem dividido o paiz, hora como que temendo renegar sua origem, elle recua corteja de novo a esses mesmos conservadores, e prodegalisa-lhes grandes posições e favores¹³².

Nota-se que algumas indagações com relação às ideias vigentes na época, que compunham o programa do novo Gabinete, faziam parte do pensamento e do debate dos liberais, principalmente com relação ao fato de dispensar o apoio dos partidos políticos. Colocaram-se em dúvida as reais intenções do gabinete, isto porque verificava-se durante esse período, assim como em outras épocas, uma predominância do Partido Conservador na política. Conforme os dados apresentados por José Murilo de Carvalho, referentes à duração e filiação partidária dos ministérios, entre os anos de 1840 e 1899 constata-se uma diferença no tempo de duração dos ministérios conservadores e liberais, tendo este uma duração inferior em relação ao primeiro. Como pontuado pelo autor, “os conservadores duraram em média duas vezes mais que os liberais”¹³³. A mesma constatação pode ser feita dos ministérios da conciliação, mais ligados aos conservadores, e dos progressistas, que eram mais próximos dos liberais e também apresentaram um período de duração menor que o do primeiro.

Mesmo durante esse período é notável a presença constante de um partido, embora algumas medidas tenham sido tomadas com o intuito de possibilitar uma representação mais equilibrada entre eles, algo que foi denominado de “representação das minorias”, uma preocupação que surgiu nesse período com o Gabinete da Conciliação. Tal realização seria viável com a proposta de reforma eleitoral que, segundo José Murilo de Carvalho, foi “o principal esforço de abertura aos liberais”¹³⁴. Com a introdução do voto distrital e as incompatibilidades eleitorais buscava-se, respectivamente, “quebrar o monolitismo das grandes bancadas provinciais e permitir a representação de facções locais” e “reduzir a influencia do governo nas eleições, de evitar que a Câmara fosse dominada por funcionários públicos, sobretudo juizes”¹³⁵.

¹³² Jornal O Araripe, n° 35, 1856, p.1.

¹³³ CARVALHO, Op. Cit., 2014, p. 210.

¹³⁴ Ibidem, p. 398.

¹³⁵ Ibidem, p. 398.

De acordo com Suzana Cavani Rosas, essa proposta da reforma eleitoral com a instituição do voto distrital em 1855 foi o assunto que tomou conta do debate parlamentar e da história da conciliação no Império. Ela pontuou que tal medida parecia a solução para tornar as eleições menos corruptas e também mais livres, ideia que era compartilhada por “muitos políticos brasileiros, independentemente de sua filiação política, apesar da ideia do voto distrital se adequar melhor ao pensamento dos liberais do Império, a quem todo tipo de medida fortalecedora do poder local sempre agradou”¹³⁶.

Em suas pesquisas, Suzana Cavani Rosas afirmou que a introdução do voto distrital foi o legado mais importante do ministério. Inclusive, segundo esta autora, quando a proposta despontou no Parlamento, ela causou uma mudança de postura dos liberais pernambucanos com relação ao gabinete da conciliação, de modo que em 1856 a vontade de participar das eleições foi constantemente estampada nas páginas dos jornais¹³⁷.

A reforma do processo eleitoral parece ter trazido ânimo também aos liberais cratenses, de modo que através d’ *O Araripe*, cobraram o cumprimento da “lei dos círculos” e tal fator pode denotar que eles viam a possibilidade de mudanças e maiores chances de representação com a mesma, caso ela fosse empregada de maneira efetiva. No que concerne à reforma, vale pontuar que as províncias do Império foram divididas em distritos eleitorais, estando o Ceará, conforme previsto no decreto n° 1.807, de 20 de agosto de 1856, dividido em 08 distritos. O Cariri, por sua vez, constituía o oitavo deles, tendo por cabeça a cidade do Crato. O mesmo englobava as paróquias do Crato, Missão Velha, Barbalha, Jardim e Milagres, formando um colégio que deveria se reunir na Igreja Matriz da cidade sede¹³⁸.

Mesmo esperançosos com a reforma, os liberais cratenses acreditavam que o cumprimento da proposta deveria acontecer mediante uma intervenção do Governo nas eleições, sendo este órgão percebido como o responsável por garantir igualdade entre os partidos. Caso contrário, segundo afirmaram, a lei seria inútil e, desse modo, “as maiorias unânimes continuam a renascer; e nós que temos sido até agora o nome de opositores, liberais, chimangos, praias e lusias, ou como nos quiserdes chamar iremos vivendo de *esperanças*, até que nos possamos elevar da condição de parias”¹³⁹.

¹³⁶ ROSAS, Suzana Cavani. *Os Emperrados e os Ligeiros: a história da Conciliação em Pernambuco (1849-1857)*. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife -PE. 1999, p. 181.

¹³⁷ Idem, 2014, p. 314.

¹³⁸ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa da Primeira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario D’Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, em 1856. Rio de Janeiro – Typographia Universal de Laemmert, 1857. Anexos, p. 31-31 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1729/> acesso em 06/12/2017).

¹³⁹ Jornal *O Araripe*, n° 35, 1856, p. 2.

Na edição de 08 de março de 1856, mais uma vez o jornal abriu as suas publicações abordando a ideia de conciliação, na qual destacaram suas convicções e pensamentos quando o “Sr. Paraná” subiu ao poder. Ao lerem seu programa, algumas expectativas com relação ao atual gabinete foram criadas, como a ideia de que,

Uma nova era vae despontar para o paiz, não é possível que este homem venha após tantos outros personificar mais uma hypocrisia; já é chegando o tempo em que os partidos devem arvorar uma bandeira mais generosa, proclamar uma politica mais nobre do q’ tem tido até agora. Lancemos um veo sobre o passado, amnistiemo nos mutuamente, e saudemos o novo Iris de alliança que surge nos Ceos do Imperio¹⁴⁰.

Entretanto, as expectativas dividiam espaço com o descontentamento, e as indagações em relação ao projeto reformista se mantinham. Na mesma matéria, eles externaram também que “o coração alimentava-se de esperanças ainda mesmo quando são ilusórias”, chegando a questionar: “estavamos porém illudidos? teriamos diante dos olhos a miragem do deserto?” Verifica-se, desse modo, um pensamento marcado por esperanças e muitas incertezas sobre como o Partido Liberal se beneficiaria com as novas propostas que partiam de um ministério formado por muitos membros da oposição.

Algo interessante na percepção dos liberais é que uma parcela da culpa por possíveis falhas nesse sistema, tendo em vista que na região os problemas partidários e a pouca participação dos membros do partido liberal na política continuaram, foram atribuídas aos presidentes de província. Conforme matéria publicada no jornal, a conduta do ministério era equivocada, mas seria injusto afirmar que não havia mais salvação para ele, até porque concordavam que o gabinete tinha promovido grandes serviços. Em contrapartida, nas províncias,

A conciliação é para os presidentes uma palavra vãn que elles invocam a cada momento, para melhor poderem sahir das difficuldades da ideia. Promettem muito quando chegam nas províncias, mas se no dia seguinte ao de sua posse na administração, ha vinte nomeiações á faser na policia ou na guarda nacional, ninguém espere que elles fação uma consessaõ importante [...] Qual será o presidente que se atreva a dimittir um delegado saquarema nas províncias?¹⁴¹

Os esforços realizados pelo Ministério de nada valeriam, conforme ressaltado em tal matéria, se nas províncias as mesmas ideias não fossem compartilhadas. Como pontuado, as matérias demonstram que o governo era percebido como aquele que deveria intervir nas eleições para assegurar o direito dos partidos. Se para eles a conciliação era uma palavra vã,

¹⁴⁰ Jornal O Araripe, n° 36, 1856, p.1.

¹⁴¹ Jornal O Araripe, n° 36, 1856, p.2.

havia então dificuldade para que o cenário mudasse, assim como esperavam os membros do Partido Liberal, a ponto de lhes possibilitar a representação que desejavam.

É notável que o seu maior descontentamento dizia respeito à restrita participação do grupo nos cargos do município, sendo a maioria das autoridades de tendência conservadora. Desse modo, as críticas e ofensas às autoridades municipais ocorriam frequentemente. Através do semanário cratense, *O Araripe*, o funcionamento precário da Câmara Municipal era denunciado, alegando que as reuniões não aconteciam regularmente nem nas datas previstas. Ironicamente, os liberais afirmam que os saquaremas estavam tão imbuídos pelo pensamento da época que fecharam tudo em um círculo de ferro, isso porque “não tendo talvez o numero preciso de pessoas habilitadas para as diversas funções publicas não quis todavia que um adversário politico partilhasse honras que elle julgava pertencerem exclusivamente a seos adeptos”¹⁴².

A câmara funcionava com um número reduzido de membros, segundo indicavam os editoriais do jornal, e isso era mais conveniente aos saquaremas do que contar com a presença da oposição entre eles. Mesmo diante do cenário que se apresentava, os liberais expuseram:

Não queremos fazer disto um objecto de querella contra os que excluirão os liberaes de tomar parte nas funções municipaes, queremos somente faser sensível a necessidade, que ha de lançarmos mão dos individuos de todas as crensas, em quem concorrão as qualidades necessarias, toda ves que o nosso numero de pessoas habilitadas seja tão pequeno, como o que aqui contamos [...] ¹⁴³.

Considero que esse era o limite da Conciliação para os liberais. Seus argumentos levam à compreensão de que todas as propostas do ministério eram favoráveis a mudanças, mas na prática eles ficavam restritos de posições que tanto almejavam. Mesmo assim, a busca pela representatividade no âmbito regional permaneceu e ganhou as páginas do semanário durante a organização do processo eleitoral, momento em que os liberais procuraram sensibilizar a sociedade e convencê-la dos benefícios de seus projetos e da urgente necessidade de pessoas mais aptas na direção política do município. O jornal cratense apareceu como um importante instrumento de campanha e denúncia dos abusos sofridos nesse período, tendo em vista que através dele o partido noticiou todos os acontecimentos que marcaram a eleição para a Câmara Municipal e Juiz de Paz em 1856, desde a preparação para

¹⁴² Jornal O Araripe, n° 41, 1856, p.2.

¹⁴³ Jornal O Araripe, n° 41, 1856, p.2.

este momento até o desenrolar e resolução dos problemas ocasionados no dia da votação, ocorrida em 07 de setembro, na igreja matriz da cidade¹⁴⁴.

Desde 1855 e durante todo o ano de 1856 as matérias do jornal abordavam questões sobre a eleição que ocorreria em setembro e procurou mobilizar a população sobre a importância do comparecimento às urnas. Eles publicavam nomes daqueles que julgavam mais aptos para ocupar os cargos públicos e ainda faziam denúncias com relação ao chefe do partido saquarema na região, o senhor Miguel Chavier Henrique de Oliveira. Os editores do jornal focaram na abordagem de aspectos sobre eleição, acreditando ser sua missão gloriosa “esclarecer a consciência pública sobre os seus mais importantes direitos”¹⁴⁵.

Acreditando que era esse o seu papel, em vários momentos os artigos d’*O Araripe* direcionaram-se aos eleitores solicitando que estes se inscrevessem na lista de votantes, que comparecessem às urnas desempenhando seu papel na escolha dos representantes. Ressaltavam que eleição é coisa do povo e que essa tarefa não devia ser deixada na mão de terceiros. Durante essas convocações, foi ressaltado que “o Crato é hoje um dos mais importantes municípios da província. Naturalmente agrícola, bastante populoso, centro de uma grande vida comercial, elle deve ter uma câmara bem intencionada e inteligente para não cerrar os olhos às necessidades que nascem dessa situação [...]”¹⁴⁶. Ou seja, a Câmara deveria estar preocupada com o progresso da região, com seu desenvolvimento, em fazer com que essa prosperidade e importância do Crato fosse mantida e viesse a crescer cada vez mais, pois isso seria favorável à realização de grandes projetos políticos que há muito se buscava concretizar.

Nessa série de debates sobre a escolha dos vereadores e juiz de paz, relembrou-se dos procedimentos de eleições anteriores nesta comarca, afirmando a existência de “manejos, fraudes e violências que em quase todas as epochas os partidos empregaram para conseguirem a vitória”. Esses fatores caracterizavam as eleições políticas no Império que, conforme apontou Miriam Dolhnikoff, “eram rotineiramente manipuladas por fraudes e pelo uso de violência”¹⁴⁷. A influência do governo nas eleições era constante, inclusive era algo que a reforma eleitoral visava modificar, tendo em vista que tal órgão, como expôs José Murilo de

¹⁴⁴ A intenção não é a de apresentar e analisar todos os acontecimentos que foram registrados no jornal. O objetivo restringe-se a demonstrar apenas alguns fatos que indicam a existência de conflitos, fraudes e problemas durante a eleição, característico das eleições no Império, e os ânimos exaltados durante esse processo mesmo tratando-se de um período em que se falava de conciliação política.

¹⁴⁵ Jornal *O Araripe*, n° 56, 1856, p.2.

¹⁴⁶ Jornal *O Araripe*, n° 56, 1856, p.2.

¹⁴⁷ DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 101.

Carvalho, falseava o sistema parlamentar e contribuía para a perpetuação de um partido no poder¹⁴⁸.

Dentre os procedimentos eleitorais, o trabalho de qualificação dos eleitores era um elemento primordial, pois o resultado estava diretamente associado a quem era concedido o direito de voto¹⁴⁹ e era de responsabilidade dos poderes locais fazer a qualificação dos votantes. Inspirados pelo suposto “sentimento de concórdia” entre os grupos, esperava-se que a Junta Qualificadora seguiria as normas da justiça e seria imparcial. Sobre este trabalho e sobre as mudanças que esperavam os liberais baseados na ideia de conciliação, argumentou-se nos editoriais do jornal que

As Juntas de Qualificação dos annos anteriores ainda de baixo da influencia das reacções politicas, excluíram um crescido numero de cidadãos, ao passo que contemplarão na qualificação muitos nomes de pessoas que não estão no caso de ser votantes. Agora porem é chegado o momento de reparar essas injustiças; porque não só intoleráveis diante da constituição do Império, como assim a vista da Lei Regulamentar das Eleições, que offerece todos os recursos possíveis a todos a quelles cujos direitos forem assim postergados e a cientemente de sattendidos, recurços esses que não deixarão de ser invocados e dedusidos perante os poderes competentes¹⁵⁰.

Mas as coisas não funcionaram assim como pareciam acreditar os liberais cratenses. As violências e fraudes eleitorais não pertenciam ao passado nem serviram apenas de experiência para os partidos. Reforços foram solicitados ao presidente da Província e medidas que buscavam evitar possíveis desordens no dia da eleição também foram solicitadas, em “nome da ordem e do bem comum”, ao delegado de polícia deste município, tais como a proibição da venda de armas, de pólvora, de bebida, que o comércio permanecesse fechado e que as pessoas que estivessem portando armas fossem detidas¹⁵¹. Mesmo assim, os ânimos na cidade não estavam tão de acordo com a época.

Antes da eleição, algumas matérias no jornal trataram sobre perseguições e ameaças feitas pelo delegado suplente que estava em exercício, o senhor José Ferreira de Menezes. Segundo afirmaram, ele andava pelos quarteirões do município acompanhado de soldados e ordenando aos inspetores que notificassem as pessoas qualificadas a votarem na chapa do governo.

Incumbido pelo lado saquarema, o delegado José Ferreira tomou a si o trabalho de faser a maioria entre os votantes da Parochia. Amiaças de prisão e recrutamento, ostentação de poderio official, promessas de proteção,

¹⁴⁸ CARVALHO, Op. Cit., 2014, p. 401.

¹⁴⁹ DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 108.

¹⁵⁰ Jornal O Araripe, n° 27, 1856, p.4.

¹⁵¹ Jornal O Araripe, n° 59, 1856, p.4.

descomposturas, enfim tudo quando se o fazer um homem ardente e a todo trance empenhado em obter um triumpho, o delegado Meneses pôs em prática¹⁵².

Há relatos de fraude na mesa, arremesso de cédulas na urna, mas o ponto culminante da eleição se deu quando todos estavam reunidos na Matriz e um eleitor do partido Liberal, José Gonçalves Landim, foi atingido por tiros e morreu. Desse modo, o Crato estava entre as cidades do Ceará que tiveram uma eleição marcada por diversas desordens, assim como denominou em seu relatório o presidente da província, Francisco Xavier Paes Barreto, no qual apresentou que

Dessas desordens as mais graves forão as que infelizmente tiveram lugar nas freguesias do Crato, Sobral e Santa Anna, e Imperatriz, aonde a exaltação dos partidos, e o desejo de obterem a todo custo um triumpho, que só honra quando é alcançado pelos meios regulares, os levarão a commetter os mais deploráveis e criminosos excessos. Oito mortes, e muitos ferimentos forão e resultado dessas luctas desgraçadas, que tanto depõem contra os nossos interesses e civilização. Fiel aos meos princípios, e em observância ás recomendações do governo imperial, não só conservei a mais completa neutralidade entre os partidos, que pleitearão a eleição, como dei as mais terminantes ordens e instruções ás autoridades policiaes, e militares para que não praticassem acto algum, que podesse por em coacção a liberdade dos cidadãos no pronunciamento do seo voto. Pondo de parte as accusações desacompanhadas de provas da imprensa, e as queixas exageradas dos descontentes posso assegurar a V. Exc., que em geral as autoridades se abstiverão de intervir, como taes, na eleição. Uma ou outra que se desviou das minhas ordens fio logo destituida¹⁵³.

O presidente declarou ter empregado meios para manter a tranquilidade entre os partidos e tendo assim agido dentro do que orientava o governo imperial. No entanto, nos textos d'*O Araripe* nota-se bastante descontentamento com relação às medidas do governo para com as desordens que ocorreram no Crato, principalmente com relação a morte do eleitor liberal. Esse acontecido repercutiu em várias edições do semanário, no qual seus produtores expuseram todos os fatos e demonstraram indignação com a morte do seu correligionário e também por não ter existido punição severa ao delegado que, segundo suas percepções, havia autorizado os soldados disparem suas armas.

O fato da inexistência de medidas cabíveis, como sugeriam os liberais, em relação aos responsáveis por tal morte pode ser compreendido quando nota-se uma predominância do partido Conservador, que estava naquele momento no poder, nas principais funções policiaes

¹⁵² Jornal O Araripe, n° 62, 1856, p.1.

¹⁵³ Relatório com que o excellentíssimo senhor doutor Francisco Xavier de Paes Barreto passou a administração da povincia ao terceiro vice-presidente da mesma o excellentissimo senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães. Em 25 de março de 1857. Ceará, Typographia cearense, 1857, p. 03-04 (Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2347/>).

do município. O delegado em exercício, José Ferreira de Menezes, como apontado no próprio jornal, estava incumbido pelo partido saquarema. O juiz de direito Domingos José Nogueira Jaguaribe também se aproximava desse partido. Além disso, Francisco Xavier Paes Barreto, então presidente da província do Ceará, enviou para o Crato na missão de fazer uma apuração dos fatos da eleição o senhor Herculano Antônio Pereira da Cunha, que era vice-presidente da província e chefe de polícia adepto do partido saquarema.

Diante desse quadro, os liberais não podiam esperar posições diferentes com relação ao desfecho dos acontecimentos que marcaram a eleição de setembro, sendo os representantes policiais e do governo todos ligados ao partido de oposição. Tal fator ajuda a entender sobre tanta indignação que os liberais expressaram nas páginas do jornal e que, conforme julgavam, o envolvimento e a vontade de fazer justiça não era partilhada pelas autoridades responsáveis pelo caso. Os estudos realizados por Juciello Alexandre, que fez uma análise dos discursos do Governo sobre a eleição, tornam mais esclarecida essa hipótese, ao apresentarem que para este órgão, as eleições ocorridas em 1856 no Crato “foram livres, as desordens foram resolvidas e a justiça foi feita”¹⁵⁴.

Essas informações demonstram ainda o quanto era complicado para o partido que não estava no poder, neste caso os liberais, disputar e vencer uma eleição. Diversas vezes essa dificuldade foi pontuada no semanário cratense ao falarem do apoio que tinha o outro partido, estando ele à vontade para empregar quaisquer mecanismos para obter a vitória. Algo que o jornal *O Araripe* muito denunciava eram as perseguições aos eleitores do partido liberal e ameaças de recrutamento, que tiveram lugar nesta cidade antes da eleição e mesmo depois dela, como indicam as matérias da redação e também os comunicados enviados à tipografia¹⁵⁵.

Fazendo um balanço das eleições não só no Cariri, mas em todo o Império, os liberais cratenses chegaram à conclusão de que “o governo illudio o paiz”. Tal frase intitulava a matéria e era o assunto também nela tratado. Ao notarem os conservadores no domínio com o resultado das últimas eleições, eles questionaram se teria o partido saquarema a maioria no país ou seriam os liberais que estariam enfraquecidos. A resposta é, na opinião deles, o não cumprimento e lealdade do governo com seu programa.

Assim é claro, que no estado em que se achavam os negócios publicos no paiz, o que podia contribuir para a livre expressãõ do voto, e o triumpho das maiorias reaes e legitimas, era a fraquesa e lealdade da parte do governo, na

¹⁵⁴ ALEXANDRE, Juciello Ferreira. Uma Carnificina eleitoral: disputas políticas no Crato e eleições em meados do século XIX. Revista Historiar, Vol. 07, N.12, Ano 2015.1, p. 92.

¹⁵⁵ Jornal O Araripe, n° 100, 1857, p.2.

execução da nova reforma eleitoral, e das ideias de conciliação e tolerância, apregoadas do alto da tribuna, pelo chefe do actual gabinete o fallecido Marquez de Paraná. Mas infelizmente, é preciso que se diga, e falle-se com toda a franquesa, o ministério faltou a esse compromisso de honra solemnemente contrahido perante o paiz¹⁵⁶.

Desse modo, na concepção dos redatores do jornal, a política de conciliação era hipócrita e não passou de uma ilusão. Novamente, o partido que já se encontrava no poder manteve a sua posição, tendo as ideias da época se apresentado como falhas em relação a garantir uma representatividade de ambos os grupos em vez da predominância de um único partido político. No entanto, embora as ideias de conciliação do novo gabinete tenham suscitado expectativas de mudanças, muitas dúvidas pairavam sobre as novas propostas e, no caso do Cariri, o cenário não sofreu muitas alterações como demonstrado a partir das narrativas no jornal em relação a seus adversários e os acontecimentos da eleição de 1856.

As matérias ressaltadas permitem observar que o debate na região não se restringia apenas às questões locais e que, como pontuado, *O Araripe* trazia discussões políticas referentes ao debate nacional, que ajudam a mapear as questões que tiveram repercussão no Cariri, assim como as percepções desse grupo sobre as discussões vigentes da época. Além disso, foi possível compreender também como os liberais atuavam na imprensa, como através de suas matérias eles procuravam convencer a sociedade sobre o que acreditavam e sobre os seus projetos para a região, pauta que acompanhava a maioria de suas argumentações.

No caso das eleições, por exemplo, eles demonstravam estar interessados em esclarecer a opinião pública sobre os fatos e aproveitavam o momento não só para fazer denúncias e indicar quem consideravam mais aptos para assumirem os cargos no município. Além disso, expunham também seus projetos convocando a população a optarem por representantes que também demonstrassem os mesmos interesses. A principal bandeira levantada nessas campanhas foi a criação da Província do Cariri. Esta devia ser a razão eleitoral, segundo acreditavam os liberais. E, antes de todos esses acontecidos, eles já se anteciparam para falar dessa causa.

A criação da província deve pois ser a razão eleitoral. A eleição seja no sentido lusia ou saquarema deve ter o cunho dessa vontade predominante, e que deixa aquém todo o interesse de facções; os sufrágios conferidos devem impor mandato de propugnar por essa causa. Consequentemente aconselhamos a todos as entidades políticas de nossa terra, que nesse intuito sejam severos, quando tiverem de nomiar seo representante na câmara temporária, só fasendo recahir seos votos na quelle dos candidatos que lealmente esposar esta causa, e preferindo sempre a quelle, que reunir em sei

¹⁵⁶ Jornal O Araripe, n° 84, 1857, p.1.

mais esforços. A adoção franca e sincera dessa ideia, a consideração pessoal, e a capacidade devem garantir essa escolha¹⁵⁷.

Aqui já demonstravam pensar que, diante dos espíritos da época, os partidos abandonariam todo ressentimento e estariam preocupados com as mesmas questões. Ao fazerem a primeira convocação dos eleitores, já pontuaram sobre o projeto que visava autonomia política da região com a criação de uma nova Província no Sul do Ceará, a Província do Cariri, cuja capital seria o Crato. Como veremos, essa é uma ideia criada antes mesmo da fundação do jornal, pelo senador José Martiniano de Alencar, sendo por ele apresentada ao senado durante o ano de 1839. Desde então, várias câmaras municipais, assim como a Assembleia Provincial do Ceará, fizeram também seus apelos em prol desta realização. Muitos anos depois, com a fundação do jornal *O Araripe*, tais ideias são reacendidas e tiveram espaço no semanário cratense desde o seu primeiro número. As ideias em torno da criação da província do Cariri divulgadas através deste periódico, assim como os debates em torno dessa criação que se deu antes mesmo da fundação do jornal, serão objetos de estudo do próximo capítulo.

Portanto, ao analisar o entendimento dos liberais cratenses em torno do Gabinete da Conciliação, novos elementos se apresentaram com relação ao periódico *O Araripe* e aos projetos nele defendidos que, por sua vez, não deixaram de perpassar por esse assunto e até mesmo sofrer interferência dele, como é o caso do já mencionado projeto de criação da Província do Cariri. Tal proposta esteve articulada aos debates referentes à conciliação partidária e eleitoral, pois mesmo com tantas desavenças, disputas e críticas entre luzias e saquaremas, concordava-se que as diferenças deveriam ser deixadas de lado, sugerindo que este programa do Marquês Paraná, caso tivesse cumprido com as suas propostas, teria fortalecido a ideia de autonomia da região.

¹⁵⁷ Jornal *O Araripe*, n° 24, 1855, p.1.

3 O PROJETO DE CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DO CARIRI

[...] Se fizesse a nova Província, e fosse para alli agora um presidente militar, muito facil seria trazer á ordem os sertões rebellados, mormente considerando o enthusiasmo que apresentariam os povos da nova Provincia com o prazer de verem realizados seus ardentes desejos, de ter dentro em si um Governo que promova a sua segurança e prosperidade¹⁵⁸.

Em 1839, ao falar sobre o projeto que visava criar a Província do Cariri, José Martiniano de Alencar proferiu as citadas palavras no Senado. Elas expressam um desejo que foi constante durante o século XIX, o de autonomia política da região do Cariri cearense com a criação de uma província no Sul do Ceará. Diversas autoridades defenderam e lutaram pela concretização do projeto que movimentou políticos em diversas Câmaras Municipais e até mesmo no Senado.

Nas discussões e solicitações realizadas em prol da criação da Província do Cariri, tentou-se demonstrar o quanto a presença de um governo no interior seria importante para modificar hábitos, extinguir os crimes e problemas, além de promover o desenvolvimento desses locais, como é possível notar no trecho acima. Nessa mesma perspectiva, o projeto continuou sendo defendido na segunda metade do século XIX pelas elites da região do Cariri e membros do Partido Liberal do Crato ligados ao periódico *O Araripe*, dando assim continuidade à proposta de criação de uma nova província que há muitos anos já vinha sendo idealizada.

3.1 DAS CÂMARAS MUNICIPAIS AO SENADO: AS SOLICITAÇÕES REALIZADAS EM DEFESA DA PROVÍNCIA DO CARIRI.

A ideia de criação da Província do Cariri foi o principal e mais importante projeto defendido pelos políticos do Partido Liberal na região, de modo que através da imprensa eles advogaram em prol dessa realização, buscando pontuar a importância e os benefícios de tal projeto. Nesse sentido, a matéria que abriu a primeira edição do jornal já pretendia introduzir alguns elementos sobre esse assunto, falando da necessidade de uma melhor divisão territorial

¹⁵⁸ Anais do Senado. Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro. Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de Anais do Senado Federal (Transcrição). Rio de Janeiro, 1913, p. 207.

do país que visasse estabelecer um equilíbrio entre as províncias de modo a assegurar-lhes igual preponderância.

Assim iniciavam as discussões no semanário cratense, falando sobre a organização e divisão territorial do Brasil naquele momento, em 1855, para pontuarem a utilidade de mudanças no que eles chamaram de “viciosa divisão administrativa” que não garantia os mesmos benefícios em todos os pontos do Império. Nesse sentido, pensando sobre as condições das localidades da região do Cariri e circunvizinhanças, eles indagaram:

Não traria mais vida e acção a essas populações numerosas, que habitão os municípios de Jacobina, Pambù e outros da Bahía; da comarca da Boa Vista, de Flores etc de Pernambuco; dos municípios de Sousa e Pianco da Parahiba; das comarcas de Crato e Inhamuns do Ceará; do termo de Jaicóz do Piauhy, que se deminúissem os territórios de suas respectivas províncias em proveito de sua incorporação, isto é, que se lhes desse uma administração especial, que curasse os seus interesses peculiares, que mais perto collocada, vèllasse sobre a segurança publica, conhecesse suas necessidades, e por tanto meios a seu alcance promovesse seu adiantamento industrial e sua educação moral?¹⁵⁹

O projeto englobava além das localidades do Sul do Ceará, outras cidades das Províncias vizinhas, todas elas, segundo os produtores do semanário, distantes da capital e, por conseguinte, da ação administrativa do governo, fator que para eles representava condições favoráveis para o surgimento de diversos problemas. Além disso, ressaltaram que se tratavam de lugares numerosos, algo que requeria maior atenção com os interesses dos mesmos, dentre uma série de serviços. Então, conforme apontavam os liberais, a ideia era garantir para esses pontos mais longínquos, uma presença e ação mais efetiva das autoridades com a intenção de promover o desenvolvimento e crescimento dessas povoações. Mas sem dúvida eles enxergavam outros benefícios, inclusive com relação ao seu poder e representatividade política, ultrapassando as ideias de garantir auxílios e prezar pela ordem e civilização desses locais.

No entanto, esse projeto que muito defenderam os liberais cratenses não era uma idealização desse grupo. O desejo de criação de uma província no Sul do Ceará há anos já movimentava as elites da região, representantes políticos do Partido Liberal de influência nacional, Câmaras Municipais e outras instâncias que reivindicaram tal criação. Algo que os liberais não deixaram de evidenciar nas páginas do seu semanário, ao afirmarem:

Não aventamos ideias, nem emittimos princípios novos. Uma authority valiosa comprova nossa opinião; é a do distinto Senador Alencar, homem prático, inteligente, e profundo, que tudo calculou, que visitou quasi todos

¹⁵⁹ Jornal O Araripe, n° 1, 1855, p. 2.

estes lugares, e que dando ouvidos a suas vivas e repetidas reclamações, apresentou no Senado o projecto da criação da Povincia do Cariri, tendo por Capital o Crato. Não aventamos ideias novas. As diversas camaras da comarca do Crato, e muitas dos municipios preditos, tem instantemente pedido ao corpo legislativo a adopção de tal ideia, e a bem pouco novas petições lhe forão feitas nesse sentido¹⁶⁰.

Como mencionado do trecho acima, antes mesmo da fundação do jornal, a bandeira de criação da Província do Cariri já havia sido levantada. Participaram dessa causa os representantes de algumas Câmaras municipais da província cearense, da Assembleia Provincial do Ceará e até mesmo senadores, como o já mencionado José Martiniano de Alencar. Este último recebeu as saudações no jornal *O Araripe*, nessa e em outras matérias, por ter sido um grande incentivador dessa proposta. Acredito que a solicitação feita pelo senador Alencar foi a mais importante delas, isso devido a sua representatividade política e também pela repercussão dada a essa proposta no semanário cratense e em outras instâncias, algo que conferiu maior visibilidade ao projeto.

Nas obras da historiografia tradicional do Cariri constam algumas das solicitações realizadas e até mesmo a transcrição de documentos com relação às mesmas¹⁶¹. Algumas das representações enviadas pelas diversas autoridades em defesa desse projeto são encontradas também nos Anais do Senado do Império¹⁶², espaço no qual tal proposta foi discutida ainda na primeira metade do século XIX. Diante disso, é possível fazer um mapeamento em torno desse projeto, analisando as narrativas, as justificativas empregadas em tais solicitações e como se deu essa articulação entre diversas instâncias políticas em defesa da criação da Província do Cariri. É interessante compreender tais elementos antes de partir para as narrativas do jornal *O Araripe* produzidas pelos liberais cratenses.

Uma primeira solicitação teria sido realizada em 1828 pela Câmara Municipal do Crato, advogando ao governo pela criação da província que seria formada por territórios das províncias de Pernambuco e Paraíba¹⁶³. Anos depois, em março de 1839, uma representação da Câmara de São Mateus, da comarca de Saboeiro no Ceará, que hoje é a cidade de Jucás, assinada por Claudio Bezerra da Silva, presidente, Gonçalo Gomes de Sousa, Antônio

¹⁶⁰ Jornal *O Araripe*, nº 1, 1855, p. 2.

¹⁶¹ As obras que trazem alguns dos registros das solicitações são: Cidade do Crato (Irineu Pinheiro e José de Figueiredo Filho), *O Cariri e Efemérides do Cariri* (Irineu Pinheiro), *História do Cariri*, Vol. III (José de Figueiredo Filho).

¹⁶² Documentação digitalizada, disponível no site do Senado Federal no seguinte endereço eletrônico: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp

¹⁶³ PINHEIRO, Op. Cit., p.90. Esta é uma das solicitações feitas pela Câmara Municipal do Crato. Nos anos seguintes, durante as suas sessões, é possível notar, conforme ficou demonstrado nos discursos e trechos apresentados por Darlan Reis Junior em sua tese, que o assunto de autonomia política da região continuou a ser abordado entre os vereadores dessa câmara que seguiram pontuando a necessidade de tal realização (REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p. 46).

Fernandes Moura, Joaquim de Paula Viana e João Carlos Sabóia, foi enviada ao “Corpo Legislativo” do Brasil, pedindo pela criação da Província do Cariri.

A câmara municipal da vila de S. Mateus, na província do Ceará, certa da solicitude com que promoveis a prosperidade geral dos povos de todo o Império, vem hoje perante o Corpo legislativo suplicar uma providencia que trará a segurança, civilização e abundancia de que necessitam os povos desses longínquos sertões. É esta, Augustos e Digníssimos Senhores, a criação de uma nova província sendo sua capital a vila do Crato, e anexando-lhes a comarca de Icó dessa mesma província, e a que outrora se chamava Julgado de Cabrobó, da província de Pernambuco [...] Não só esta criação fará grandeza deste lugares como a sua segurança e sossego, fazendo desaparecer a falta de civilização e dureza de costumes que tantas cenas sanguinolentas tem motivado neste centro[...]¹⁶⁴.

Os vereadores dessa Câmara, após apresentarem o principal assunto de sua correspondência, ressaltaram que a criação da província não iria prejudicar o interesse e bem-estar de nenhuma outra, além do mais, garantiria “a fortuna dos habitantes destes longínquos sertões”. No seu texto, eles já expressaram algumas das preocupações que apareceram nos debates em defesa da autonomia política do Cariri cearense, como a ideia de promover a segurança, bem como alterar o cotidiano e as práticas sociais que julgavam eles ser ocasionados pela falta de civilização.

A ideia de “civilizar” estes locais distantes da capital da província foi um ponto central nas argumentações feitas pelo senador José Martiniano de Alencar. No mesmo ano, em agosto de 1839, ele apresentou seu projeto no Senado, que previa em seu primeiro artigo a criação de uma Província que se chamaria “Província do Cariri Novo”, tendo como capital a vila do Crato¹⁶⁵. Com relação aos territórios que ela iria englobar, ficou assim descrito no segundo artigo do projeto:

Art. 2º Esta Província se comporá:
 §1º Dos municipios do Riacho do Sangue, Icó, Inhaumum, S. Matheus, Lavras, Jardim e Crato, da Província do Ceará.
 §2º Dos municipios Rio do Peixe, e Pinhaco, da Província da Parahyba.
 §3º Do municipio do Dajau de Flôres e dos comprehendidos no antigo Julgado do Cabrobó, da Província de Pernambuco.
 §4º Do municipio de Piranhos, da Província do Piauhy.¹⁶⁶

¹⁶⁴ PINHEIRO, Irineu. Efemérides do Cariri. Op. Cit., p.124.

¹⁶⁵ O projeto formulado pelo Senador José Martiniano de Alencar foi assinado também por outros membros, tais como Antonio Pedro Costa Ferreira*, José Bento Leite Ferreira de Mello, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro*, Diogo Antonio Feijó*, João Antonio Rodrigues de Carvalho, Francisco de Brito Guerra, Francisco de Lima e Silva, Manoel Ignácio de Mello e Souza* (* indica aqueles que estiveram presentes na sessão em que o projeto foi debatido).

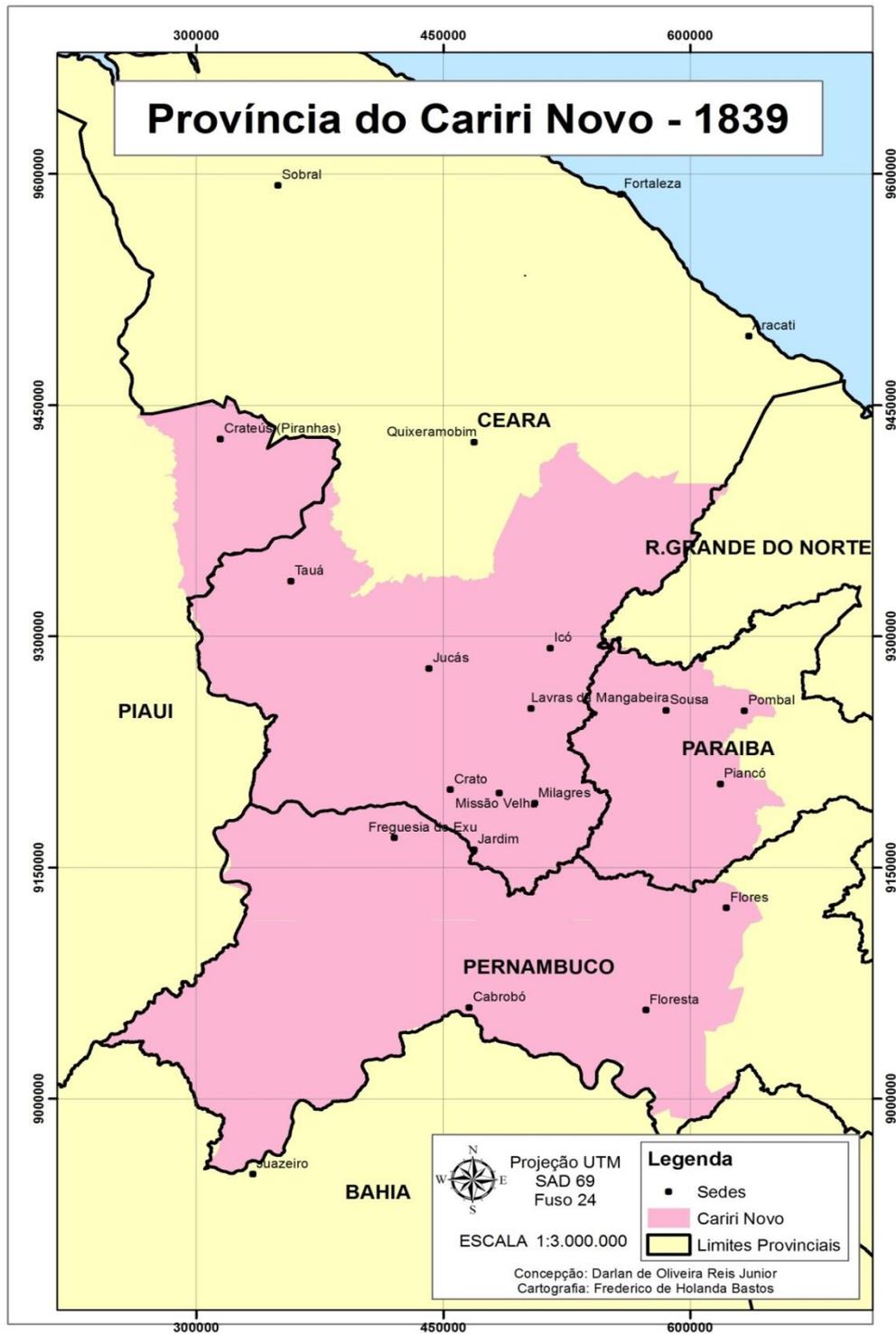
¹⁶⁶ Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro, p. 206.

A província do Cariri Novo¹⁶⁷ seria formada por um extenso território, composta por municípios não só do Ceará, mas de outras províncias como Paraíba, Pernambuco e Piauí. O mapa a seguir, elaborado por Darlan Reis de Oliveira Junior, apresenta os pontos englobados na nova província com base nesse projeto, no qual verifica-se que grande parte do território cearense pertenceria ao Cariri Novo, inclusive da cidade de Icó, que era um centro regional de comércio e tropa de gados, desde o século XVIII¹⁶⁸.

¹⁶⁷ A denominação de “Novo” foi atribuído ao Cariri cearense para distingui-lo do Cariri paraibano que foi colonizado antes e por isso recebeu a denominação de Cariri Velho. Tais colocações referem-se também aos aspectos naturais de cada região.

¹⁶⁸ REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p.50.

Mapa 1 - Território da Província do Cariri



FONTE: REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p. 49.

Quando apresentou o seu projeto no senado, Alencar se encarregou de expor algumas características desses locais alegando o fato de que as autoridades não tinham um “perfeito conhecimento” sobre os mesmos e para que os demais senadores não acabassem julgando, por esse motivo, a sua proposta como algo impraticável. No seu pronunciamento, destacou que a primeira conveniência era levar a civilização para estes locais. No intuito de convencer sobre a sua afirmação e apresentar as autoridades aspectos das regiões que iriam compor a nova província, o senador destacou a existência de vários crimes e outros tipos de ocorrências similares pelos sertões, como roubos, assassinatos, desavenças entre famílias, revoltas, descrevendo-os como lugares sujeitos a toda violência.

O senador chegou a mencionar a revolta de Pinto Madeira, ocorrida no interior do Ceará nos anos de 1831 e 1832, entre as vilas de Crato, adepta das ideologias liberais com influência da família Alencar, e Jardim, de espírito conservador defendido por Joaquim Pinto Madeira¹⁶⁹, ambas localizadas na região do Cariri¹⁷⁰. Na concepção de Maria Daniele Alves, a revolta tornou evidente as influências do liberalismo na região, sobretudo na vila do Crato¹⁷¹.

Esse conflito, segundo Ana Sara Cortez, também conhecido como Guerra Civil ou Revolta de Pinto Madeira, teve um caráter “político restauracionista”, tendo início em 1831, após a abdicação de Pedro I. Nesse ano, a vila do Crato foi invadida por homens de Jardim, armados com cacetes e facas, liderados por Pinto Madeira e pelo Padre Manoel Antonio de Sousa. Estes homens estariam inconformados com a abdicação de Pedro I, pelo fato de acreditarem que “o monarca teria sido obrigado a deixar o cargo e voltar para Portugal”. Entretanto, de acordo com a autora, esse conflito não se restringia a tal motivo, de modo que ele também “apontou para embates em torno da região, naquele momento de consolidação de uma política imperial de implantação do governo nacional”¹⁷².

No que concerne aos homens que acompanharam Pinto Madeira, definidos como um exército de “cabras”, Ana Sara Cortez pontuou que ao contrário do que pensavam as elites e autoridades da região, esses homens se envolveram na luta com reivindicações que se remetiam a um período em que estiveram desprezados de “condições básicas de vida e sobrevivência, enquanto, em contrapartida, a nação brasileira se tornava independente e essa

¹⁶⁹ Joaquim Pinto Madeira “foi um grande proprietário, chefe político conservador e partidário da monarquia absolutista da cidade de Jardim, também localizada no Vale do Cariri. Esta cidade, através da figura de Pinto Madeira e outros conservadores, havia participado ativamente da repressão àqueles que aderiram aos movimentos de 1817 e 1824” (ALVES, Op. Cit., 2010, p. 42).

¹⁷⁰ FIGUEIREDO FILHO, Op. Cit., p. 6.

¹⁷¹ ALVES, Op. Cit., 2010, p. 42.

¹⁷² IRFFI, Ana Sara Cortez. Na contra-mão do Império do Brasil: O Alto Sertão do Cariri e a invenção do “cabra”. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília, 2017, p. 9.

parcela da sociedade era excluída do direito à cidadania”¹⁷³. Os interesses que moviam tais homens tinham um caráter local e não nacional.

Ademais, as investidas contra as tropas cratenses durante o conflito, que teve fim apenas em outubro de 1832, trouxeram algumas destruições. Desse modo, referindo-se a esses acontecimentos e a outros problemas recorrentes nos sertões, o senador José Martiniano de Alencar desejava apontar a utilidade de um governo presente para controlar e impedir possíveis revoltas como essa. Destacou ainda que havia apontado “sómente alguns para dar uma idéa das barbaridades em todos os tempos praticados naquelles centros, e tudo porque a acção dos Governos respectivos não póde se fazer ahi sentir, e muito menos introduzir alguma policia em lugares tão longínquos”¹⁷⁴.

Na sua descrição, as cidades são retratadas como localidades sem lei, construindo uma visão negativa em torno delas. O interesse do senador era o de que ficasse demonstrado a importância de uma autoridade mais presente nesses pontos do Império, fator que, de acordo com a percepção de Alencar, chamaria a civilização, modificando o costume dos povos, além de garantir segurança e prosperidade aos habitantes¹⁷⁵. Essa ênfase na ideia de “civilizar” tais povoações, reflete um dos pontos que estavam em pauta durante o século XIX. Havia nessa época o interesse de tornar o Brasil símbolo da civilização, semelhante a outros países, de modo que tal ideia era constante entre os políticos e as elites, sendo ela uma das argumentações utilizadas em torno da realização do projeto de criação da província do Cariri.

Foi dessa forma que José Martiniano de Alencar apresentou as localidades que iriam compor a nova província, justificando assim uma das primeiras causas que deveria ser resolvida com a instituição do seu projeto. Além disso, em termos econômicos, o senador argumentou que a criação de outra província não traria nenhum prejuízo para aquelas que seriam rateadas, isso porque, segundo afirmava, essas localidades pelo fato de serem distantes de suas respectivas capitais não passavam por uma arrecadação regular. Dessa forma, pouco se arrecadava nesses locais, colocando a ideia de que tais municípios iriam fazer pouca falta as suas províncias de origem, com exceção do Ceará, que mais sofreria com o corte de rendas¹⁷⁶.

Por outro lado, ele apresentou que sendo estabelecido um governo entre os sertões, as rendas públicas seriam fiscalizadas regularmente chegando a duplicarem. Esse fator garantiria

¹⁷³ IRFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. O Cabra do Cariri Cearense. A invenção de um conceito oitocentista. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2015, p. 105.

¹⁷⁴ Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro, p.206.

¹⁷⁵ Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro, p. 206.

¹⁷⁶ Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro, p. 206-207.

a riqueza da nova província além de beneficiar as demais através de acordos e relações de comércio, particularmente com a província cearense, aquela que seria mais prejudicada tendo parte do seu território cedido. O senador Alencar argumentou que,

Logo que se crear a nova Provincia; e a industria penetrar naquelles sertões, especialmente no ameno paiz do Cariri, a producção alli crescerá; o consumo de generos estrangeiros tambem se fará muito maior e como sempre o Ceará e Aracaty serão os portos da nova Provincia, nessas Alfandegas ficarão os direitos para a Provincia velha, assim como no Rio de Janeiro ficam os direitos de todos os generos que se consomem em Minas¹⁷⁷.

Na sua concepção, tudo se ajustaria posteriormente com o crescimento das produções que se daria, em particular, no “ameno” Cariri, o principal centro da nova província. Essa região, por conta de suas peculiaridades naturais, era a grande aposta de todo o projeto, não apenas na apresentação do senador Alencar, mas em várias solicitações que advogaram pela criação da província.

Acreditava-se que era através dessa região que a nova província teria as condições necessárias para crescer economicamente e se desenvolver, beneficiando também a província a que antes pertencia, como sugere o fragmento apresentado acima. O fato de ter destacado suas peculiaridades pode ser entendido como uma forma de justificar e fundamentar a escolha da mesma para sede do Governo, já que a capital da nova província seria o Crato por possuir uma localização central, estando relativamente próximo de todas as povoações que iriam compor o Cariri Novo. Esse era o argumento comumente empregado. No entanto, diante da rivalidade e desavenças existentes na região, visível nos acontecimentos da revolta que ocorreu no Cariri há pouco aludida, é possível entender a escolha do Crato para capital da Província como um reflexo de disputas políticas. Torná-la capital seria um modo de apresentar sua proeminência e, particularmente, daqueles que lutaram e representaram a cidade.

Em relação ao projeto, ele previa ainda outros artigos que regulamentavam algumas questões sobre a organização e estrutura da Província do Cariri Novo. Constava nos seguintes artigos:

Art. 3º As autoridades geraes que, em virtude da Constituição e das leis existentes, houverem de ser creadas nesta nova Provincia, vencerão os mesmos ordenados que as da Provincia do Ceará.

Art. 4º Logo que esta lei fôr sanccionada, se tirarão, por sorte, na Camara dos Deputados e no Senado, dentre os oito Deputados e os quatro Senadores do Ceará, quatro Deputados e dous Senadores para representarem a nova Provincia.

¹⁷⁷ Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro, p. 207.

Art. 5º Na primeira eleição geral que tiver lugar depois que esta lei fôr sancionada, se elegerão mais dous Deputados e um Senador pela nova Provincia, vindo ella desde então a ser representada na Assembléa Geral por seis Deputados e tres Senadores.

Art. 6º A Assembléa da nova Provincia constará de 28 membros.

Art. 7º Ficam revogadas todas as leis e disposições em contrario.

Paço do Senado, 14 de Agosto de 1839¹⁷⁸.

Estava previsto então que antes do procedimento eleitoral ficaria a nova província representada por quatro dos oito deputados do Ceará¹⁷⁹ e por dois senadores dentre os quatro¹⁸⁰ que possuía esta mesma província, reduzindo seus membros pela metade. Quando o projeto entrou em discussão meses depois, este foi um dos artigos mais debatidos, no qual se questionou a forma de escolha e a relação entre o número populacional das duas províncias e seu número de representantes.

Com base nas disposições desses artigos, nota-se uma grande ligação com a província cearense, pelo fato de inicialmente serem os seus deputados e senadores os representantes da Província do Cariri Novo. Além disso, há também alguns aspetos semelhantes de sua organização, como o número de membros que iriam compor a Assembleia Legislativa da nova província, a mesma quantidade da Assembleia cearense: 28 membros.

Conforme Miriam Dolhnikoff, a composição da Assembleia provincial deveria ser proporcional à população. Algumas províncias eram compostas por 36 deputados, outras com 28, que era o caso do Ceará¹⁸¹, e, conforme o projeto de José Martiniano de Alencar, também estava previsto que a nova província seria representada por esta mesma quantidade de membros. Isso sugere a ideia de equilíbrio entre as duas, ficando elas com um número populacional e, por conseguinte, um número também equivalente de membros nas suas Assembleias, instâncias que eram formadas pela elite da província.

De acordo com os projetos traçados pelos liberais, o procedimento eleitoral seguido nas províncias deveria ser o mesmo adotado pela Assembleia Geral, ou seja, os eleitores deveriam indicar a quantidade de nomes condizente com o número de deputados que seriam

¹⁷⁸ Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro, p. 206.

¹⁷⁹ Nesse período, os Deputados do Ceará, da 4ª legislatura (1838-1841), eram André Bastos de Oliveira (S. Matheus), Manoel do Nascimento Castro e Silva (Aracati), João Capistrano Bandeira de Mello (Sobral), Joaquim Inácio da Costa Miranda, Vicente Ferreira de Castro e Silva, Carlos Augusto Peixoto de Alencar, José Ferreira Lima Sucupira (Crato), José Mariano de Albuquerque Cavalcante (Santa Ana). Fonte: Revista do Instituto do Ceará. Relação de principais cearenses representantes do Ceará na vida política do Imperio do Brazil. 1922, Ano XXXVI, p. 367.

¹⁸⁰ No cargo de senador pela província cearense na 4ª legislatura (1838-1840), estavam Manoel do Nascimento Castro e Silva (Aracati), Pedro José da Costa Barros (Aracati), José Martiniano de Alencar (Crato), Miguel Calmon Du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes, Salvador - BA), e João Vieira de Carvalho (Marques de Lages, Vila de Oliveira). Fonte: <http://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores/-/a/4/por-uf>.

¹⁸¹ DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 97.

eleitos. Com esse método, segundo argumentou Miriam Dolhnikoff, eles visavam formar uma elite provincial distante das elites municipais e facções, de modo que fossem eleitos “os deputados que tivessem influência política para além dos limites dos seus municípios. Portanto, aqueles que eram capazes de selar alianças nas diversas localidades”¹⁸².

Acredito que o fato de os deputados serem eleitos com votos em diferentes municípios e não apenas no seu local de origem não impedia totalmente que eles estivessem vinculados aos interesses localistas, afinal, por serem daquele determinado lugar, eles conheciam melhor suas condições e se destinariam a propor mudanças para seu município. Além disso, mantinham uma articulação com os seus correligionários, tendo em vista que era a elite da província que tinha o controle dos poderes locais. Da mesma forma, considero que o método de votação também não impedia os fazendeiros, grandes proprietários e chefes locais de serem eleitos. Suponho que se eles eram homens poderosos naquela localidade, chefes de facções, conseqüentemente teriam a capacidade de manter as articulações necessárias com os chefes de outros locais para conseguir votos nos mesmos. O seu poder e prestígio, além de recursos financeiros, lhes possibilitaria essa articulação em outros pontos da província. Desse modo, os homens capazes de selar alianças fora de seus municípios para obterem as vitórias nas eleições poderiam ser também os fazendeiros e chefes de facções.

É importante lembrar que as alianças entre as famílias eram fundamentais para manutenção do poder e estas, por sua vez, ultrapassavam as fronteiras do município e até mesmo da província. Tais ressalvas, inclusive, podem ser articuladas com o projeto de criação da província do Cariri, de modo que os contatos e as alianças em torno da família Alencar constituíam-se como importante para defesa dessa ideia que previa a autonomia da região do Cariri.

Com a aprovação do Ato Adicional em 1834, defendido pelos Liberais, havia sido consagrada a autonomia provincial e, desse modo, o governo nas províncias seria formado pela Assembleia Legislativa provincial e pela figura do presidente de província. Ao contrário do que ocorria com a composição das Assembleias, o presidente era um cargo nomeado pelo governo central e funcionava como um delegado dessa instância na região¹⁸³.

Este cargo deveria ser ocupado por um homem de fora da província e a rotatividade no mesmo era intensa, de modo que cada presidente permanecia no posto durante poucos meses. Muitos dos homens nomeados para presidente já seguiam carreira política e ocupavam cargos na Assembleia Geral, fator que impedia um maior interesse dos mesmos pelas questões da

¹⁸² DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 99.

¹⁸³ Ibidem, p. 100.

província que presidia. Abandonar o posto de presidente era algo que costumava acontecer e, nesses casos, o vice-presidente, que era um homem da província, assumia.

Algumas regras existiam com relação ao cargo de presidente da Província. No entanto, “isso não impedia que alguns presidentes se demorassem mais tempo no cargo e fossem nascidos na província encarregados de administrar”¹⁸⁴. No caso do Ceará, durante o período que abrange essa pesquisa, verifica-se que mais dez homens ocuparam a presidência. Embora alguns ficassem por poucos meses, outros tiveram um período de permanência por 1 ano e até mais. Além disso, nem todos eles eram de fora da província. Entretanto, eram esses advindos de outros locais que duravam mais tempo no cargo. Os presidentes que eram do Ceará ficaram nessa função por pouco tempo, entre a saída e a chegada de uma nova nomeação.

O presidente Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, por exemplo, era da cidade de Aracati, no Ceará. Ele ocupou o cargo apenas por alguns meses enquanto estava como segundo vice-presidente e terceiro vice-presidente¹⁸⁵. Neste caso, a regra não estaria sendo quebrada, já que os vices são homens da província e na ausência do presidente, que deveria ser alguém de fora, eram eles que assumiam. Desse modo, não havia como a presidência não acabar sendo ocupada por homens da província de origem nem sair dos domínios do poder central, já que a nomeação do vice-presidente era feita por representantes do mesmo.

Esses são alguns elementos definidos pelos liberais com a aprovação do Ato Adicional que regulamentavam a organização das províncias. Entender como essas instâncias funcionavam e se organizavam torna-se algo fundamental na análise e compreensão do projeto que visava a criação da Província do Cariri. Afinal, apesar das peculiaridades que marcavam cada ponto do Império, caso ela tivesse sido instituída, também seguiria esses métodos de organização. Além disso, as medidas aprovadas no Ato Adicional aumentariam o poder das elites do Cariri, tendo em vista que garantiriam a elas maior participação política, sobretudo nacionalmente. Esses aspectos, principalmente com relação às funções que cabiam ao governo provincial, ajudam a pensar, no que diz respeito ao campo político, o que desejavam conquistar as elites locais na região do Cariri com a criação de uma província. E, em particular, o que buscavam os liberais cratenses, que na segunda metade do século continuaram a defender o projeto de autonomia política da região, enaltecendo as iniciativas realizadas pelo ilustre senador Alencar, que, inclusive, obteve um parecer positivo depois da apresentação de seu projeto no senado.

¹⁸⁴ DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 102.

¹⁸⁵ O mapeamento, da quantidade de presidentes e seus mandatos, foi realizado a partir da pesquisa nos relatórios de presidentes de província entre os anos de 1855 e 1864, disponíveis no site.

Tal projeto foi encaminhado às Comissões de Constituição e Estatísticas. Elas ficaram responsáveis por procurar conhecer mais sobre os locais que iriam compor a Província do Cariri e da situação que ficariam as demais províncias, no intuito de averiguar a conveniência desse projeto. O parecer da primeira comissão, a de Constituição, assinado pelo Visconde de S. Leopoldo, o Marquês de Paranaguá e Bernardo Pereira de Vasconcelos, destacou que não encontravam na constituição nenhuma disposição que se opusesse à criação da nova província.

Ora, que ella seja conveniente, suppõe-se, já pela razão geral de que semelhante districtos por mui longínquos escapem a acção e a vigilância do administrador e da parte dos governados mais se lhes difficultam os recursos; já em especial porque a idéa dessa subdivisão tem a seu favor a experiência e os conhecimentos práticos do nobre senador que acaba de presidir aquella província¹⁸⁶.

No entanto, esta comissão julgou que não tinha bases suficientes para apontar sozinha a conveniência de criação da Província do Cariri, solicitando que fosse ouvida ainda a Comissão de Estatística, que procurou se informar sobre o “estado e circumstancia da Província do Ceará e de suas limítrofes”. Para isso, utilizaram-se de mapas, dados escritos que existiam sobre as mesmas, dentre outros mecanismos. Depois de realizada esta “investigação”, a comissão ficou convencida de que seria útil e necessário a criação da Província do Cariri Novo, fazendo algumas observações, tais como:

1 - Que a Província do Ceará, depois de desmembrada a parte indicada para a nova província, ainda conserva uma extenção de mais de 80 leguas de L. a O. e de mais de 60 de N. a S., com a população de 150 a 160 mil habitantes, e com pequena diferença de renda, - tanto geral, por consistir na maior parte em renda das alfandegas da Fortaleza e Aracaty, por onde continuarão a passar os gêneros de importação e exploração da nova Província, - como também a provincial, porque, sendo sabido não avular a dos lugares remotos da capital por falta de acção do governo, qualquer pequena differença ficará compensada com a cessação da despeza provincial n’essa parte desmembrada e que talvez a exigisse maior para sustentação da ordem e tranquillidade publica.

2 - Que a nova Província do *Cariry Novo*, creada com as povoações designadas no projecto, ficará limitada a uma extensão de 120 a 130 léguas de N. a S. e de 50 a 60 de L. a O., com população de mais de 140 mil habitantes e com renda sufficiente para as suas despesas, maiormente se a arrecadação das rendas se estabelecer com os officiaes, necessários para desempenharem uma escripturação simples e apparatusa. Tendo interinamente por Capital o Crato, fica o governo na proximidade do centro da Província e mais perto das povoações que se acham na divisa das outras províncias¹⁸⁷.

¹⁸⁶ Jornal O Araripe, n° 46, 1856, p.1.

¹⁸⁷ Jornal O Araripe, n°46, 1856, p. 1 (Matéria extraída do Diário do Rio de Janeiro).

Depois de analisar o projeto e os territórios que envolveriam a nova província, ao considerarem viável tal proposta, a comissão traçou o perfil no que diz respeito à extensão territorial, número de habitantes e renda nas duas províncias, como fica demonstrado no trecho acima. Com relação ao território, verifica-se que o Cariri Novo teria proporções um pouco maiores que a Província cearense e um número populacional equivalente. O Ceará teria uma “pequena diferença na renda”, o que eles julgaram ser algo simplório pelo fato de as povoações desmembradas situarem-se em locais distantes da capital e, neste caso, a arrecadação nesses pontos não ocorria de modo tão frequente. Dessa maneira, acreditava-se que a possível diminuição na renda seria compensada, tendo em vista que o governo não iria mais ter que investir na “sustentação da ordem e tranquilidade publica” nesses locais que pouco lhe davam retorno financeiro.

A província do Cariri Novo deveria então possuir uma renda suficiente para manter as suas despesas e, ao estabelecer a sede do governo no Crato, este órgão estaria próximo de todas as povoações das outras províncias. Essas, por sua vez, segundo tal narrativa, também estavam fora do alcance da ação governamental, problema que seria solucionado, tendo em vista que a capital da nova província apresentava uma localização mais central e mais acessível para os outros lugares. Isso foi constatado pela Comissão de Estatística ao registrar as distâncias entre as povoações e suas províncias de origem, assim como as distâncias em relação ao Crato, estando todas elas mais próximas à região do Cariri¹⁸⁸.

O perfil formulado pela comissão apresenta um panorama geral de como ficaria a Província do Ceará, aquela que teria grande parte do seu território desmembrado, e a Província do Cariri Novo. Esse trabalho cauteloso de visualizar a realidade de ambas, com a instituição do projeto, reflete uma preocupação com o funcionamento e, principalmente, com a existência de recursos necessários para manter cada uma delas. Para aprovar a ideia de divisão territorial, acredito que seria preciso fazer tal levantamento no intuito de verificar se o Cariri Novo teria condições de se manter com suas rendas e se desenvolver e, por outro lado, se certificar de como ficaria a província cearense com esse desmembramento. Considero que havia a necessidade de garantir que tal realização fosse favorável para ambas às partes, não vindo interferir de forma negativa em nenhum dos lados envolvidos nesse projeto, assim como nas rendas do Império. Ao darem um parecer favorável ao projeto do Senador Alencar,

¹⁸⁸ A Comissão registrou em seu parecer tais distancias, apresentando que enquanto as localidades que formariam a Província do Cariri do Novo ficavam distantes à cem léguas ou mais de suas províncias de origem, estavam elas separadas do Crato pela distância entre trinta e até oitenta léguas, no caso da povoação mais distante. Icó era a que se encontrava mais próxima, à dez léguas (Annaes do Senado do Império do Brazil. 105ª sessão em 1 de outubro de 1839, tomo quarto, p. 236).

julgando conveniente e útil a criação da Província do Cariri, possivelmente a comissão enxergou que, em termos estatísticos, não haveria empecilho para um bom funcionamento e organização das duas províncias.

No intervalo de tempo entre a apresentação do projeto por Alencar e o parecer da Comissão de Constituição e Estatística, na leitura do expediente de algumas sessões, foi anunciada a chegada de novas representações endereçadas pelas “Camaras Municipaes das villas do Crato, Jardim, Lavras e S. João do Principe, na Provincia do Ceará, pedindo a criação de uma nova Provincia, cuja capital deverá ser a villa do Crato”¹⁸⁹. A representação realizada pela Câmara de São Mateus, datada de 02 de março de 1839, foi informada entre os comunicados na sessão de 30 de agosto, sendo lida no Senado, conforme aparece na pauta, em 01 de outubro do mesmo ano, junto com o parecer da Comissão de Estatística, que sem debate foi aprovado. Na sessão seguinte, neste mesmo mês, presidida por Diogo Antonio Feijó, o projeto entrou em discussão, sendo analisado cada um dos artigos que nele constava.

Ao dar início à discussão, o senador Cunha Vasconcelos, representante da Província da Paraíba, logo manifestou seu interesse em adiar o debate em torno do projeto até que fossem ouvidas as Câmaras Municipais de cada localidade que iria pertencer à nova província. Embora julgasse uma medida importante, José Martiniano de Alencar não concordava com o posicionamento de que a discussão de todos os artigos do projeto fosse adiada, pois o artigo que se referia aos territórios de outras províncias era apenas o segundo. Parecia-lhe possível que os demais fossem julgados e, defendendo seu pensamento, ressaltou que “já algumas representações de Camaras existem sobre a Mesa e proximamente chegarão outras, pedindo a criação desta Província”¹⁹⁰. Ressaltou ainda o parecer positivo dado pelas comissões e recordou os senadores da conveniência desse projeto, dos benefícios que ele iria trazer e, por conseguinte, da urgente necessidade para sua aprovação.

Não passando o requerimento para adiar a discussão de todo o projeto, tem-se a aprovação do artigo 1º, ficando designada a criação da nova província. Quando o segundo artigo entrou em discussão, outros senadores manifestaram-se a favor da proposta de buscar informações nas Câmaras Municipais sobre tal projeto, tais como o Marquês de Barbacena e Saturnino, representantes da província de Alagoas e Mato Grosso respectivamente, chegando os membros presentes na sessão ao consenso, através da aprovação do requerimento, de que os itens 1, 2, 3 e 4 do artigo 2º, ficariam adiados “até que se recebam informações do

¹⁸⁹ Annaes do Senado do Império do Brazil. 101ª sessão em 26 de setembro de 1839, tomo quarto, p. 169.

¹⁹⁰ Annaes do Senado do Império do Brazil, 109ª sessão em 07 de outubro de 1839, tomo quarto, p. 307.

Governo, ouvindo aos presidentes da Parahyba, Pernambuco e Piauí, das quais províncias se pretende uma parte para unir á nova Província do Ceará”¹⁹¹.

O ponto do projeto que mais gerou discussão foi o artigo 4º, que previa a escolha dos representantes da província do Cariri Novo. Realizar tal procedimento através da “sorte” e dividir a representação do Ceará não foi visto como uma boa ideia pelo senador Saturnino, que votou contra este artigo. Para ele, com o método da sorte, poderiam ser escolhidos deputados e senadores que não estivessem interessados na prosperidade da Província e, no que diz respeito à redução dos representantes do Ceará, ele questionou se ficaria reduzida também a população pela metade. Alencar interferiu na discussão, explicando que a nova Província ficaria maior que a cearense e, desse modo, ele acreditava que esta última seria bem representada com apenas quatro deputados.

Em defesa desse artigo, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro argumentou contra as colocações do senador Saturnino, dizendo que não existe uma base bem definida para regulamentar essa questão: “se tivéssemos definido a base, havíamos de dizer: um deputado era tantas mil almas; [...] infelizmente ainda não temos uma estatística para nos darmos esse trabalho”¹⁹². Nessas condições, Vergueiro conferiu total credibilidade ao trabalho feito por Alencar, que, segundo ele, conhecia muito bem tais lugares e o trabalho da comissão de Estatística. Mas nem todos os senadores julgavam suficientes as informações obtidas através desses dois meios, como foi o caso do senador Cassiano, representante da Província da Bahia, que considerou os dados da comissão incompletos, além de afirmar que um projeto não poderia ser formulado nem aprovado apenas com base no que um ou outro senador apresentava.

Esse posicionamento gerou grande insatisfação, levando Mello e Souza, senador pela Província de Minas Gerais, em defesa da Comissão de Estatística, ressaltando que ela não tomou uma sabe arbitrária quando examinou os dados em torno do projeto. Além dele, Costa Ferreira, representante do Maranhão, também defendeu a comissão, destacando ainda a conveniência de tal projeto para “civilizar os povos”. Depois de seu pronunciamento, compreenderam que a matéria foi discutida o suficiente, ficando então aprovado tal artigo.

Seguindo com a discussão, o artigo 5º dizia respeito ao número de representantes da Província do Cariri na Assembleia Geral. Vergueiro foi o primeiro a se colocar contra, argumentando que tem sido assim com todos os projetos que visam aumentar a representação nacional. No seu entendimento, para que isso acontecesse, deveria se recorrer à base da

¹⁹¹ Annaes do Senado do Império do Brazil. 109ª sessão em 07 de outubro de 1839, tomo quarto, p. 309.

¹⁹² Annaes do Senado do Império do Brazil. 109ª sessão em 07 de outubro de 1839, tomo quarto, p. 311.

população. Alencar entrevistou, pedindo pelo adiamento da discussão desse artigo até que se aprovasse o artigo 2º, que também ficou adiado, pois, se tais territórios realmente entrassem na organização da nova província, o aumento da representação nacional deveria ser aprovado.

A sessão foi encerrada e na seguinte aprovou-se o requerimento de que as Câmaras municipais fossem ouvidas, assim como aquele que pedia pelo adiamento do artigo 5º até que tais informações chegassem ao Senado. Progredindo a discussão, os artigos 6º e 7º também foram aprovados¹⁹³. Desse modo, ao acompanhar o debate em torno desse projeto, verifica-se um senado dividido, com posicionamentos contra e a favor da criação de uma nova província. Mas a maioria deles, embora focasse em problemas específicos do projeto, não estava contra o mesmo. Apesar das resistências, o ponto principal, que residia na criação do Cariri Novo, foi aprovado, restando apenas oficializar os territórios que seriam desmembrados para compor esta nova unidade.

Ao analisar a ideia de autonomia política do Cariri, Darlan Reis considerou que de todas as proposições realizadas pela classe senhorial e pelos vereadores da Câmara Municipal do Crato, tais como solicitação de recursos, obras públicas e melhorias de estradas, a mais polêmica era a de autonomia política da região com a criação da província dos Cariris Novos. Ele explicou que tal proposta,

Era polêmica porque o Brasil vivera no período regencial, uma série de rebeliões e tentativas de maior autonomia, sendo alguns desses movimentos diretamente promovidos pelas classes senhoriais locais, enquanto outros tinham um caráter nitidamente popular, o que assustava não só o poder central, como os próprios membros das oligarquias regionais¹⁹⁴.

No entendimento desse autor, o interesse de autonomia política da região estaria entre os contornos peculiares que marcaram a história do Cariri, dada a sua distante localização do litoral e a dificuldade de locomoção. A ideia de criação de uma província no Sul do Ceará constitui, para ele, um dos aspectos que compõem o quadro de construção de uma “identidade regional”¹⁹⁵. Tal projeto é visto por este autor como um “instrumento de afirmação da importância da região na consolidação do projeto civilizatório”¹⁹⁶. De fato, este era o maior interesse com a criação da Província do Cariri, principalmente entre os liberais cratenses que passaram a defender essa proposta através do jornal *O Araripe*, isso porque, depois de criada,

¹⁹³ Annaes do Senado do Império do Brazil. 109ª sessão em 07 de outubro de 1839, tomo quarto, p. 315.

¹⁹⁴ REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p. 45-46.

¹⁹⁵ Para este autor, além do interesse de autonomia política da região, mais três aspectos compõem o quadro de construção de uma identidade regional na perspectiva senhorial, que são a ideia da vocação agrícola regional, a imagem de uma classe senhorial paterna, branda e a difusão de estereótipos em torno dos trabalhadores que recusavam a subordinação, sendo descritos como propensos a vadiagem e a criminalidade (REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p.38).

¹⁹⁶ REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p. 37.

haveria todo um destaque em torno da região, conferindo a ela grande importância, além da que já era dada por eles. Além disso, essa instituição se apresentaria como fator indispensável para a concretização dos seus projetos, que perpassava por esse ideal de civilização.

Mesmo com a aprovação das comissões responsáveis por averiguar a conveniência da proposta de criação da Província do Cariri, esta ideia permaneceu apenas no papel, não sendo concretizada. Na visão de José de Figueiredo Filho, o fato de o projeto de Alencar não ter se concretizado estaria relacionado com o avanço e consolidação dos conservadores no poder. Ele argumentou que “os liberais perdiam terreno dia a dia, em frente aos políticos sagazes do Partido Conservador. A questão girava em torno da interpretação do Ato Adicional”¹⁹⁷. E este fator interferia no projeto devido a sua vinculação ao Partido Liberal.

A colocação feita por Figueiredo Filho pode ter levado em conta o fato de que, se em geral os membros do Partido Conservador eram tão preocupados em manter a unidade do território com a centralização política, opondo-se às ideias de autonomia, possivelmente não levariam adiante a ideia de criação da Província do Cariri. No entanto, na segunda metade do século, o projeto tão idealizado pelos liberais cratenses não deixou de ter apoio dos conservadores, até porque ambos poderiam ser beneficiados com a autonomia política da região¹⁹⁸.

Embora a historiografia aponte, como é o caso da obra da Miriam Dolhnikoff, que as ideias de autonomia eram de interesses de ambos, liberais e conservadores, sendo eles divididos apenas no modo de implementação do projeto, ainda assim havia divergências entre os dois partidos quando à ideia de descentralização e centralização. Os liberais eram defensores de uma distribuição mais equilibrada de poder por todo o território, ideia que sofria resistência por parte dos conservadores.

Retomo essas considerações apenas para demonstrar as divergências entre os partidos políticos em relação a este assunto e a implicância que o avanço do Partido Conservador, como sugeriu José de Figueiredo Filho, assim como a Interpretação do Ato Adicional podem ter trazido ao projeto do senador José Martiniano de Alencar, embora considere que outras questões podem ter exercido maior interferência, impedindo sua realização. O intuito é também de pontuar ainda que esse desejo de autonomia que movimentou Alencar, assim como as elites locais, reflete uma ideia que movimentava também os liberais da época.

¹⁹⁷ FIGUEIREDO FILHO, José de. História do Cariri (vol. III). Coedições Secult/ Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 83.

¹⁹⁸ Com relação aos membros do Partido Conservador da capital, Fortaleza, não foi possível apontar ou mesmo sugerir o posicionamento dos mesmos com relação ao projeto de autonomia da região caririense. Uma busca foi realizada no jornal conservador Pedro II, mas não encontrei informações referentes a tal assunto.

Mesmo que tenhamos, de um lado, um debate direcionado a conferir a autonomia provincial e, de outro, um debate que visava uma autonomia de uma região com a criação de uma província, o mesmo objeto estava em questão nas duas discussões, ou seja, o desejo de autonomia. Por esse motivo, é possível relacionar a formulação desse projeto para a região no Sul do Ceará com o debate que movimentou as discussões em todo o Império, a começar pelas justificativas, que apresentavam alguns pontos semelhantes, como pontuarei mais adiante.

No que concerne ao desejo de emancipação regional, vale ressaltar que nesse período outras províncias foram pleiteadas e, ao contrário do que ocorreu com a do Cariri, tiveram sua efetivação na década de 1850. A Província do Amazonas é uma delas, resultado das discussões que foram iniciadas na Câmara dos Deputados em 1826, ano em que o projeto de criação da Província do Rio Negro foi apresentado pelo deputado Romualdo Seixas. Na tarefa de demonstrar a importância de conferir autonomia a esta região, que encontrava-se subordinada ao Grão-Pará, era necessário pontuar como tal criação beneficiaria todo Império e não apenas a localidade em questão¹⁹⁹. Isso se dava, particularmente, por se tratar de uma época em que a situação financeira do Império era grave, sendo este o principal argumento, durante as discussões em 1828, daqueles deputados que se opunham à ideia²⁰⁰.

Os artigos do projeto de criação da nova província continuaram a ser debatidos até 1833, quando a proposta foi adiada. Entretanto, treze anos depois a ideia foi reacendida com a apresentação de um novo projeto pelo deputado João Cândido de Deus e Silva visando a emancipação da comarca do Rio Negro. Nesse período, a mesma base argumentativa utilizada na década de 1820 foi empregada, como a importância para vigilância do território, da aproximação entre a administração e esses pontos mais remotos para a garantia de seu desenvolvimento²⁰¹. Depois de muitas discussões e debates, a emancipação do Rio Negro foi aprovada em 1843, sendo então encaminhada ao Senado, que sete anos depois informou que o projeto havia sido sancionado²⁰².

Além da referida província, é possível mencionar também a criação da Província do Paraná, ocorrida em 1853. O processo que visava essa realização, tornando Curitiba emancipada da administração de São Paulo, teve início em 1843 quando Joaquim José Pacheco apresentou na Câmara dos deputados um requerimento de informações ao governo

¹⁹⁹ GREGÓRIO, Vitor Marcos. Dividindo do Grão-Pará: os debates para criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, 1826-1828. Almanack. Guarulhos, n. 1, p. 137-152, 1º semestre de 2011, p.142.

²⁰⁰ Ibidem, p. 147.

²⁰¹ GREGÓRIO, Vitor Marcos. A província do Amazonas e o sistema representativo no Brasil Imperial: os debates de 1846. Em tempos de História. PPG-HIS, n° 17, Brasília, ago/dez, 2010, p. 93.

²⁰² Ibidem, p. 106.

geral. O longo e acirrado debate, conforme classificou Vitor Marcos Gregório, que se iniciava nesse período, teve seu término dez anos depois, “quando a região – já com o nome alterado para Paraná – conseguiu sua separação de São Paulo”²⁰³.

O deputado Carlos Carneiro de Campos também defendeu, em 1843, o projeto que visava elevar a comarca de Curitiba ao status de província, sendo a base de seus argumentos “a distância que separava o território a ser emancipado da capital da província”. Entretanto, para a instituição dessa nova unidade tal justificativa não era suficiente. Assim, pontuava-se que “a comarca possuía população suficiente, um território fértil capaz de oferecer uma produção mais suficiente para manter o novo aparato administrativo e potencial de crescimento econômico”²⁰⁴.

Este projeto sofreu bastante resistência por parte de deputados paulistas, embora tenha sido formulado e defendido por representantes dessa mesma província. Dentre os fatores, tal resistência estaria relacionada à importância do território de Curitiba para São Paulo, de modo que esta província perderia com o desmembramento²⁰⁵. Os debates continuaram, novas propostas foram feitas e apenas depois de dez anos ocorreu o desfecho de tal projeto, com a concretização da Província do Paraná.

Refletindo sobre as questões em torno desses dois projetos, verificam-se algumas semelhanças quanto às argumentações em defesa dos mesmos e do projeto de criação da Província do Cariri, particularmente aqueles que pontuavam a distância entre esses territórios e a sede do governo. Além disso, a necessidade de mostrar a importância da presença dessa autoridade em tais locais para controlar revoltas e solucionar os problemas que atingem os mesmos. Embora se tratasse de regiões e províncias distintas, os apoiadores do Cariri Novo também percebiam a necessidade de apresentar os benefícios de criação da província para todo Império, como fizeram aqueles ligados à emancipação do Rio Negro. Eles também tinham consciência do peso que era destacar as potencialidades da região e as condições que ela possuía de se manter, caso parecido com as justificativas empregadas em torno do projeto de autonomia da comarca de Curitiba.

Nessa perspectiva de argumentações é possível mapear pontos em comum entre os três projetos que foram pleiteados em períodos semelhantes, dos quais apenas dois deles tiveram êxito. Apontar justificativas para isso requer conhecer e analisar melhor a realidade de cada

²⁰³ GREGÓRIO, Vitor Marcos. A emancipação negociada: os debates sobre a criação da Província do Paraná e o sistema representativo imperial, 1843. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n° 69, p. 319-341, 2015, p.320.

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 323.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 332.

uma das regiões que buscavam ser emancipadas, seu poder político e econômico, algo que não se encontra entre os objetivos delineados para esta pesquisa. Esses dois exemplos foram pontuados no intuito de demonstrar que além do projeto de autonomia do Cariri, existiram outros no mesmo período.

Dando continuidade ao mapeamento que vem sendo realizado das solicitações feitas em prol da criação da Província no Sul do Ceará na primeira metade do século XIX, destaco a representação da Assembleia Provincial do Ceará enviada ao Senado e à Câmara dos Deputados no ano de 1846, na qual advogava-se pela criação da referida província. O documento foi assinado por Joaquim José Barbosa, o então presidente da assembleia, ligado ao partido Liberal, Hypolito Cassiano Pamplona, também filiado aos liberais, e Justiniano Furtado de Mendonça, que ocupavam os cargos de 2º secretário e secretário suplente, respectivamente.

No texto encaminhado aos “representantes da nação”, o presidente e secretários afirmaram que a Assembleia Provincial estava “convencida da conveniencia e utilidade publica” que teria a criação de uma província nos sertões abrangendo os territórios do Ceará e províncias vizinhas, algo especificado por José Martiniano de Alencar em seu projeto quando este foi apresentado no Senado. Fazendo referência à solicitação de Alencar, a Assembleia cearense pontuou que era de urgente necessidade tal criação, justificando seu ponto de vista com o argumento de que

A grande distancia, que separa as capitais das referidas províncias dos logares conhecidos pela denominação de Cariris Novos, faz com que a acção governativa dos Presidentes das diversas provincias não seja ali desenvolvida e posta em execução com a prontidão, celeridade e energia indispensáveis, e que mui poderosamente poderão concorrer para o augmento e progresso principalmente da agricultura em tão grande extensão de território [...] ²⁰⁶.

Tal posicionamento foi unânime entre todos aqueles que defenderam a criação da província, que apontavam serem esses territórios lugares sem lei, onde tudo acontecia pela inexistência de uma ação que visasse punir os crimes e aquilo que julgavam ser más condutas. Nesta época, os deputados já pontuavam um crescimento populacional na região do Cariri devido à grande quantidade de pessoas que migravam para suas terras atraídas pelas peculiaridades naturais que possuía aquele espaço e com elas a possibilidade do trabalho

²⁰⁶ Revista do Instituto do Ceará. Província dos Cariris Novos. Representação da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e a Câmara dos Deputados, 1892. Tomo VI, p. 223.

agrícola. A chegada dessas pessoas, segundo este artigo, trazia para junto da gente “honesta e laboriosa” centenas ou milhares de “vadios e malfeitores”.

Na opinião dos representantes da Assembleia, este fator impediria que seus habitantes tirassem vantagens desse crescimento que vinha marcando a região. Consideravam que “tem os povos sido constantemente victimas de furtos, de roubos, de assassinatos, e em geral de todos os crimes praticados pelos perversos, de que em todos os tempos tem abundado aquelles logares pelos motivos que ficão expostos”²⁰⁷. Ao seguirem e defenderem essa visão, eles colocavam que através da criação da Província do Cariri todos os problemas seriam resolvidos, pois percebiam a presença do governo como um fator primordial para isso, além de garantir o real desenvolvimento e progresso da região. Por esse motivo, afirmavam aos senadores que

A criação de uma província poderá altamente concorrer para que os males, que ora pesão sobre os pacíficos habitantes dos Cariris Novos, sejam dissipados pela energia da acção das autoridades administrativas promptamente executada, e que immensos benefícios deverão resultar ao Paiz em geral das medidas que adequadamente tomar o Governo da Província²⁰⁸.

É possível notar o entendimento deles com relação as classes mais pobres, que viviam nas ruas da cidade, sempre taxados como vadios, criminosos e por isso deveriam ser controlados. A visão em torno de criação da província quando assume esse viés pelo qual a ação do governo é percebida como aquela que vai impor a ordem, a “lei”, remete também à ideia de controle, de punição e repressão daquilo que a elite julgava ser uma ameaça aos seus hábitos e bons costumes, uma ameaça para a “civilização”.

Analisando as argumentações realizadas pela Câmara Municipal de São Mateus, pelo senador José Martiniano de Alencar, assim como por representantes da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará, que procuraram demonstrar a viabilidade do projeto de autonomia política da região do Cariri cearense, e relacionando-as com a narrativa dos liberais tanto em defesa da criação dos conselhos provinciais, como na tentativa de conferir autonomia a essas instâncias, é possível notar a existência de pontos semelhantes em ambas as percepções. Mesmo preocupados com a unidade territorial, os liberais julgavam necessário a instituição de governos provinciais, tendo em vista as distâncias entre alguns pontos do Império e o centro do governo. Ressaltavam a importância de garantir certa autonomia para

²⁰⁷ Revista do Instituto do Ceará. Op. Cit., 1892, p. 225.

²⁰⁸ Revista do Instituto do Ceará. Op. Cit., 1892, p. 225.

que as assembleias tivessem os meios de conduzir e atender parte das demandas de sua província. Conforme apontou Miriam Dolhnikoff, ao defenderem a criação desses governos,

As grandes diferenças regionais, a imensa distância entre o centro e as províncias do Norte e a ausência de um aparelho de Estado com ramificações por todo o território nacional foram os argumentos principais daqueles que consideravam a organização de um governo da província a condição mesma para a adesão dos grupos provinciais ao Estado que se construía, mormente aqueles da região Norte, ressentidos com o pouco acesso que tinham às decisões políticas centralizadas nas mãos de um governo distante²⁰⁹.

Como observado, uma das primeiras argumentações colocadas foi a de que o território brasileiro era muito extenso e as províncias eram marcadas pela diversidade, possuindo demandas distintas²¹⁰. Tais fatores, dificultavam sua unificação e possibilitavam o surgimento de revoltas separatistas, algo que as autoridades buscavam evitar. Essa extensão territorial, segundo argumentos utilizados, dificultava a ação do governo nos lugares mais longínquos do Império, de modo que essa administração se restringia a algumas regiões, ficando outras sem tanta assistência.

No caso do projeto de autonomia do Cariri, era este também um dos fatores com que diziam estar preocupados os seus defensores, ou seja, a grande distância entre a sede do governo provincial e as regiões que iriam compor a nova província, assim como a atuação desse governo em tais locais. Esta argumentação é a que mais se encontra nas narrativas em defesa de criação de uma província no Sul do Ceará, inclusive, nos editoriais do jornal *O Araripe*. Nele, utilizou-se desse fator para sugerir uma dicotomia entre o sertão e o litoral, afirmando que estes espaços apresentavam formas de organização e desenvolvimento distintos.

Para os liberais, conferir autonomia às províncias seria uma forma de solucionar alguns desses problemas, além da ideia disciplinadora, na qual caberia aos governos autônomos “ensinar os modos do Estado moderno aos homens poderosos das localidades mais distantes e dispersas”²¹¹. O intuito era também o de possibilitar uma participação maior dessa elite provincial nos debates do centro. Do mesmo modo, a criação da Província do Cariri, no entendimento das autoridades políticas que defenderam esse projeto, seria um meio de resolver as pendências existentes ocasionadas pela distância entre essas localidades e seus respectivos governos provinciais. Além disso, constituía uma forma de garantir maior prestígio e poder político às autoridades representantes da região. Neste caso, eles pediam não

²⁰⁹ DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 88.

²¹⁰ Ibidem, p. 41.

²¹¹ Ibidem, p. 46.

só uma autonomia provincial, mas também a própria instituição de uma província, que significava muito mais que trazer vida aos sertões por terem um governo presente nessas localidades conduzindo de outro modo esta sociedade. Nota-se então que nesse período a bandeira da autonomia movimentava o pensamento dos liberais, estando esse projeto regional relacionado com questões que estavam em pauta e sendo debatidas na época. Além disso, esta ideia pode ser associada também ao fato de que, nesse período, não havia uma hegemonia em torno da capital, Fortaleza, estando essas elites engajadas nos projetos de suas regiões.

Na década de 1850 os pedidos por autonomia política do Cariri continuaram. Oito anos após a solicitação realizada pela Assembleia Legislativa do Ceará, alguns vereadores da Câmara de Barbalha no ano de 1854 se colocaram a favor desse projeto e pediram pela criação da província do Cariri²¹². Na visão de Maria Daniele Alves, este pedido demonstra que o desejo de concretização do projeto não pertencia apenas à Câmara do Crato. Mas pertencia também aos municípios em seu entorno que consideravam tal localidade como uma “cidade modelo”, recebendo esse destaque por considerarem-na “o berço de homens e movimentos liberais na região”, pelo grande índice populacional, sua importância econômica, dentre outros fatores²¹³.

No ano seguinte a essa solicitação, em julho de 1855, com a fundação do semanário cratense *O Araripe*, os membros do Partido Liberal do Crato se encarregaram de seguir na defesa desse projeto que há muito já vinha movimentando lideranças do Partido no Ceará, assim como outras autoridades políticas. Entretanto, até este momento, mesmo com tantas solicitações realizadas, a instituição da província não havia acontecido. Considerando tal fator, cabe pensar: o que motivava os liberais cratenses a acreditarem que esse projeto ainda poderia ser concretizado? Quais mudanças ocorreram na região e, particularmente, na cidade do Crato durante a década de 1850, para que eles sentissem que ainda seria possível a criação da província?

O argumento dos liberais no jornal muito se assemelha com esse empregado na primeira metade do século, acrescentando novos elementos baseados na época em que ele estava sendo formulado, período em que o Cariri passava por algumas transformações. Nessa época também, por intermédio da imprensa, a defesa de tal projeto acontecia de modo mais constante, procurando convencer, não só as autoridades, mas também a sociedade caririense, da importância e utilidade de tal projeto. Nele publicavam-se textos de seu redator e responsáveis pelo semanário, cartas de leitores, matérias de outros jornais que defendiam ou

²¹² PINHEIRO, Efemérides do Cariri. Op. Cit., p. 138.

²¹³ ALVES, Op. Cit., 2010, p. 70.

mesmo mencionavam tal projeto. Através desse jornal, os liberais procuraram expor o máximo de justificativas possíveis para demonstrar a viabilidade de criação da Província do Cariri que perpassavam por um viés político, econômico e também natural.

São essas justificativas que circularam por meio do jornal *O Araripe*, o foco de análise do tópico seguinte. A abordagem recaiu em torno das estratégias empregadas por esse grupo e suas articulações para defenderem tal projeto. Isso demonstra a busca por apoio no fortalecimento dessa ideia, seja com autoridades, seja com outros periódicos ou até mesmo mencionando e apresentando ao público leitor as discussões e conquistas que ocorreram no passado. O propósito é demonstrar ainda como esse projeto reflete a busca pelo poder, por participação política e por maior representatividade para as elites da região, que nesse intuito se colocaram como continuadores dessa ideia, descreveram e idealizaram o Cariri a partir de suas vivências, percepções e interesses.

3.2 A CONTINUAÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO: OS DEBATES NO JORNAL O ARARIPE EM TORNO DA NOVA PROVÍNCIA.

Entre os anos que separaram as primeiras solicitações em defesa da criação de uma Província no Sul do Ceará, que seria denominada de Cariri Novo, englobando localidades dessa província e das vizinhas, até a defesa por parte dos liberais cratenses através do jornal *O Araripe*, algumas mudanças ocorreram na região. É possível destacar a elevação do Crato à categoria de cidade, o aumento populacional, a chegada de comerciantes, dentre outros fatores que possivelmente contribuíram para que as elites envolvidas com o projeto acreditassem que a concretização do mesmo ainda seria possível. Por outro lado, conforme se pode notar em suas narrativas e através das reivindicações feitas no periódico, alguns problemas continuaram existindo, assim como a visão de que a resolução destes ocorreria com a criação da nova província.

Ao darem seguimento na defesa desse projeto, os liberais utilizaram-se de justificativas até então usadas por autoridades que haviam advogado pela autonomia da região na primeira metade do século, pontuavam mudanças na sociedade cratense e, através delas, buscavam mostrar a viabilidade de criação da província do Cariri. Além disso, também destacavam em seus textos, como demonstrado no capítulo anterior, a ocorrência de crimes na região, a precariedade de prédios públicos, a necessidade de estabelecimentos de ensino, de melhores estradas e de um governo presente. Com base nesses elementos, procuravam

justificar a conveniência e a urgente necessidade de estabelecer no interior uma sede do governo.

Desse modo, da união de antigos e novos argumentos, com base no que era a sociedade caririense na década de 50, os liberais formularam a ideia de que se no passado pareceres favoráveis foram dados a tal projeto, estes seriam mantidos. Consideravam que a preocupação com a civilização, o desenvolvimento e o progresso permaneciam e, no que diz respeito à região, argumentava-se que ela tanto apresentava condições mais propícias para a instituição de uma província, como também tal realização continuava a ser algo necessário.

A ideia de que esse momento, na segunda metade do século XIX, era ainda favorável para concretização do projeto estava relacionada com algumas mudanças ligadas à organização da cidade, ao comércio e à circulação de pessoas pelo Cariri, diferentemente do que teria ocorrido na primeira metade do século como sugeriu a historiografia tradicional, que de forma enaltecida descreveu a década de 1850 como um período bastante próspero. Tal classificação levava em conta elementos que marcaram a sociedade cratense em anos anteriores, tomando por base, como demonstrou Juciêdo Alexandre, as descrições realizadas pelo viajante George Gardner em torno da região²¹⁴.

Em seu diário de viagem, por ocasião de sua passagem ao Cariri, no ano de 1838, Gardner registrou alguns elementos da estrutura e do cotidiano na vila do Crato, definindo-a, a partir de uma visão eurocêntrica, como pequena e mísera, de uma população que chegava a dois mil habitantes. Ele chamou atenção para o fato de que as casas eram construídas irregularmente e para a precariedade da cadeia. Afirmou ainda ser este local “um esconderijo de assassinos e vagabundos de toda espécie vindos de todos os cantos do país”. Ressaltou que “embora haja um juiz de paz, um juiz de direito e outros representantes da lei, seu poder é muito limitado e, ainda assim, quando o exercem, correm o risco de tombar sob a faca do assassino”²¹⁵. Gardner descreveu os habitantes do Crato como pessoas de “moralidade baixa”, mencionando que a principal ocupação dos mesmos era o jogo de cartas do qual se ocupavam grupos de todas as classes²¹⁶.

Alguns aspectos registrados pelo viajante que relatam as impressões do mesmo a partir do contato com essa sociedade, particularmente aqueles que se referem à existência de criminosos na região, fazem lembrar a forma como José Martiniano de Alencar no ano seguinte apresentou o Cariri e as localidades que iriam compor a nova província. Isso porque

²¹⁴ ALEXANDRE, Op. Cit., 2010, p. 75.

²¹⁵ GARDNER, George. Viagem ao Interior do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo, 1875, p. 93-94.

²¹⁶ Ibidem, p. 94.

ele retratou as mesmas como lugares sem lei, com predominância de vários crimes, ausência de ordem e de hábitos civilizados. Por outro lado, a definição de Gardner, no que diz respeito à população, às casas, permite visualizar o desenvolvimento ocorrido no Cariri nas décadas seguintes.

Como apresentado, a partir das estatísticas de Thomas Pompeu de Sousa Brasil, a comarca do Crato na segunda metade do século tinha um número populacional bem maior e crescia diariamente. Foi também nesse período, precisamente no ano de 1853, que o Crato, localidade escolhida para sede da nova província, tornava-se cidade. Houve ainda a fundação de uma tipografia promovendo a inserção de novas ideias nessa sociedade através da publicação do jornal *O Araripe*. Dentre o elenco de mudanças, esse período foi ainda marcado pela chegada de comerciantes nesta localidade, que passaram a compor a elite da região.

Pesquisas realizadas nos últimos anos que tiveram o Cariri como objeto de estudo apontaram as transformações pelas quais passou esta sociedade e evidenciaram a chegada de pessoas advindas de outros locais que se estabeleceram na região, como é o caso do trabalho de Jucieldo Alexandre, no qual pontuou que

Na metade do XIX, novas personagens também passaram a ocupar a cena política cratense, dividindo ou disputando espaço com os tradicionais donos de engenho de rapadura: um grupo de comerciantes que se fixava na localidade – advindo, principalmente, do Icó, importante ponto mercantil do centro-sul cearense – estimulou sobremaneira o comércio no Cariri com a implementação e circulação de capital novo e a fundação de grandes lojas no Crato, que comercializava tecidos e manufaturados europeus para sua região e interior das províncias circunvizinhas. A presença de tais comerciantes – alguns dos quais também eram proprietários de terra e engenhos – patrocinou a imigração de profissionais liberais, jornalistas, coletores e advogados para a urbe nascente, que também se integraram às elites cratenses²¹⁷.

Matérias do jornal *O Araripe*, particularmente a seção de anúncios, permitem perceber a movimentação no setor de comércio na cidade do Crato a partir do ano de 1855. Com frequência, esses novos negociantes de localidades do Ceará e também das províncias vizinhas, anunciavam seus estabelecimentos e produtos no periódico cratense.

A Severino de Oliveira Cabral, sócio gerente da casa commercial, nesta Cidade, de Torres Portugal acaba de chegar em seo estabelecimento um optimo sortimente de fasendas, constando de pannos finos, casimiras, princesas, alpacas, laãs, e brins, tudo de diferentes côres, chapeos de sol de seda para ambos os sexos, e pretos franceses muito bons para homens, e varios objetos de seda para senhoras. Aviza ao publico que mudou sua residência para a rua grande defronte do commercio nas casas, em que

²¹⁷ ALEXANDRE, Op. Cit., 2010, p. 84.

morou o sr. Antonio José de Carvalho, onde tem seo armase de fasendas, e que vende em grosso, e a retalho somente na California loje amarella²¹⁸.

Anúncios como este são encontrados na maioria das edições do jornal, algo que fornece indícios da importância desse veículo para circulação de tais informações na sociedade, apresentando-se assim como uma fonte de grande relevância para estudo do Cariri cearense nesse período. Tais anúncios permitem visualizar ainda as relações comerciais que eram estabelecidas, tendo em vista que comerciantes de outras localidades se instalavam na região ou mesmo abasteciam seu comércio com itens adquiridos em outros pontos. Era considerável, por exemplo, o número de anunciantes e mercadorias vindas da província pernambucana.

Com o passar dos anos, novos estabelecimentos foram se fixando na cidade do Crato, oferecendo uma variedade de mercadorias e serviços. Na concepção de Irineu Pinheiro, as principais ruas da cidade foram sendo tomadas por “armazéns de gêneros de exportação, mamona, algodão, rapaduras, e por mercearias, padarias, etc.”, contando ainda com melhores prédios²¹⁹. Também foi possível identificar no jornal *O Araripe* essa ideia de mudanças na cidade, conforme relatos publicados em 1857. Na edição de 01 de agosto desse ano, um texto assinado pelo pseudônimo de “O Cratense” tecia alguns comentários sobre o “progresso” que vivia o Crato e todo o Ceará, que para ele, anteriormente “não passava de uma cidade pequena, despida de formosura, e sem edifícios que lhes desse beleza”, mas que há alguns anos tem “marchado com passos de gigante na estrada dos melhoramentos morais e materiais”²²⁰. O Cratense ressaltou que:

O nosso Crato, com rasaõ era chamado = a cidade das palhas =, porque não tínhamos nem sequer um edificio particular que merecesse esse nome. Hoje porem, por um impulso maravilhoso da lei do progresso tem havido uma modificação admirável [...]. Temos já vários edificios particulares, que na verdade merecem a honra de serem vistos; já temos um mercado publico, talvez um dos milhores da Provincia; a cadeia publica já não é aquela antiga palhoça; e com quanto seja um cárcere terrível, todavia extremamente apresenta alguma belesa. A nossa matriz acha-se quase acabada, graças aos cuidados de nosso Parocho; a sua frente tem uma prespectiva a mais brilhante possível; tudo enfim demonstra a lei do progresso [...]²²¹.

As considerações feitas nesse texto publicado no jornal foram encerradas com uma frase bem sugestiva, na qual O Cratense exclamou para sua cidade que “um futuro risonho te espera. Não estaciones; avante, avante”. Essa passagem chamou atenção pelo fato de sugerir

²¹⁸ Jornal O Araripe, n° 8, 1855, p.4.

²¹⁹ PINHEIRO, Op. Cit., 2010, p. 82.

²²⁰ Jornal O Araripe, n° 103, 1857, p. 1-2.

²²¹ Jornal O Araripe, n° 103, 1857, p. 2.

que se acreditava na possibilidade de novas mudanças, de que o crescimento e desenvolvimento regional continuaria levando esta localidade a alcançar o tão desejado progresso de que tanto falavam os políticos e elites ligados a este periódico. Esperavam assim um “futuro risonho” que, para maioria deles, era sinônimo de autonomia política com a criação da província do Cariri.

No que concerne às alterações que teriam marcado o cenário da cidade durante a década de 1850, devido à presença de novos “edifícios” particulares e construções públicas, de novos comércios, é importante ressaltar que apesar da introdução desses aspectos, a sociedade caririense do século XIX era marcada por uma vida simples, rural. Considerando o número de propriedades e estabelecimentos com alguma vinculação ao setor agrário, Darlan Reis Junior destacou a importância das atividades ligadas ao mundo rural e o seu papel na economia, destacando ainda que a chegada de mercadorias e de novos serviços, assim como outras melhorias frequentemente apontadas na historiografia tradicional do Cariri, não definiam um caráter urbano devido à predominância de “relações de trabalho e de propriedade vinculadas ao mundo rural”²²².

Desse modo, as mudanças aludidas não trouxeram tantas alterações para esta sociedade, de modo que elas não chegam a caracterizar um “processo de modernização” como sugerido pelas obras da historiografia tradicional do Cariri, que enfatizaram esse período descrevendo-o de uma forma enaltecida. Mesmo não trazendo implicações tão significativas, considero que a elevação do Crato à categoria de cidade, a produção de um jornal, a circulação de pessoas e mercadorias no Cariri na segunda metade do século, tiveram sua importância para a época e influenciaram no pensamento dos liberais cratenses quanto à percepção de que esse período era favorável para implementação dos projetos que defendiam, sobretudo no que se refere à ideia de criação da nova província, que anos atrás já pareceu ser algo necessário e também viável diante das condições que possuía o Cariri para crescer e prosperar.

Na segunda metade do século, momento em que a bandeira foi levantada no semanário *O Araripe*, julgava-se tal concretização mais possível ainda, como afirmou José de Alencar em um artigo publicado no Diário do Rio de Janeiro, transcrito no periódico cratense. Ele ressaltou que “se naquela epocha o senado julgava essa criação útil e necessária, actualmente as vantagens hão de achar se na proporção do crescimento de população, de renda e de indústria, que se observa naquelles lugares”²²³.

²²² REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p. 89.

²²³ Jornal O Araripe, n° 46, 1856, p. 2.

Era esse um pensamento compartilhado pelos liberais e elites caririenses que também defendiam tal ideia e acreditavam que embora a possibilidade de criação da província, muito debatida e solicitada, não tivesse se concretizado até aquele momento, não significava, entretanto, que isso fosse algo impraticável. Dessa forma, eles não pouparam seus argumentos em defesa do projeto, debatendo sobre ele nos seus editoriais.

Nos artigos publicados no jornal, as mais variadas e diferentes justificativas foram utilizadas. É possível enquadrá-las em algumas categorias. Aquelas que seguiam uma perspectiva política, na qual se cobrava uma maior presença do governo e um trabalho mais efetivo e atuante desse órgão. Outras justificativas tinham um caráter mais ligado às questões econômicas, argumentando-se que tal realização seria primordial para impulsionar a economia regional e que apresentava o Cariri as condições propícias para isso, devido aos recursos naturais existentes na região. Essa ideia já remete a uma terceira categoria de justificativas, que são aquelas relacionadas à natureza, um importante argumento utilizado pelos liberais e também em diversas solicitações que foram realizadas. Desse modo, embora argumentassem que a criação de uma província no interior do Ceará era necessária para possibilitar melhorias na região e o desenvolvimento econômico, era com base nas peculiaridades naturais do Cariri que se procurou demonstrar a viabilidade desse projeto.

Quando o assunto referia-se à autonomia do Cariri com a criação da nova província, os liberais eram bem enfáticos ao destacar o quanto seria útil para esses locais a presença do governo que promoveria a ordem, modificando costumes e resolvendo os problemas que afetavam aquela sociedade. Tais fatores apareciam como primordiais para que o Cariri continuasse a se desenvolver, pois, embora considerassem significativas as mudanças e transformações ocorridas nesta localidade, precisava-se avançar bastante para que o sertão alcançasse aspectos semelhantes ao litoral da província.

Donde provem o retardamento da civilização dos municípios centrais do império, quando floressem os do litoral? Por certo que da falta de administração. Bem sabemos, como a afluencia dos negocios, a multiplicidade de termos distraem o governo de muitas medidas, que a instrução lhe sugere; e si tratarmos da educação que praticamente obtem o homem communicando outros mais adiantados, veremos que a longitude às capitaes influe muito; pois que ellas são os fócios de civilisação das províncias, por isto que para ahi aflere a parte mais intelligente e bem educada da população de cada uma, que a miúde communicada, transmite suas luses, seos costumes, e seos modos urbanos ao habitante inculto, que vae do interior. As capitães são escolhas das províncias, e sobre aquelles, que dellas estão mais perto, reflete sua illustração²²⁴.

²²⁴ Jornal O Araripe, n° 1, 1855, p. 3.

Uma dicotomia entre sertão e litoral foi estabelecida, na qual o primeiro assume um significado de barbárie, um local com dificuldade para se desenvolver, enquanto o segundo é entendido como modelo de civilização e progresso. Para eles, esse distanciamento de realidades era causado pela falta de administração, afirmando que o governo estaria mais atento às demandas da capital, deixando de lado os outros pontos da província, particularmente aquelas regiões mais distantes. O resultado disso, segundo tal visão, é o contraste entre as capitais, lugares de “bons costumes”, permeado pela inteligência e educação, e os demais municípios, marcados por uma série de complicações.

Esses argumentos foram utilizados pelos liberais para fundamentarem sua ideia de divisão territorial, tema que abriu as publicações do jornal em 1855 e esteve em discussão novamente anos depois, no qual foi publicada, com o mesmo título²²⁵, uma matéria que seguia também a mesma perspectiva. Ambas tinham o intuito de demonstrar o desequilíbrio entre as províncias do Império, o que isso ocasionava e, por conseguinte, a importância e necessidade de uma nova divisão, criando-se com ela a província do Cariri.

Durante os anos de circulação do jornal, muitas vezes os artigos publicados chamaram atenção para o fato de esta região não ser contemplada na proporção que deveria com a assistência do governo, definindo esta terra em uma das edições como um lugar “orphã da proteção da autoridade”. Ao falarem da situação do Crato, mencionavam que “os insultos, os furtos, as ameaças se sucedem todos os dias, e a autoridade, braços crusados, contempla mudo espectador esse progredir do crime e da imoralidade [...]”²²⁶. Então, partindo dos problemas existentes no cotidiano da cidade, os liberais depositavam a responsabilidade dos mesmos no governo e buscavam deixar claro o quanto era conveniente que este órgão estivesse mais próximo da região e sertão circundante, através da criação da nova província, isso porque

Para os pontos mui longínquos da sede do governo a acção deste é sempre frouxa. É da distancia que se valem os malfasejos, para impunemente commentterem suas atrocidades; é da distancia que se vale o funcionario iniquo, que preterir a lei, perseguindo o inimigo e apadrinhando o crime; e é ainda pela distancia que se explicão factos da ordem da Balaiada e outros. Um presidente de província, que pouco vê, nada sabe, e nestas circunstancias as influencias locaes, as veses as mais odiosas, sotopondo a lei e a rasão barbarisaraõ os termos, em quanto aquelle dorme o sono da ilusaõ²²⁷.

A existência de crimes na região, os abusos cometidos por autoridades, as perseguições que ocorriam nas épocas de eleição, as irregularidades que tinham lugar nos

²²⁵ Jornal O Araripe, n° 148, 1858, p. 1.

²²⁶ Jornal O Araripe, n° 213, 1860, p. 1.

²²⁷ Jornal O Araripe, n° 148, 1858, p. 2.

setores administrativos do município, assim como questões relacionadas com educação, segurança, precariedade de prédios públicos, eram vistos como transtornos ocasionados pela inexistência de um governo presente. Ou seja, que olhasse de perto para as demandas desses locais mais longínquos, tendo em vista que tais atribuições eram de responsabilidade dos órgãos provinciais, pois os municípios, com poderes limitados, estavam subordinados a tal instância.

É partindo de tais fatores que considero importante refletir sobre as funções do governo da província, sobretudo aquelas que cabiam às Assembleias Legislativas, e em torno das atribuições que competiam às Câmaras Municipais. São elementos fundamentais para um melhor entendimento com relação ao que desejavam alcançar os membros do Partido Liberal do Crato e elites locais com a concretização desse projeto que visava a criação de uma nova Província. Além disso, contribui para entender porque essa ideia era percebida como a solução de todos os problemas existentes na região do Cariri e circunvizinhanças.

Nessa perspectiva, uma reflexão em torno das competências e poderes reservados às municipalidades e às Assembleias Provinciais, apresenta-se como algo essencial para mapear os interesses e propósitos que moviam os liberais em defesa da autonomia, considerando que essas duas esferas possuíam formas de atuação distintas. As Câmaras Municipais, por exemplo, durante o Império tinham poderes bem restritos. A limitação na atuação desses órgãos é algo que foi se delineando desde o Primeiro Reinado, tendo em vista que a constituição de 1824 reservou pouco espaço às municipalidades e, posteriormente, com o Regimento de 1828, elas perderam mais algumas atribuições, como as judiciárias, por exemplo, que vinham desempenhando desde o período colonial, sendo mantida “a administração da vida cotidiana das populações”²²⁸.

Conforme pontuou Miriam Dolhnikoff, era de responsabilidade das Câmaras municipais “administrar a cidade ou a vila, prestando contas com o conselho da província. Não podiam decidir livremente quer sobre a arrecadação de impostos, quer sobre sua aplicação. Tornavam-se, portanto, meros agentes administrativos”²²⁹. Para esta autora, com as reformas liberais instituídas pelo Ato Adicional em 1834, a reduzida competência das Câmaras passou ainda por novas limitações, de modo que estariam subordinadas à administração das Assembleias Legislativas Provinciais criadas neste mesmo ano com o novo arranjo implementado a partir das reformas. Segundo Victor Nunes Leal, que chamou atenção

²²⁸ SOUZA, Juliana Teixeira. As municipalidades e o Império: o caso do Rio Grande do Norte (1830-1840). SAECULUM – Revista de História [27]; João Pessoa, jul./dez. 2012, p. 235.

²²⁹ DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 86.

para a situação dos municípios depois da reforma, o principal objetivo dos liberais “era permitir que cada província, atentas às peculiaridades locais, ficassem em condições de estabelecer o regime municipal que lhes fosse mais conveniente”²³⁰.

De acordo com Miriam, essa limitação é um reflexo do projeto liberal, em que os municípios tinham alguma autonomia, mas dentro de uma esfera maior, ou seja, da Província. Além disso, o fato das Câmaras serem bastante percebidas como ligadas aos interesses localistas, os liberais acreditavam que a concessão de liberdade para elas poderia ser uma ameaça ao Estado Nacional. Apesar das desconfianças, tinham como objetivo construir uma rede que articulasse ao Estado até mesmo os lugares mais distantes e, desse modo, “optaram por uma organização municipal composta de duas instâncias: um juizado de paz com amplas atribuições judiciais e policiais e Câmaras Municipais com responsabilidade apenas administrativa”²³¹.

Mesmo marcada por essas limitações, considero que as Câmaras eram espaços importantes de atuação política para as elites da localidade e eram também um caminho para inserção das mesmas na política provincial. Através dos textos publicados no jornal, é possível notar que os liberais cratenses desejavam tal espaço no município, do qual estiveram de fora até a década de 1860, contando com pouca ou nenhuma representação de seu partido. Mas, apesar de almejavam cargos nessa instância, eles demonstraram ao defenderem a criação da província que para a realização de seus projetos, assim como a conquista de maior representatividade e poder, era necessária uma administração na região com funções muito além das que cabiam às Câmaras Municipais, ou seja, com maior autonomia, a exemplo das Assembleias Legislativas, que eram responsáveis por

Determinar as despesas municipais e as provinciais, bem como os impostos que deveriam ser cobrados para fazer frente a tais despesas. Ficava igualmente a seu cargo fiscalizar o emprego efetivo das rendas públicas, tanto provinciais como municipais, além do controle das contas. Tinham, por outro lado, obrigações de, com esses impostos, fazer construir as obras necessárias ao desenvolvimento da província, promover a segurança da população, com competência para criar e manter uma força policial própria para este fim, e promover a instrução pública (com exceção do ensino superior, de competência do governo central). As Assembleias controlavam também os empregos provinciais e municipais. Era sua atribuição tanto criar quanto suprir tais empregos, bem como estabelecer os seus ordenados [...]”²³².

²³⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 88.

²³¹ DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 87.

²³² *Ibidem*, p. 99.

Essas são apenas algumas das atribuições que cabiam às Assembleias Legislativas. É possível notar que a maioria das reivindicações feitas pelos liberais cratenses no jornal *O Araripe*, relacionadas a melhorias na educação, investimento em estradas e demais obras públicas, além da solicitação de mais segurança para a região, eram serviços que deveriam ser promovidos na Província pela Assembleia. Talvez por isso os liberais clamassem tanto pelo auxílio das autoridades provinciais, tendo em vista que estavam submetidos a ela e, desse modo, competia a esta instância viabilizar os melhoramentos que tanto desejavam. Por esse motivo também que percebiam a criação da província como um meio para solucionar os problemas que persistiam na região, de modo que uma sede de governo nesse território era para esse grupo sinônimo de autonomia, ampliação de poder e, por conseguinte, maiores possibilidades de atuação. Desse modo, esta análise auxilia na percepção dos distanciamentos existentes, no que diz respeito às formas de atuação entre essas duas esferas: municípios e governo provincial. Isso possibilita compreender que os Liberais desejavam profundas mudanças com a criação da província e que, além disso, claramente desejavam maior autonomia para organizar seus projetos, algo que naquelas circunstâncias não seria possível, com um governo distante e com a administração dos municípios subordinadas ao mesmo.

A elite provincial tinha grande influência e controle sobre os poderes locais. Como previsto no Ato Adicional, as Câmaras ligavam-se ao Legislativo da província, de modo que para qualquer tomada de decisão era necessário consultar a Assembleia Provincial. Segundo Miriam Dolhnikoff, esta última retirava ainda parte de seu orçamento para ser empregado em alguns serviços nos municípios, resultando na dependência dos mesmos e também no fortalecimento do governo da província²³³. A interferência que essa instância exercia sobre as localidades não se concentrava apenas na questão orçamentária, isso porque as posturas municipais também passavam por uma fiscalização em seu aspecto formal e de conteúdo, de modo que os deputados provinciais se enxergavam como a “elite letrada” e como agentes “disciplinadores” dos potentados locais²³⁴.

Vale ressaltar que alguns estudiosos questionam essa ideia, como Juliana Teixeira, que analisou a relação entre as municipalidades e o governo imperial a partir da Província do Rio Grande do Norte. Segundo ela, o consenso historiográfico em torno da subordinação dos municípios deve ser algo questionado pelo fato de induzir “equivocadamente à ideia de que as câmaras teriam se submetido sem maiores embaraços às medidas que lhe foram impostas”²³⁵.

²³³ DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 119.

²³⁴ Ibidem, p. 203-205.

²³⁵ SOUZA, Op. Cit., 2012, p. 244.

Em suas análises, foi possível constatar a existência de embates da administração municipal com o governo da Província resultante das divergências entre as regras que eram impostas e o que pretendiam os vereadores, demonstrando que “as municipalidades não estiveram dispostas a aceitar passivamente qualquer arranjo que resultasse na nulificação desse tradicional espaço de representação das elites locais”²³⁶.

É necessário, portanto, considerar a importância das Câmaras, mas destacar também que a partir do teor das matérias do jornal, tanto aquelas solicitando providências do governo, quanto as que argumentavam em favor da autonomia da região, ficaram visíveis algumas limitações desse órgão. Tal situação fazia com que os membros do Partido Liberal e elites locais ligados às suas ideologias acreditassem que o modelo planejado para o Cariri só seria efetivamente possível com a criação da nova província, com um governo mais próximo dessas localidades, com maiores poderes, amenizando o descaso com esses lugares ocasionado pelas grandes distâncias. Criada a Província do Cariri, enquanto membros da Assembleia Legislativa, por exemplo, já que a mesma era composta pela elite provincial, os liberais poderiam transformar o Crato, por ser a sede do governo, em um espaço de hábitos e costumes ditos “civilizados”, símbolo da educação, da inteligência e progresso, a partir da concretização de todos os seus projetos. Todos eles se encaminhavam para tais objetivos e seriam possíveis a partir da concessão de maiores poderes e autonomia. Isso possibilitaria ainda maior participação política, inclusive, no âmbito nacional.

Com a revisão conservadora de 1840, que propôs a Interpretação de pontos do Ato Adicional, as Assembleias foram destituídas de algumas das suas funções, particularmente no que se refere aos empregos gerais, de modo que, com a centralização do judiciário, elas não poderiam mais legislar sobre tais empregos, que eram competência do governo central, podendo interferir apenas sobre aqueles referentes ao município e à província²³⁷. No entanto, focando no projeto inicial dos Liberais, nas atribuições e relação entre o governo municipal e provincial, nota-se que, a partir das reflexões apresentadas, a autonomia proposta por eles se restringia às províncias, enquanto os poderes do município foram neutralizados. Este fator, unido à ideia de que os liberais nutriam desconfiança pelas Câmaras, pelo fato de considerarem as mesmas muito atreladas aos interesses locais, pode ser considerado como elementos que embargaram a ideia de criação do Cariri Novo. O fato de os liberais cratenses terem defendido uma autonomia que em certa medida era uma das bandeiras defendidas pelo partido nacionalmente não facilitou a concretização de seu projeto, haja vista que a autonomia

²³⁶ Ibidem, p. 245.

²³⁷ DOLHNIKOFF, Op. Cit., 2005, p. 131-132.

seria consagrada apenas no âmbito provincial e praticamente pouca liberdade foi concedida à administração do município.

Apesar de a ideia de criação da Província do Cariri ter sido atribuída e defendida por um político com influência nacional, que foi o senador Alencar, e também ter o apoio de outras autoridades importantes do Ceará, havia, sobretudo, um grande apoio das Câmaras Municipais. Desses órgãos saíram várias solicitações em defesa da realização do projeto, fator que pode ter conferido ao mesmo um caráter localista, sendo ele percebido apenas como uma forma de satisfazer os interesses das lideranças políticas locais. Pelas justificativas empregadas, desde o início do século XIX, percebo que os idealizadores da nova província buscavam evitar essa visão em torno do projeto, demonstrando, por um lado, a partir das diversas solicitações que foram feitas, que o desejo de autonomia da região não era apenas de interesse das elites do Crato. E, por outro lado, que os benefícios com tal realização não estariam apenas restritos a esta região, mas a todo o Império, passando a ideia de que visavam solucionar problemas e atender demandas do Cariri, mas sem colocar em risco outras partes do território.

Essas duas colocações, que compõem o conjunto de mecanismos e argumentos utilizados pelos liberais cratenses em defesa da Província do Cariri são frequentemente encontradas no semanário *O Araripe*. Uma delas é reflexo das articulações que buscaram manter em torno do projeto, tendo em vista que além de defenderem tal proposta, eles fizeram questão de mencionar todos aqueles que foram apoiadores e que de algum modo levantaram a bandeira da autonomia do Cariri. Isso é perceptível logo na primeira edição do jornal em que o nome do senador Alencar, por exemplo, foi bastante reverenciado, apresentando-o como uma “autoridade valiosa” que defendeu tal ideia, além de destacar ainda as câmaras de diversos municípios que fizeram o mesmo. Na edição seguinte, eles mencionaram que na Câmara dos senhores Senadores, durante a leitura do expediente na sessão de 09 de maio de 1855, foi anunciada uma representação da Câmara Municipal da cidade do Crato advogando pela criação da Província.

Nessa mesma perspectiva, os redatores do jornal deram publicidade em suas páginas a uma correspondência encontrada no Diário de Pernambuco, ressaltando a utilidade de criação da Província do Cariri. Uma proposta que cada vez mais ganhava proporção, tendo em vista que “alguns habitantes mais abastados desta cidade mandaram buscar uma *typographia*, em que se imprime um periodico denominado – *Araripe* – que advoga com todo empenho a

necessidade da criação dessa nova província [...]”²³⁸. O texto traz alguns elementos bem importantes ao abordar essa proposta, estabelecendo uma relação entre Assembleias provinciais e municípios, há pouco discutidas. Ao emitir sua opinião sobre o projeto, foi ressaltado que

se tivéssemos uma melhor organização de camaras municipaes, de maneiras que as localidades encontrassem em suas municipalidades uma autoridade com mais alguma acção, e que promovesse, como se esperou dessa instituição, os melhoramentos materiaes dos municipios; eu sustentaria que o encantador *oásis* dos Carirys, podendo achar nas quatro municipalidades de que elle se compõe, os necessários recursos para o desenvolvimento de suas riquezas naturaes, deveria viver contente juntamente com os sertões, que o circundam, sem aspirarem a pretensão de ser ceada a nova província; mas sendo as camaras municipaes em nosso paiz o que todos vemos, isto he, corporações que nada podem fazer, senão por meio de posturas, que só podem ser executadas depois de approvadas pela assembléa provincial, á quem são remettidas, muitas veses para dalli sò voltarem approvadas depois de alguns annos, de sorte que conforme seja a necessidade que se quiz prevenir [...]. As camaras municipaes cá pelos sertões, redusem-se à uma autoridade nulla, cujas attribuições de facto consistem em distribuir o seo pequeno orçamento com meia dusia d’ empregados, e se por felicidade restalhe ainda algumas sobras de sua renda, he immediatamente consumida com custas de processos decahidos²³⁹.

Esse texto chama atenção por pontuar aspectos que demarcavam essa subordinação do governo dos municípios às Assembleias legislativas, que exercem grande influência sobre as localidades. Ele demonstra ainda que diante das limitações encontradas pelas Câmaras, tornava-se inviável a concretização dos projetos que os liberais cratenses buscavam realizar, tais como promover a segurança, educação e os demais melhoramentos necessários. E é partindo dessa realidade, considerando a distância entre a região e a sede da província, da ação e dos recursos da Câmara Municipal, que não apresentava condições de proporcionar o progresso e a grandeza desses locais, que o autor da correspondência classificou como justa a ideia de divisão territorial com a criação da nova província.

Originalmente publicado no Diário de Pernambuco, a matéria demonstra a circularidade do projeto, de modo que a sua divulgação não se restringia apenas ao Cariri ou somente por intermédio do jornal *O Araripe*, acessível na região e nas localidades circundantes. Verifica-se que tal ideia percorreu por outras províncias e em suas tipografias.

Além do exemplo apresentado, menciona-se ainda a publicação realizada no Diário do Rio de Janeiro, que os redatores do semanário cratense também fizeram questão de transcrever em suas páginas. A matéria foi escrita por José de Alencar, filho do senador José

²³⁸ Jornal O Araripe, n° 43, 1856, p.2.

²³⁹ Jornal O Araripe, n° 43, 1856, p. 2.

Martiniano de Alencar, a quem os liberais cratenses saudaram, antes de transcreverem a “brilhante publicação”, deixando seu agradecimento por todo o apoio que o senador Alencar havia concedido ao projeto de criação da Província do Cariri. No texto, além de ressaltar os mecanismos já realizados que visavam a concretização dessa proposta e apresentar também trechos dos pareceres da comissão de estatística e constituição, mostrando que avaliações positivas foram dadas à ideia, José de Alencar afirmou ainda que tal proposta começava a reviver depois de alguns anos. Ele atribuiu isso ao fato de os habitantes desse lugar terem criado um jornal “destinado exclusivamente a sustentar essa causa justa”²⁴⁰.

Mais uma vez a criação do jornal foi associada ao desejo da elite de concretizar tal projeto, sendo este um meio para levantar a bandeira da autonomia e sustentar a importância da mesma. A fundação do jornal *O Araripe*, que ocasionou a retomada do projeto de criação da província, é resultado de diversas questões, como o fortalecimento dos partidos e a estabilidade de imprensa no Ceará. Mas, sem dúvida, objetivos locais impulsionaram essa fundação, que iam muito além do intuito de “civilizar”, estando, sobretudo, ligados ao interesse de defender seus projetos partidários. E, de fato, a província do Cariri era um deles.

Buscando fortalecer esse projeto, a defesa do mesmo foi constante, seja através de artigos de seu redator e colaboradores, seja através da divulgação de textos e solicitações realizadas por outros apoiadores dessa ideia que, inclusive, foi definida como popular, como uma ideia que reunia homens de todas as crenças e que despertou o interesse das populações neste canto do Império²⁴¹. Esse pensamento pode ter resultado devido ao amplo apoio que foi concedido a tal proposta, os quais faziam questão de tornar público para toda a sociedade e leitores d’*O Araripe*. Estes, por sua vez, também manifestavam o seu desejo de concretização do projeto, como é notável na seção de comunicados.

Em várias edições foram publicados nas páginas do jornal comunicados remetidos pelo pseudônimo de “O Governista”, nos quais havia a defesa do projeto de criação da Província do Cariri, fazendo súplicas ao governo pela concretização dessa ideia e destacando que as autoridades já tiveram tempo suficiente para a resolução dessa causa com muita prudência, tendo em vista o tempo que os separa das primeiras solicitações realizadas²⁴². Ele afirmou que, mesmo depois de tantos anos, os pedidos continuariam sendo feitos aos “poderes

²⁴⁰ Jornal *O Araripe*, n° 46, 1856, p. 1.

²⁴¹ Jornal *O Araripe*, n° 149, 1858, p. 1.

²⁴² Jornal *O Araripe*, n° 45, 1856, p. 1.

do Estado”, chamando-lhes a atenção para as representações das Câmaras Municipais e também para o que alguns escritores têm publicado em torno do projeto²⁴³.

Pelo teor de seus textos e argumentos, nota-se que O Governista era um leitor do jornal e acompanhava os debates em torno da criação da província, pois o seu posicionamento carrega elementos de narrativas que foram publicadas no periódico, particularmente com relação ao papel e atuação do governo nesses pontos mais longínquos. Em um de seus comunicados, ele ressaltou tal elemento, quando chamou atenção para as notícias que chegavam de vários lugares do país sobre os estragos que o cólera havia causado. Ele afirmava que tal doença havia levado muitas pessoas à morte e outras delas “acabado a mingua pela única causa de morarem em remotadas longitudes das capitais da província onde os auxílios do presidente chegam fora de tempo”²⁴⁴.

Em outro texto, O Governista estabeleceu um contraste entre as potencialidades naturais do Cariri e a existência de uma grande pobreza na região que, segundo ele, resultava da “índole preguiçosa” dos habitantes. Como resolução para mais esse obstáculo, novamente a presença de uma administração eficaz foi pontuada, sendo o governo percebido como aquele que iria impor novos costumes, uma espécie de controle na sociedade. Nessa perspectiva, O Governista acreditava na necessidade de um governo forte e uma polícia ativa no Cariri para que destruíssem o mal e fizessem aparecer o bem, ou seja, “o mal he a summa pobreza, em que está afogado o Cariry, gerada da preguiça; e o bem he a riqueza, que provirá com a destruição d’aquella”²⁴⁵.

De todas as formas procurava-se demonstrar os prejuízos por que passavam os lugares mais longínquos das capitais e assim convencer sobre o quanto era necessária essa nova divisão territorial. Desse modo, os liberais cratenses através do periódico com suas articulações procuraram demonstrar que a Província do Cariri era “a causa ao mesmo tempo do povo e do governo, a causa do progresso e da civilização, a causa do commercio e das artes, a causa da policia e da educação”, era ainda o “voto geral e constante de uma grande parte da família brasileira”²⁴⁶. Foi essa a ideia que buscaram construir em torno do projeto, visando apresentar sua importância para a transformação e aperfeiçoamento desses lugares e, sobretudo, que a realização do mesmo era algo desejado não só pelos idealizadores e elites do Cariri, conferindo-lhe um caráter mais amplo de modo que ele não fosse enxergado como fruto de interesses locais.

²⁴³ Jornal O Araripe, n° 46, 1856, p. 2.

²⁴⁴ Jornal O Araripe, n° 46, 1856, p. 3.

²⁴⁵ Jornal O Araripe, n° 54, 1856, p. 2.

²⁴⁶ Jornal O Araripe, n° 43, 1856, p. 1.

Vale refletir até que ponto a ideia de criação da Província era uma ideia popular defendida por homens de todas as crenças, como foi proposto em algumas matérias do jornal. Possivelmente existiam membros do Partido Conservador que compartilhavam do desejo de autonomia da região, isso porque tais políticos poderiam também ser beneficiados com as mudanças ocorridas adquirindo maior espaço no campo político. No entanto, embora não tenha sido possível encontrar a filiação partidária de todos aqueles que defenderam tal proposta, verifica-se que, diante de todas as solicitações realizadas desde o início do século XIX, este foi um projeto idealizado e formulado por um membro do Partido Liberal, o senador José Martiniano de Alencar, e, além disso, seus apoiadores eram predominantemente liberais e adeptos do partido. Este é o caso dos representantes da Assembleia Provincial do Ceará, que em 1846 pediram pela criação da província do Cariri, e também dos responsáveis pelo jornal cratense, que pertenciam a este mesmo partido. Desse modo, em sua maioria, este era um projeto encabeçado por liberais.

Na tentativa de demonstrar que esse não era um projeto de cunho localista, além de apresentarem todos os seus apoiadores, procuraram difundir ainda a visão de que a criação da Província não seria importante apenas para a região, mas também para todo o Império. Eles buscaram demonstrar o fundamento dessa ideia apresentando o aumento que poderia ocorrer nas rendas do governo e, nessa perspectiva evitar uma possível visão localista acerca do projeto. Na matéria extraída do Diário do Rio de Janeiro, José de Alencar fez algumas considerações nesse sentido.

Embora a primeira vista essas idéas de divisão de províncias pareçam questões de interesse local, he impossível contestar a vantagem que de uma boa divisão administrativa resulta para o governo do paiz, e sobretudo o accrescimo de rendas, o argumento de producção que tras á creação de uma província que se acha em condições tão favoráveis como a que se projecta na comarca do Crato. Umas das cousas que mais receia o governo, quando se trata de crear uma nova província, he o argumento de despreza proveniente da sua organização administrativa: mas este temor não pode existir a respeito do Crato, cuja renda actual, junta a dos municípios que lhe devem ser annexos, he superior a de muitas províncias já creadas²⁴⁷.

Esclarecer que havia uma preocupação relacionada aos resultados que a implementação da nova província poderia trazer para todo o território foi algo que os liberais também procuraram pontuar em seus textos. Era necessário mostrar, além da utilidade que isso traria para a região e circunvizinhanças em termos de educação, segurança e civilidade, as vantagens econômicas que poderiam ser obtidas com tal projeto. Essa lhes parecia uma

²⁴⁷ Jornal O Araripe, n° 46, 1856, p. 1.

tarefa fácil, por conta das condições favoráveis de que dispunha a cidade do Crato, escolhida para sede do governo. Condições que, como é possível mapear em seus textos, estavam relacionadas à localização, dando mais praticidade à cobrança de impostos, e às potencialidades naturais que marcavam esse espaço. Desse modo, no que se refere aos benefícios econômicos e geração de riqueza, as justificativas associavam tais elementos ao próprio trabalho do governo e à natureza do Cariri cearense.

Baseados na ideia de que os argumentos levados ao corpo legislativo contra a criação de novas províncias relacionavam-se à probabilidade da falta de recursos para se manterem e também o desfalque que poderia causar às províncias que seriam desmembradas, os liberais cratenses se restringiam a mostrar que tais preocupações não deveriam existir com relação à criação da nova província, no sul do Ceará. Pois, asseguravam que “se grandes devem ser seus recursos financeiros, nenhum será o decréscimo na receita das províncias respectivas”²⁴⁸.

Assim como percebia Alencar, os redatores do jornal afirmavam que o Cariri, unido aos demais territórios, teria condições de progredir e que as localidades que seriam desmembradas pouca ausência fariam as suas províncias de origem. Primeiramente, a questão da distância entre esses lugares e a capital foi ressaltada. Para os liberais e defensores do projeto, esse era um fator que impedia também o crescimento econômico dessas povoações e cidades situadas no interior. Conforme pontuaram na edição do periódico,

A distancia de cada uma destas localidades à sede das estações fiscaes é um poderoso motor do desaproveitamento de suas rendas; e é esta a razão porque hoje não basta para suas necessidades o que rende qualquer uma dellas. Ponhamos o cofre a porta do contribuinte, haja a acção do governo, que zélle, e bem cedo veremos, que os rendimentos delas hao de prefaser o total das despesas de uma província, entrando para o cofre publico, sem aggravar a sorte dos contribuintes, como deis o que entrava como um. Aqui a differença virà da economia com que serão aproveitados os diversos ramos de rendimentos públicos hoje a mercê dos especuladores, amanhã debaixo dos cuidados do gerente fiscal²⁴⁹.

Os liberais cratenses entendiam que, diante dessa situação, tais locais nem davam lucros as suas províncias e nem teriam condições de prosperar, pois consequentemente pouco se investia neles. Desse modo, defendiam que Pernambuco, Paraíba, Piauí e Ceará, não teriam suas rendas prejudicadas com a ausência dos municípios que, conforme estava previsto no projeto, passariam a integrar a Província do Cariri.

²⁴⁸ Jornal O Araripe, n° 44, 1856, p. 1.

²⁴⁹ Jornal O Araripe, n° 44, 1856, p. 1.

O aproveitamento desses pontos seria bem maior com a sede do governo localizada na cidade do Crato. Os problemas ocasionados pela distância seriam resolvidos, contribuindo para o crescimento dos sertões através do desenvolvimento econômico. Alegava-se que os impostos seriam cobrados de forma regular, tendo em vista a proximidade da administração da província com os locais que fariam parte dela, algo que resultaria no aumento das rendas públicas proporcionando também maior investimento para melhoria dos mesmos. O governo era visto por eles como aquele responsável pelo zelo e progresso desses locais, a começar pelo setor econômico, de modo que o desempenho de seu papel seria fundamental para pôr fim ao que denominaram de desaproveitamento de rendas que, segundo eles, era fruto da longitude que tanto buscavam minimizar.

Os produtores do jornal acreditavam nas potencialidades de cada lugar, sobretudo daqueles que compunham a região do Cariri. Passavam a ideia de que a arrecadação poderia dobrar, assim como a produção, a partir do momento em que tais locais sentissem a ação do governo e conseqüentemente um maior investimento nas atividades realizadas que movimentariam o setor econômico. Assim, ressaltaram:

Podemos asseverar que os disimos de gados de Jaicós, Inhamuns, Jacobina, Boa-Vista, Flores, Piancó e Sousa, o de miunças desta comarca, Baixa-verde, e tantos outros lugares agrícolas, e em geral todos os impostos existentes darão á *província do Cariry* uma receita igual a da provincia do Ceará; e que como a desta subirá, á proporção que a agricultura e commercio forem tendo o desenvolvimento que o governo lhes for preparando²⁵⁰.

Além da renda gerada com a cobrança de impostos, procuraram incutir a ideia de que a nova Província seria bem-sucedida a partir do desenvolvimento das atividades agrícolas e comerciais, propiciadas pelo governo. Esse desenvolvimento era algo que eles muito desejavam, particularmente com relação à agricultura, por julgarem-na como uma importante fonte de riqueza do Cariri, requerendo assim novas técnicas de cultivo e instrumentos que possibilitassem melhores e maiores produções. Na percepção dos liberais, com a criação da Província e uma autoridade na região olhando de perto para suas necessidades, as chances de progresso, que para eles já eram muito altas por conta das peculiaridades naturais presentes nesse espaço, seriam ampliadas.

A natureza da região também esteve entre as justificativas utilizadas em defesa da Província do Cariri, não só no jornal *O Araripe*, mas nas diversas solicitações que foram realizadas na primeira metade do século XIX. Enquanto a ideia de promover a civilização, segurança, educação e progresso eram empregadas para demonstrar a necessidade de

²⁵⁰ Jornal O Araripe, n° 44, 1856, p. 1.

concretização do projeto e o quanto ele seria útil para esses pontos mais longínquos, a ênfase em torno dos recursos naturais presentes nesse espaço tinham outra função, que era a de apresentar a viabilidade de criação da nova província.

A região sul-cearense, particularmente os terrenos agrícolas próximos à Chapada do Araripe, no qual localizava-se a cidade do Crato, por exemplo, era considerada como o espaço mais “valioso” dentre os que iriam compor a província, por conta dos recursos naturais. Embora demonstrassem a importância da cobrança de dízimos sobre os gados nas cidades limítrofes, que se destacavam na atividade da pecuária, não deixavam de pontuar, com ênfase, as grandes riquezas que os terrenos férteis do Cariri possuíam e poderiam gerar. Para os apoiadores do projeto, era a partir dessa região que, depois de criada a nova província, se conquistaria o tão sonhado progresso e crescimento econômico. Nessa perspectiva, o periódico dos liberais cratenses trouxe em uma de suas matérias, nas quais a criação da província foi debatida, a ideia de que,

Era desses milhões de animaes, que criaõ suas vastas campinas; era dessas innumeras e variadas produções de uma região sobremodo fértil, que compartilha todos os climas, e vê brotar o fruto de todas as zonas; era finalmente de um commercio todo de exportação em favor do paíz, e susceptível de um desenvolvimento e animação sem lemites, que esta província tiraria meios de manter-se, e, o que mais é ellevar-se a altura das mais adiantadas do império²⁵¹.

A fertilidade da região, seu clima e suas vastas campinas apresentaram-se como elementos importantes para produção, impulsionando a atividade comercial e exportadora, fatores que manteriam a Província do Cariri, além de conferir a ela uma posição de destaque entre as demais do Império. Desse modo, a natureza peculiar existente nesse espaço esteve em pauta no jornal *O Araripe*, sendo ela mencionada com a função de apresentar que a ideia de autonomia, defendida pelos membros do Partido Liberal e elites locais, era algo possível para essa região em virtude das condições que a mesma apresentava, propícias ao desenvolvimento. Quando falavam em geração de rendas, em crescimento econômico, logo uma articulação era feita com as características naturais, ressaltando as potencialidades da região que, por sua vez, deveriam ser aproveitadas.

Dessa forma, os liberais cratenses, ao defenderem seu projeto político, enalteceram a região do Cariri em seus textos por conta das características naturais que ela apresentava. Atribuíram à mesma diversas conotações e significados, além de construir também ideias sobre a natureza, que são repletas de interesses, de modo que a visão romantizada da

²⁵¹ Jornal *O Araripe*, n° 2, 1855, p. 1.

paisagem, a idealização de suas águas, solo e clima, dividia espaço com uma visão que reflete uma relação pautada em fins lucrativos. À medida que apresentavam um Cariri edênico, criado pela providência, elucidando a importância e representatividade que tinha essa região, escolhida para sede do governo, evidenciavam também o seu papel na geração de rendas buscando sensibilizar as autoridades em torno da ideia de autonomia. Com essa finalidade, pontuaram as riquezas naturais do Cariri, incentivaram o cultivo da terra com o trabalho agrícola, ressaltando a sua rentabilidade, ainda esperançosos na conquista da tão sonhada Província.

Diante das análises realizadas, ficou perceptível que inúmeras justificativas foram utilizadas para apresentar a necessidade e viabilidade do projeto, perpassando por questões políticas/administrativas e econômicas, além daquelas que focavam no ambiente natural. A articulação dos liberais cratenses e elites locais em torno desse projeto foi constante através do periódico *O Araripe*, principal veículo de atuação política desse grupo, no qual disseminavam os seus projetos como a ideia de criação da Província do Cariri que constituía o mais importante de todos, tendo em vista que a sua concretização viabilizaria as demais transformações que almejavam para a região. Pois, na concepção dos membros do Partido Liberal, um governo com sede na cidade do Crato, próximo dos sertões circundantes, iria trazer maior assistência para essas localidades, assim como investimento em educação, segurança, obras públicas, transformando o Cariri numa sociedade símbolo da civilização e do progresso. Tal realização solucionaria todas as complicações existentes, atendendo ainda aos interesses pessoais que moviam tais grupos, como maior representatividade na política e poder econômico, algo que estava por traz de todas as ideias propagadas e de todos os esforços empreendidos.

Apesar de todas as solicitações realizadas e articulações em torno do projeto desde o início do século XIX, a autonomia da região através da instituição de uma nova província não foi efetivada. Como demonstrado ao longo do capítulo, inúmeros fatores podem ter contribuído para isso, como a consolidação no poder do Partido Conservador em 1840, época em que o projeto foi apresentado por Alencar no Senado; uma possível visão localista em torno do mesmo, tendo em vista o grande envolvimento das Câmaras Municipais. Além disso, a hegemonia construída em torno da cidade de Fortaleza, já na segunda metade do século XIX, também pode ser considerado como um importante fator, pois a partir da instituição de uma unidade política provincial os interesses regionais foram sendo neutralizados. No entanto, embora tais fatores tenham encaminhado para a irrealização do projeto, não se pode negar que durante todo o século muito se fez em defesa do mesmo, tendo os Liberais

cratenses, a partir da década de 1850, como continuadores dessa ideia através das páginas do jornal *O Araripe*, demonstrando as ações antes realizadas, os apoiadores e argumentando sobre a relevância do que se propuseram defender.

Durante essa trajetória, a região foi narrada e apresentada constantemente no jornal, tendo seus problemas relatados, mas também as suas peculiaridades, vistas como o ponto diferenciador entre ela e seu entorno e como um argumento de peso na tentativa de verem criada uma nova província no Sul do Ceará. Essas peculiaridades estavam relacionadas à natureza e aos recursos ofertados por ela que, por sua vez, foram bastante enaltecidos no periódico *O Araripe*, no qual o Cariri foi descrito como um local de refrigério, o celeiro dos seus vizinhos, um verdadeiro oásis em meio ao sertão. Essas definições construídas para a região a partir dos recursos naturais, assim como os valores humanos e ideias projetadas na natureza, serão analisados no próximo capítulo com o intuito de perceber como este espaço foi narrado nos artigos do jornal pelos políticos liberais ao divulgarem seus projetos. Busca-se demonstrar que a ideia de um Cariri oásis e tantas outras expressões não são neutras, elas refletem os interesses e objetivos dos grupos que construíram tal definição, algo que permite compreender também como a natureza era entendida e conceituada por tais sujeitos.

4 UM SERTÃO VERDE: AS PERCEPÇÕES DOS LIBERAIS CRATENSES EM TORNO DA NATUREZA DO CARIRI.

Uma terna verdura, coroada aqui e ali de matas venerandas, no meio dos sertões expostos aos ardores do sol, fas do Cariri um verdadeiro oásis²⁵².

A natureza do Cariri cearense, descrita como verdejante, constituía nas matérias divulgadas no jornal *O Araripe* e também em outras narrativas produzidas sobre a região o principal aspecto que o diferenciava das localidades ao seu entorno, sendo ele definido como um oásis rodeado de terras ressequidas, formando assim uma exceção no meio dos sertões. A partir dessa percepção, foi se formulando a visão de um Cariri incomum, diferente, local de abrigo e salvação.

Tais ideias, construídas em torno dos recursos naturais e da paisagem do vale do Cariri, atribuíram diversas conotações e significados a essa região. Na maioria das vezes, estavam ligados a interesses e propósitos econômicos, sobretudo políticos, das elites locais, aspectos importantes a serem identificados e problematizados, tendo em vista que as ideias em torno da natureza não são neutras. A intenção de diferenciar o Cariri das regiões circunvizinhas, como fica perceptível na passagem destacada acima, foi em diversos momentos uma estratégia que visava a concretização de projetos políticos, como aquele que previa a autonomia dessa região.

Desse modo, demonstrarei como o Cariri foi narrado, as ideias que foram construídas sobre a natureza através dos artigos do periódico cratense *O Araripe*, assim como em outras fontes. Chamei atenção ainda para o entendimento, particularmente dos políticos liberais, em torno das potencialidades da região, pois, além de idealizarem esse espaço, muito se falou sobre os usos do mesmo por meio do trabalho agrícola e de seu papel para o crescimento econômico regional.

4.1 A IDEALIZAÇÃO DA PAISAGEM DO CARIRI CEARENSE.

Ao longo dos anos, inúmeras narrativas foram construídas em torno da região do Cariri. Viajantes, intelectuais e políticos escreveram sobre a região buscando relatar suas histórias, culturas, falar sobre a sociedade caririense e também sobre as características físicas

²⁵² Jornal *O Araripe*, n° 149, 1858, p. 2.

e naturais presentes nesse espaço. Pontuaram aspectos da paisagem, do clima, das suas fontes de água, dentre outros recursos que comumente foram apontados como peculiaridades locais, enaltecendo e também conferindo-lhe uma posição de destaque. Isso se tornou bastante evidente durante a segunda metade do século XIX, através dos editoriais publicados pelo jornal *O Araripe*, que defendia as ideologias e projetos políticos do Partido Liberal do Crato.

Na tarefa de falar sobre o Cariri, a descrição em torno dos aspectos naturais foi um elemento presente na produção de vários autores. Muitos classificaram sua paisagem de exuberante, pontuando a fertilidade e abundância que caracterizava esse espaço, denominado diversas vezes de “oásis” em meio ao sertão, “paraíso terrestre”, verdejante, um celeiro de salvação criado pela providência divina. Assim, um conjunto de expressões foi se formando e sendo utilizadas cada vez mais para descrever as potencialidades naturais do Cariri quando o intuito era diferenciá-lo do seu entorno.

As análises aqui realizadas terão como ponto de partida essas ideias construídas em torno dos recursos naturais do Cariri, permeando assim por um importante campo da História Ambiental que se dedica a refletir sobre os valores que os seres humanos atribuem à natureza. Essa área da história como um todo é bastante relevante na análise e problematização dos elementos que serão abordados, tendo em vista que pensar sobre as formas de interação entre o homem e o mundo natural ao longo do tempo, constitui um dos principais pressupostos da História Ambiental, que trata, portanto, do “papel e do lugar da natureza na vida humana”²⁵³.

Desse modo, ao se propor refletir nessa pesquisa sobre tal relação e sobre as ideias projetadas na natureza, é importante considerar que essas narrativas estão imbuídas de diversos interesses, tratam-se de valores, significados, que os sujeitos formularam em torno do meio natural. Estes, por sua vez, carregam influências da sociedade e do grupo a qual pertencem, assim como seus propósitos, tendo em vista que, conforme pontuou Donald Worster, “[...] as ideias são socialmente construídas e, portanto, refletem a organização das sociedades, os seus tecno-ambientes, e as suas hierarquias de poder”²⁵⁴.

Além disso, é necessário observar que a visão enaltecida desse espaço possui um período delimitado. Ela apareceu com maior ou menor frequência, de acordo com determinadas circunstâncias, modificando-se ao longo do tempo e servindo a diferentes propósitos. Considero que sua formulação ocorreu durante a segunda metade do século XIX, através do jornal *O Araripe*, momento em que seus produtores, políticos do partido liberal e

²⁵³ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 4, nº 8, 1991, p. 201.

²⁵⁴ Ibidem, p. 211.

elites locais, traçaram projetos para o Cariri. Ao defendê-los, disseminaram também a visão de uma região prodigiosa, com o objetivo de apresentá-la como incomum.

No entanto, é possível destacar outras narrativas produzidas nesse período e em épocas anteriores, que inclusive podem ter influenciado as produções subsequentes no Cariri, que também evidenciaram os aspectos naturais desse território em seus registros, pontuando características da paisagem e comparando-a às regiões localizadas no seu entorno. Isso é notável nos escritos do viajante George Gardner, que durante sua viagem pelo interior do país esteve na região caririense no ano de 1838 e fez diversas observações sobre a sociedade, o cotidiano, seus habitantes, costumes e, particularmente, sobre os elementos que configuravam a paisagem e os recursos naturais do Cariri.

Em seu diário de viagem, Gardner pontuou as suas impressões ao chegar no Crato, afirmando ser impossível descrever o deleite que sentiu ao adentrar nesse distrito, classificado por ele de “rico e risonho”, diferentemente dos lugares por onde ele havia andado até então, que “naquela estação era pouco melhor que um deserto”²⁵⁵. Buscando apresentar o que teria lhe causado tanto deleite, ele destacou que,

A tarde era das mais belas que me lembra ter visto, com o sol a sumir-se em grande esplendor por trás da Serra do Araripe, longa cadeia de montanhas a cerca de uma légua para o oeste da Vila; e o frescor da região parece tirar aos seus raios o ardor que pouco antes do poente é tão opressivo ao viajante das terras baixas. A beleza da noite, a doçura revigorante da atmosfera, a riqueza da paisagem, tão diferente de quando, havia pouco, houvera visto, tudo tendia a gerar uma exultação de espírito, que só experimenta o amante da natureza, e que vão eu desejava fosse duradoura, porque me sentia não só em harmonia comigo mesmo, mas em paz com tudo em torno²⁵⁶.

Com tais palavras esse viajante procurou caracterizar o que havia encontrado na região e assim expressar os sentimentos e sensações que aquele ambiente trazia ao amante da natureza. O frescor, a doçura da atmosfera e a riqueza da paisagem pareciam lhe chamar atenção, sobretudo por se tratarem de características, que segundo ele, até o presente momento não havia se deparado pelas regiões já percorridas. Chamou atenção para as fontes de água que brotavam da Chapada do Araripe, um dos melhores campos de pesquisa por ele encontrado, atribuindo a elas “a grande fertilidade dessa parte do sertão”²⁵⁷.

Sensações parecidas podem também ser notadas nos relatos que foram deixados pelo viajante Francisco Freire Alemão, um importante botânico brasileiro do século XIX que

²⁵⁵ GARDNER, Op. Cit., 1875, p. 92.

²⁵⁶ Ibidem, p. 92.

²⁵⁷ Ibidem, p. 95.

presidiu a Comissão Científica de Exploração²⁵⁸, criada pelo Governo Imperial no ano de 1856. Já na segunda metade deste século, Freire Alemão, que viajava de Fortaleza ao Crato, na sua chegada a esta região, observou que:

Quando chegamos ao alto dum morro sobranceiro à cidade, se nos ofereceu um bonito panorama, por diante fechava o quadro a serra do Araripe, que não é mais que uma vasta chapada rasa e igual, como a do Apodi, diante da qual fica a bacia do Crato, toda revestida de vigorosa vegetação e formando contraste com o aspecto do sertão. [...] Tudo isso era aprazível e agradável²⁵⁹.

Durante os três meses que estive na cidade do Crato, Freire Alemão também realizou diversas anotações sobre o que observava em torno do cotidiano na sociedade cariense. Ele relatou suas vivências e as pesquisas de campo que fazia na região, nas quais destacava os aspectos naturais deste local, tais como sua vegetação, solo e clima, que, inclusive, foi por vezes apresentado como quente, diferentemente da temperatura amena em cima da serra do Araripe, que era mais agradável²⁶⁰. Ele escreveu ainda sobre as fontes de água que dali brotavam em maior abundância para os territórios cearenses.

Apesar de tais narrativas serem registros das experiências e observações desse viajante, elas não podem ser vistas como despreziosas, do mesmo modo que não devem ser consideradas como uma descrição fiel da paisagem. As questões envolvidas até diferem das que permeiam a narrativa produzida pelas elites e políticos locais ligados ao jornal *O Araripe*, mas elas também pretendiam alcançar determinados propósitos. Diversos interesses orientavam os escritos dos membros da Comissão Científica de Exploração da qual Frei Alemão fazia parte que, por sua vez, foi criada com a finalidade de “fazer um mapeamento não só da fauna e da flora brasileiras, mas fomentar uma cultura científica nacional. O país precisava se integrar internamente para entrar na ordem do progresso das grandes

²⁵⁸ Também conhecida como Comissão das Borboletas, a Comissão Científica de Exploração, composta por naturalistas e pesquisadores brasileiros, foi criada por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1856 com o apoio do Imperador Pedro II. Os trabalhos da Comissão tiveram início no Ceará em 1859 e nesta província seus membros permaneceram por um período de dois anos e meio (SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo, 2006, p. 9-11). Os trabalhos eram presididos por Francisco Freire Alemão que também coordenava a seção de Botânica, uma das cinco seções de estudos que compunha a Comissão Científica. Conforme Paulo César dos Santos, a principal tarefa da comissão era “descortinar (descobrir/criar) a nação em seus aspectos naturais, políticos e culturais”. As análises em torno da paisagem visavam, segundo este autor, “criar uma imagem brasileira de uma natureza e costumes próprios” (SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011*).

²⁵⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato, 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 234.

²⁶⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato-Rio de Janeiro, 1859/1960 – Volume II*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007, p. 33.

civilizações”²⁶¹. Desse modo, acreditavam que a “integração da natureza brasileira se daria pela integração de suas regiões através do olhar científico nacional”²⁶².

É interessante pontuar que, conforme destacado pelo autor Paulo César dos Santos, ao analisar as tensões e experiências vivenciadas pela Comissão de 1859 no Ceará, a escolha da província cearense como ponto de partida para o desenvolvimento das pesquisas não se deu por acaso. Existia um conhecimento prévio desses territórios por intermédio da existência de escritos produzidos por naturalistas desde o século XVIII, assim como através das memórias e relatórios de governantes, que apresentavam a província cearense como rica e próspera²⁶³.

Segundo este autor, as descrições contidas nos relatos em torno das riquezas existentes na província, ao serem analisadas pelos cientistas do IHGB, principalmente aquelas produzidas por João da Silva Feijó, tiveram considerável importância para que o Ceará fosse inserido nas investigações da Comissão Científica de Exploração. Nesse período, diferentemente do discurso que passou a vigorar após o ano de 1877, que teve como protagonista os problemas causados pelas fortes estiagens, “não eram as secas que ocupavam as principais páginas de seus relatórios, mas as potencialidades naturais da província cearense”²⁶⁴. Desse modo, além de compreender que as percepções sobre a província mudaram no decorrer dos anos, é possível notar ainda que a mesma foi investigada e descrita pelo olhar minucioso de vários pesquisadores que buscaram relatar as suas potencialidades, como é visível nas narrativas construídas sobre a região sul cearense.

Refletindo acerca das descrições realizadas por esses dois viajantes, Gardner e Freire Alemão, deslumbrados com a paisagem, apontaram a existência de um contraste no que concerne aos aspectos naturais entre a região do Cariri e as demais regiões que o circundam. Suas narrativas dão a impressão de que ao adentrarem no Crato, pareciam ter diante de si outro cenário. Desse modo, a forma como relataram suas percepções acabou por apresentar a existência de dicotomias entre esses territórios, que, por conseguinte, os tornavam distintos.

Chamo atenção para esses relatos, antes de analisar os artigos do periódico *O Araripe*, pelo fato de compreender que os mesmos possuem certa influência sobre algumas narrativas produzidas acerca dessa região, inclusive, as do próprio jornal. Isso porque os registros do viajante George Gardner, por exemplo, são anteriores ao início de sua publicação. Esses relatos, assim como outras narrativas sobre a província e da região, junto de determinados

²⁶¹ SANTOS, Paulo César dos. O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2011, p. 39.

²⁶² Ibidem, p. 41.

²⁶³ Ibidem, p. 22-23.

²⁶⁴ Ibidem, p. 23.

interesses, podem ter servido de embasamento para formulação de ideias enaltecidas sobre a paisagem caririense.

É perceptível que em jornais, revistas e até mesmo na historiografia tradicional do Cariri produzida em meados do século XX, essa suposta diferenciação, que pode ser notada na descrição dos viajantes, foi amplamente difundida, demonstrando o esforço de tentarem apresentar esse espaço como superior. No periódico *O Araripe*, que circulou na região nas décadas de 1850/60, seus produtores ressaltavam a abundância dos campos e pastagens, independente de qual fosse a estação do ano. Além disso, com relação ao clima, afirmaram que “na Chapada do Araripe o sol dardeja frouxo e não comunica no solo aquele calor do equador: ali o frio é perpétuo”²⁶⁵. Essa colocação permite estabelecer uma aproximação com as ideias do viajante George Gardner, particularmente quando o mesmo se referiu aos “ardores dos raios do sol” que pareciam ser amenizados pelo frescor dessas terras.

As colocações desse viajante, inclusive de modo mais explícito, foram mencionadas em obras da historiografia tradicional. Irineu Pinheiro, por exemplo, em seu livro *O Cariri*, remete-se as palavras de Gardner e, de forma bem enfática e enaltecida, destacou que a vegetação verde e as águas perenes são elementos que diferem essa região dos sertões semiáridos. Segundo ele, esta região constituía uma “zona à parte do interior do nordeste. Por isso em geral não se julgam sertanejos os caririenses”²⁶⁶.

O termo “sertão” foi encarado apenas como algo que se refere a lugares secos, áridos, improdutivos e sem vida, características que não se aplicariam à região Sul cearense diante dos recursos naturais presentes nesse espaço. Entretanto, esse termo pode ser usado para designar também os locais mais distantes do litoral, interioranos. Independente das compreensões que existiam, como o próprio Pinheiro acrescentou, “quer queiram ou não, o Cariri é puro sertão. Apenas um tracto mais feliz de nosso hinterland”²⁶⁷. Ainda assim suas palavras continuaram a conferir um caráter particular à região, denotando que se trata de um sertão, mas um “sertão diferente”, possuidor de riquezas e abundâncias.

Nessa descrição, características e elementos concretos do lugar se entrelaçam com ideias e invenções para construir o Cariri que esses produtores tanto idealizavam. Na segunda metade do século XIX, os políticos e elites da região já utilizavam de tais estratégias ao falar sobre esse espaço e sua natureza. O jornal *O Araripe*, nesse período, foi um importante meio para que esses sujeitos construíssem suas ideias e propagassem as mesmas na sociedade.

²⁶⁵ Jornal *O Araripe*, n° 2, 1855, p. 2.

²⁶⁶ PINHEIRO, Op. Cit., 2010, p. 7.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 8.

Estando influenciados por produções anteriores e, principalmente, movidos por determinados interesses, os produtores do semanário apresentaram em suas páginas a região do Cariri cearense chamando atenção para a vastidão de suas terras.

Uma cinta de mais de 60 legoas de comprimento sobre 2 e mais de largura acompanhando as curvas, que descreve a montanha do Araripe e seguindo suas sinuosidades forma a vasta porção de terras regadias, e adaptáveis ao plantio da cana de assucar, que resiste á falta d'agoas pluviaes a mercê da humidade, que lhe communicaõ as correntes, que em multidaõ dimanaõ da montanha: este terreno e os brejos de não menor vastidaõ e similhantemente productivos reunidos aos que não são susceptíveis de irrigações mas servem como aquelles á cultura de cereais, e são o sêxtuplo delles, perfazem o complexo conhecido por Cariri do nome da tribu, que o possuio²⁶⁸.

A região constituía, segundo tal narrativa, um “complexo” de terras férteis e regadias que são aproveitadas para as mais diversas atividades. Sua variedade permitia o plantio de gêneros como a cana de açúcar, por exemplo, mas também se apresentavam, conforme a passagem acima, como propícias a outras culturas. Essa ideia de que tudo se produz no vale do Cariri foi amplamente difundida nas páginas do periódico cratense, estando ela aliada ao incentivo da produção agrícola na região para que através da mesma fosse possível obter o crescimento econômico desejado, questões que ainda serão analisadas na próxima tópico.

Foi essa ideia de fertilidade e exuberância do Cariri cearense que se tentou passar, tanto que correspondências enviadas para o jornal fizeram referência à “fama” e aos comentários que se ouvia sobre essas terras. Um assinante não identificado do periódico *O Araripe*, tendo viajado para esta província, relatou que ao chegar no Crato, havia achado este terreno fértil e prodigioso, “que parece ter sido posto pela Providencia para animo dos certões circunvizinhos”²⁶⁹.

As palavras desse correspondente demonstram a visão que os produtores do periódico buscaram propagar constantemente através de seus textos, inclusive a percepção de natureza ligada à divindade, como algo criado por Deus. Dentre as formas de perceber o meio natural, que se alteraram ao longo dos tempos, estava essa vinculação entre natureza e divindade, visão que foi muito comum na Antiguidade clássica, sendo reforçada durante o período medieval, no qual a natureza era entendida como uma totalidade fechada e estática, comandada por princípios divinos²⁷⁰.

Os textos publicados n’*O Araripe*, sejam aqueles escritos pelos editores ou os enviados pelos correspondentes, além de todos os significados atribuídos aos aspectos

²⁶⁸ Jornal O Araripe, n° 2, 1855, p. 2

²⁶⁹ Jornal O Araripe, n° 11, 1855, p.2.

²⁷⁰ ALBUQUERQUE JUNIOR, Op. Cit., 2008, p. 35.

naturais do Cariri, deram-lhe ainda essa singularidade. Ele foi definido como um espaço criado pela providência e por isso possuía muitas riquezas, cuja missão era fornecer os subsídios necessários àqueles que pertenciam a regiões que não eram “dotadas” da mesma “natureza prodigiosa”.

Desse modo, tal definição não pode ser considerada como neutra, ela tinha uma determinada finalidade. Primeiramente é necessário compreender que as ideias em torno da natureza não estão isentas de pretensões. Apesar de existir um pensamento que coloca homem e natureza em polos separados, a relação entre ambos é constante, além de existir “uma quantidade extraordinária de história humana” na natureza²⁷¹, conforme apontou Raymond Williams. As discussões desse estudioso contribuem principalmente para uma reflexão em torno das ideias projetadas no meio natural, pois, de acordo com suas análises, “projetamos, em uma natureza verde e calma, muitos de nossos sentimentos mais profundos, nosso sentimento de crescimento, de perspectiva e de beleza”²⁷².

As narrativas acerca da natureza carregam elementos que estão ligados às experiências do sujeito que as produziu. As ideias projetadas estão, por sua vez, repletas de sentimentos, perspectivas, de interesses que, inclusive, se modificam com o passar dos tempos e trazem mudanças também com relação ao modo de perceber e conceituar a mundo natural. Diante dessas transformações, torna-se importante compreender “a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo”²⁷³.

Em segundo lugar, torna-se fundamental atentar para o fato de que as ideias aqui analisadas estão vinculadas a um jornal de cunho político que, embora se colocasse como defensor dos “interesses locais e da causa justa”, estava acima de tudo ligado aos interesses dos membros do Partido Liberal e elites da região. *O Araripe* não era um simples veículo de informações, de modo que os textos que ganhavam publicidade no jornal, ou seja, os artigos da redação, as correspondências, transcrições, tinham uma finalidade. Suas matérias destinavam-se a divulgar seus projetos e convencer os leitores sobre a importância dos mesmos, assim como incutir a ideia de uma região privilegiada, detentora de clima aprazível e solos férteis. Para atender tal finalidade, as publicações deveriam estar de acordo com as ideologias, estratégias do grupo e assim contribuir para construir a visão que pretendiam.

Além dos pontos já destacados, menciono ainda a importância de compreender o contexto de produção dessas narrativas que visavam apresentar e descrever a região, pois esse

²⁷¹ WILLIAMS, Op. Cit., 2011, p. 89.

²⁷² Ibidem, p. 109.

²⁷³ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), 2010, p. 83.

estilo de escrita, na qual as potencialidades naturais eram destacadas, não se restringia apenas ao Cariri, mas, ao contrário, era algo comum à toda província cearense, pelo menos até o ano de 1877, tendo em vista que os estudiosos que se dedicaram a falar sobre a mesma, conforme afirmou Paulo César Santos, “buscavam uma narrativa onde a província ocupasse um lugar singular entre suas irmãs. Desejava-se demarcar suas particularidades através de sua natureza e riquezas”²⁷⁴. Considerar esses elementos, tanto aqueles que caracterizam o veículo de comunicação responsável pela difusão dessas ideias analisadas, assim como o seu contexto de produção, é um exercício importante para se pensar quais motivos levaram a sua formulação.

Nessa perspectiva, a idealização da natureza através das narrativas dos políticos liberais, responsável pelo periódico cratense, estava relacionada a seus interesses políticos, ou seja, à concretização dos projetos que desejavam conquistar para a região, como a autotomia política. Parecia-lhes necessário demonstrar que, apesar dos problemas existentes, o Cariri cearense era uma região de riquezas, de prosperidade e que detinha potencial para crescer e se desenvolver, ideia muito utilizada quando defendiam a criação da Província do Cariri, o principal projeto dos membros do partido liberal e elites locais.

Conforme destaquei no capítulo anterior, os recursos naturais desse espaço, aliados a outros elementos, figuraram como poderosas argumentações na defesa da criação de uma nova província no Sul do Ceará que englobaria também territórios das províncias vizinhas. Chamo atenção agora para a forma como a natureza foi narrada, tendo em vista que ao empregarem-na em suas justificativas, inúmeras ideias foram atribuídas à paisagem da região, dando-lhe outros contornos e proporções uma vez que os políticos liberais atuantes no semanário *O Araripe* não pouparam as palavras quando o assunto era descrever o Cariri e a cidade do Crato, apontada como a principal localidade na época.

Nas primeiras edições do jornal, o projeto dos membros do partido e elites locais já foi o principal assunto abordado dentre as publicações. Nelas foram registradas algumas características da região, priorizando, sobretudo, a importância desse espaço para os sertões circundantes, uma visão que eles faziam questão de ressaltar ao pontuarem que

No meio das maiores calamidades dos climatéricos anos de 25 e 45 o Cariri formava excepção; tudo estava abrasado, a fome desolava as comarcas visinhas, e elle resistindo aos influxos de um sol abrasador, ministrava ao certo seos fructos, seus cereais, e alimentava massas enormes da população. O Cariri foi sempre o celleiro de seos visinhos; a única salvação dos certões,

²⁷⁴ SANTOS, Op. Cit., 2011, p. 83.

cuja numerosa população conta com suas substancias alimentícias nas ocasiões mais desesperadas²⁷⁵.

Segundo essa matéria, o Cariri possuía uma condição peculiar, procurando incutir a ideia de que em determinadas situações, como o período marcado pelas secas, ele formava a exceção, ou seja, diferentemente dos sertões vizinhos, não teria sentido de forma tão intensa os efeitos provocados pelas fortes estiagens. Entretanto, é importante pontuar que diferentemente do que tenta propagar essa narrativa, produzida pelas elites, a população cariense também sofreu com o fenômeno das secas. A presença de água nos locais mais próximo à Chapada do Araripe pode ter contribuído para amenizar alguns problemas. Ainda assim, apenas para determinadas camadas da sociedade.

Como pontuou Ana Sara Cortez, os efeitos da grande seca de 1877 foram sentidos drasticamente no Cariri. Entretanto quem mais sentiu a realidade desse período foi a população pobre. Analisando os escritos do viajante George Gardner, que descreveu algumas situações ocorridas na seca em 1825, esta autora chamou atenção para o fato de que enquanto na fazenda do Padre Marcos de Araújo Costa havia abundância de água e víveres, uma realidade contrária era vivenciada pelas populações despossuídas²⁷⁶.

Esse outro lado dos acontecimentos, claramente foi omitido dos artigos que idealizavam o Cariri e descreviam a região como privilegiada, visto que tal estratégia fazia parte do projeto daqueles ligados ao jornal *O Araripe*. Apresentar determinados problemas, as desigualdades existentes, a não ser quando havia a possibilidade de serem beneficiados, não fazia parte dos seus objetivos, pois o que desejavam mesmo era construir a visão de um espaço com riquezas naturais que o tornava, principalmente a cidade do Crato, uma capital natural da região. O Cariri cearense foi classificado como um centro regional proeminente, dando-lhe uma considerável importância e posição de destaque dentre as demais regiões, inclusive de outras províncias, que formavam esse interior.

Essa região era ainda aquela que possuía “a mais vasta e não interrompida campina desta parte do império”²⁷⁷, que servia de abrigo não só para as pessoas que recorriam a esse espaço. Ela constituía também um local de refrigério para o gado dos sertões, que devido aos flagelos da seca eram conduzidos para estas terras. Nessas circunstâncias, os produtores do jornal justificavam que,

Estas e outras vantagens da comarca do Crato, põem em completa dependência suas visinhas: dahi essas estreitas relações e essa intimidade,

²⁷⁵ Jornal O Araripe, n° 2, 1855, p. 2.

²⁷⁶ IRFI, Op. Cit, 2015, p. 129.

²⁷⁷ Jornal O Araripe, n° 2, 1855, p. 2.

com que se fraternisaõ; dahi a constante emigração, que fez crescer sua população, e lhe tras annualmente milhares de novos habitantes. O Crato pois é o imporio dos países adjacentes, sua sede natural²⁷⁸.

A concepção de dependência atribuída à relação existente entre as regiões é algo que chama bastante atenção nesse trecho. Buscava-se inculcar a ideia de que o Cariri cearense, particularmente a cidade do Crato, que apareceu no trecho como “acolhedora”, “fraterna”, pelo fato de estar localizada no centro dos sertões e, sobretudo, por desfrutar de uma natureza abundante, constituía um espaço de destaque. E, estando nessa condição, apresentava-se como um local propício para instalação da sede do governo, quando ocorresse a criação da província do Cariri. É interessante perceber como essa região apareceu nos debates do periódico e a evidência que se procurou dar ao Crato, na medida em que tentaram demonstrar a viabilidade desse projeto com o objetivo de vê-lo concretizado.

Essas percepções sobre a natureza não apareciam somente nas matérias que tinham como foco tratar sobre a criação da província. Entretanto, considero que todas as publicações que faziam referência aos aspectos naturais do Cariri, idealizando seus recursos, tinham por finalidade atender demandas que se ligavam a tal projeto. Um exemplo disso são os textos em que registraram o número de fontes de água existentes nas localidades de Crato, Barbalha e Jardim²⁷⁹. De acordo com os produtores do jornal, o Cariri “tem todavia sido pouco conhecido quanto a suas riquezas naturaes, posição, configuração e recursos agrícolas, e nada estudado na influência que deve gosar no nosso futuro industrial”²⁸⁰.

Desejando apresentar a “uberidade” do solo, os arroios de águas perenes, como denominado na matéria, foram catalogados, registrando os locais em que se encontravam os mesmos e classificando-os em grandes correntes, correntes menores e pequenas vertentes de acordo com a proporção que cada um apresentava. Tal registro pode ser entendido como uma forma pela qual os responsáveis pelo periódico tentaram reforçar a ideia de que a região tem condições de crescer e prosperar. Além disso, é como se eles acreditassem que, ao apresentarem essas informações, estariam comprovando muitas das afirmativas que faziam com relação a fertilidade das terras e a abundância em água, com o interesse de demonstrar que o Cariri cearense poderia ser de fato denominado de oásis. Mas é importante lembrar que “há sempre algo de fabuloso em um fato [...]”²⁸¹.

²⁷⁸ Jornal O Araripe, n° 2, 1855, p. 2.

²⁷⁹ Jornal O Araripe, n° 48 e 53, 1856.

²⁸⁰ Jornal O Araripe, n° 48, 1856, p.1.

²⁸¹ RAMOS, Francisco Régis Lopes. O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p. 117.

Considerando as dimensões dessas ideias propagadas no jornal, os sujeitos envolvidos na sua produção e, principalmente, os interesses que carregavam os mesmos, torna-se importante pensar sobre que oásis é esse, que tantas vezes foi mencionado pelos produtores do jornal, constituindo o foco de muitos dos seus escritos. Assim como é importante também refletir sobre quais sujeitos realmente tinham acesso a esse oásis e em quais condições desfrutavam do mesmo, cuja fama, conforme relataram no periódico e em outras produções na região, teria sido responsável por atrair diversas pessoas para essas terras que migravam em busca de encontrar melhores condições de vida.

Um aspecto importante a se destacar é a presença da Chapada do Araripe na região, isso porque suas características geográficas exercem grande influência sobre os aspectos físicos e naturais que predominam em parte do território do Cariri, como solos férteis, regadios e clima mais aprazível. Esta região, conforme Edith Oliveira, “se inicia a partir da Chapada do Araripe. É um verde vale, área de exceção no interior semi-árido do Nordeste, resultante da formação edáfica, do relevo e das fontes que jorram das cabeceiras de drenagem da Chapada do Araripe”²⁸². Essas fontes, que jorram na região do Cariri cearense, resultam da água que se infiltra na Chapada durante os períodos de chuva.

A definição de “oásis” que foi construída para o Cariri cearense, embora mantenha uma íntima ligação com disputas políticas e sociais, envolve também essa peculiaridade da Chapada do Araripe que, na concepção das narrativas produzidas, fazia desta região um território prodigioso. Partindo dessa visão, muitos autores enaltecem e idealizam a Chapada em suas produções. Joaquim Alves, por exemplo, destacou que as características distintas que possuía o Cariri se davam “pela abundância da água que se apresenta na superfície e que desponta em fontes perenes, vindas dos lençóis superficiais e profundos, formados pelas águas de infiltração da Serra do Araripe”²⁸³. Segundo ele, é possível sentir uma mudança na paisagem geográfica ao visitar a porção cearense da Chapada, de modo que “a vista do viajante descansa, em contemplando a natureza virente de todo o vale do Cariri”²⁸⁴. Na visão idealizadora apresentada por Irineu Pinheiro, “o Cariri é um presente da Chapada do Araripe”, atribuindo a mesma o papel de geradora da região, colocando-a como responsável pela sua existência, assim como pelo seu desenvolvimento e prosperidade²⁸⁵.

²⁸² MENEZES, Edith Oliveira de. O Cariri cearense. In.: SILVA, José Borzacchiello; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia [et al]. Ceará: um novo olhar geográfico. – 2. Ed. Atual – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 341.

²⁸³ ALVES, Joaquim. O Vale do Cariri. Revista do Instituto do Ceará. 1945, TOMO LIX, p. 95.

²⁸⁴ Ibidem, p. 98.

²⁸⁵ PINHEIRO, Op. Cit., 2010, p. 21.

Desse modo, a ideia de “oásis no sertão” atribuída ao Cariri no século XIX, foi aperfeiçoada ao longo dos tempos e tinha certa ligação com as características naturais presentes na região, particularmente as fontes de água que brotavam neste território. Entretanto, não se pode esquecer que, acima de tudo, tal expressão, utilizada para se remeter à região como um lugar peculiar, de muitas riquezas, carrega em si diversos interesses, sendo ela utilizada em várias ocasiões para atender inúmeras demandas.

É necessário ressaltar ainda que, ao contrário do que sugerem essas narrativas e do que se pode imaginar sobre a região, a partir dos elementos que ela destaca, a presença de água em abundância, solos regadios e clima ameno não caracterizam este território por completo. Tais peculiaridades se concentram no sopé da Chapada do Araripe, nos terrenos mais próximos, de modo que são as localidades situadas no seu entorno aquelas que se beneficiam desses recursos naturais. Nessas circunstâncias, existia também no Cariri cearense aquelas áreas mais secas, de menor produtividade agrícola e que geralmente eram destinadas para prática de atividades como a pecuária.

Nem todo o Cariri era fértil e abundante, do mesmo modo que nem todos os habitantes da região desfrutavam desse oásis, pois o acesso às melhores terras, situadas nas proximidades da Chapada do Araripe ou até mesmo dos rios, estavam sob a posse da classe senhorial. Eram eles que detinham os terrenos mais férteis e que também controlavam o acesso aos mesmos, como demonstram as colocações feitas por Darlan Reis Junior ao analisar as formas de apropriação dos recursos naturais no Cariri. Ele explicou que,

O controle sobre as fontes, olhos d'água e miradouros também foi uma das formas de expressões do domínio econômico e social no Cariri, não só pelo fato desses recursos geralmente estarem dentro das propriedades dos senhores, o que lhes permitia a decisão de quem poderia ter acesso à água e quando poderia, mas também, através da legislação que de certo modo lhes favorecia. Mesmo com a existência do costume de se permitir o acesso à água para moradores e vizinhos, a questão é que um senhor poderia decidir negar este acesso, por alguma contrariedade ou disputa. Aos homens com menos recursos, geralmente restavam as terras de menor valor, descritas geralmente como “terras secas”. Já as terras regadias, com a possibilidade de uso das águas correntes, estavam concentradas nas mãos dos homens mais ricos e poderosos²⁸⁶.

Conforme pontuado por este autor, mesmo entre a classe senhorial existiam disputas com relação ao uso das águas, de modo que na tentativa de amenizar esses problemas algumas regras foram estabelecidas com relação ao uso desses recursos. No entanto, elas geralmente eram descumpridas. O rio Batateiras, por exemplo, estava no domínio de poucas famílias.

²⁸⁶ REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p. 105.

Assim, “aqueles que estavam estabelecidos mais próximos à fonte, utilizavam os recursos hídricos, enquanto os que estavam à jusante, tinham que esperar as sobras de águas”²⁸⁷.

Essas colocações permitem pensar como essa ideia de oásis reflete a visão de mundo dos políticos e de uma elite regional que construíram determinadas características pautando-se apenas nas suas experiências. Desenharam assim um Cariri incomum, um paraíso natural e acolhedor, mas que na prática estava marcado por desigualdades. Além disso, o acesso ou não a esse oásis é possível de ser visualizado também durante os períodos de seca, tendo em vista que, conforme já ressaltado, as populações mais pobres foram afetadas com maior intensidade.

Portanto, a percepção dos liberais cratenses divulgada no periódico *O Araripe* carrega certas contradições, mas também é permeado por elementos que ali se fazem presentes e que caracterizam a região, ou seja, as contradições residem no fato de que nem todo o Cariri é oásis, assim como não são todos os habitantes que desfrutam do mesmo. Mas, por outro lado, algumas partes desse território dispõem de peculiaridades físicas e naturais diferentes das que são encontrados nas circunvizinhanças.

O interesse aqui não é questionar as potencialidades da região, pois o Cariri cearense tem suas riquezas. No entanto, a necessidade de se refletir sobre tal definição, que é enaltecida, que idealizava este espaço, relaciona-se com o fato de que tais riquezas assumem proporções bem maiores. Quando a paisagem foi transformada em narrativa ela adquiriu outras conotações, isso porque, como bem pontuou Simon Schama,

paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha [...]. No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinada ideia de paisagem, um mito, uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário²⁸⁸.

A ideia de “Cariri oásis”, abundante, prodigioso, construiu uma visão idílica para esta região que abarca elementos característicos desse espaço com uma dose de imaginação. Esta, por conseguinte, encontra-se amplamente relacionada aos projetos políticos das elites locais, como a busca por autonomia, que tanto defendiam os liberais cratenses, responsáveis pelas publicações no semanário *O Araripe*. Mas não foi apenas esse grupo que utilizou dessa ideia de natureza. Como mencionado, ao defenderem a criação da nova província, os produtores do jornal embora formulassem suas justificativas baseando-se no contexto vivido durante a segunda metade do século XIX, também utilizaram de argumentos construídos nas décadas

²⁸⁷ REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p. 107.

²⁸⁸ SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Companhia das Letras: São Paulo, 1996, p. 70.

anteriores pelos políticos que já haviam levantado essa bandeira. Desse modo, as narrativas sobre as potencialidades do Cariri, devido aos seus recursos naturais, marcaram também outros debates produzidos com essa finalidade, ou seja, defender a criação de uma nova província.

Em sua fala no Senado no ano de 1839, José Martiniano de Alencar, líder do Partido Liberal no Ceará, ao apresentar a proposta de criação da Província do Cariri Novo evidenciou os recursos naturais existentes na região pontuando que,

O Cariri, esse paiz ameno e bello, que, collocado no centro dos sertões seccos das Províncias do Norte, podia-se muito bem chamar um paraíso terreal, pela fertilidade de seu solo, pela immensidade de regatos perenes de que é banhado [...]. É ali que todos esses sertões, que ficam formando a nova província, vão buscar os gêneros de primeira necessidade de que muito abunda, ao mesmo tempo que os sertões circumvizinhos só são proprios para a criação dos gados²⁸⁹.

De acordo com Alencar, os povos das localidades que iriam compor a província mantinham relações “naturais” com o Cariri, “onde vão buscar os gêneros de primeira necessidade”²⁹⁰, fator que, segundo tal percepção, tornava essa região um paraíso, que havia sido colocado no centro dos sertões pela providência. Tais ideias, apareceram também dentre os argumentos dos representantes da Assembleia Provincial do Ceará. Eles afirmam ser o Cariri cearense um fornecedor de víveres e cereais para os habitantes dos territórios vizinhos “que apenas se presta á criação dos gados e ás escassas plantações de legumes, que nascem, crescem e frutificam no curto período de estações chuvosas”²⁹¹.

Construía-se assim uma narrativa que conferia um caráter peculiar a essa região localizada no Sul da província cearense por meio de uma comparação entre os seus aspectos naturais e as características dos lugares situados nas suas proximidades. No que concerne a essas peculiaridades, é possível notar elementos que se assemelham nas duas descrições. Dentre eles, a ideia de que o Cariri é um grande produtor de alimentos, necessários para a subsistência dos povos, enquanto as demais regiões limitam-se à criação do gado por não disporem de terras propícia para o plantio. Além disso, foi evidenciado que enquanto a atividade agrícola era viável nas circunvizinhanças apenas durante o período chuvoso, no “ameno Cariri” ela acontecia por todo o ano devido a existência de solos regadios pelas águas que brotam da Chapada.

²⁸⁹ Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de agosto de 1839, tomo terceiro, p. 206.

²⁹⁰ Annaes do Senado do Império do Brazil. 109ª sessão em 07 de outubro de 1839, tomo quarto, p. 308.

²⁹¹ Revista do Instituto do Ceará. Província dos Cariris Novos. Representação da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e a Câmara dos Deputados, 1892. Tomo VI, p. 223.

Um lugar excepcional, um paraíso, um espaço diferente e privilegiado por possuir muitas riquezas naturais. Era essa a visão que durante o período de circulação do jornal no século XIX todos os apoiadores do projeto de criação da província desejavam transmitir dessas terras. Um reflexo do interesse dos mesmos em demonstrar a viabilidade de seus projetos políticos e assim conseguirem concretizá-los, uma estratégia que foi utilizada visando atender a diferentes propósitos.

A ideia de um Cariri abundante, de natureza pródiga não foi utilizada apenas no intuito de demonstrar a viabilidade de instituição da nova província. Conforme as análises realizadas por Ana Isabel Cortez e Ana Sara Cortez, é possível notar que tal ideia, também atribuída ao Ceará, esteve presente nos discursos em torno da construção da estrada de ferro de Baturité. As autoras pontuaram que esse discurso perpassava por aspectos sociais, “como as disputas entre os senhores da região” e que o Cariri foi sendo narrado cada vez mais como verde a partir das necessidades de cada período²⁹².

Muitos senhores e políticos cearenses, ao defenderem o prolongamento da estrada de ferro até a cidade do Crato, apresentaram a região como um espaço ubérrimo, de fertilidade e, por conseguinte, bastante produtivo. Eles buscavam, “exaltar/inventar a grande produção agrícola na região do Cariri. Mas como de costume, apontando a ausência de estradas como o maior obstáculo para o desenvolvimento econômico do Ceará através de sua produção de maioria agrícola”²⁹³. É interessante perceber o quanto a ideia de uma natureza prodigiosa foi utilizada por esses sujeitos no intuito de conseguirem recursos para esta região e outras realizações, como é o caso da estrada de ferro. Os recursos naturais constituíam para eles um poderoso argumento, sendo diversas vezes empregado e de forma enfática, para convencer sobre a necessidade daquilo que solicitavam, chamando atenção para as potencialidades da região no sentido de demonstrar que o seu progresso estava dependendo apenas dos investimentos governamentais.

No entanto, como apresentado pelas autoras, esse discurso que apresentava a região como prodigiosa, destacando as suas riquezas, foi modificado a partir da seca de 1877. Nesse momento, a seca passou a ser a justificativa para a construção da ferrovia, tendo em vista que a mesma funcionaria como um auxílio à população que sentia os efeitos da estiagem. Desse modo, a ideia de terras ricas, abundantes, vai ceder espaço para uma narrativa que pontuava

²⁹² REIS, Ana Isabel Parente Cortez; IRFFI, Ana Sara Cortez. A Ferrovia e o Vale do Cariri: usos e discursos sobre a construção da estrada de ferro no Sul do Ceará. *Tempos Históricos*, volume 20, 2º semestre de 2016, p. 177.

²⁹³ *Ibidem*, p. 184.

sobre os problemas e misérias ocasionados pela seca. Assim, é importante perceber, conforme Ana Isabel Cortez e Ana Sara Cortez destacaram em suas análises, que

Os discursos sobre a região foram historicamente construídos, forjados a partir de interesses diversos e não se tratavam de uma simples descrição do ambiente. Nesses discursos, o Cariri, e todo o Ceará, era entendido conforme a conveniência exigia, ou como o discurso foi flexibilizado, utilizado como um recurso a ser moldado pelos interesses do momento²⁹⁴.

Essas colocações demonstram que “a natureza foi apropriada de diferentes maneiras” e que essa narrativa enaltecida possui uma “historicidade delimitada”²⁹⁵. Elas ajudam na compreensão de que as ideias em torno na natureza estavam imbuídas de propósitos diversos. Eram esses propósitos que influenciavam na descrição realizada sobre a paisagem, que aliás variavam em cada período. Pois, como é possível notar, assim como a ideia de um Cariri oásis, agrícola, figurou nos textos do jornal *O Araripe* e dos demais apoiadores da criação da Província do Cariri, tal ideia também foi recorrente, até o ano 1877, entre os políticos que defendiam o prolongamento da estrada de ferro de Baturité. Nessa perspectiva, a idealização desse espaço ocorreu para atender diversas demandas que se ligavam à interesses políticos e também econômicos, nos quais a região estava envolvida através de suas lideranças políticas e elites locais.

Nesses termos, considerando as análises realizadas e as narrativas apresentadas, ficou perceptível que a “beleza e exuberância” da paisagem do vale do Cariri, assim como as suas potencialidades, foram bastante apresentadas nas páginas do jornal cratense *O Araripe*. Além de aparecerem em outras produções, que de forma recorrente idealizaram esse espaço seguindo uma perspectiva na qual seus recursos naturais adquiriam outras proporções. No entanto, além de enfatizar características ligadas à estética, que, segundo afirmavam, impressionava aqueles que chegavam na região, os produtores do periódico deram prioridade também ao destaque em torno do valor econômico que esse meio natural possuía.

Na medida em que a natureza foi descrita como edênica, como uma criação divina, ela também era percebida como aquela que conduziria a região para o tão desejado progresso. Isso porque oferecia as condições necessárias para o desenvolvimento e crescimento da economia regional, por intermédio, sobretudo, do uso das terras através do trabalho agrícola. Nas matérias analisados, os liberais cratenses defendiam que este espaço era dotado de peculiaridades que favoreciam tal atividade e, por conseguinte, era necessário aproveitá-las, utilizando-se de todo o potencial que ele dispunha.

²⁹⁴ REIS; IRFFI, Op. Cit., 2016, p. 192.

²⁹⁵ Ibidem, p. 196.

Desse modo, analisarei as narrativas em torno da produção agrícola na região, pontuando a percepção dos produtores do jornal sobre essa atividade e destacando o quanto o cultivo dos terrenos do vale foi incentivado no periódico. Seus produtores chegaram a definir a agricultura como o principal ramo da indústria do Cariri, requerendo assim total atenção e exclusividade para a mesma, algo que gerou diversas disputas na região. Partindo dessa ideia, foi que o uso dos recursos naturais através do trabalho agrícola esteve entre os principais assuntos debatidos pelos liberais cratenses. Esse foi o caminho pelo qual eles continuaram a falar sobre a uberdade da região e a mostrar o seu potencial para o crescimento, elementos importantes na busca pela concretização de seus projetos.

4.2 O CARIRI “AGRÍCOLA”.

Nas páginas do semanário *O Araripe*, a natureza da região do Cariri cearense recebeu bastante destaque, tendo em vista que enaltecer esse espaço fazia parte das estratégias utilizadas pelos liberais cratenses e elites locais na defesa de seus projetos políticos, sendo o projeto de criação da Província do Cariri o mais importante deles. A ideia de uma natureza diferenciada, que distinguiu essa região da paisagem monótona presente nas localidades ao seu entorno, foi sendo construída nos textos desse grupo. Assim como a ideia de abundância e potencialidade, buscando frisar as possibilidades de crescimento que o Cariri possuía por conta dos aspectos naturais existentes nesse território.

A natureza e todos os recursos que ela oferecia, foi algo bastante discutido nas publicações do periódico. Isso porque seus produtores enxergavam esse meio natural como o caminho para tornar o Cariri, particularmente a cidade do Crato, um lugar próspero, de riquezas e, por conseguinte, desenvolvido economicamente, inserindo-se assim no ideal de progresso e civilização que tantas vezes defenderam. Além de toda idealização, os recursos naturais foram enxergados também sob uma perspectiva econômica, na qual o seu valor foi ressaltado e percebido como importante para a geração de rendas, algo que beneficiaria essas elites nas atividades em que estavam envolvidos e nos seus projetos políticos.

Partindo dessa concepção, em que os recursos naturais são percebidos como uma fonte de riqueza, foi que os liberais cratenses falaram constantemente ao longo dos anos em que o jornal *O Araripe* esteve em circulação sobre o trabalho agrícola no Cariri. A agricultura foi um dos assuntos a que eles dedicaram bastante atenção nas publicações do periódico, colocando-se como incentivadores de tal atividade e, sobretudo, como defensores da mesma.

Isso se deu pelo fato de julgarem que existiam diversos problemas afetando o desenvolvimento agrícola na comarca do Crato e conseqüentemente, impedindo o aumento da produção e das rendas.

O eixo argumentativo dos artigos publicados pelo periódico, abrangendo os textos dos redatores e também dos correspondentes, leitores e adeptos do partido, era o de que as condições naturais que possuía o Cariri demonstravam a sua “vocaçãõ” para o trabalho agrícola. Desse modo, a potencialidade de seus terrenos deveria ser aproveitada por intermédio dessa atividade que garantiria um futuro promissor a essa região. Dessa argumentação, desdobram-se uma série de questões que permearam os textos do jornal *O Araripe* e que serão aqui analisados. Dentre elas, o incentivo à produção de algodão no Cariri, a defesa intransigente da agricultura, que gerou conflitos com os pecuaristas na região, as técnicas utilizadas para o cultivo da terra e também a mão de obra, diversas vezes definida como “ociosa e vadia”. Tais elementos estiveram presentes nos textos que tinham como objetivo falar sobre a importância dessa atividade na região, assim como sobre os problemas que atingiam a mesma.

No primeiro ano de circulação do jornal *O Araripe* já é possível detectar a ênfase dada à agricultura e tudo que se esperava obter com o cultivo dos terrenos do vale do Cariri, definidos como abundante, fértil, onde se poderia produzir os mais diferentes gêneros. Este fator, no entendimento dos responsáveis pelo semanário, era o motivo pelo qual consideravam que a atividade agrícola merecia maior proteção e exclusividade, definindo que,

A agricultura srs.; he, como esta câmara não pode ignorar, o ramo de indústria exclusivo deste Municipio, e por certo aquelle que merece mais proteção pela grande utilidade que presta não sò aos habitantes, como assim aos dos Municipios limítrophes, e dos que lhe ficaõ mais distantes. A fertilidade; e liberdade de seos terrenos daõ lugar a que seos habitantes entreguem-se exclusivamente a agricultura, e só por esta rasaõ, e pela grande vantagem, que se acaba de assignalar, este ramo de indústria está no caso de merecer a preferencia no emprego dos de mais adequados para sua prosperidade, e progresso²⁹⁶.

Conforme pontuou o Padre Joaquim Ferreira Lima Verde, autor desse texto enviado à Câmara Municipal do Crato, o cultivo da terra através da agricultura era algo de grande utilidade para aqueles que viviam na região e no seu entorno. Nas suas palavras, assim como em outros escritos publicados no jornal, é possível identificar a visão de que o Cariri, denominado de oásis no sertão, possuidor de terras férteis, regadias e clima ameno era,

²⁹⁶ Jornal *O Araripe*, nº 12, 1855, p. 1.

concomitantemente, um espaço agrícola. Dessa maneira, deveria ser dada preferência a tal atividade, definida como o ramo da indústria no município.

O pedido de maior atenção e exclusividade para a agricultura buscava externar o papel que a mesma possuía, fazendo também uma crítica à criação de gado que havia no Cariri, sendo classificada no artigo como uma indústria inferior e de menor utilidade. Embora definissem essa atividade de tal forma, é necessário salientar, antes de dar continuidade à análise dessas percepções, que a pecuária teve grande importância no Ceará desde o processo de ocupação do território. Por volta do século XVIII, a importância econômica da criação já pode ser observada. Nesse período, com as charqueadas, se deu a exportação da carne seca salgada e também a utilização do couro, que movimentaram o comércio cearense, além de ter possibilitado a constituição de núcleos urbanos e do mercado interno²⁹⁷.

Já na segunda metade do século XIX, período analisado nessa pesquisa, o papel da pecuária ainda se encontrava muito presente. Os relatórios de presidente da província do Ceará apontaram a criação de gado como a principal fonte de riqueza desse território. Trata-se então de uma atividade que teve considerável peso na economia cearense, cuja existência se deu em várias partes da província. No cariri, mesmo sendo uma região de vales, descrita como favorável à agricultura, existiam senhores que se dedicavam à criação.

Mas grande apoio foi dado ao cultivo das terras em detrimento da pecuária, algo que resultou em alguns conflitos, tendo em vista que as medidas propostas em defesa da agricultura, como o afastamento dos gados da comarca do Crato, interferiam na atividade daqueles que eram envolvidos com a criação. Tais elementos não refletem apenas demandas locais, tendo em vista que a ênfase em torno das atividades agrícolas está relacionada a uma associação muito comum durante o século XIX entre agricultura e progresso.

Conforme Ana Isabel Cortez e Ana Sara Cortez, essa associação “era influenciada pelo alinhamento do país aos ritmos do progresso europeu ocidental”²⁹⁸. No final do século, a produção destinada à exportação era principalmente agrícola, estando em evidência o cultivo do café, dentre outros produtos. Nas províncias do Norte, por exemplo, como o Ceará, desenvolveu-se a produção do algodão. Nesse período, ainda de acordo com as autoras, ofícios com manuais sobre agricultura e outros materiais relacionados foram enviados às províncias brasileiras²⁹⁹.

²⁹⁷ GIRÃO, Valdelice Carneiro. As Charqueadas. In.: SOUZA, Simone de (org.). História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 76.

²⁹⁸ REIS; IRFFI, Op. Cit., 2016, p. 179.

²⁹⁹ Ibidem, p. 179-180.

Na concepção de Paulo César dos Santos, o Brasil vivenciou, na segunda metade do século XIX, algumas transformações socioeconômicas. Dentre elas, este autor destacou “a questão do uso da terra para aumentar a agricultura, onde se fazia necessário produzir mais (para o mercado) e para tal se fazia também necessário mão-de-obra”. Nessa perspectiva, conservar as matas e torná-las uteis significava “estar em consonância com o progresso e as normas capitalistas que se impunham”³⁰⁰.

A produção agrícola constituía uma atividade importante em todo o país de modo que, nos mais diferentes pontos do território, as atenções voltavam-se para ela. É possível notar que constantemente a agricultura foi apontada como aquela capaz de desenvolver algumas regiões, percepção essa que permeou os discursos de autoridades na Amazônia. De acordo com o autor Francivaldo Alves Nunes, “no Pará tornou-se recorrente nos relatórios e pronunciamentos dos Presidentes de Província a exaltação da agricultura como capaz de promover ‘a prosperidade e a grandeza futura da província’”³⁰¹. Ideia muito semelhante à que se encontra nas páginas do semanário cratense.

Desse modo, as matérias do jornal *O Araripe*, mais uma vez demonstram estar ligadas ao contexto da época em que foram produzidas. Os liberais cratenses frisaram diversas vezes o quanto a agricultura poderia contribuir com o desenvolvimento da região caririense, desejando também fazerem parte desse progresso buscado em todo o país. Sobretudo, porque inserir o Cariri nesse ideal apresentava-se como a possibilidade de dar indícios da sua condição de tornar-se província. Vale lembrar que muito se apostava na região, por considerarem que as rendas geradas com o trabalho agrícola seriam suficientes para manter uma nova província e fazê-la prosperar. Assim, por meio dos editoriais, desejavam mostrar que tais sujeitos, políticos liberais e membros da elite, estavam em sintonia com os projetos da nação e incentivavam seu desenvolvimento por intermédio de ações empreendidas na região.

No entanto, de acordo com os produtores do periódico, alguns problemas interferiam de forma negativa para o avanço da agricultura nos terrenos férteis próximos à Chapada do Araripe. Através das pesquisas realizadas nos artigos que abordavam tais questões, foi possível mapear que o gado, as “técnicas rudimentares” e a “falta de braços” constituíam, na percepção dos liberais, os três empecilhos para que fosse possível exercer com êxito esse ramo da indústria no Cariri.

³⁰⁰ SANTOS, Op. Cit., 2011, p. 59.

³⁰¹ NUNES, Francivaldo Alves. Modernidade, Agricultura e Migração nordestina: contribuições ao estudo da colonização da Amazônia (1877-1888). Saeculum – Revista de História [17]; João Pessoa, jul/dez. 2007, p. 116.

A prática agrícola nessa região dividia espaço com a pecuária, mas tais atividades não conviviam sem a existência de conflitos, causados na maioria das vezes pela invasão dos gados na lavoura. No jornal *O Araripe*, denunciava-se a imprudência de alguns criadores que deixavam seus animais soltos, vagando pelas plantações e destruindo-as. Diante dessas condições, os liberais cratenses falaram sobre a necessidade de encontrar medidas que impedissem tais invasões, sugerindo que os gados fossem retirados da comarca.

A retirada dos gados, que se apascentão nas faldas do Araripe é uma das necessidades mais culminantes desta comarca, que demanda dos poderes provinciaes uma medida prompta e enérgica; uma condição necessária do adiantamento de nossa agricultura. Toda ves que uma indústria menos importante pode aniquilar outra que é considerada fonte de riqueza publica e que circumstancias peculiares recommendão como mais profícua e adecoada, é força que aquela desapareça; e, si se dá a possibilidade de lograr duplo proveito, deslocando-a ou removendo a, seria uma inépcia deixar que uma desaparecesse em proveito da outra, que não pode indemnisar a sua perda. Neste caso está a criação e a agricultura no Cariri³⁰².

Para João Brígido dos Santos, redator do jornal, o afastamento dos gados para locais distantes das plantações era um ato muito importante para o adiantamento da agricultura no município, considerada como a atividade mais adequada aos terrenos do Cariri e, por esse motivo, deveria ser preservada. Nessa matéria foi evidenciado que a pecuária, definida como uma indústria inferior, não poderia existir no entorno dos campos, tendo em vista os danos e prejuízos causados. Os gados aparecem como uma ameaça à produção agrícola e, nessas circunstâncias, parecia-lhes inadmissível deixar que uma atividade de menor relevância atingisse de forma negativa aquela considerada como fundamental ao progresso da região.

Além disso, defendia-se a concepção de que tais problemas poderiam ser evitados diante da existência de terrenos adequados tanto para a criação de animais, como para a agricultura, não havendo a necessidade de interferência da primeira sobre a segunda. Foi essa a visão de Bernardino Gomes de Araújo, da povoação de Missão Velha, ao pontuar em um comunicado nas páginas do jornal cratense que

Tendo criado os certões do Piancó e Sousa (Parahiba) do Caicó e Apodi (Rio grande do Norte) do Icó e Riacho do Sangue; Quixelô e Inhamuns (Ceará) de Jaicós e Catingas (Piauhy) da Boa – Vista e Flores (Pernambuco) compostos em sua totalidade de campinas d’ uma pastagem admiravelmente nutritiva, não precisava diser-nos: “Criai aqui os vossos gados: fasei delles a fonte de vossas riquezas: permutai com vossos visinhos os seos productos; e estabelecei com elles uma inteira reciprocidade de relações que é o que me apraz”. Tendo igualmente criado, no centro destes certões, como coração deste grande corpo, dando vida e alimentação a todas as suas partes, o Cariri, coberto de montanhas, e vales, d’ uma vegetação prodigiosa, intercortado de

³⁰² Jornal O Araripe, n° 9, 1855, p. 2-3.

ribeiros, e regatos perennes, que leuão a frescura e amenidade aonde o calor queima as plantas, naõ tinha também percisaõ de diser nos: “plantai aqui vossas lavouras. Fase dellas a fonte de vossas riquezas; permutai seus produtos com vossos circumvesinhos, e mais favorecidos do que elles, socorreios nos tempos que nem aprouver castidar-vos com seccas; estabelecendo assim uma intima reciprocidade de relações e fraternidade, que é o que me apraz”³⁰³.

A Providência teria então criado terrenos com características e potencialidades diferentes, indicando assim que para cada uma dessas atividades havia um local propício para o seu desenvolvimento. O autor de tal argumento se colocava em defesa da agricultura e, por conseguinte, como adepto também do deslocamento dos gados para outras regiões. Isso porque o Cariri, com seus vales, fontes de águas perenes, vegetação verdejante, destinava-se exclusivamente ao plantio, fazendo desses recursos naturais uma fonte de riqueza. É interessante perceber ainda a colocação da ideia de uma relação fraterna entre a região caririense e o seu entorno, no qual as produções desse terreno agrícola, mais favorecido que outros, socorria os circunvizinhos.

Esse embate entre a criação de gado e a agricultura foi algo que a Câmara Municipal do Crato havia procurado resolver, já no ano de 1854, com a criação de uma lei. A tentativa foi a de conciliar as duas atividades. Em vez de extinguir a pecuária da região, as autoridades municipais optaram por delimitar algumas regras e, sobretudo, um local específico para a criação. Tal medida evitaria que essa prática ocorresse próximo às terras regadias, no intuito de que a mesma não prejudicasse o trabalho daqueles que se dedicavam às plantações. Diante das constantes reclamações e dos apelos dirigidos à Câmara, seus representantes informaram que mandaria o fiscal, Joaquim Tavares Arco verde, observar melhor as situações de invasão que estavam sendo relatadas³⁰⁴, prezando pelo cumprimento do que estava previsto na Resolução N. 610, de 17 de janeiro de 1854, no qual constava o seguinte:

Art. 50. Fica prohibida a criação de gados soltos sem pastor, ou seja, vaccum e cavallar, ou de qualquer espécie miúda em toda esta freguesia do Crato, á excepção do Riacho dos Carás, e da parte do Cariú nelle adjacente, sem comprehensão todavia das suas cabeceiras, que nascem do Araripe, e que forem de terras regadias, onde igualmente se não poderá criar: o contraventor será multado em 2\$000 rs³⁰⁵.

A permissão de criar animais mesmo à certa distância dos terrenos agrícolas, levava os agricultores a terem que proteger suas plantações com cercas³⁰⁶. Além disso, observa-se que

³⁰³ Jornal O Araripe, n° 20, 1855, p. 3.

³⁰⁴ Jornal O Araripe, n° 9 e 12, 1855.

³⁰⁵ Jornal O Araripe, n° 47, 1856, p. 3.

³⁰⁶ As cercas eram utilizadas como método para proteger as lavouras dos gados, algo que causava certa insatisfação. Chegou-se a indagar como seria possível plantar no Cariri debaixo de cercas. No texto, não foi

embora essa lei demarcasse os ambientes específicos para a pecuária, prevendo inclusive uma punição aos infratores, as constantes discussões no periódico cratense indicam que tais medidas não tiveram resultados efetivos, sendo esta lei várias vezes descumprida. Em 1858, uma nota intitulada “Transgressão da Lei Municipal”, foi publicada n’ *O Araripe*. Nela destacava-se que alguns animais estavam invadindo a plantação dos “pobres pais de família”, e por isso cobravam mais atenção por parte do fiscal com relação a esses casos³⁰⁷. Desse modo, a situação em que se encontrava a agricultura no município do Crato, resultou em diversas matérias que defendiam essa indústria, assim como faziam críticas e denúncias à criação. Esta última foi apresentada como a responsável por inúmeros prejuízos e também a causa de muitas “intrigas e desordens”.

Os responsáveis pelo jornal *O Araripe*, chegaram a divulgar uma petição que seria enviada ao governo provincial solicitando medidas com relação à presença do gado nos terrenos férteis do Cariri cearense. O redator, João Brígido, durante várias edições, reforçou o convite para que “todos os interessados na retirada dos gados da comarca”³⁰⁸ se dirigissem à tipografia para assinar a referida petição. Tal manifestação atentava contra os criadores de gado que não deixaram de se pronunciar, como demonstra o aviso dirigido ao público, na edição de 15 de dezembro de 1855 do próprio jornal *O Araripe*. O autor do comunicado era o senhor Antônio Ferreira Lima Sucupira que também enviaria uma representação ao presidente da província, cuja finalidade era pedir autorização para criar livremente o gado no Cariri³⁰⁹. Assim procurava movimentar aqueles que eram a favor de tal atividade.

A conduta de Antônio Ferreira Lima Sucupira chegou a ser questionada nas páginas do jornal. Uma correspondência, enviada de Missão Velha, comentou sobre a representação que se colocava a favor dos gados e pediu para que o Sr. Sucupira, responsável pela solicitação, apresentasse elementos que demonstrassem as vantagens da criação de gado em detrimento da agricultura. Ou apontasse ainda medidas que possibilitassem a existência das duas atividades na região³¹⁰. Claramente o autor da correspondência primava pela agricultura e, certo de sua importância, duvidava que alguém fosse capaz de negar a utilidade dessa indústria.

Isso ajuda a perceber a existência de disputas e embates nas discussões em torno do problema gado/agricultura, de modo que cada grupo se colocava em defesa da atividade que

especificado como as mesmas eram feitas, mas usava-se a madeira na sua produção (Jornal *O Araripe*, n° 55, 1856, p. 2).

³⁰⁷ Jornal *O Araripe*, n° 134, 1858, p. 1.

³⁰⁸ Jornal *O Araripe*, n° 22, 23, 24 e 25, 1855.

³⁰⁹ Jornal *O Araripe*, n° 24, 1855, p. 4.

³¹⁰ Jornal *O Araripe*, n° 27, 1856, p. 3.

julgava relevante e, sobretudo, a qual estava ligado. Sobre esses conflitos, a redação do jornal se dirigiu ao presidente da Província solicitando providências e afirmando ainda que “a retirada dos gados dos terrenos agrícolas é um ponto de discordia e vai gerando muitas dissensões, cujo termo podem mui bem ser actos de desispero. Lavradores e agricultores estão em plena divergência, e breve uma luta se engajará!”³¹¹.

Parte dos agricultores do Cariri recorreram à autoridade provincial convencidos de que “os melhoramentos materiais do pais, seo desenvolvimento e progresso industrial são objecto da eterna solitudine dos governos illustrados, e que por tal principio a agricultura, reconhecida fonte de riqueza brasileira, merece máximo cuidado da parte do governo”³¹². Eles encaminharam uma representação pedindo medidas coercitivas com relação à presença do gado nos terrenos agrícolas, apontando que,

A oppinião avisada por uma dolorosa experiênciã tem condenado atualmente a criação dos gados, como um impossivel n'um pais naturalmente agrícola, e onde não se daõ certos meios de puder fazer justamente existir criação e agricultura; a nossa imprensa se tem pronunciado, e o direito de petição mais de uma ves tem sido exercido em prol da agricultura, que sucumbe no meio de inúmeras manadas de animaes, que afaimados pela esterilidade do campo desoccupado de lavoura, vaguem de uns para outros sítios levando a destruição a todos os pontos, consumindo tudo quanto com o trabalho de anno o lavrador dispoê para o aprovisionamento de sua família e para esse commercio interno anteriormente tão florescente³¹³.

Os argumentos destacados, não só nesse artigo, mas na maioria daqueles que abordaram esse assunto, baseavam-se na destruição das lavouras que vinha ocorrendo com frequência. Isso causava diversos prejuízos, ocasionando na região algumas situações, dentre elas a migração e a carestia dos alimentos, tendo esta última grande interferência no comércio local, que apresentava mudanças se comparado a outro período, como sugere um trecho acima. Nessa representação enviada ao presidente da província, a existência de famílias que estariam deixando o Cariri foi algo que pontuaram, explicando ainda que o inverno havia sido desfavorável aos trabalhadores, pelo fato de não ter possibilitado uma colheita abundante. Diante disso, a situação se tornava ainda mais grave com a invasão dos gados, que acabava por destruir uma produção que já enfrentava outros problemas. Isso fazia com que

O povo pobre, depois de consumir o tempo em inúteis sacrificios, está redusido a abrigar-se em municípios estranhos. Um facto nunca observado se dá entre nós: o povo imigra deste território outrora celleiro das comarcas limitrophes. Entretanto as medidas té hoje tomadas para faser cessar

³¹¹ Jornal O Araripe, n° 22, 1855, p. 1.

³¹² Jornal O Araripe, n° 24, 1855, p. 1.

³¹³ Jornal O Araripe, n° 24, 1855, p. 2.

similhantes males ou são insuficientes ou meramente ilusórias, verdadeiros paliativos que só servirão de recrudescer o mal³¹⁴.

A crítica, feita em torno das medidas tomadas para resolver o problema da destruição das produções, refere-se à lei municipal, vista como ineficiente e sem força moral. Segundo argumentavam, a Câmara concordou com a retirada dos gados, no entanto, o lugar reservado a eles foi na proximidade dos sítios de plantar, lugares “donde a rês volta imediatamente que là chegue [...]”³¹⁵. Enquanto isso, aqueles envolvidos nessa causa continuavam a pedir solução para os problemas, como o deslocamento dos habitantes de uma região caracterizada como local de abrigo e salvação dos sertões circundantes.

É interessante pontuar que leitores e correspondentes, que inclusive podem ser pessoas da própria região do Cariri, se manifestaram em outros jornais da província cearense sobre esse assunto. No jornal conservador da capital, o Pedro II, uma correspondência expressava esta mesma ideia defendida n’*O Araripe*, sendo o referido texto³¹⁶ transcrito na edição 27 do periódico cratense. Nele, a primeira afirmação foi a de que “há um grande mal n’este Cariri que é causa primaria de não pequeno prejuízo a esta terra e que dá lugar a imensas intrigas e desordens: é a criação de gados nesta terra que a natureza só adoptou para plantações”³¹⁷. Além disso, pontuou-se a migração de pessoas descontentes com a situação vivenciada na região, para quem tais povos “não podendo colher o fructo de seus trabalhos, sahem forçados da exasperação, quase todos deixando seus mais conjunctos parentes que alguns d’estes vão indo uns após outros teem noticias que ali não se trata tão mal como por aqui”³¹⁸.

Mas havia aqueles que discordavam dessa suposta migração que estaria ocorrendo devido à destruição das plantações causadas pelo gado. O argumento que se colocava contra essa ideia foi exposto em uma correspondência enviada ao jornal *O Cearense*, órgão do Partido Liberal na capital da província. Identificando-se pelas iniciais D. F., esse leitor e assinante questionou algumas afirmações feitas na representação que os agricultores enviaram à autoridade provincial. Segundo ele, o lugar para onde o povo estaria migrando constitui os sertões de criar livremente, desse modo, o problema não seria a presença do gado.

A emigração do povo, Sr. Redactor, se é exacta como diz o *Araripe*, se explica muito bem, pela falta de inverno, que houve no Cariri, onde só chuevo 27 dias, impossível era pois haver colheita com tão pouca chuva que foraõ sucessivas e desapareceraõ no todo. Eis a rasaõ da emigração apontada

³¹⁴ Jornal *O Araripe*, n° 24, 1855, p. 2.

³¹⁵ Jornal *O Araripe*, n° 24, 1855, p. 2.

³¹⁶ A correspondência transcrita no jornal *O Araripe* em 1856, havia sido publicada no Pedro II em sua edição 01521, no ano de 1855, p. 3.

³¹⁷ Jornal *O Araripe*, n° 27, 1856, p. 2.

³¹⁸ Jornal *O Araripe*, n° 27, 1856, p. 2.

a qual não se deo nos annos anteriores em que os gados também deverião ter destruído a agricultura³¹⁹.

No entendimento do correspondente, possivelmente alguém dessa região, tendo em vista que a cidade de onde enviava seu texto para publicação era o Crato, o real motivo que estava levando as pessoas a deixarem essa comarca era o inverno, por não ter possibilitado boas produções. Este fator foi algo mencionado pelos redatores e também em correspondências nas próprias publicações do periódico cratense, mas sem deixar de apontar o quanto a invasão dos gados nas roças contribuía para a migração. Diante dessas ideias, o correspondente D. F., afirmava que “a questaõ da retirada dos gados é uma questaõ de capricho!”³²⁰.

Como de costume, comentários em resposta à correspondência do jornal *O Cearense*, foram tecidos n’*O Araripe*. Um leitor e assinante de Missão Nova, que se identificou pelas iniciais A.G., destacou aspectos sobre a situação agrícola nesse município no intuito de mostrar as dificuldades encontradas para o seu desenvolvimento. Ele reafirmou que o povo pobre, não podendo conter a destruição do gado, sendo também afetado pela escassez do inverno, migrava em busca de víveres e recursos não encontrados no Cariri. O autor desse comentário acusava o correspondente do *Cearense* de ridicularizar uma questão tão importante ao dizer que a mesma era fruto de intrigas³²¹.

Além de relatarem sobre o problema da migração, as matérias publicadas no jornal *O Araripe*, apontavam outra situação, que, segundo seus produtores, resultava dos danos causados pela “praga dos gados”. Tal situação relacionava-se à carestia dos gêneros alimentícios, ocasionada também por outros fatores que interferiam no desenvolvimento agrícola da região, como demonstrarei mais adiante. Em janeiro de 1856, os redatores do periódico falaram sobre os prejuízos sofridos no ano anterior, que estavam refletindo diretamente no preço dos alimentos.

Estamos sem víveres, e alguns que aparecem são por preço exorbitantes: a farinha regula de 12\$ a 16\$000 reis, feijão de 24\$000 reis para sima, arros de 12\$ a 16\$ reis, tapioca a 20\$ reis, e a soberana carne que nos fornese a bemaventurada feira desta cidade tem igoalmente regulado de 100 a 160 reis por libra sendo verde, e aquella que disem ser de sol, logra o preço de 160 a 240 reis por libra, e ainda assim o publico não é farto desse gênero. Se Deos não nos favorecer com a continuação do inverno que por ora vai bem e o governo não providenciar com inergia contra a praga dos gados; o Caririy

³¹⁹ Jornal *O Cearense*, n° 900, 1856, p. 4.

³²⁰ Jornal *O Cearense*, n° 900, 1856, p. 4.

³²¹ Jornal *O Araripe*, n° 35, 1856, p. 2.

torna-seá despovoado, por sua imigração, para não morrermos a fome [...]”³²².

Os produtores do semanário não omitiram a situação vivenciada por conta do inverno, pontuando que no início do ano de 1856 ele se dava de forma regular, diferente das condições desfavoráveis que foram relatadas dois anos depois, em fevereiro de 1858. Em tal período, foi destacado: “estamos com uma crise medonha em frente, a fome amiaça devorar-nos, as chuvas cahem nenhuma e irregulares, os ligumes plantados murchão queimados pelo verão; e os gados a invadir os terrenos regadios!”³²³. Esses fatores sem dúvida traziam impactos à produção e conseqüentemente para o comércio. Entretanto, em ambos os períodos, independente das condições climáticas, eles enxergavam o gado como uma interferência negativa que acentuava os problemas pelo fato de destruir grande parte do que tinha sido produzido, particularmente durante a escassez das chuvas. Tal interferência, ou seja, os gados, poderia ser controlada através da proibição de sua permanência nos terrenos agrícolas, algo que tanto reivindicaram os defensores da agricultura ligados ao jornal *O Araripe*.

Esses sujeitos afirmavam que defendiam a causa do trabalho agrícola por ser essa uma causa “da justiça, e da maioria da comarca, e por reconhecemos que a segueira egoísta de alguns Srs. lhes priva a rasaõ, a ponto de os tornar insensíveis aos contínuos males dos pobres agricultores [...]”³²⁴. Dois aspectos são perceptíveis nesse trecho e na maioria dos artigos publicados no semanário cratense. Um deles é a classificação dos criadores como insensíveis às perdas e prejuízos que seus animais estavam causando pela falta de cuidado e preocupação dos mesmos. O outro aspecto relaciona-se ao fato de que nos apelos realizados, às autoridades apontavam a invasão na “roça do pobre”, o sofrimento dos “pobres pais de família”. Transmitia-se assim, a ideia de que os membros do partido liberal e elites ligadas ao semanário encontravam-se sensibilizados com a situação do pobre e se colocavam como a voz representante desse povo.

Possivelmente as mais afetadas fossem de fato as camadas mais pobres da população, até porque elas não possuíam grandes propriedades, de modo que a área cultivada se restringia a pequenas porções de terra. Com a invasão dos animais, pouco restaria. No entanto, a defesa constante pela causa da agricultura estava relacionada a outras questões, aos seus interesses políticos e econômicos. O gado que destruía a plantação dos pobres, também poderia destruir produções maiores que existissem na região e isso dificultaria o desenvolvimento agrícola no Cariri e, por conseguinte, o aumento das rendas, elementos importantes para que seus projetos

³²² Jornal O Araripe, n° 29, 1856, p. 3.

³²³ Jornal O Araripe, n° 131, 1858, p. 1.

³²⁴ Jornal O Araripe, n° 29, 1856, p. 3.

fossem alcançados. Então, considero que acolher os clamores dos moradores de sítios, assim como defender a agricultura, era algo conveniente aos sujeitos ligados ao jornal.

Os problemas ocasionados pela criação, assim como a certeza de que o Cariri cearense deveria ser destinado exclusivamente para o trabalho agrícola, constituem elementos que movimentaram os liberais cratenses a solicitarem a expulsão dos gados desses terrenos e apresentarem também o quanto era propício o cultivo da terra e, sobretudo, mais lucrativo. Desse modo, os senhores Padre Joaquim Lima Verde, Vicente Amancio de Lima e José do Monte Furtado, “representantes” das súplicas dos agricultores, afirmaram que “o Cariry é um paiz dotado pela natureza aos misteres da agricultura: querer convertel-o em campo de criar, seria fazer o pior uso das milhores faculdades, que Deos lhe outorgou [...]. O Cariry é natural e exclusivamente próprio para a agricultura”³²⁵.

Foi com essa ideia de “Cariri natural”, base da argumentação de grande parte das publicações do periódico *O Araripe*, que se buscou mostrar a criação de gado na região como inadequada. Dentre os diversos motivos, destacava-se que ela impedia, na visão dos sujeitos acima citados, uma produção em grande escala, algo que eles desejavam bastante. Do mesmo modo, baseados nessa ideia de “Cariri natural”, seus produtores constantemente incentivaram o cultivo das terras, aproveitando assim de todos os recursos e potencialidades que a mesma oferecia.

Na concepção dos liberais cratenses, a utilização dos recursos naturais presentes no Cariri seria o mecanismo para se alcançar o desenvolvimento econômico e o progresso regional. Nessa perspectiva, visando explorar todo o potencial dessas terras agrícolas e aumentar as rendas da comarca, apostaram no cultivo do algodão. Grande destaque foi dado a esse produto nas páginas do jornal, com artigos incentivando sua produção, destacando a facilidade de cultivo e particularmente, os benefícios que poderiam ser obtidos.

A primeira questão debatida no jornal foi em torno da possibilidade de produção do algodão nessas terras. Tal cultura se desenvolveria na Chapada do Araripe? Para os produtores do jornal esse era o questionamento que deveria interessar ao filho do Cariri, tendo em vista que julgavam necessário o investimento em produtos mais lucrativos e pelo fato de acreditarem no potencial dos terrenos existentes na região. Essa “immensa e fértil campina” não deveria ficar desaproveitada. Na concepção dos redatores,

é indubitável que na chapada do Araripe sua cultura será taõ fácil, como rendosa, e que allí com nenhum trabalho se poderaõ fazer colhetas abundantes, e tanto maiores quanto for o desejo do lavrador. [...] O Araripe o

³²⁵ Jornal O Araripe, n° 55, 1856, p. 2.

mais bello terreno, o clima mais benigno da província!... alli onde a produção endigena é taõ variada, o terreno o mais apto para a cultura, a temperatura mais approximada da dos países agrícolas do sul do império. [...] Aquelle terreno fresco, orvalhado sempre pela manha, protegido de frequentes chuvas, aquelle terreno coberto de uma robusta vejetação, plano o limpo de pedras tem suas propriedades; elle se prestará com toda a facilidade a produsir arbustos semelhantes aos que alli vejetão expontaneamente. Alli se acalmará o algodoeiro, como vejeta robusto o algodoeiro bravo, e é nesse mesmo local que este existe, que aquelle existirá também, quando a mao do homem emprehendedor e útil o for semear³²⁶.

Diante das condições naturais que possuía o Cariri, não existia dúvida por parte dos liberais cratenses que este era o lugar indicado para abundantes produções do algodão. Nesse sentido, ao idealizarem a natureza desse espaço, caracterizando os terrenos da região de belo, fresco e orvalhado, o clima de benigno, tinham como propósito demonstrar o quanto essas riquezas contribuiriam para o êxito de tal atividade, despertando assim a ambição dos agricultores levando-os a plantarem o algodão. Nos anos seguintes, os produtores do jornal continuaram a incentivar o cultivo desse produto, pois seria a partir dessas tentativas que um dia conseguiriam “possuir esse ramo emportante de coltura, capaz de ellervar a riqueza da comarca a altura das primeiras productoras do império”³²⁷.

Antes de dar continuidade à análise desses textos que circularam através do jornal *O Araripe*, incentivando o trabalho agrícola na região e destacando as vantagens da lavoura algodoeira, é necessário ressaltar que este produto teve significativa importância na formação econômica do território cearense, pois na medida em que o mesmo foi sendo conhecido e ocupado, além da pecuária, atividades agrícolas se estabeleceram, tais como o algodão, a cana de açúcar e o café³²⁸.

O cultivo do algodão apresentou-se como viável no Ceará pela sua adequação ao clima, às condições sociais desse território, assim como pelo fato de que seu plantio não necessitava de muitos investimentos e técnicas. No século XIX, através de medidas e incentivos do governo, “o algodão toma vulto na província cearense”³²⁹. Esse incentivo dado à lavoura algodoeira permaneceu na segunda metade do século, tendo em vista a grande demanda por tal produto no mercado mundial³³⁰.

³²⁶ Jornal O Araripe, n° 15, 1855, p. 1.

³²⁷ Jornal O Araripe, n° 15, 1855, p. 1.

³²⁸ CORTEZ, Ana Isabel R.P.; CORTEZ, Ana Sara R. P.; IRFFI, Guilherme. Atividades econômicas e trabalho escravo no Sul do Ceará: uma análise da segunda metade do século XIX. In.: VII Encontro Economia do Ceará em Debate, 2011, p. 4.

³²⁹ SANTOS, Op. Cit., 2011, p. 118.

³³⁰ Ibidem, p. 131.

Na região do Cariri cearense, em grande parte das pequenas propriedades (sítios), predominou a lavoura da cana de açúcar. Entretanto, outros produtos também eram cultivados para o consumo e abastecimento do mercado interno. Dentre eles, estava o algodão, que se apresentou com grande importância para os senhores, particularmente na década de 1860. A expansão de seu plantio estava relacionada à Guerra de Secessão, tendo em vista que os Estados Unidos, “em virtude do estado de guerra civil, deixaram de fornecer o produto para o mercado europeu. Durante o período de 1860 – 1865 ocorreu um surto algodoeiro no Cariri Cearense [...]”³³¹.

O incentivo para que o algodão fosse cultivado nessas terras tinha certa relação com a grande procura no mercado. Desde o ano de 1855, os liberais cratenses através do periódico *O Araripe* se dedicaram a falar sobre essa lavoura e seus benefícios, tendo tal assunto aparecido de modo mais frequente nos anos seguintes. Com isso, os políticos e elites visavam que essa região se tornasse uma grande produtora, atendendo às demandas do mercado e contribuindo para a geração de rendas, algo que possibilitaria consideráveis mudanças no setor econômico local. Vale lembrar que tal configuração formaria para eles um cenário ideal no que concerne à criação da província do Cariri, tendo em vista que desejavam comprovar que a mesma possuiria condições de se manter com suas próprias rendas e progredir.

Naquele momento, o algodão aparecia, na concepção desses sujeitos, como a lavoura que iria proporcionar o crescimento e desenvolvimento econômico que esperavam conquistar. Dentro das argumentações em defesa da agricultura, um destaque foi concedido ao cultivo do algodoeiro, chamando atenção dos agricultores da comarca para que os mesmos se dedicassem a novas culturas além daquelas que há muito já predominavam na região. Os responsáveis pelo jornal buscaram convencê-los de diversas formas.

Na edição de 07 de fevereiro de 1857, dentre os principais assuntos locais noticiados estava a produção de algodão no Cariri, no qual os redatores do periódico mencionaram o exemplo do Sr. Balduino Augusto Lião que tinha enviado de Barbalha para Icó “avultada porção de arrobas de algodão em pluma, da melhor qualidade”. Procurava-se demonstrar com essa notícia que os terrenos da região eram propícios para o desenvolvimento dessa lavoura, visando acabar com as dúvidas que ainda existiam sobre tal possibilidade. Os redatores do jornal deixaram também o seu recado:

Chamamos a atenção publica para este ensaio de um tão vantajoso commercio, e convidamos nossos agricultores a imitarem seo exemplo em própria vantagem e não menos utilidade da comarca. O algodão é um

³³¹ CORTEZ; CORTEZ; IRFFI. Op. Cit., 2011, p. 7.

producto, que pode melhor, que a canna, fazer a riqueza do Cariry, si se atender á facilidade de obtel-o, a qualidade de terrenos que demanda, e ao nenhum capital que exige, para seo plantio e manipulação. A prompta sahida que tem, o preço ellevado e sempre crescente, de que gosa, e os immensos terrenos, de que despomos, saõ ainda vantagens, que muito o recommendaõ. Quaõ útil naõ seria possuirmos mais este manancial de riquezas!³³².

Desejavam então que, a exemplo do Sr. Balduino, mais agricultores se interessassem por essa cultura, sempre apresentando-a como rentável, como aquela que poderia oferecer maiores vantagens comerciais e econômicas. Eles chegaram, inclusive, a colocar a cana de açúcar, que foi o principal gênero da economia cariense, como secundária, ao pontuarem que o algodão poderia, melhor que a cana, possibilitar a riqueza dessa região. Um ponto importante, que embasava seus argumentos, era a facilidade que envolvia a lavoura algodoeira, pois segundo informavam a mesma não necessitava de muitos investimentos e a comercialização do produto era vantajoso pelo seu preço. Diante disso, reforçavam o quanto esse empreendimento era satisfatório.

Outros incentivos também apareceram nas páginas do jornal cratense. O coronel Antonio Luís Alves Pequeno Junior, tendo como intuito animar a produção de algodão no Cariri, comunicou aos agricultores, através da seção de anúncios, que “se responsabilisa a comprar toda e qualquer porção que os ditos agricultores possam colher [...] tendo por certo o comprador, se exforçarão por faserem grandes plantações de algodão cuja árvore crê firmemente estar toda a força de suas vantagens agrícolas”³³³.

Depois de tantas considerações feitas no semanário *O Araripe* sobre a conveniência da produção desse gênero na comarca do Crato, alguns agricultores dedicaram-se ao cultivo da lavoura algodoeira. Isso levou os redatores do jornal a expressassem sua satisfação em “ver nascer no Cariry uma indústria tão cheia de esperanças para o paiz”. Conforme registraram em seus textos,

Alguns agricultores procurarão verificar até que ponto erão exactas os nossos cálculos sobre os lucros desse trabalho, e que futuro se lhes poderia assignar entre as mais industrias concorrentes. Os primeiros ensaios provarão, quanto erão fieis os dados, com que argumentávamos, e para logo novos especuladores se apresentarão, procurando ainda assegurar-se da verdade dos lucros obtidos. Felismente todos ficarão satisfeitos e nenhum maldice de suas tentativas³³⁴.

Nota-se o quanto os membros do partido liberal fizeram questão de destacar a veracidade de seus argumentos com relação aos benefícios de tal lavoura. Estes, por sua vez,

³³² Jornal O Araripe, n° 81, 1857, p. 3.

³³³ Jornal O Araripe, n° 82, 1857, p. 4.

³³⁴ Jornal O Araripe, n° 104, 1857, p. 1.

surtiram efeitos positivos, tendo em vista que alguns agricultores inseriram, dentre as suas produções, o algodão. Desse modo, começavam a alcançar seus objetivos, cujo interesse maior, conforme afirmaram na matéria, era o aumento da exportação e a regeneração do comércio do Cariri. Era através desse novo ramo da indústria que “trasendo para a circulação um avultado capital exterior, terminará a crise, dando um aumento espantoso á riqueza publica”³³⁵

Certos de que a produção do algodão constituía uma peça fundamental para o desenvolvimento do comércio na região e conscientes do lugar que ocupavam na sociedade como disseminadores de ideias através da imprensa, deixaram mais uma vez o seu apelo:

Nós por tanto inda esta ves nos derigimos aos agricultores e negociantes desta comarca, q’ restarem surdos às nossas demonstrações, e lhe pedimos, em nome da felicidade commum, não despresem nossos conselhos, mas os acceitem como uma verdade em economia rural, como um problema resolvido em favor do commercio³³⁶.

A crise que afetava o comércio do Cariri foi novamente mencionada. Na edição 290, em 1862, foi estabelecida uma comparação entre esse período, no qual, segundo afirmavam, ocorria uma desvalorização dos gêneros comercializados na região, e o início do ano anterior, momento em que se vivenciava o contrário, pois os produtos agrícolas estavam em alta. Para apontar essa diferenciação foi dado o exemplo do açúcar, que em anos anteriores “fasia a máxima parte da exportação do Cariri, e mantinha um comercio proveitoso”. Mas na situação de então seu preço havia caído e existia dificuldade também para encontrar compradores. Tais condições trouxeram mudanças nas movimentações do mercado, na proporção das lojas, situação definida pelos redatores do jornal como “a mais desesperada por que tem passado esta comarca”³³⁷.

Para contornar esse estado, acreditava-se que eram necessárias outras medidas econômicas, assim como o investimento em outros produtos. Diante disso, o algodão foi novamente apresentado como o gênero mais conveniente para o momento, que possibilitaria mudanças econômicas consideráveis. Seu preço elevado no mercado, a facilidade de produção, dentre outros elementos,

[...] tudo convida os nossos plantadores a emprehenderem o seu plantio e exportação. Muitas considerações nos ocoorrem que merecião ser aqui expendidas; mas julgamos bastante chamar a attenção dos nossos plantadores para a diferença que vae de uma arroba de assucar bruto (rapadura), cujo preço máximo vae até 500 rs., para uma arroba de algodão

³³⁵ Jornal O Araripe, n° 104, 1857, p. 1.

³³⁶ Jornal O Araripe, n° 104, 1857, p. 2.

³³⁷ Jornal O Araripe, n° 290, 1862, p. 2.

que encontra no litoral até 17\$000 reis! É preciso refletir sobre isso, não faser do cultivo da canna uma ocupação exclusiva, ao menos por enquanto³³⁸.

As vantagens em que se encontrava a lavoura algodoeira, devido às demandas do mercado europeu, deveriam ser aproveitadas. Os políticos liberais e elites vinculados ao jornal esperavam que grandes produções se desenvolvessem e com isso obter resultados favoráveis através da exportação do algodão. Tal interesse existia não só na região do Cariri, mas toda a província cearense estava voltada para essa oportunidade que surgia. A produção de algodão no Ceará foi tema em matérias do jornal Pedro II, na capital Fortaleza, cujo texto ganhou publicidade nas páginas do semanário cratense *O Araripe*, como forma de reforçar seus argumentos e apelos aos lavradores.

Na matéria, a Guerra de Secessão que ocorria nos Estados Unidos, assim como a interferência que ela trazia para o comércio interno e externo foram questões mencionadas. Chamava-se atenção para o fato de que a produção do algodão, principal gênero exportado, passaria por um período de estagnação. Desse modo, o Brasil, devido à “fertilidade de seu solo, extensão do seu território e amenidade de seu clima”, foi apresentado como um território propício para a lavoura algodoeira, sobretudo nas Províncias do Norte³³⁹.

O Ceará foi destacado como o local que “oferece melhores condições para a plantação do algodão e por isso lembramos aos nossos comprovincianos a conveniência de fazer convergir seus esforços na exploração desse manancial de riqueza de que tantos lucros podem auferir”. Tais matérias, assim como a maioria das que foram escritas pelos redatores do Jornal *O Araripe* e correspondentes da região, defendiam que a grande procura por esse produto, as boas condições para a venda do mesmo, deveriam atrair o interesse de todos³⁴⁰. Assim, mais uma vez os liberais cratenses buscaram chamar atenção dos agricultores para os benefícios econômicos dessa lavoura, além de alertarem também a vastidão dos terrenos do Cariri, nos quais grandes produções poderiam se desenvolver.

Ainda sobre a produção do algodão no Ceará, é interessante notar os registros feitos pelos presidentes da província em seus relatórios durante o período que compreende essa pesquisa, de 1855 a 1864. Praticamente em todos eles, ao falarem sobre a agricultura e comércio, destacou-se o algodão dentre os gêneros importantes da indústria agrícola dessa província, constituindo também um dos principais artigos exportados. Em 1857, tal cultura foi

³³⁸ Jornal *O Araripe*, n° 290, 1862, p. 2.

³³⁹ Jornal *O Araripe*, n° 265, 1861, p. 1.

³⁴⁰ Jornal *O Araripe*, n° 265, 1861, p. 1-2.

classificada como “o segundo ramo de nossa riqueza”³⁴¹, no qual chamava-se atenção para o seu progresso.

Conforme o relatório do presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior, a lavoura algodoeira, “de 1848 para cá tem tomado novo desenvolvimento, e vai subindo progressivamente, apesar do pulgão (mofo) e de outras contrariedades”. Estas últimas possivelmente estariam relacionadas aos problemas que afetavam a agricultura na província, dos quais falarei adiante. Ele destacou que o cultivo dessa planta é possível em todo o território, particularmente nos sopés de serras e nas praias, apontando assim os municípios de Maranguape, Fortaleza, Imperatriz, Santa Cruz, Aracaty, Pereiro, Baturité, Santa Anna (serra da Meruóca), Serra Grande e Crato como os locais em que o algodão era mais cultivado³⁴².

A lavoura algodoeira muito progrediu entre os anos 1855 e 1860, mas passou por um período de declínio nos quatros anos seguintes, isso porque, conforme o relatório, o café apresentou-se como um ramo mais vantajoso que o algodão, levando os lavradores a fazerem a substituição de um produto pelo outro. No entanto, ainda em 1864, a produção do algodão se elevou por conta dos acontecimentos vivenciados nos Estados Unidos, contribuindo para que o preço desse gênero tomasse “proporções fabulosas”. Assim, declarou-se que

A consecuencia econômica d’ esta variação do mercado ja se fez sentir. A perspectiva de um lucro espantoso attrahio os braços empregados em industrias menos rendosas; por toda parte plantou-se o algodoeiro, de modo que para este anno espera-se, segundo cálculos bem fundados, uma colheita dupla da do anno passado. Está nos verdadeiros interesses da província promover o desenvolvimento da cultura d’este excellente artigo de exportação. O algodão é matéria de um consumo extensíssimo e permanente. Ainda passadas as ephemerias circunstancias actuais a que é devida a sua extraordinária alta, elle conservará sempre no mercado um preço capaz de largamente compensar o trabalho do agricultor³⁴³.

Desse modo, verifica-se que o algodão constituía um produto importante para a economia da província cearense, chegando na década de 1860 a atrair muitos olhares devido às condições favoráveis que se apresentaram naquele período para a comercialização de tal gênero, tendo em vista as grandes demandas do mercado. O algodão foi percebido como um

³⁴¹ PROVÍNCIA DO CEARÁ. Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1857, o excellentissimo senhor coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, terceiro vice-presidente da mesma província. Ceará, Typografia cearense, 1857, p. 18.

³⁴² PROVÍNCIA DO CEARÁ. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma assembléa no dia 1o de outubro de 1862. San' Luiz, typ. de B. de Mattos, 1863, p. 45 e 46.

³⁴³ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no 1º de outubro de 1864. [n.p.] typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864, p. 48.

item que estaria em permanente crescimento, trazendo vantagens que compensariam os esforços empreendidos para o seu cultivo.

No Cariri, a defesa da agricultura, nesse momento com foco na lavoura algodoeira, pautada no aproveitamento dos recursos naturais da região, foi algo recorrente nos artigos publicados no semanário *O Araripe*. Esse exemplo demonstra que a natureza não foi enaltecida somente por sua beleza, mas sobretudo, pelo seu valor econômico. Foi por esse viés que se enxergou suas terras, suas fontes de água e seu clima, percebendo em cada característica dessa região as potencialidades para o desenvolvimento e geração de rendas.

Essa é uma percepção, na qual estão envolvidos interesses lucrativos, que os seres humanos, há tempos, têm sobre o mundo natural. As análises realizadas por Keith Thomas apresentam-se como importantes para refletir sobre a interação entre homem e natureza. Elas possibilitam compreender o quanto a forma de se relacionar com esse meio, diversas vezes entendido como algo externo ao homem, passou por alterações ao longo dos anos que, por sua vez, interferiram diretamente no modo como a natureza foi percebida e classificada.

Refletindo sobre essa interação e suas profundas modificações a partir da Inglaterra, Thomas demonstra que novas sensibilidades foram surgindo em relação aos animais, plantas e paisagem, redefinindo o modo como o homem se relacionava com o mundo natural ao seu redor. As florestas, por exemplo, por um longo período foram consideradas como selvagens e hostis, de modo que a destruição das mesmas foi percebida como algo necessário para o progresso humano. Isso resultou em uma grande área desmatada na Inglaterra, conservando-se apenas pequenas florestas. E parte das matas que sobreviveram era utilizada para corte e pastagens.

A derrubada das matas tinha certa relação com as demandas de mercado e isso foi se dando de forma cada vez mais acentuada. No entanto, as florestas tinham sido percebidas como sinônimo de rusticidade e perigo, sendo ela definida em um dicionário de meados do século XVII como sombria, terrível, assolada por feras. De acordo com os relatos apresentados por Keith Thomas, era esse entendimento que levava os primeiros habitantes a destruírem as matas que se situavam nas proximidades do seu local de moradia. Isso afastaria dos mesmos aqueles animais que buscavam abrigo pelos grandes bosques. Era essa a percepção em torno das matas não cultivadas, vistas como um “obstáculo ao progresso humano”.

Foi, portanto, no período moderno que uma nova atitude se originou, ou seja, o entendimento de que era melhor plantar árvores ao invés de derrubá-las. Segundo Thomas, esta atitude estava relacionada a coisas de ordem prática como a constante necessidade de

utilização da madeira para construção, usos domésticos, fatores que contribuíram para a prática do plantio e o cultivo de árvores destinadas ao corte. Ele explicou que

Os motivos dessa atividade eram predominantemente econômicos. A madeira era necessária para uso e para lucro. No século XVII, os empreendedores agrícolas procuravam mostrar que o cultivo de árvores podia possibilitar aos proprietários a elevação do valor de suas terras. Suas obras estão repletas de estimativas sobre custos, rendimentos e taxas de juros, destinados a provar que o plantio para a Marinha seria um empreendimento tão lucrativo quanto patriótico³⁴⁴.

As matas apresentaram-se como importantes para diversos usos, sobretudo, para a geração de lucros, levando os homens a preservarem algumas áreas, o suficiente para suprir as necessidades da época, algo que demonstra a finalidade econômica com relação ao cultivo das árvores. Além desse argumento, com que se defendeu a preservação das matas e plantio de reservas, existiam outros menos utilitários, como a garantia de um ambiente adequado aos animais de caça³⁴⁵. Para que a atividade de caça fosse mantida, era imprescindível a conservação das matas. No final do século XVII, as florestas reais apesar de terem essa como uma de suas finalidades, foram vistas como uma mera reserva de madeira.

Depois de passarem por esse processo de domesticação, as florestas deixaram de ser vistas como selvagens, sinônimo de perigo, adquirindo assim grande importância na vida econômica do campo. Dentre as diferentes percepções destacadas pelo autor, pontuo ainda que, além do seu caráter lucrativo, as árvores também foram apreciadas pela sua estética, tornando-se uma “valiosa fonte de deleite e inspiração”.

Essas reflexões permitem compreender que a relação do homem com o meio natural foi permeada por diversas transformações, de forma que constantemente novos usos foram sendo feitos da natureza, assim como novas ideias e percepções foram surgindo, em permanente mudança. Dos exemplos mencionados, alguns são possíveis de relacionar com as narrativas sobre a região do Cariri em que os sujeitos responsáveis pelo jornal *O Araripe* destacavam aspectos sobre a estética da paisagem, sem deixar, sobretudo, de enxergar o valor econômico que possuíam os recursos naturais do Cariri, destacando-os como importantes para a geração de rendas e desenvolvimento regional, elementos que permitem pensar também como tais indivíduos percebiam a natureza que estava a sua volta.

Os políticos liberais cratenses buscavam o progresso e nas potencialidades naturais do Cariri eles viam um meio pelo qual poderiam alcançá-lo. Tal associação, conforme

³⁴⁴ THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. Mudança de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 283.

³⁴⁵ Ibidem, p. 284.

demonstrou José Augusto Pádua, fez parte do pensamento de diversos autores brasileiros do século XVIII e XIX, para quem “os recursos naturais constituíam o grande trunfo para o progresso do país”³⁴⁶. Em suas análises, este autor destacou que os primeiros críticos ambientais brasileiros não teceram elogios, ou os fizeram de forma moderada, em torno da beleza do meio natural, mas também não ignoraram e nem aceitaram sua destruição. Desse modo,

O meio natural foi elogiado por sua riqueza e potencial econômico, sendo sua destruição interpretada como um signo de atraso, ignorância e falta de cuidado. O verdadeiro progresso supunha a conservação e uso correto do mundo natural que, por sua vez, só fazia sentido no contexto do progresso. A natureza era vista como um objeto político, um recurso essencial para o avanço social e econômico do país³⁴⁷.

Nos textos publicados no periódico cratense, a natureza peculiar do Cariri cearense era um sinônimo de progresso e toda a uberdade dessas terras deveria ser utilizada em prol do crescimento econômico por intermédio do trabalho agrícola, bastante defendido nos editoriais do jornal. No entanto, para os redatores, alguns males interferiam no desenvolvimento da agricultura. Além da questão dos gados, já mencionada, que destruíam as lavouras com constantes invasões, mais dois problemas existiam: as técnicas empregadas para o cultivo das terras e a falta de braços.

Ao falarem sobre técnicas e instrumentos utilizados pelos agricultores do Cariri, nota-se uma preocupação, no sentido da que foi apontada por Pádua, em fazer o uso adequado desses recursos. Certos cuidados eram vistos como necessários para que a produção fosse efetiva e não afetasse de modo negativo o meio natural, tendo em vista que isso poderia acarretar na sua destruição e, conseqüentemente, impedir o desenvolvimento econômico.

Em matéria destinada aos agricultores, foi pontuado que era “sempre doloroso ver a leviandade, com que o nosso homem do campo, sem mesmo ser impellido da precisão, se decide a destruir a majestosa arvore”. Chegaram a definir o machado não como um instrumento da agricultura, mas como um instrumento “bruto e exterminador do imprevidente plantador”. A atitude dos agricultores era vista como negligente, pelo fato de estar devastando as matas e contribuindo ainda para tornar essas campinas improdutivas³⁴⁸. Além disso, destacavam em outros artigos que essa destruição ocasionava mudanças na climatologia, modificando também a intensidade das chuvas, que se tornariam irregulares.

³⁴⁶ PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). 2. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.13.

³⁴⁷ Ibidem, p.28.

³⁴⁸ Jornal O Araripe, n° 6, 1855, p. 1.

Considerando tal situação, indagavam os agricultores sobre como fariam para obter madeiras, que são necessárias para construção e utilização nos engenhos. Estas, por sua vez, de acordo com matéria do jornal produzida pelo Padre Lima Verde, Vicente Amancio de Lima e José do Monte Furtado, já eram bastante raras, podendo se tornarem ainda mais “após o vandalismo de nossos agricultores primitivos”³⁴⁹. É perceptível as severas críticas com relação aos meios utilizados para acesso e usufruto dos recursos naturais, fazendo com que a agricultura na comarca se mantivesse completamente estacionada, como ressaltou um correspondente do periódico. Segundo ele,

[...] a quantidade e qualidade dos productos agriculas, não corresponde a extrema uberidade do solo, nem, a relativa densidade da sua população, e isso porque a antiga rotina pesa com toda sua força de inercia sobre a agricultura. Nem um processo aperfeiçoado dos mais communs em outro qualquer paiz, tem substituído aos imperfeitíssimos processos tradicionaes de nossa terra, atraso sem duvida dividido a dificuldade, que tem o nosso agricultor de obter conhecimentos profissionaes, que o habilitem para subtrair-se ao jugo da velha rotina³⁵⁰.

Os métodos utilizados para o cultivo eram julgados como inadequados, tendo em vista que, conforme opinião expressada na matéria, a produção não estava sendo condizente com a uberidade dos terrenos do Cariri. Por se tratar de uma região com “peculiaridades naturais tão favoráveis a atividade”, a produção aqui realizada deveria ocorrer em maiores quantidades, assim como dispor de itens de qualidade para o abastecimento interno e, claro, para a exportação. Para tanto, compreende-se que, na concepção dos produtores do jornal, era necessário que o trabalho agrícola se aperfeiçoasse, abandonando práticas antigas e empregando novos mecanismos que viabilizassem uma considerável mudança no setor produtivo e de comércio.

Mas os problemas pareciam persistir. Na década seguinte, em 1860, textos no periódico cratense continuaram a aparecer tratando dessa mesma questão, destacando as condições em que se encontrava o trabalho agrícola, pontuando o seguinte:

A nossa agricultura de hoje é o que foi ha cem annos. Nada se tem mudado. Derribar a matta, queimal-a, plantar confusamente muitos generos, e depois colher, eis em que consiste o nosso systema agrícola. No anno seguinte alguns ainda plantão no mesmo lugar; mas no terceiro nova porção de matta derribada, novas plantações e assim por diante. A lavoura caminha, caminha deixando após si a devastação e a ruina. Examinae os lugares cultivados outrora, e vereis a vegetação enfesada, o carrasco emaranhado de cipós como a condemnação eterna de nosso deleixe. [...] Os lavradores desconhecem as vantagens da cultura aperfeiçoada, não sabem, em que consiste esta

³⁴⁹ Jornal O Araripe, n° 55, 1856, p. 2.

³⁵⁰ Jornal O Araripe, n° 35, 1856, p. 2.

perfeição; nunca virão um arado. O systema actual, seguido desde a descoberta do Brasil, creou raises, e raises profundas, que difficilmente serão extirpadas³⁵¹.

Chama-se atenção para o fato de que métodos como a derrubada e queimada das matas, muito utilizadas pelos agricultores, acarretava certas destruições ao meio natural que em nada contribuía para o alcance do progresso de tal indústria na região. Ao falarem dessas técnicas rudimentares, afirmam que os lavradores, classificados no texto como ignorantes, arruinavam-se e, por conseguinte, arruinavam também o país. Tal concepção permite constatar que a preocupação com os danos causados a natureza ocorria tão somente pelo valor econômico que a mesma possuía, tendo em vista que a sua destruição acarretaria situações desfavoráveis para a geração de rendas. Assim, todo esse potencial que dispunha a região deveria ser aproveitado. Contudo, precisava-se também pensar em ações que preservassem tais riquezas, no sentido de que o trabalho agrícola não agredisse com tanta intensidade esses terrenos e, particularmente, que propiciassem grandes produções.

Para tanto, diante da falta de recursos por parte dos pequenos lavradores, a sugestão dada em tal artigo foi a de que o governo auxiliasse o desenvolvimento da agricultura nas comarcas agrícolas através do envio de homens habilitados ao trabalho com novas técnicas e instrumentos. Essa iniciativa iria incentivar os produtores locais a abandonarem as antigas técnicas por eles utilizadas, ao visualizarem os enormes benefícios que poderiam obter com o aperfeiçoamento de seu trabalho.

Essas questões podem ser encontradas também na maioria dos relatórios de presidente da Província do Ceará. Desses documentos, foram analisados aqueles que compreendem o período de 1855 a 1864, nos quais relatou-se os problemas que enfrentava a agricultura na província, estando entre os principais a rotina dos agricultores, a falta de braços e de capitais, dificuldades com estradas e meios de transporte, além das secas. Nesse período, basicamente em todos os relatórios esses aspectos foram destacados.

No ano de 1855, o presidente Vicente Pires da Mota registrava que “o uso de machinas e utensis hoje conhecidos com de incalculável vantagem para a lavoura, são na província, senão ignoradas, pelo menos pouco vulgares”³⁵². No ano seguinte, o vice-presidente, Antonio Herculano Pereira da Cunha, pontuou que “a falta de capitaes, senhores, é um estorvo para o aumento progressivo do commercio e da agricultura; accumulaõ-se a esta causa a falta de

³⁵¹ Jornal O Araripe, n° 219, 1860, p. 2.

³⁵² PROVÍNCIA DO CEARÁ. Relatório do presidente o excellentissimo senhor conselheiro dr. Vicente Pires da Mota, na abertura da segunda sessão da decima legislatura da Assembleia Provincial no dia 1° de julho de 1855. Ceará: Typografia – cearense, 1855, p. 12.

conhecimentos, a falta de braços, de boas estradas, preponderando sobre todas as seccas que assolão esta província.”³⁵³. Falas como essas continuaram a se repetir nos demais relatórios, quando desejavam apresentar as causas que estavam condenando essa fonte de riqueza ao atraso, impedindo que as lavouras prosperassem.

Essa análise permitiu mapear semelhantes problemas que foram apontados nos relatórios e também nas páginas do jornal *O Araripe*. Um deles está relacionado às técnicas e mecanismos utilizados pelos agricultores, assim como à necessidade de profissionalização dos mesmos, algo que, em ambas as fontes, foi apresentado como um meio pelo qual as potencialidades naturais poderiam ser melhor aproveitadas. Em 1858, João Silveira de Souza, que ocupava a presidência da província, chamou atenção no relatório para este fato ao falar sobre a ausência de “machinas, ou processos aperfeiçoados para aproveitar melhor e mesmo augmentar-se a uberdade nativa de grandes porções de seo território, e sobre tudo de suas fertilíssimas serras”³⁵⁴.

O uso de novos instrumentos é apontado como algo importante e vantajoso para o desenvolvimento agrícola. Contudo, a realidade na província, assim como em outras partes do império, era outra, tendo em vista que antigas formas ainda eram empregadas pelos lavradores. No ano de 1864, por exemplo, tal questão foi pontuada.

Nenhum dos prodigiosos processos e das machinas admiráveis, que, no velho mundo, diminuindo o trabalho humano, centuplicão o vigor da terra, é aqui conhecido e praticado; a agricultura no Ceará, como em quase todo o império, é ainda rudimentaria; faz-se com o machado, com a foice e a enchada, esses instrumentos de devastação, com que o colono portuguez conseguiu há séculos penetrar o seio de nossas florestas! A força productiva da terra não recebe o mínimo auxilio da indústria do homem; a semente é confiada ao solo em seu estado natural, desobstruindo apenas da vegetação silvestre³⁵⁵.

Para o abandono desses costumes e práticas degradantes, parecia eficaz montar uma “fazenda modelo”, lavrada com processos da agricultura europeia, visando assim demonstrar os benefícios de tais processos. Diante da impossibilidade de execução dessa ideia, mencionava-se ainda no relatório que a maneira de retomar a lavoura seria com a criação de uma escola agrícola. Essa possibilidade foi algo mencionado já em 1861, estando a falta de

³⁵³ PROVÍNCIA DO CEARÁ. Relatório com que abriu a Assembleia Legislativa provincial do Ceará, o 1º vice-presidente da mesma, o excellentissimo senhor doutor Herculano Antonio Pereira da Cunha no dia 1º de julho de 1856. Ceará, typ. cearense, 1856, p.29.

³⁵⁴ PROVÍNCIA DO CEARÁ. Relatório que á Assembleia Legislativa provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1858, o excellentissimo senhor dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma provincia. Ceará, typ. cearense, 1858, p. 24.

³⁵⁵ PROVÍNCIA DO CEARÁ. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por occasião da installação da mesma assembléa no 1º de outubro de 1864. Typ. Brasileira de Paiva & comp., 1864, p. 46

educação profissional entre os elementos que retardavam os progressos da indústria agrícola. Consideravam que muito precisava ser feito com relação à educação dos agricultores, pelo fato de que ainda estavam envolvidos com “o rotineiro systema de lavoura dos nossos avós”. Assim a criação de institutos agrícolas poderia modificar essa situação. Além disso, foi mencionado ainda a possibilidade de adotar o “catecismo de agricultura” nas escolas da província³⁵⁶.

Desse modo, é perceptível a importância dada ao trabalho agrícola, pelo fato dele constituir uma fonte de riqueza para o país, levando diversas autoridades, políticos, dentre outros sujeitos a falarem sobre tal assunto e, particularmente, refletir sobre os obstáculos que impediam seu pleno crescimento. Além dessa discussão em torno das técnicas, do seu aperfeiçoamento, outro ponto destacado no jornal que também pode ser encontrado nos relatórios de presidente de província é com relação à falta de braços.

Em alguns dos trechos já apresentados, essa “carência de braços” foi mencionada. De acordo com o relatório de 1864, o número de escravos existente na província é bastante limitado, de modo que “a agricultura no Ceará é quazi exclusivamente praticadas por braços livres”³⁵⁷. Nas páginas do jornal *O Araripe*, os trabalhadores livres do Cariri foram com frequência descritos como “vadios e ociosos”, pontuando que a índole preguiçosa dos habitantes constituía um dos males que dificultava o desenvolvimento da indústria agrícola na comarca do Crato.

Segundo um correspondente do periódico, em todo o país não existia um lugar de gente mais pobre do que neste município. Para ele, tal situação não estava relacionada aos aspectos naturais e geográficos da região, tendo em vista sua fertilidade que muito contribuía com o homem “laborioso” que se dedicava ao trabalho. A causa de tanta pobreza no Cariri era então uma consequência da “viciosa preguiça”³⁵⁸. Ideia semelhante a essa foi ressaltada pelo O Governista, pseudônimo com que se assinava matérias no jornal, na sessão de comunicados da edição de 26 de julho de 1856. No texto, o autor destacava, com base em uma matéria do número 48, na qual foram apresentadas a quantidade de fontes nos termos de Crato e Barbalha, que sem dúvida elas banhavam grande parte dos terrenos proporcionando assim abundantes plantações. Esperava-se assim que isso resultasse em grandes riquezas. Contudo

³⁵⁶ PROVÍNCIA DO CEARÁ. Relatório que á Assembléa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1861 o presidente da provincia, doutor Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Ceará, typ. Brazileira de Paiva & Companhia, 1861, p. 21 e 22.

³⁵⁷ PROVÍNCIA DO CEARÁ. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por occasião da installação da mesma assembléa no 1º de outubro de 1864. Typ. Brazileira de Paiva & comp., 1864, p. 47.

³⁵⁸ Jornal O Araripe, nº 31, 1855, p. 3.

afirmava-se que o “ameno Cariry agrícola” era um lugar pobre devido a poderosa “senhora preguiça”³⁵⁹. O Governista chamou atenção para os recursos naturais existentes da região no intuito de estabelecer um contraste entre tal abundância e os pequenos resultados na renda obtidos pelos seus habitantes, criticando assim os trabalhadores do Cariri, classificando-os como ociosos.

Maria Daniele Alves fez em sua pesquisa algumas reflexões com relação à forma que os liberais cratenses descreveram os trabalhadores livres e pobres, pontuando que os mesmos foram responsabilizados pela escassez de mão de obra que predominava na região. Ela demonstrou que, para os produtores do periódico, os “péssimos hábitos” dos trabalhadores faziam com que eles se entregassem às vadiações, “causando prejuízos aos senhores de engenho e às populações dependentes daquela economia, fazendo decrescer as rendas locais”³⁶⁰.

Um elemento interessante a ser destacado é a percepção de que a natureza fértil do Cariri teria contribuído com essa índole vadia dos trabalhadores, na medida em que ela oferecia certa facilidade para que os produtos necessários à sobrevivência fossem obtidos. Para os liberais cratenses,

a facilidade com que provem suas primeiras necessidades, em consequência das condições naturaes do solo, em que frutos diferentes não deixaõ que se sintão os estímulos da fome, sem que sejaõ para logo satisfeitos, em grande parte produzem o phenômeno já alludido de escassez ou falta de braços para a laboração das cannas [...] ³⁶¹.

Desse modo, afirmaram que a abundância da natureza do Cariri, por favorecer a obtenção de alimentos para o sustento desses sujeitos, fazia com que os mesmos não se interessassem pelo trabalho. Na análise dessa ideia, é importante pensar sobre qual o tipo de trabalho a que se referiam os liberais, pois esses homens a quem chamavam de ociosos eram envolvidos com a produção agrícola. Mas talvez não com a intensidade que os políticos e elites locais julgavam necessária para o acréscimo nas rendas do município.

Como demonstrou Darlan Reis Junior, é importante compreender que o modo como a classe senhorial percebia os trabalhadores difere da forma como os próprios trabalhadores se percebiam. Ele destacou que embora estes últimos fossem chamados de vadios, eles conseguiam sobreviver, afirmando assim que as características atribuídas aos trabalhadores constituíam uma tentativa de desqualificar seus hábitos que eram, por sua vez, baseados na

³⁵⁹ Jornal O Araripe, n° 54, 1856, p. 2.

³⁶⁰ ALVES, Op. Cit., 2010, p. 97.

³⁶¹ Jornal O Araripe, n° 183, 1859, p. 1.

agricultura de subsistência. Dessa maneira, conforme o autor, “o fato concreto é que os homens livres pobres preferiam esta condição a ter que trabalhar como alugados, por jornada, ou como agregados, vivendo de “favor” nas terras dos senhores”³⁶².

Não significa, como sugerem as colocações dos redatores do jornal, que esses homens não trabalhassem, mas pelo contrário. No entanto, essa ideia que foi sendo construída em torno deles está relacionada ao fato de sua produção destinar-se principalmente para o sustento de sua família. Possivelmente chegavam também a comercializar algum produto no mercado da cidade, não se submetendo necessariamente às péssimas condições de trabalho que eram oferecidas pelos senhores. Tais hábitos incomodavam a essa classe que desejava muitos esforços para a realização dos seus projetos econômicos e políticos, tendo em vista que isso demandava um trabalho exaustivo, com o cultivo de grandes áreas que, conseqüentemente, proporcionaria uma considerável produção para exportação, movimentando o comércio e a economia regional.

Diante de todo esse cenário, a conclusão dos liberais cratenses era a de que, caso não houvesse a resolução dos problemas que afetavam o trabalho agrícola no Cariri, sendo os principais a invasão dos gados, a falta de aperfeiçoamento das técnicas utilizadas e a escassez de braços, a região se tornaria um lugar de miséria e atraso, pois os três pontos destacados afetavam diretamente aquela que foi apresentada como a principal indústria do Cariri, ou seja, a agricultura. As peculiaridades naturais presentes nesse espaço e o papel dessa atividade na geração de riquezas foi o que motivou a constante defesa do trabalho agrícola nos terrenos férteis do Araripe. Do mesmo modo, foi pelo caráter lucrativo que resultou toda a preocupação em torno do uso consciente da natureza, tendo em vista que ações contrárias poderiam causar a sua devastação.

Enaltecida pelo seu valor estético, mas sobretudo pelo seu valor econômico, a natureza do Cariri cearense e o trabalho agrícola foram associados à ideia de progresso. O cultivo da terra, usufruindo de todos os recursos desse “oásis” no sertão, era visto como o principal meio para que a economia se elevasse e promovesse significativas mudanças na região. Esse resultado seria bastante favorável para a conquista da autonomia administrativa com a criação da Província do Cariri, projeto defendido de todas as formas pelos políticos liberais e elites vinculadas ao jornal cratense *O Araripe*. Foi com esse intuito que projetaram inúmeras ideias em torno dos recursos naturais e da paisagem ao seu redor, desenhando assim um Cariri edênico, abundante e naturalmente agrícola.

³⁶² REIS JUNIOR, Op. Cit., 2014, p. 59.

5 CONCLUSÃO

Durante todo o período em que o semanário cratense *O Araripe* circulou na região do Cariri e localidades circunvizinhas, seus produtores fizeram dele um mecanismo importante de atuação política. Essa foi a principal função do jornal, ou seja, representar os interesses dos membros do Partido Liberal do Crato e elites locais, que tinham como propósito tornar o Cariri um espaço de desenvolvimento e progresso. Suas ações direcionavam-se no sentido de alcançarem esses e outros objetivos, assim como seus projetos, amplamente divulgados na sociedade caririense por intermédio da imprensa.

Como demonstrado, os produtores do jornal *O Araripe*, abordavam variados temas e também faziam suas reivindicações, solicitando diversos melhoramentos para a região com a finalidade de preparar este espaço para a realização de projetos mais amplos, nos quais seriam beneficiados. Nessa perspectiva, fazia parte da estratégia desses sujeitos demonstrar a proeminência da região, evidenciando as peculiaridades naturais presentes. Ao se remeterem à paisagem do Cariri, utilizam-se de termos como oásis, celeiro de salvação, terras verdejantes, que atribuíam contornos diferentes à natureza, além de distinguir a região daquelas que estavam situadas ao seu entorno.

As ideias que foram projetadas na natureza, construindo a visão de um Cariri incomum, abundante, constituía o ponto de partida dessa análise, que procurava entender como essas expressões foram produzidas e, particularmente, com que intenções. Pois, essas ideias não são neutras. Para tanto, foi fundamental aprofundar o estudo acerca do jornal *O Araripe* e dos projetos políticos com os quais estavam envolvidos os liberais cratenses e elites locais. Isso me possibilitou compreender que a idealização da natureza do Cariri estava intimamente ligada a interesses econômicos, sobretudo, políticos, de modo que os recursos naturais desse espaço foram utilizados para atender demandas de tal grupo.

Procurando observar as matérias do jornal sob essa perspectiva, foi possível notar que os membros do Partido Liberal e elites locais desejavam maior representatividade e poder. A maior demonstração de que esses eram os principais objetivos de tais sujeitos, é o projeto de criação da Província do Cariri, englobando territórios do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí. Essa ideia movimentou de forma intensa os liberais que foram continuadores da mesma, tendo o periódico cratense como o principal espaço difusor. *O Araripe* foi então um meio importante para que eles apresentassem essa proposta, estabelecessem articulações, além de buscarem o apoio necessário para a realização da mesma.

Apresento os liberais cratenses como continuadores, porque a ideia de criação de uma província no Sul do Ceará desde o início do século XIX já movimentava lideranças do partido na província, como é o caso do senador José Martiniano de Alencar, autor do projeto que foi apresentado e discutido no senado. A utilização dos Anais do Império como fonte nessa análise teve importante contribuição. Esses registros forneceram o conhecimento dos debates em torno da proposta, permitindo identificar como as demais autoridades na época se posicionaram diante do mesmo, assim como os artigos que mais trouxeram inquietações. Um deles foi, sem dúvida, aquele que previa os territórios da nova província, tendo em vista que logo se propôs seu adiamento.

Na década de 1850, os liberais cratenses voltaram a defender o projeto de autonomia do Cariri. Eles não pouparam esforços para isso e construíram suas argumentações pautados na tentativa de apresentar o quanto era útil e necessário, assim como viável, a concretização dessa ideia. Conforme imaginavam, aí residia a solução para os problemas existentes na cidade do Crato e circunvizinhanças. Defendiam a presença de um governo forte na região para extinguir os crimes, promover a civilização, o crescimento e desenvolvimento econômico, encaminhando assim o Cariri nas vias do progresso.

Contudo, o projeto político dessa elite consistia também de outros elementos. A criação da província do Cariri, com a sede do governo instalada na cidade do Crato, parecia-lhes a oportunidade de mais atuação, uma vez que estariam inseridos em cargos e funções administrativas da província. Enquanto membros da Assembleia Provincial, por exemplo, tais políticos teriam maior autonomia para colocar em prática os planos traçados para a região. Além disso, tal posição iria permitir que os mesmos alcançassem a representatividade que tanto buscavam, assim como a ampliação de seus poderes.

Diante dessas possibilidades, foi possível compreender o porquê de os liberais cratenses e elites locais terem defendido, de modo tão constante, essa ideia de autonomia para a região caririense. Esse projeto despertou inúmeros interesses, sendo inclusive o grande pensamento que motivou, dentre outras circunstâncias, a fundação da imprensa “liberal” no Cariri, que logo em sua primeira edição deu indícios dos reais propósitos que possuía.

Mas, ao contrário do que desejavam, o projeto de criação da província não se concretizou. A partir das análises realizadas, considero que existia uma visão localista em torno do projeto, algo que seus apoiadores procuraram desconstruir apresentando o quanto essa realização seria conveniente não só para o Cariri, mas para todo o Império. Entretanto, possivelmente essa ideia foi vista como reflexo de interesses locais. A construção de uma hegemonia em torno de Fortaleza, na segunda metade do século XIX, também pode ter

enfraquecido o projeto, pois a partir da instituição dessa unidade política os interesses regionais foram sendo neutralizados.

Além desses fatores, acredito que a própria estrutura do projeto interferiu para que o mesmo não fosse concretizado. Refiro-me, particularmente, ao artigo que previa quais localidades iriam compor a nova província. Não se tratava apenas de tornar o Cariri autônomo da província cearense. Mas, pelo contrário, o projeto interferia na organização de outras províncias, fator que inclusive atrasou algumas discussões no senado. Embora não tenha investigado o posicionamento das autoridades desses outros locais com relação ao projeto, considero, com base no que pude analisar sobre o assunto, que o fato do Cariri Novo englobar essas localidades de diferentes unidades provinciais acabou embargando tal proposta.

Estudar elementos em torno desse projeto e de outros que defendiam os liberais cratenses, possibilitou compreender o quanto a ideia de “Cariri oásis no sertão”, possuidor de terras férteis e abundantes, serviu aos interesses desses políticos. A natureza da região foi utilizada inúmeras vezes para demonstrar a viabilidade de construção da província, por exemplo. Nas narrativas construídas é possível mapear o conjunto de expressões que enalteciam esse espaço e apresentavam o mesmo como um ambiente peculiar e incomum.

A paisagem do Cariri assumiu diferentes contornos à medida que esse espaço foi sendo inventado. Sua natureza protagonizou as páginas do jornal cratense *O Araripe*, sendo ela idealizada por sua beleza, mas sobretudo, pelo seu valor econômico. Os políticos liberais, que tanto desejavam o crescimento econômico da região, não deixaram de perceber as potencialidades dessas terras e de construir também a visão de um espaço natural, destinado à produção agrícola. Nos seus textos, natureza era sinônimo de progresso. Este, por sua vez, seria alcançado através do investimento na agricultura, definida como a fonte de riqueza do vale do Cariri.

Portanto, nota-se que as ideias construídas em torno da natureza da região caririense estavam bastante atreladas aos projetos políticos que defendiam os liberais cratense e as elites locais. Enaltecer o Cariri, destacar sua importância, era algo fundamental para tais sujeitos, que construíram essa visão idílica e de abundância para a região no intuito de satisfazerem seus próprios interesses. Desse modo, a visão de oásis, de terras naturalmente agrícolas, não se trata de uma mera caracterização do ambiente. Mas, tanto essas como outras expressões representam a percepção desse grupo político, que projetou na natureza suas perspectivas e ambições construindo em suas narrativas uma região com contornos peculiares.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)*. 2010. 245 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

_____. *Uma Carnificina eleitoral: disputas políticas no Crato e eleições em meados do século XIX*. Revista Historiar, Vol. 07, N.12, Ano 2015.1.

ALVES, Maria Daniele. *Desejos de civilização: representações liberais no jornal O Araripe (1855-1864)*. 2010. 148 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Ceará – UECE.

BERSTEIN, Serge. *Os partidos*. In: REMOND, Réne. *Por uma história política*. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CAVA, Ralph Della. *Milagre em Joazeiro*. Tradução Maria Yeda Linhares. – 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CORDEIRO, Celeste. *O Ceará na segunda metade do século XIX*. In: SOUSA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. – 4ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2007.

CORTEZ, Ana Isabel R.P.; CORTEZ, Ana Sara R. P.; IRFFI, Guilherme. *Atividades econômicas e trabalho escravo no Sul do Ceará: uma análise da segunda metade do século XIX*. In.: VII Encontro Economia do Ceará em Debate, 2011.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos. A família escrava no Cariri cearense (1850-1884)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará – UFC.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)* Dissertação (Mestrado em História Social – UFRJ). Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional*. In. JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. – São Paulo: Hucitec; ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

_____. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. – São Paulo: Globo, 2005.

DUMOND, José Augusto. *A história Ambiental: temas fontes e linhas de pesquisa*. In.: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n° 8, 1991.

FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação (Mestrado em História), 2013. Universidade Federal de Juiz de Fora.

FIGUEIREDO FILHO, José de e PINHEIRO, Irineu. *Cidade do Crato*. Coedição secult/ Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri* (vol. III). Coedições Secult/ Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As Charqueadas*. In.: SOUZA, Simone de (org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

GREGÓRIO, Victor Marcos. *A província do Amazonas e o sistema representativo no Brasil Imperial: os debates de 1846*. Em tempos de História. PPG-HIS, n° 17, Brasília, ago/dez, 2010.

_____. *A emancipação negociada: os debates sobre a criação da Província do Paraná e o sistema representativo imperial, 1843*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, n° 69, p. 319-341, 2015.

_____. *Dividindo do Grão-Pará: os debates para criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, 1826-1828*. Almanack. Guarulhos, n. 1, p. 137-152, 1° semestre de 2011.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. *Na contra-mão do Império do Brasil: O Alto Sertão do Cariri e a invenção do “cabra”*. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília, 2017.

_____. *O Cabra do Cariri Cearense. A invenção de um conceito oitocentista*. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2015.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos impressos*. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org.^a) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. 2ª ed. Editora Hucitec: São Paulo, 1990.

MENEZES, Edith Oliveira. *O Cariri Cearense*. In: BORZACCHIELLO, José; DANTAS, Eustógio W. Correia e CAVALCANTE, Tércia Correia (Org.) *Ceará: um novo olhar geográfico*. – 2. Ed. Atual – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

MONTENEGRO, Abelardo F. *Os partidos políticos no Ceará*. Fortaleza. Edições Universidade Federal do Ceará, 1980.

NOBRE, Geraldo. *Introdução a história do jornalismo cearense*. Edição fac-similar/ Fortaleza: NUDOC/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

NUNES, Francivaldo Alves. *Modernidade, Agricultura e Migração nordestina: contribuições ao estudo da colonização da Amazônia (1877-1888)*. Saeculum – Revista de História [17]; João Pessoa, jul/dez. 2007.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *A construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do século XIX: Autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais*. In.: OLIVEIRA, Almir Leal de.; BARBOSA, Ivone Cordeiro (org.). *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilações de Leis Provinciais do Ceará. – ed. – Fac. similada. Fortaleza: INESP, 2009.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. *As bases teóricas da história ambiental*. Estudos Avançados 24 (68), 2010.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Coedições Secult/Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

_____. *O cariri: seu descobrimento, povoamento, costume*. Coedição secult/Edições URCA. – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2012.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. *Senhores e trabalhadores no cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XX*. 2014. [302 p.] Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Ceará.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. *O espaço a serviço do tempo: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará*. Tese (Doutorado) – 2015. Universidade Federal do Ceará – UFC.

REIS, Ana Isabel Parente Cortez; IRFFI, Ana Sara Cortez. *A Ferrovia e o Vale do Cariri: usos e discursos sobre a construção da estrada de ferro no Sul do Ceará*. Tempos Históricos, volume 20, 2º semestre de 2016.

REMOND, René. *Uma história presente*. In.: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIOS, Renato de Mesquita. *João Brígido e a escrita de uma história para o Ceará: Narrativa, identidade e estilo (1859-1919)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Mestrado acadêmico em História e Culturas. Fortaleza, 2013.

ROSAS, Suzana Cavani. *Da “constituinte soberana” a “conciliação política sobre as bases das reformas”*: o partido liberal em Pernambuco e o Gabinete Paraná de 1853. *Rev. Hist.* (São Paulo), n. 170, p. 291-316, jan-jun., 2014.

_____. *Os Emperrados e os Ligeiros: a história da Conciliação em Pernambuco (1849-1857)*. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife -PE. 1999.

SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2011.

SCHAMA, Simon, *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História das Paisagens*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *Domínios da História*. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SOUZA, Juliana Teixeira. *As municipalidades e o Império: o caso do Rio Grande do Norte (1830-1840)*. *SAECULUM – Revista de História* [27]; João Pessoa, jul./dez. 2012.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIANA, José Italo Bezerra. *O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade*. 2011. 183 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará – UFC.

WILLIAMS, Raymond. *Ideias sobre a natureza*. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, [198-215 p.].

APÊNDICE A – FONTES

***Periódico:**

Jornal *O Araripe* (1855-1864) – Acervo Digital da Biblioteca do Arquivo Nacional.

***Anais do Senado do Império:**

- Annaes do Senado do Império do Brazil. 75ª sessão em 16 de Agosto de 1839, tomo terceiro. Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de Anais do Senado Federal (Transcrição). Rio de Janeiro, 1913.

- Annais do Senado do Império do Brazil. 105ª sessão em 1 de outubro de 1839, tomo quarto. Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de Anais do Senado Federal (Transcrição). Rio de Janeiro, 1913.

***Revista do Instituto do Ceará:**

- Província dos Cariris Novos. Representação da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e a Câmara dos Deputados, 1892. Tomo VI.

- Relação de principais cearenses representantes do Ceará na vida política do Imperio do Brazil. 1922, Ano XXXVI.

- O Vale do Cariri. Joaquim Alves, 1945, TOMO LIX.

***Relatório de Presidente de Província:**

-Relatório do presidente o excellentissimo senhor conselheiro dr. Vicente Pires da Mota, na abertura da segunda sessão da decima legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de julho de 1855. Ceará: Typografia – cearense, 1855.

-Relatório com que abrio a Assembleia Legislativa provincial do Ceará, o 1º vice-presidente da mesma, o excellentissimo senhor doutor Herculano Antonio Pereira da Cunha no dia 1º de julho de 1856. Ceará, typ. cearense, 1856.

-Relatório com que o excellentíssimo senhor doutor Francisco Xavier de Paes Barreto passou a administração da povincia ao terceiro vice-presidente da mesma o excellentissimo senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães. Em 25 de março de 1857. Ceará, Typographia cearense, 1857.

-Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1857, o excellentissimo senhor coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, terceiro vice-presidente da mesma província. Ceará, Typografia cearense, 1857.

-Relatório que á Assembleia Legislativa provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1858, o excellentissimo senhor dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma provincia. Ceará, typ. cearense, 1858.

-Relatório que á Assembléa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1861 o presidente da provincia, doutor Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Ceará, typ. Brasileira de Paiva & Companhia, 1861.

-Relatório apresentado á Assembleia Legislativa provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da installação da mesma assembléa no dia 1o de outubro de 1862. San' Luiz, typ. de B. de Mattos, 1863.

-Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da installação da mesma Assembléa no 1° de outubro de 1864. [n.p.] typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864.

***Diário de Viajantes e outras fontes impressas:**

- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo, 1875.

- ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato*, 1859. Volume I. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

- ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato-Rio de Janeiro*, 1859-1860. Volume II. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

- BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo II, 1864.